



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Vários pesos, várias medidas

**Análise crítica do discurso da mídia em manchetes políticas de capas dos jornais
Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio entre 2015 e 2018.**

LEUSA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS

RECIFE
2018

LEUSA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS

Vários pesos, várias medidas

Análise crítica do discurso da mídia em manchetes políticas de capas dos jornais

Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio entre 2015 e 2018.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, nível Doutorado, com área de concentração em Teoria de análise da organização linguística, para obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Nelly Carvalho.

**RECIFE
2018**

S237v Santos, Leusa Cristina Bezerra dos
Vários pesos, várias medidas: análise crítica do discurso da
mídia em manchetes políticas de capas dos jornais Folha de S. Paulo,
O Globo e Jornal do Commercio entre 2015 e 2018 / Leusa Cristina
Bezerra dos Santos, 2018.
254 f.

Orientadora: Nelly Carvalho
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem. Doutorado
em Ciências da Linguagem, 2018.

1. Análise crítica do discurso. 2. Linguística. 3. Análise do
discurso. I. Título.

CDU 801

Ficha catalográfica elaborada por Mércia Maria R. do Nascimento – CRB-4/788

LEUSA CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS

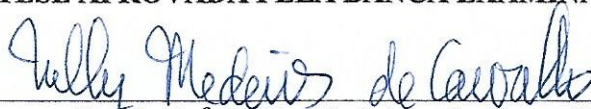
Vários pesos, várias medidas

Análise crítica do discurso da mídia em manchetes políticas de capas dos jornais

Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio entre 2015 e 2018.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, área de concentração Teoria e Análise da Organização Linguística, linha de pesquisa Processos de Organização Linguística e Identidade Social, como registro para a obtenção do grau de Doutora em Ciências da Linguagem.

TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dr.ª Nelly Medeiros de Carvalho
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap-PE)
Orientadora



Prof. Dr. Benedito Bezerra
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap-PE)
Coordenador da Pós-graduação em Ciências da Linguagem
Examinador Interno



Prof. Dr. Karl Heinz Efken
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap-PE)
Examinador Interno



Prof.ª Dr.ª Simone de Campos Reis
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAC)
Examinadora Externa



Prof.ª Dr.ª Angela Maria Torres Santos
Professora titular da Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire)
Examinadora Externa

*À Leuza Pereira
(in memoriam).
Porque você sempre me inspirou...*

“

”

“Digam ao povo brasileiro que a república está feita.”

Deodoro da Fonseca, em discurso como primeiro presidente da República do Brasil, em 1889.

“O governo fala ao povo, de amigo para amigo...”

Presidente Getúlio Vargas, em 1951, durante discurso do Dia 10 de Maio.

“Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas...”

Presidente e general de Exército Ernesto Geisel, durante discurso de posse, em 1974.

“Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social.”

Presidente Fernando Collor, durante discurso de posse, em 1990.

“O Brasil enfrenta hoje uma conjuntura complexa...”

Presidente Itamar Franco, em 1992.

“O Brasil tem instituições democráticas sólidas.”

Presidente Lula, em 2009, durante evento em Nova York.

“É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos.”

Dilma Rousseff, durante discurso após o impeachment, em 2016.

“Não renunciarei, repito, não renunciarei!”

Presidente Michel Temer, em 2017, ao negar aval para comprar o silêncio de Eduardo Cunha.

“Não podemos continuar flertando com o socialismo, o comunismo, o populismo e o extremismo de esquerda”.

Jair Bolsonaro, no primeiro discurso após a confirmação da vitória, em 26.10.2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente Àquele que é a causa primeira de tudo, a nossa fonte de vida e de inspiração para vencermos os desafios que se apresentam na nossa vida: Deus. Sou grata a minha orientadora, Nelly Carvalho, que sempre acreditou em mim desde o mestrado e sempre me incentivou a continuar. Nos momentos mais difíceis da minha vida, profissional e pessoal, Nelly, mesmo sem saber, reanimava-me nos nossos encontros para orientação. Mais do que gratidão, também a tenho como um exemplo de humildade e sabedoria. Porque, sim, podemos ser sábios e humildes, como Nelly.

Obrigada também a Rosário de Sá Barreto (in memoriam), que encaminhou meus primeiros passos na academia quando da especialização em Linguística. “O doutorado é uma realidade!”, disse ela em um de seus e-mails. Que a espiritualidade amiga a ampare, Rosário, nessa nova etapa da vida. Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram cada um ao seu jeito, na minha caminhada durante os estudos e, depois, na vida profissional. Sem eles, base maior da minha trajetória, nada disso seria possível. Os pais são como anjos que Deus mandou para nos guiar. Penso que, por mais que eu faça, ainda não estará à altura do que eles fizeram e fazem por mim: o dom da vida e o amparo contínuo.

Agradeço também àqueles que eu chamo “professores da vida”. Pessoas que cruzaram e ainda estão fazendo parte do meu caminho desafiando-me a ser uma pessoa melhor. No princípio pensei que era um castigo. Hoje eu entendo, graças aos ensinamentos da espiritualidade, que na verdade as pessoas difíceis são bênçãos que Deus coloca no nosso caminho para fazer-nos melhorar. Gratidão sempre a tudo o que aconteceu na minha vida e a tudo que ainda vai acontecer. Namastê!

RESUMO

O período de 2014 a 2018 no Brasil foi marcado, entre outros assuntos, por escândalos políticos, grave crise econômica e, conseqüentemente, recessão e desemprego. Os fatos ligados a esses acontecimentos ganharam destaque na mídia em todo o País. Jornais, rádios, TVs e internet foram, e ainda estão sendo, palco de divulgação e repercussão do (a) processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT), suas conseqüências e os embates políticos que se operaram nas ruas e no Congresso Nacional durante e depois do mandato da petista; (b) dos efeitos das prisões, delações e condenações resultantes da Operação Lava Jato; (c) dos escândalos que também atingiram o Governo Temer e (d) dos resultados negativos dos números da economia brasileira, que sofreu recrudescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e aumento nos índices de desemprego e (d) da prisão do ex-presidente Lula. Fatos que estão entrelaçados na conjuntura social e política do Brasil e são objeto jornalístico principal dos veículos midiáticos, que operam esses eventos em uma arena de luta para captar audiência e estabelecer discursivamente credibilidade no noticiário. Com base nesse contexto social e político, essa tese tem como objetivo principal compreender como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica. A teoria de base para esse estudo é a Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo Fairclough (1992, 1995, 2001, 2004) e Chouliaraki e Fairclough (1999) como principais alicerces teóricos, somando-se a Charaudeau (2006, 2010, 2011) na construção dos pilares da fundamentação. O trabalho também foi construído com relevantes contribuições históricas, conceituais e reflexivas de Jenkins (2009), Ramalho e Resende (2004), Schwarcz e Starling (2015), Wodak (2004), entre outros autores. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem documental, tem como *corpus* ampliado as manchetes de capas de jornais sobre assuntos ligados às crises política e econômica de dois jornais nacionais – Folha de S. Paulo e O Globo – e um do estado de Pernambuco – Jornal do Commercio, entre janeiro de 2015 e abril de 2018. Focalizou-se a análise das práticas midiáticas discursivas nos enunciados sobre as crises política e econômica, tendo o texto – verbal e não verbal – como primeiro suporte para a investigação a partir do modelo tridimensional de Fairclough (2001), que permite uma abordagem textual, discursiva e social do objeto em estudo. Avaliamos que: I) os jornais analisados reproduziram os discursos dos fatos ocorridos, criando entre esses fatos uma “intertextualidade temporal”, que anexa discursivamente eventos mesmo que não estejam diretamente ligados; II) mesmo temporalmente ligados, houve uma diferenciação do tratamento discursivo midiático a Dilma Rousseff/Lula e Temer, sendo os dois primeiros vilanizados e o segundo, em que pese também estar envolvido em corrupção, foi minimizado discursivamente quanto às acusações; III) os veículos também alimentaram uma narrativa discursiva que orbitou homogeneamente em determinados assuntos “do momento” (RAMALHO E RESENDE, 2004): crises política e econômica, impeachment, prisões, delações premiadas, condenações na Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF) etc. estimular um debate crítico, apesar da mídia tradicional ainda ser o veículo que traz mais confiabilidade, segundo pesquisa Ibope. Não houve, portanto, nas manchetes analisadas, marcas discursivas que apontassem para uma análise aprofundada dos acontecimentos, uma das regras do fazer jornalístico (PENA, 2008). Essa omissão discursiva contribuiu e contribui, no nosso entender, para sustentar a ainda hegemônica assimilação de um cenário aparentemente linear do contexto político-social brasileiro. Desse modo, os veículos midiáticos absorveram e também constituíram a prática social da crise econômica, ressaltando características negativas dos acontecimentos, em detrimento de uma perspectiva interpretativa de origem, causa e conseqüências dos fatos produzidos pelas hegemonias que transitaram relativamente no poder: Estado, Polícia Federal e segmentos político e empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Análise Crítica do Discurso; 2. Discurso da mídia; 3. Crises política e econômica; 4. Manchetes de jornais; 5. Impeachment.

ABSTRACT

The period between 2014 and 2018 in Brazil registered political scandals, political and economic crisis, recession and unemployment. In this period, the facts linked to these events had emphasis in the media across the country. Newspapers, radios, TVs were and still being stage of dissemination and broadcasting about (a) Dilma Rousseff impeachment and the political fights that occurred in the streets and the parliament during and after the mandate of the presidente. (b) prison, delations, condemnations from the Lava Jato Operation; (c) scandals that striked Temer's administration and (d) negative results about brasilian economy numbers that suffered Gross National Product (GNP) resurgence and growth unemployment indications and (d) the arrest of the ex-president Lula. All these facts did not follow in chronological order, but, are intertwined in social economic Brazil conjuncture. And are the main journalistic subject of media communication that, acting simultaneously in a clash arena to gain audience and establish discursive credibility, reverberate this events. Based in this social political contexts, this thesis has a main purpose understand how the newspapers analyze articulate linguistic, discursive and social meanings in the headlines about political and economic crisis themes. For this, we investigate the significations produced by the media: if there is a mere reproduction of facts that engender audience in specifics moments or encourage some reflexion about the power relations. The base theory to this paper is the Critical Discourse Analisis (CDA), whose main foundation theoretical is Fairclough (1992, 1995, 2001, 2004) and Chouliaraki and Fairclough (1999), in adition to Charaudeau (2006, 2010, 2011) in the construction of the theories. The work was also constructed with relevant historical, conceptual and reflective contributions of Jenkins (2009), Ramalho and Resende (2004), Schwarcz and Starling (2015), Wodak (2004) among other authors. The qualitative research and documentary approach has as corpus extended the headlines of newspaper covers on subjects related to the political and economic crises of two national newspapers - Folha de S. Paulo and O Globo - and one from the state of Pernambuco - journal between January 2015 and April 2018. The analysis of the discursive media practices in the statements about the political and economic crises was focused, with the text - verbal and non-verbal - as the first support for the investigation from the three-dimensional model of Fairclough (2001), which allows a textual, discursive and social approach to the object under study, as well as reflections on social practice. We perceive that: I) the newspapers analyzed reproduced the discourses of the events that occurred, creating among these facts a "temporal intertextuality", which discursively encloses events even though they are not directly linked; II) even if temporally linked, there was a differentiation of the discursive treatment of the media to Dilma Rousseff / Lula and Temer, the first two being vilanized and the second, in spite of being also involved in corruption, was discursively minimized on the accusations; III) the vehicles also fed a discursive narrative that orbited homogeneously in certain subjects "of the moment" (RAMALHO AND RESENDE, 2004): political and economic crises, impeachment, prisons, awards awards, etc. stimulate a critical debate, despite the traditional media still being the vehicle that brings more reliability, according to Ibope research. There were, therefore, no discursive marks in the headlines that pointed to an in-depth analysis of events, one of the rules of journalistic making (PENA, 2008). This discursive omission contributed and, in our view, contributed to support the still hegemonic assimilation of an apparently linear scenario of the Brazilian politico-social context. In this way, media vehicles have absorbed and constituted the social practice of the economic crisis, emphasizing negative characteristics of events, to the detriment of an interpretive perspective of origin, cause and consequences of the facts produced by the hegemonies that have passed relatively in power: State, Federal Police and political and business segments.

KEYWORDS: 1. Critical Discourse Analysis; 2. Media discourse; 3. Political and economic crisis; 4. Newspaper headlines; 5. Impeachment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. JORNALISMO E HISTÓRIA DO BRASIL: FACES DE UMA MOEDA	20
1.1 A origem da relação	20
1.2 A República e a consolidação dos jornais	26
1.3 A imprensa pernambucana e o golpe de 64	30
2. O FAZER JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE	44
2.1 Tempestade jornalística	44
2.2 Teoria do Espelho, um reflexo do real	45
2.3 Teoria do <i>Gatekeeper</i> e Teoria Organizacional	47
2.4 Teoria do <i>Newsmaking</i> , a construção da notícia	49
2.5 Teoria do Agendamento, o <i>script</i> do cotidiano	55
2.6 Convergência midiática, uma saída para a crise	58
3. OS PILARES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	68
3.1 Discutindo os fundamentos	68
3.2 Os elementos da ACD e suas relações: o texto	76
3.2.1 <i>À luz das palavras: gramática</i>	81
3.2.2 <i>Coesão e coerência</i>	83
3.3 Os elementos da ACD e suas relações: a prática discursiva	87
3.3.1 <i>Discurso, intertextualidade e interdiscursividade</i>	90
3.3.2 <i>Intertextualidade temporal na mídia</i>	91
3.3.3 <i>Focalizando a questão intertextual</i>	96
3.3.4 <i>A manipulação</i>	106
3.4 – Os elementos da ACD e suas relações: a prática social	111
3.4.1 <i>Hegemonia, poder e modernidade tardia</i>	117
3.4.2 <i>O caleidoscópio das práticas sociais</i>	122
3.4.3 <i>A aparência e reflexividade das práticas</i>	128

4. METODOLOGIA	133
5. O <i>SCRIPT</i> MUDIÁTICO: UMA ANÁLISE	140
a) Análise da prática social a partir da conjuntura político-econômica do País entre 2015 e 2018	141
b) Momentos da conjuntura político-econômica do Brasil entre 2015 e 2018	154
c) Discussão sobre os enunciados midiáticos do período entre 2015 e 2018.	155
- Momento 1 (M1) – Início do segundo mandato do Governo Dilma	155
- Momento 2 (M2) – Agravamento da crise do Governo Dilma	168
- Momento 3 (M3) - Lula no foco da crise; impeachment de Dilma	198
- Momento 4 (M4) – Temer e Lula no foco	218
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
7 – REFERÊNCIAS	250

INTRODUÇÃO

Em 33 anos de democracia, passamos pelo segundo impeachment de um presidente da república desde a redemocratização¹, pela primeira prisão de um ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por crime comum, além de protestos nas ruas em 2013 e 2015 alimentados de polarizações e fundamentalismos políticos. Esses acontecimentos, sobre os quais demos um pequeno resumo, foram mediatizados pelas grandes empresas de comunicação, que constroem narrativas no cabedal dessa ambientação política pela qual passou e ainda passa o País.

Em junho de 2013, o Brasil foi às ruas. Manifestações em locais distintos gritavam contra o aumento das passagens de ônibus urbano, mas o desabafo foi maior. Assistiu-se a protestos que exigiram saúde, educação, reforma política. Enfim, bradavam por um Brasil mais justo. E continuaram exigindo, mas a luta havia se transportado para a esfera política, com sucessivos embates entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, ainda no governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). A mídia explorou discursivamente esses acontecimentos, que tiveram maior recorrência entre 2013 e 2015, quando se desenvolviam os protestos pró e contra o impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Pesquisas recentes, que serão citadas logo a seguir, argumentam terem sido esses protestos uma articulação de movimentos conservadores para culminância do impeachment. Segundo Pinto (2017), esse intervalo de dois anos foi fortemente marcado por manifestações em três vertentes: (1) Protestos de junho de 2013; (2) Manifestações relacionadas à Copa de 2014; (3) Manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff em março de 2015. Segundo a análise histórica da autora, esses acontecimentos mostram um deslocamento discursivo para uma direção conservadora, com a exposição cada vez maior de posições políticas identificadas ideologicamente com a direita e centro-direita.

Catozzo e Barcelos (2016) analisaram o posicionamento da mídia – especificamente o Jornal Nacional e o Fantástico, da TV Globo – frente aos protestos de junho de 2013 e março de 2015. Eles observaram, a partir de uma análise de conteúdo, a repetição exaustiva das palavras "presidente", "impeachment" e "corrupção" que, na visão de ambos, indica uma rotina discursiva nas reportagens jornalísticas em reafirmarem a necessidade do impedimento da presidente Dilma Rousseff.

¹ O primeiro foi Fernando Collor, em 1992.

Ainda sobre a temática do impeachment, Pozobon e Prates (2016) estudaram a edição de 18 de março de 2015 da Revista Veja, publicada logo após os protestos pelo impedimento da presidente petista. Fizeram parte do escopo reportagens, artigos de opinião e imagens. As autoras propuseram uma reflexão de que a publicação enquadrava a presidente como “atrapalhada”, “paralisada”, “teimosa” e desprovida de capacidades de autocrítica e articulação discursiva.

Sobre o período do processo de impeachment propriamente dito, Lins (2017) analisou 40 matérias do caderno de política dos três maiores jornais de Pernambuco: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco. O objetivo foi compreender a construção do discurso midiático no período entre 12 de maio de 2016 – data da posse do então presidente interino Michel Temer – e 31 de agosto de 2016, quando se encerrou o processo com o julgamento de Dilma Rousseff. Segundo a pesquisadora, houve uma predominância dos discursos pró-impeachment e pró-Temer nas amostras avaliadas.

Além de estudos científicos sobre o impeachment e os fatos políticos e sociais ligados a esse processo, instituições superiores de ensino também se manifestaram e, a partir do lugar discursivo dos que afirmam ter havido golpe, instituíram cursos de extensão com esse foco². Em fevereiro de 2018, a Universidade de Brasília (UnB), através do Instituto de Ciências Políticas da instituição, criou a disciplina optativa ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’.

O ministro da Educação na época, Mendonça Filho, criticou a medida e classificou-a de proselitismo político e ideológico do PT. Essa reação do governista gerou manifestações contrárias de várias universidades, que também passaram a criar disciplinas do gênero e acusaram o governo de violar a autonomia universitária e a liberdade de expressão.

À UnB somaram-se várias universidades que instituíram disciplinas ou seminários com a temática do golpe como a Universidade Estadual de Campinas, as federais da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, entre outras. As reações contrárias a esse movimento questionador do impeachment continuaram. Em abril de 2018, o Ministério Público Federal do Ceará ajuizou uma ação civil pública pedindo a suspensão da disciplina sobre a temática do golpe ministrada na Universidade Federal do Ceará. O órgão da Justiça alegou que a instituição estava impondo um direcionamento específico na narrativa das aulas.

² Fontes: as informações sobre a criação das disciplinas foram coletadas a partir de pesquisas nos sites G1, Folha de S. Paulo, Jornal do Commercio e Carta Capital.

No dia 2 de dezembro de 2015, um fato mediatizado foi uma espécie de semente para o que viria a ser uma nova agenda política do País. O então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB), acuado diante da possibilidade da cassação do seu mandato, aceitou o pedido principal de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff. Esse fato político foi anunciado e transformado em acontecimento, tendo o palco midiático como lugar de destaque.

Isso ocorreu porque o deputado Eduardo Cunha (PMDB) não convocou uma sessão na Câmara para comunicar a decisão. Utilizou a imprensa, em Brasília, e anunciou a cisão com governo petista. O cenário midiático foi, nesse episódio, não só um meio de reverberação de decisões políticas, mas o próprio local de emanção delas. O início do episódio do impeachment é um espetáculo cuja encenação foi iniciada pelo parlamentar Eduardo Cunha, que utilizou as redes de televisão, rádio e jornais para anunciar uma decisão político-técnica. O palco midiático teve, portanto, um protagonismo maior do que o Congresso Nacional, naquele momento.

Assim também aconteceu em 1992, quando uma multidão dos chamados “caras-pintadas” foi às ruas pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor, em diversas manifestações pelo país, que, graças ao constructo midiático, esses protestos ganharam tamanha reverberação que pareciam estar nas casas de cada um dos brasileiros. No final daquele mesmo ano, em 29 de dezembro, o “Caçador de Marajás”³ renunciou ao mandato. A partir da segunda metade da década de 2000, a pauta política voltou a estar fortemente presente no cotidiano, desta vez, com o potencial multiplicador da internet e redes sociais digitais⁴ como o Facebook e o Instagram, para citar as mais usadas pela comunidade digital.

Atenta a esse cenário, a mídia empreende esforços para captar essa audiência, que está mudando cada vez mais rápido. As informações, atualmente, são compartilhadas em segundos. O indivíduo tem à mão os mais variados meios para se informar. Diante dessa gama de fontes midiáticas, a qual recorrer? Qual é a mais confiável em tempos que se começou a falar de *fake news*⁵: as chamadas notícias falsas?

³ Foi como ficou conhecido o ex-presidente Fernando Collor, que defendia a bandeira de acabar com os altos salários de servidores públicos, os chamados “marajás”. Disponível em: <http://zip.net/bxtGZJ>.

⁴ Espaços virtuais como Facebook, WhatsApp, Instagram etc, em que os usuários compartilham conteúdos, informações, opiniões. Ver mais em A Bíblia do Marketing Digital, Cláudio Torres, 2009.

⁵ *Fake News*: A expressão surgiu em 2016, quando o site BuzzFeed identificou 140 sites de notícias falsas que atraíam muitos cliques no Facebook. As notícias, na sua maioria, favorecia o então candidato à Presidência dos EUA, Donald Trump. No Brasil, o assunto ganhou atenção das autoridades jurídicas. No dia 28 de junho de 2018, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Luiz Fux, assinou memorandos com representantes de Google, Facebook e de entidades representativas de comunicação sobre o combate à disseminação de notícias

Os veículos de comunicação impressos levam uma aparente desvantagem: só publicam no outro dia as notícias que recebemos via celular, SMS, sites de notícias etc. Mas, além da notícia, a grande questão é como noticiar. E é justamente nesse ponto que entra a questão da construção discursiva midiática que, todos os dias, procura convencer o leitor a confiar no que é publicado. A opinião pública, passível de ser monitorada diariamente via redes sociais digitais, esboça uma insatisfação quanto aos acontecimentos políticos. E a mídia retroalimenta essa insatisfação “do momento”.

Eduardo Cunha (PMDB) tinha plena voz de comando no Congresso, na época em que derrotou o governo e foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015. Após a revelação de que mantinha contas secretas na Suíça, o parlamentar experimentou a posição de anti-herói, chegou a ser afastado do mandato parlamentar por decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2016, sendo definitivamente cassado em setembro do mesmo ano, por mentir ao dizer que não possuía contas no exterior. Ainda em 2016, no dia 19 de outubro, o ex-deputado foi preso acusado de receber propina em contrato de exploração de Petróleo e utilizar contas secretas na Suíça para lavagem de dinheiro.

O peemedebista passou, então, a ser o algoz do Brasil, aquele que teria travado o andamento dos trabalhos legislativos, utilizado de chantagem para salvar o próprio mandato e o cargo de presidente da Câmara Federal e ter participado efetivamente do esquema de desvios de dinheiro da Petrobras. E a então presidente Dilma, roteirizada na mídia como incompetente política, afirmou, em um de seus pronunciamentos, que nada de irregular pairava sobre ela, ao contrário da trajetória de seu oponente.

Diante desse embate político, a mídia explorou os acontecimentos com um olhar sobre os efeitos que esses dois principais atores provocam. Eduardo Cunha seria algoz e Dilma a vítima? Seria essa a “pauta do momento” elaborada pelos organismos midiáticos? Analistas políticos afirmavam, ainda em 2015, que a voz das ruas poderia ser decisiva para a continuidade ou não do governo petista. Mas, ao longo de 2016, com o agravamento da crise econômica, os problemas políticos do Governo Dilma se acentuaram, pavimentando o caminho para o impeachment. Em 31 de agosto de 2016 o Brasil assistiu à cassação do mandato de Dilma Rousseff pelo Senado, cujo placar foi de 61 votos a favor do impeachment e 20 contra.

falsas. O acordo, no entanto, não detalhava, na época, de que forma esse combate seria realizado. **Fontes:** BBC News Brasil (<https://goo.gl/1XyZsM>) e agência de notícias Folhapress.

Já na semana que antecedia a votação do impedimento da petista, a mídia dava como quase irreversível a saída definitiva da petista do poder. De novo uma “pauta do momento”: Dilma vítima ou algoz do seu destino político? As ruas se dividiram sobre esses posicionamentos, as redes sociais digitais, mas a pauta midiática avançou tentando imprimir um novo tom: os planos do Governo Temer.

Essa breve retomada dos principais acontecimentos políticos é para contextualizar o ponto central do nosso questionamento: a mídia opera as significações em um movimento pendular de acordo com as percepções e opiniões da atualidade. Charaudeau (2010) afirma que a mídia opera com o foco voltado para a audiência. E esta, segundo Traquina (2008), é a mola propulsora para garantir a sobrevivência financeira da mídia enquanto empresa, em meio à concorrência com seus pares.

A disputa pela audiência ativa um comportamento cíclico, levando a mídia a engendrar um espetáculo cujo principal protagonista é a situação política, cujos atores ora operam em alta, ora em baixa. Porém, sobre a aparente heterogeneidade de assuntos tratados pela mídia há uma rotina discursiva que pasteuriza os acontecimentos e não os explora de forma aprofundada. Entendemos que há interesses políticos e de audiência entre os grandes jornais que impedem um direcionamento crítico para determinado assunto, especialmente se este contrariar expectativas de organismos de poder que mantenham uma relação mais do que pública com os veículos midiáticos.

Assim, no apanhado de manchetes que analisamos sobre as crises política e econômica, encontramos um fazer jornalístico e discursivo que apenas alimenta os discursos que estão em alta em determinado momento político, não contribuindo para avançá-lo do entendimento reflexivo e nem histórico dos acontecimentos. Essa prática foi examinada à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), tanto no modelo tridimensional de Fairclough (2001), quanto sob o olhar focalizador da prática social, em Chouliaraki e Fairclough (1999).

A ACD estuda as relações que há entre linguagem e poder. A preocupação central desse modo de análise é identificar formas de dominação e abuso de poder presentes nas formas linguísticas e propor modos de reação, tentando vencer a aparente naturalização das relações sociais e de poder. Partindo desse raciocínio basilar na obra de Fairclough (2001) e da nossa análise em relação ao noticiário político nas manchetes de capas de jornais no período entre 2015 e abril de 2018, geramos a pergunta central de pesquisa:

Como os efeitos de sentido ideológicos e discursivos em manchetes políticas de capas de jornais são articulados?

Com base nessa questão, propomos uma análise crítica do discurso, alicerçada principalmente em Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999), já defendendo o ponto de vista que não há, em relações de poder, espaços espontâneos de reação oferecidos pelos grupos dominantes. No caso da mídia, não há formas de reação propostas pelos meios de comunicação jornalísticos. Mas um estudo das conexões discursivas e sociais, através da malha linguística, pode ajudar a desconstruirmos essa forma de ação e, conseqüentemente, contribuir para descortinar véus discursivos muitas vezes sutis que se conjugam com formas de dominação.

A partir dessa pergunta central de pesquisa, também geramos algumas considerações teóricas acerca do universo que é estudado nesse trabalho:

- I-** Os efeitos de sentido são moldados por meio de um discurso que os torna homogeneamente ideológicos, desenhando um discurso dominante. Como isso ocorre no plano dos enunciados?
- II-** Que prática (s) social (is) está (ão) sendo operada(s) nos discursos midiáticos de natureza política?
- III-** As práticas midiáticas contribuem para a manutenção ideológica e hegemônica de “discursos do momento” e deixam marcas nos enunciados.

O foco da Análise Crítica do Discurso (ACD) nos modos de reação sincroniza-se à proposta desse trabalho, que visa colaborar com os estudos críticos do discurso, principalmente no plano midiático. Entendemos que a ACD nos dá base teórica para observar a realidade diante de uma perspectiva histórica para análise de práticas sociais dominantes e naturalizadas como estáveis em um sistema aceito socialmente.

Além da ACD, outras bases teóricas contribuíram para substanciar a análise e proporcionaram perspectivas avaliativas diversificadas, mas, no conjunto, formaram o cabedal analítico do estudo. Utilizamos Charaudeau (2006, 2010, 2011) nas reflexões sobre as estratégias midiáticas de dramatização e credibilidade para a conquista da audiência. Marcuschi (2002), Askehave e Swales (2009), entre outros, nos estudos das questões discursivas dos gêneros textuais.

Ademais, a reflexão de Ramalho e Resende (2004) foi imprescindível para situarmos as práticas sociais identificadas no panorama político analisado a partir dos elementos que

constituem os momentos discursivos discutidos pelas autoras, que se basearam nas ideias de Chouliaraki e Fairclough (1999), que também integram o aparato teórico principal.

A partir desse cabedal teórico, o qual é apresentado e discutido no capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso), discutimos a teoria e estabelecemos dois importantes elementos para a análise do *corpus*: a intertextualidade discursiva temporal e os discursos do momento. A intertextualidade se articula com os discursos do momento em uma cadeia de lutas entre forças relativamente hegemônicas.

Segundo Ramalho e Resende (2004), a prática social, pilar do modelo tridimensional da ACD que engloba os outros – texto e prática discursiva -, é constituída por elementos da vida social. Esses elementos relacionam-se o tempo todo entre si, constituindo momentos da prática social. Esses momentos, por sua vez, articulam-se com outros momentos de outras práticas sociais e, assim, constituem uma rede de práticas que se comunicam o tempo todo, seguindo movimentos hegemônicos e ideológicos vigentes. Esse raciocínio foi determinante para construirmos o nosso roteiro de análise do corpus com base nesses modelos de práticas sociais e momentos da prática.

A mídia opera práticas sociais comunicantes com os “discursos do momento”. Articula práticas sociais a partir das forças hegemônicas vigentes e a elas são submetidas devido aos interesses econômicos de sobrevivência no mercado editorial. Há, de um lado, a necessidade econômica e, de outro, o interesse editorial. Os organismos jornalísticos são empresas privadas que atendem aos interesses públicos. Lidam com um universo híbrido de audiência e de mantenedores econômicos.

Entendemos que essa característica, que ratifica o raciocínio de Charaudeau (2010), não faz da mídia um palco de questionamentos, pelo menos a mídia tradicional, que opera no mercado junto a instituições políticas, muitas vezes assumindo apoios públicos, mesmo que lhe custe um pouco da credibilidade. No dia 26 de setembro de 2010 o jornal Estadão, da empresa Estado de São Paulo, assumiu em editorial daquela edição o apoio ao então candidato a Presidência da República, José Serra (PSDB).

O texto, cuja característica principal do gênero é a opinião do jornal enquanto instituição privada, não só ressalta os atributos positivos do tucano para assumir o comando do país, segundo o jornal, como também expõe a visão negativa que a publicação tem em relação ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que é chamado pelo Estadão como “dono do

PT”⁶. Essa prática se faz cada vez mais presente nos chamados “jornalões”, os grandes jornais. No dia 13 de outubro de 2016, o jornal *The Washington Post* fez o mesmo em relação à candidata democrata Hillary Clinton, no editorial intitulado “*Hillary Clinton for president*”⁷.

A própria teoria jornalística, discutida por vários autores da área, coloca a imparcialidade da imprensa como uma prática irreal, que está apenas na articulação das teorias jornalística, sobretudo a Teoria do Espelho (detalhada no capítulo 2), segundo a qual os fatos devem ser retratados como eles acontecem, como um espelho da realidade. Tese que, de tanto ser questionada por vários especialistas em Jornalismo, é atualmente tratada como uma peça de museu, útil para entendermos o distanciamento de seus pressupostos da realidade da profissão (TRAQUINA, 2008).

Há no jornalismo, como diz Charaudeau (2010), uma realidade verossímil por causa dessa midiatização na qual entram no escopo vários interesses além dos que constituem o escopo profissional dos jornalistas. Por essa razão, ao estabelecermos os nossos questionamentos, partimos dessa visão teórica que situa a parcialidade da realidade jornalística e geramos, a partir da pergunta de pesquisa (Como os efeitos de sentidos ideológicos e discursivos em manchetes políticas de capas de jornais são articulados?), os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Compreender como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes⁸ de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica.

Objetivos específicos

1. Identificar as escolhas lexicais e que sentidos estas produzem nos enunciados midiáticos de natureza política;
2. Verificar as relações discursivas explícitas e implícitas entre as manchetes de capa dos jornais;

⁶ A íntegra do editorial “O mal a evitar” está disponível em: <https://goo.gl/2rMCCR>.

⁷ No texto, o jornal afirma que a candidata democrata é a “melhor qualificada e preparada para suceder Barack Obama” (tradução nossa). Disponível em: <https://goo.gl/LhiUef>.

⁸ As manchetes analisadas são as de capa de jornal. São o enunciado principal que um jornal elege para ser a sua manchete. Há uma diferença entre manchete principal e títulos. Os títulos, segundo discute Amaral (2001), é a informação destacada acima da matéria. A manchete de capa é o título principal do jornal e vem em maior destaque na capa. Esse elemento é o nosso objeto de estudo.

3. Refletir sobre as relações estabelecidas pelos enunciados analisados dentro da conjuntura social da qual emergem.

O estudo busca mostrar caminhos de desvendar o fazer midiático tendo como base a Análise Crítica do Discurso, com ênfase na prática social. A pesquisa é de natureza qualitativa e abordagem documental e é composta pelos seguintes *corpora*:

- **Corpus ampliado:** manchetes políticas de capa dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio entre janeiro de 2015 e abril de 2018.

- **Corpus restrito:** recorte das manchetes do corpus ampliado para apresentação da análise na tese. Foram selecionadas 190 manchetes para análise.⁹

Os dois jornais nacionais selecionados estão inseridos nas duas principais metrópoles do país. O jornal estadual ocupa o primeiro lugar em número de assinantes segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹⁰. No capítulo 1 (*Jornalismo e história do Brasil: faces de uma mesma moeda*), resgatamos, através de um percurso histórico e de forma cronológica, as relações que a imprensa teve e tem com os fatos políticos e governos do Brasil, desde a época do império até a contemporaneidade. Para isso, percorremos um caminho histórico para discutir e entender os métodos do fazer jornalístico desde o período monárquico.

No capítulo 2 (*O fazer jornalístico e a construção da realidade*), apresentamos como a mídia, através das técnicas do jornalismo, atua na construção dos enunciados e interpretação dos acontecimentos. Esse recorte jornalístico observamos necessário porque nos proporciona o entendimento de características técnicas e de como essas nuances refletem-se no discurso midiático.

No capítulo 3 (*Os pilares da Análise Crítica do Discurso*), discutimos as teorias utilizadas na análise, traçamos os panoramas histórico e atual da Análise Crítica do Discurso (ACD) e também correlacionamos essa vertente teórico-metodológica a outras abordagens. Primeiramente, apresentamos um breve percurso histórico da ACD, mostrando suas raízes teóricas com os estudos críticos do discurso, detalhando os elementos que formam essa proposta teórico-metodológica transdisciplinar de estudo da linguagem. Trazemos o modelo tridimensional de análise do discurso, as reflexões sobre o protagonismo das práticas sociais na análise e as correlações teóricas e metodológicas com a encenação narrativa.

⁹ Ver detalhamento no capítulo de Metodologia.

¹⁰ Idem.

No capítulo 4 (*Metodologia*), apresentamos a metodologia do estudo, assim como a cronologia de execução dos processos de construção da tese. O capítulo 5 (*Script midiático: uma análise*) traz a análise propriamente dita do *corpus* da pesquisa, focalizando os aspectos linguísticos, discursivos e sociais.

Observamos que as pesquisas contribuem para jogar luz no fazer midiático a partir de investigações de objetos distintos. É vasto o campo de estudo da mídia, que oferece múltiplas inflexões teóricas. Nossa proposta de análise midiática neste estudo traz um olhar que oferece modos de ver os discursos que nos são apresentados como acabados.

Entender as práticas midiáticas através da identificação de ligações entre discursos e o momento social vigente é também um caminho para compreender como são construídos esses discursos, descortinando um produto apresentado como jornalisticamente adequado. Não há discurso ingênuo, mas há interpretações que podem ainda estar encobertas por várias razões.

A mídia sempre esteve alinhada com seus interesses e, desde os tempos remotos aqui no Brasil, por muitas vezes esses interesses “jornalísticos” também se uniam aos objetivos do sistema de governo da época, a monarquia. Recorrendo ao pernambucano Josué de Castro, faremos no próximo capítulo uma “Geopolítica da mídia”¹¹.

¹¹ Josué de Castro é autor de *Geografia da Fome*. Obra desconstruiu a ideia de que a fome tinha causas climáticas e apontou para a falta de interesse político para erradicar o problema.

1. JORNALISMO E HISTÓRIA DO BRASIL: FACES DE UMA MOEDA

“Esta é a causa principal das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares por onde a justiça se não guarda e o estado se perde”. (VIEIRA, 1679). Esta citação integra um dos sermões do Padre Antônio Vieira. Esse pensamento, já propagado no século 17, não ficaria deslocado nos dias de hoje, Brasil do século 21. Neste capítulo resgatamos, através de um percurso histórico e de forma cronológica, as relações que a imprensa teve com os fatos políticos e governos do Brasil, desde a época do império até a contemporaneidade. A partir do regime monárquico, a tarefa de reportar os fatos sempre oscilou entre práticas de adesão ou não aos desmandos do poder público.

1.1 A origem da relação

Em 1666, quando Portugal já tinha recuperado o domínio da colônia brasileira dos holandeses, o governador de Pernambuco na época, Jerônimo de Mendonça Furtado, foi preso no Forte de Brum por desvios financeiros. O Padre Antônio Vieira condenava essa prática nos seus sermões: “Porque alguns ministros de sua majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm buscar nossos bens”. (Idem). Hoje, esses “sermões” se avolumam nas redes sociais digitais, nos debates acalorados formais e informais etc. Os indivíduos se posicionam, se digladiam, emitindo opiniões divergentes sobre o quadro político brasileiro em tom de denúncia.

Mas, as terras brasileiras sempre foram palco de ebulições políticas ao longo da história da nação. Em se tratando de política e Brasil, o mar conheceu muitas tempestades e a imprensa navegou junto com elas. No início de tudo, em 1500, éramos preguiçosos e canibais, como disse primeiramente Cristóvão Colombo, ao chegar às Américas em 1492 e referir-se aos indígenas. Depois, quando os portugueses colocaram os pés nessa parte das Américas, coube a Pero Vaz de Caminha, escrivão português que integrava a esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500, retratar ao então rei de Portugal, Dom Manoel a descoberta do “Novo Mundo”, com uma narrativa impregnada de deslumbramento.

A carta de Caminha, considerada o primeiro documento escrito sobre a história do Brasil, só foi descoberta dois séculos depois, o que pode ter contribuído para esconder, naquela época, a instabilidade que aportou por aqui desde que os portugueses botaram os

olhos nos trópicos. A colonização, como retrata a história, foi a custo de muitas mortes, sevícias e utilização de mão de obra escrava. O saldo foi cruel: índios dizimados tanto por doenças quanto por exploração e assassinatos, no caso dos que se revoltavam contra o domínio dos portugueses.

Da exploração do Pau Brasil para a era da agricultura, começando pelo açúcar, a vida também não foi fácil. A escravidão, cujos rastros ainda estão vivos na cultura brasileira através de várias práticas enraizadas no sistema capitalista, varreu gerações de famílias índias e negras, separando seus membros, castigando e oferecendo um vil tratamento que muitas vezes lhes custou a vida.

Segundo pesquisadores da Universidade de Emory, em Atlanta, nos EUA, o Brasil foi o maior destino de escravos africanos entre os anos de 1560 a 1850, vindos na sua maioria do golfo do Benim e África Centro-Occidental. Os estudiosos compilaram um banco de dados sobre a escravidão nas Américas e, segundo a pesquisa, mais de dez milhões de africanos foram transportados para essas regiões à força entre os séculos 16 e 19, e o Brasil recebeu quase a metade deles. O levantamento lista com nomes dos escravos um total de 35 mil viagens. A tabela, que consta no site da universidade, detalha o nome do escravo, o nome do capitão da embarcação e o destino, além de outras informações sobre os mapas da viagem, número de mortos durante o transporte etc.¹².

Em 1530, a Era do Açúcar foi o retrato de progresso. Pernambuco e São Vicente, as duas capitanias hereditárias em que o cultivo do “ouro branco” prosperou, desenvolveram-se com a produção do insumo, mas à custa da exploração de mão de obra escrava e todas as cruéis práticas que o sistema escravocrata trazia. Em 1532, Martin Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, fundou o primeiro engenho de açúcar brasileiro, em São Paulo. Três anos depois, o mesmo acontecia em Pernambuco, através de Jerônimo de Albuquerque, que administrava a capitania deste estado. O engenho pioneiro nas terras pernambucanas foi a propriedade chamada Nossa Senhora da Ajuda, em Olinda.

No entanto o progresso canavieiro significou o estabelecimento da chaga da escravidão, que perdurou no Brasil durante mais de três séculos e foi tema de várias revoltas pela sua abolição. Até que, acuado diante da pressão popular e de partidos que apoiavam a República, Dom Pedro II, que estava em Portugal, autorizou a filha, a Princesa Isabel, a assinar a Lei Áurea, em 1888. Segundo Schwarcz e Starling (2015), foi a última tentativa do monarca para cacifar a filha a assumir o trono e tentar um III reinado. No entanto, seus planos

¹² Disponível no site <http://www.slavevoyages.org>.

não obtiveram êxito. Ao longo de mais de três séculos, vários movimentos políticos, revoltas e combates impulsionaram a construção de um país republicano.

Até então, todos esses fatos aconteceram diante de uma imprensa com atividade incipiente devido ao domínio da coroa portuguesa. Segundo contam Romancini e Lago (2007), no Primeiro Reinado, o regente D. João, ao chegar à cidade do Rio de Janeiro com a corte, toma uma série de medidas que possibilitaram o surgimento da Imprensa Régia. Entre os empreendimentos do monarca, houve a abertura dos portos para as nações aliadas, cujo objetivo era manter o apoio da Inglaterra, já que Dom Pedro II tinha como fieis inimigos França e Espanha.

Aliás, essa abertura ao comércio internacional provocou a chegada de muitos produtos que aqui não teriam utilidade, como patins para esqui no gelo. Schwarcz e Starling (2015) contam que, como o clima nos trópicos é quente, as lâminas dos patins eram usadas como trincos de portas. Mas também houve várias mudanças que deram uma nova cara ao que agora era chamada de Reino Unido. A colônia se vestia com a roupagem do desenvolvimento. D. João criou o Banco do Brasil, a Academia de Belas-Artes, o Museu Nacional, a Biblioteca Real e a Imprensa Régia também surgiu dentro dessas medidas.

A Imprensa Régia só produzia periódicos autorizados pela Coroa. A impressão era realizada a partir da máquina de tipografia monopolizada pelo então príncipe regente e, até 1821, só eram autorizadas impressões que não criticassem a religião, o governo e os “bons costumes” da sociedade. A Imprensa Régia produzia panfletos, documentos do governo, enfim, textos que não fossem fora dos princípios da censura real, o que impossibilitou o desenvolvimento inicial de uma imprensa livre e questionadora.

Foi nesse cenário que surgiu, em 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal impresso do país, cujo primeiro número circulou em 10 de setembro daquele ano. Era uma publicação pró-governo, “chapa branca”, como denomina o jargão jornalístico. Mas há uma polêmica sobre esse pioneirismo. Por conta da censura do governo, vários historiadores dão conta de que o primeiro jornal impresso brasileiro surgiu em Londres. Trata-se do Correio Braziliense, cujo primeiro número foi publicado em 1^o de junho de 1808, portanto, quatro meses antes da Gazeta do Rio de Janeiro. O periódico tinha, como analisam Romancini e Lago (2007), um caráter crítico, o que não agradava a Coroa. Por isso, o motivo de ter nascido fora do país. Também se aproximava do modelo que temos hoje, com a divisão do jornal em seções.

Hipólito José da Costa foi o fundador do Correio. Seu nome ainda hoje está no cabeçalho da capa do jornal, que é publicado em Brasília e traz, como segundo fundador, Assis Chateaubriand, desde 1960 também referenciado na publicação. No entanto, apesar de ter a fama de crítico ao governo, o Correio não teria, de acordo com os pesquisadores, aderido de início à causa da independência, mas era favor de temas não simpáticos à Coroa, como o fim do trabalho escravo, liberdade de opinião e implantação de uma monarquia constitucional. Ou seja, causas que incomodavam e eram consideradas revolucionárias. O Correio, então, era impresso em Londres e importado para o Brasil. A partir de 1809, foi proibido pelo governo e passou a circular no país de forma clandestina.

Há uma versão apurada pelos pesquisadores de que Hipólito teria negociado, em 1812, um valor pecuniário com D. João para, em troca, poupá-los de críticas. A estas informações, contrapõem-se outras. Os próprios pesquisadores apuraram que Barbosa Lima Sobrinho defendeu o fundador argumentando que o conteúdo crítico não se alterou após esse acordo. A prática de financiamento governamental em favor da mídia é uma realidade concreta e institucionalizada hoje, sob o nome de publicidade institucional.

A publicação do Correio Braziliense perdurou até 1822, quando Hipólito interrompeu-a por causa do surgimento de várias publicações jornalísticas devido à independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro daquele ano por Dom Pedro I, que rompeu com a corte portuguesa e iniciou o Primeiro Reinado. O pai, Dom João, havia partido de volta para Portugal em 1821 por conta do clima de instabilidade política no país europeu, onde havia estourado um ano antes a Revolução Liberal do Porto¹³. O fundador do Correio faleceu em 1823. O jornal volta a circular no Brasil, com sede em Brasília, em 1960, quando foi adquirido por Chateaubriand, dono do Grupo Diários Associados, o maior conglomerado de mídia à época. A Gazeta do Rio de Janeiro deixa de ser publicada em 1821 e dá lugar ao Diário do Governo, que passa a circular tendo vários concorrentes que também entraram no mercado de jornais.

Muitas publicações tinham vida curta na época do Primeiro Reinado, de semanas até, dizem Romancini e Lago (2007). Também, destacam eles, o público leitor era muito pequeno devido ao alto índice de analfabetismo. Por isso, muitos impressos eram lidos em voz alta para quem não sabia decifrar as letras. Mesmo assim, a imprensa e o jornalismo se

¹³ A Revolução do Porto ocorreu em 1820. E havia, segundo contam Schwarcz e Starling (2015), duas bandeiras reivindicatórias: a defesa de um Estado constitucionalista e a manutenção da monarquia. Essa segunda vertente exigia o retorno de D. João VI a Portugal. (p.201).

desenvolveram progressivamente ao longo dos anos e sua caminhada está intimamente atrelada à história do Brasil. São, na verdade, faces de uma mesma moeda. Ainda no Primeiro Reinado surgiram também panfletos críticos ao governo, defensores das causas da abolição, entre outros temas, que rapidamente saíam de circulação, mas deixavam um rastro do jornalismo político crítico, que não demoraria muito para aparecer com força.

E uma atuação mais questionadora da prática jornalística da época começou a se desenvolver a partir do Segundo Reinado, de Dom Pedro II (1841-1889). O regente foi emancipado com apenas 15 anos de idade para assumir o trono no Brasil e conter as revoltas que eclodiam pelo Reino. O agora monarca assumia o trono em 18 de julho de 1841 e dava início, mesmo ainda sem ter noção do que tinha pela frente devido a pouca idade, a uma fase de consolidação da monarquia no Brasil. E foi nessa época que a imprensa entrou em uma fase mais participativa nas campanhas pela abolição da escravatura e mudança para a República, mas também havia movimentos que defendiam o governo e outras causas contrárias a ele. Foi um tempo de longas lutas.

A Balaiada (1838-1840) e a Guerra dos Farrapos (1836-1845) são dois exemplos bem emblemáticos. O primeiro, no Maranhão, foi empreendido por pequenos agricultores e comerciantes, com apoio de cerca de três mil escravos fugidos. Defendiam D. Pedro II, mas também a liberdade. Foram contidos de forma violenta, resultando em 12 mil sertanejos e escravos mortos. O segundo, no Rio Grande do Sul, foi um conflito de setores contrários ao governo, que defendiam a República. A imprensa na época teve um papel preponderante tanto para incentivar os movimentos, quanto para registrá-los.

Conservadores e liberais de direita se uniram contra a esquerda liberal. E a imprensa não foi só instrumento de registro desse embate, também foi usada como arma ideológica, uma vez que os lados opostos passaram a comprar ou lançar publicações na guerra que também se estendia ao campo das ideias. Convencer corações e mentes era o objetivo maior. Assim, Sodré (1999. p. 131) lembra que em 1835, por exemplo, o governo de São Paulo comprou O Paulista Oficial e a oficina do Farol Paulistano para obter credibilidade nas lutas políticas que irradiavam para o papel e tinta.

Do lado oposicionista ao trono, havia a Voz Paulistana (1831), A Novidade e a Novidade Extraordinária (1835), entre muitos outros, isso só em São Paulo. Além dos jornais, havia também os pasquins, caracterizados por críticas ácidas e dar voz ao extrato popular da sociedade: negros, artesãos, trabalhador urbano etc., embora o próprio Sodré (1999) relate que também as publicações governistas não poupavam em palavras virulentas. Muitos duravam

apenas semanas ou até uma edição e tiveram seu apogeu entre 1830 e 1833: O Grito dos Oprimidos (Ceará), O Brasil Aflito (Rio de Janeiro) ¹⁴, O Povo e, depois, O Alegrete (Rio Grande do Sul), O Despertador (Maranhão), entre outros.

O testemunho e registro dos fatos históricos, embora muito importantes por si só não propiciariam à imprensa o seu desenvolvimento. A modernização industrial fez a diferença para a atividade jornalística e consolidou vários jornais que já haviam surgido ainda no Primeiro Reinado. Segundo lembram Romancini e Lago (2007), foi na época de D. Pedro II que o Brasil conheceu a navegação a vapor, as estradas de ferro, o uso de prelos a vapor. Estes últimos iriam diretamente influenciar na atividade da imprensa, tanto por conta do transporte de exemplares, como por sua produção propriamente dita. Mas as notícias de fora não tinham velocidade. Chegavam aqui na ‘província brasileira’ muitos dias, semanas até, depois de terem acontecido.

Foi o surgimento do telégrafo que acelerou a modernização da imprensa, ainda no período monárquico. Inventado pelo físico norte-americano Samuel Morse, em 1845, o telégrafo elétrico causou um efeito de encurtar distâncias e também apreensão na imprensa. A transmissão de notícias em tempo real, por um fio, transformou a invenção em um fantasma similar ao que hoje é a internet para os jornais impressos. Segundo Cadena (2010), na época, o aparecimento dessa tecnologia encurtava o tempo de transmissão de notícias de semanas para um ou dois dias, o que fazia muita diferença em meados do século 19.

Segundo Maciel (2001), no Brasil, o telégrafo elétrico chegaria por volta de 1852 por ocasião da implantação do primeiro cabo submarino do Brasil, ligando a Quinta Imperial ao Quartel General do Exército, ambos no Rio de Janeiro. Primeiramente, servia à Corte, mas depois se expandiu pelo Brasil e hoje esse cabeamento transporta dados via telefone e internet. No entanto, o objetivo original era reprimir o tráfico negreiro, que foi proibido desde 1850 pela Lei Eusébio de Queiroz. Mas, acabou se transformando em um importante acelerador de informações, o que impactou diretamente na atividade jornalística da época.

Não só o telégrafo, mas a litografia, que existia no Brasil desde a vinda de D. João VI e se desenvolveu no reinado de Pedro I, e a fotografia, esta desenvolvida bem mais tarde, a partir de 1880, também impulsionaram a imprensa. Essas duas técnicas abriram o caminho para a face imagética do jornalismo. Romancini e Lago (2007) contam que a modernização das máquinas fotográficas e da sensibilidade dos filmes deu à fotografia o *status* que tem até

¹⁴ O seu redator, Clemente José de Oliveira, foi assassinado pelo filho do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, devido às suas críticas à Corte. (Sodré, 1999, p. 164).

hoje, o de retratar uma verdade, embora aparente, mas esse questionamento viria bem depois. Antes, a imprensa passava por uma fase de transição, com o início da República, período que discutiremos no próximo tópico.

1.2 A República e a consolidação dos jornais

Com esses passos tecnológicos, o jornal impresso também evoluiu e modernizou-se. Surgiu a chamada “mercantilização da imprensa”, termo usado por críticos para chamar a consolidação do processo de produção jornalística. Os jornais viraram empresas propriamente ditas, com processo de produção, interesses comerciais e também interesses políticos. Sodré (1999) comenta que nessa época “[...] a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional” (p. 276).

Com o fim da monarquia e o início da República Velha, os interesses capitalistas estavam se encravando na cultura econômica do Brasil e a imprensa também acompanhou esse processo, mas ainda dando passos um tanto tímidos. O jornal que primeiro se consolidou nessa nova estrutura pós-reinado foi o “A Província de São Paulo”. Ainda no período monárquico, em 1876, já praticava ações capitalistas, como venda de anúncios, de assinaturas e a implantação do sistema de venda nas ruas, chamado venda avulsa.

O periódico, contam Romancini e Lago (2007), encampou as bandeiras do abolicionismo e da República, cujas reivindicações e conflitos acentuaram-se em 1888. Em novembro de 1889 é proclamada a República, com o marechal Deodoro da Fonseca como primeiro presidente dos Estados Unidos do Brasil. O “A Província de São Paulo” muda de nome logo em janeiro de 1890 e passa a se chamar O Estado de S. Paulo, cujo primeiro número dessa nova fase política do país saúda a República.

A partir dessa transição de regime, há também uma espécie de transição do fazer jornalístico. Surge, ao longo das décadas, conforme lembram Romancini e Lago (2007), uma imprensa mais informativa, mais profissional e estruturada como empresa. E os grandes jornais que hoje disputam o mercado nacional são dessa época: o Jornal do Brasil, em 1891¹⁵;

A Folha de S. Paulo chega bem mais tarde, em 1960. Foi a fusão de três títulos de um mesmo grupo: Folha da Noite (1921), Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). O

¹⁵ Deixou de circular da forma impressa em 31.01.2010 e existe apenas na internet. Disponível em Biblioteca Nacional Digital Brasil (<https://goo.gl/wVnFRM>). Acesso em: 06 abr. 2016.

jornal O Globo também é da mesma fase dos antecedentes da Folha de S. Paulo: surge em 1925, fundado por Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, este que viria, mais tarde, fundar um império da comunicação. Em Pernambuco, o Diário de Pernambuco já existia desde a monarquia. Foi fundado em 1825, pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, e em 1931 foi adquirido por Assis Chateaubriand, que o incorporou aos Diários Associados, o seu conglomerado de comunicação. O fato de ser o primeiro jornal em circulação da América Latina é quase a sua segunda marca. O Jornal do Commercio, no Recife, surge já em 1919.

Ao longo da República, esses e outros jornais¹⁶ ganharam terreno e se consolidaram estrutural e profissionalmente. No entanto, em grandes acontecimentos políticos observamos nessas periódicas movimentações pró e contra o governo da época e posicionamentos editoriais que nem sempre beiravam a ética. Em acontecimentos histórico-políticos, podem-se observar as guinadas jornalísticas que traduzem o posicionamento e interesses econômicos dos detentores dos grupos de comunicação.

No Golpe de 64, o grupo Globo apoiou os militares e isso se traduziu na sua cobertura jornalística. A TV Globo foi fundada em 1965, um ano depois de iniciado o golpe, chamado naquela época de “revolução”. Recebeu financiamento do grupo Time-Life, o que proporcionou à emissora condições técnicas de desenvolver o chamado “padrão Globo de qualidade”.

Em 1966, de acordo com levantamento de Romancini e Lago (2007), a emissora foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que a acusava de receber financiamento estrangeiro do grupo, o que era proibido pela Constituição brasileira da época. Depois de depoimentos na CPI, o processo terminou com a união entre esses grupos, em 1971, mas a TV já tinha sido beneficiada com o conhecimento tecnológico que lhe possibilitou a conquista de audiência.

Naquela época, o Jornal Nacional já tinha sido lançado dois anos antes e chegou a ser chamado de “tranquilizante” pelo presidente à época, Emílio Garrastazu Médici¹⁷, cuja declaração, dada em 1973, é destacada por Lins da Silva (1985):

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho. (p. 39).

¹⁶ Não é nossa intenção fazer um levantamento histórico de todos os jornais. Como nosso corpus foca jornais específicos, nacionais e locais, detemo-nos nestes.

¹⁷ O governo de Médici durou de 1969 a 1974.

Na campanha das Diretas Já, a partir de 1984, assistia-se a um Brasil ávido por sair das garras do governo militar. A série de denúncias de corrupção dentro do regime, lembram Schwarcz e Starling (2015), e o próprio desentendimento entre os militares contribuíram para a sua derrocada. E essa transição começou com campanha das Diretas Já. A população foi às ruas pedir eleições diretas para presidente.

A Folha de S. Paulo, na época, apoiou a proposta com o objetivo de se consolidar perante o leitor e angariar audiência, mas segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o jornal apoiou o golpe não só emprestando carros para as ações da Operação Bandeirante (Oban), como também de forma ideológica¹⁸. Em editorial publicado no dia 30 de março de 2014, por ocasião dos 50 anos do Golpe Militar, procura justificar o posicionamento do jornal naquela época:

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias. (FILHO, 2014).

No entanto, a Globo noticiou o grande comício da Sé em favor das ‘Diretas Já’ como se fosse o aniversário de São Paulo, pois a data coincidia, naquele 25 de janeiro de 1984. Teve, conseqüentemente, que voltar atrás e reportar as passeatas. Foi nessa ocasião que ganhou o bordão “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. Apesar da orientação editorial inicial de não noticiar a passeata como uma reivindicação de eleições diretas, os jornalistas da emissora aderiam ao movimento indo trabalhar de gravatas amarelas (Schwarcz e Starling, 2015).

O Estado de S. Paulo foi contra a posse de Jango e apoiou os militares. Na contracapa da edição de 2 de abril de 1964, um dia após a deposição de João Goulart da presidência, estampou a manchete “Vitorioso o movimento democrático”¹⁹. Já o Última Hora, de Samuel Wainer, declaradamente contra os militares, publicou uma manchete sem exaltação ao novo

¹⁸ Portal Carta Capital. Disponível em: <http://zip.net/bfs95h>. Acesso em: 21 abr. 2016.

¹⁹ Blog do Mario Magalhães. Disponível em: <http://zip.net/bmmYgB>. Acesso em: 23 abr. 2016.

governo: “Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado”, mas denunciou a censura sofrida em um título abaixo da manchete principal: “Última Hora depredada e incendiada”.²⁰

O Jornal do Brasil não aderiu e criticou a censura sofrida pela imprensa. Em 14 de dezembro de 1968, Schwarcz e Starling (2015) contam que o vespertino circulou com uma manchete “Ontem foi o dia dos cegos”, referindo-se ao cerceamento sofrido no dia anterior. Na véspera das eleições para presidente em 1989, o Estadão, como também é conhecido, publicou um depoimento do irmão do empresário Abílio Diniz de que o sequestro dele tinha ligação com o PT, contribuindo para a derrota de Lula para Collor naquelas eleições.

Mas foi o grupo Globo decisivo para a vitória do “Caçador de Marajás”. Durante a campanha, o caso Miriam Cordeiro veio à tona pela Rede Globo e logo ganhou a mídia nacional. Era uma ex-namorada de Lula que teria feito um aborto a pedido dele. As pesquisas davam um empate técnico e o revés facilitado pela Globo foi decisivo para a derrota do petista.

O tiro de misericórdia veio na famosa edição do debate entre ele e Collor, exibida no Jornal Hoje e no Jornal Nacional²¹, que favorecia àquele que depois renunciaria ao seu mandato em meio a um escândalo de corrupção. Essa prática de favorecimento é antiga na imprensa. A memória recente do golpe de 64 traz, de forma documentada, o apoio ou o silêncio da imprensa em relação à investida militar. Assunto que será discutido a partir de agora.

²⁰ Idem 7.

²¹ O debate ocorreu no dia 14 de dezembro de 1989 e no dia seguinte a Globo exibiu uma edição no Jornal Hoje e Jornal Nacional, que foi alvo de críticas que diziam ser o material produto de manipulação pró-Collor.

1.3 A imprensa pernambucana e o golpe de 64

A imprensa sempre teve papel preponderante ao longo dos fatos políticos. Em Pernambuco, por ocasião do Golpe de 64, por exemplo, jornais da época, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, também esboçaram posturas pró-golpe e, em pleno regime de exceção, calaram-se diante de crimes brutais e torturas.

Era 1^o de abril de 1964. O então governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, recusou-se a fazer concessões para continuar no governo, como lhe sugeriram os militares. Segundo conta Rozowykwiat (2004), após resistir e afirmar que tinha um mandato democraticamente conferido pelo povo, Arraes saiu escoltado do Palácio do Campo das Princesas em um Fusca.

Era enfim executada a ordem do comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos. O governador deposto foi levado para o quartel de Socorro, em Jaboatão, e de lá seguiu para Fernando de Noronha, onde permaneceu por onze meses. A última prisão que experimentou foi no Rio de Janeiro, quando foi solto por força de uma *habeas corpus*. Mas teve que se exilar porque não havia condições de continuar solto uma vez que fora enquadrado na Lei de Segurança Nacional no dia 20 de maio de 1965.

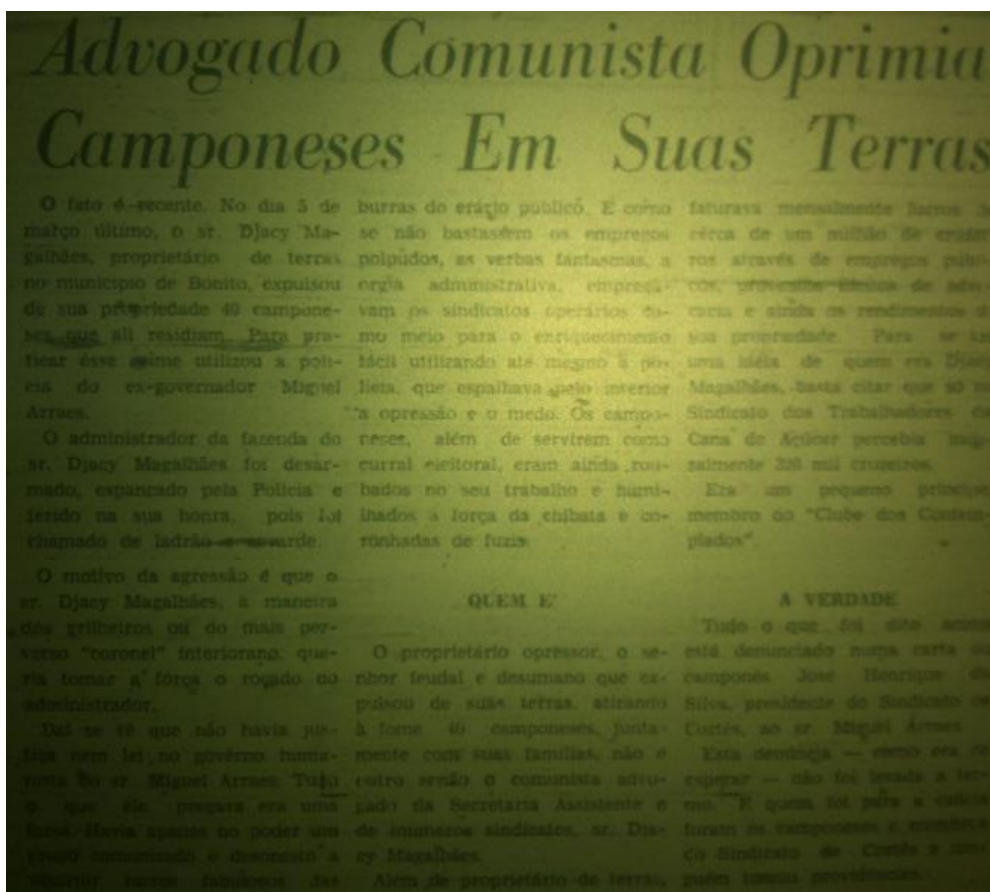
O exílio na Argélia durou 14 anos. Sua volta ao Brasil, em 1979, por conta da Lei da Anistia, também marcou o seu retorno, com uma força ainda maior, ao cenário político. Rozowykwiat (2004) conta que, enquanto esteve no desterro, como ele mesmo chamava o exílio, Arraes adotou o silêncio e o falar estratégico, que o envolvia em uma aura de mistério, reforçada pela revolta popular quanto à sua deposição. Após a volta, o retorno ao governo de Pernambuco, em 1987, com uma votação maciça, foi a consequência inevitável depois dos últimos acontecimentos da época.

Mas essa construção mitológica de Arraes, tampouco os seus pontos de vista, não chegaram às páginas dos jornais da época. A grande imprensa contribuiu com o golpe. Os interesses econômicos estavam acima de qualquer justiça política ou a regras jornalísticas de ouvir os dois lados da notícia. A deposição de Arraes foi noticiada sob o discurso da "revolução", como foi denominado o golpe naquela época e durante muitos anos. Segundo Toledo (2004), antes do regime de exceção se instaurar, a imprensa em Pernambuco, assim como em outras partes do país, noticiava o perigo subversivo que eram as Ligas

Camponesas²², e, no âmbito nacional, a reforma agrária apregoada pelo governo de João Goulart.

Pesavam contra Arraes ainda, lembra Rozowykwiat (2004), uma concorrência interna. O líder populista era visto como uma ameaça pelo próprio Goulart, que o impregnava da imagem de comunista porque enxergava nele um perigoso concorrente a voos nacionais. Na verdade, tanto Arraes quanto Goulart se valiam da representatividade das massas para traçar um projeto de poder duradouro. Mas isso não duraria muito tempo. Seria interrompido em abril de 1964. No entanto, esse cenário político passou longe dos jornais. O que se viu foram matérias relatando o levante subversivo.

Em 11 de abril de 1964, por exemplo, já após a deposição de Miguel Arraes do governo de Pernambuco, uma notícia publicada no Diário de Pernambuco narrava um fato ocorrido no dia 5 de março daquele ano, segundo o jornal, provocado pela “polícia do ex-governador Miguel Arraes”, como está no primeiro parágrafo da matéria abaixo:



Diário de Pernambuco, 11 de abril de 1964. Fonte: arquivo microfilmado da

²² Movimento fundado em 1955 no Engenho Galileia, pelo advogado e deputado federal Francisco Julião. Nele, os agricultores lutavam contra a expulsão das terras onde trabalhavam, o que gerou conflitos e violência entre eles e os latifundiários (TOLEDO, 2004).

Transcrição do primeiro parágrafo:

O fato é recente. No dia 5 de março último, o sr. Djacy Magalhães, proprietário de terras no município de Bonito, expulsou de sua propriedade 40 camponeses, que ali residiam. Para praticar esse crime utilizou a polícia do ex-governador Miguel Arraes.

No texto, a expulsão violenta de camponeses por um proprietário de terras em Bonito, no agreste do Estado, é caracterizada como um ato de “opressão e medo”, de acordo com a matéria. No trecho cujo subtítulo é “Quem é”, o dono da propriedade é classificado como “proprietário opressor” e “senhor feudal”.

No entanto, em relação ao golpe propriamente dito, ou revolução, como foi chamado, os jornais destacaram o fato sem qualquer alusão a golpe ou quebra da democracia. Em artigo intitulado “A imprensa disse sim ao golpe”, o jornalista Mário Magalhães relaciona uma série de capas de jornais do dia 2 de abril de 1964. Entre elas, a do Diário de Pernambuco:



Diário de Pernambuco, 2 de abril de 1964: “Jango sai de Brasília rumo a Porto Alegre ou exterior: posse de Mazilli”. Governador constitucional Miguel Arraes, vestido de branco no Fusca, é preso e cassado. Fonte: Observatório da Imprensa.

Na mesma edição, é dada a posse ao novo governador Paulo Guerra e ao lado direito da manchete um destaque para o pronunciamento do chefe do executivo estadual intitulado “A solenidade no Palácio: Mensagem aos pernambucanos (sic.)”:



Diário de Pernambuco, 02 de abril de 1964. Arquivo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: zip.net/bmtnVJ. Acesso em: 06 jul. 2016.

Além de funcionarem como uma espécie de assessoria do regime de exceção, desconstruindo as denúncias de torturas, os assassinatos brutais de pessoas chamadas “subversivas” também passaram ao largo das páginas dos jornais da época. Um desses casos foi o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, no dia 26 de maio de 1969. Segundo conta Santos (1999), ele foi ordenado padre pelo então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, e nunca se intimidou com o regime militar.

Foi assessor de Dom Helder no Setor de Juventude da arquidiocese, na sede da Cúria Metropolitana do Recife. O trabalho do padre Henrique focava em esclarecer os jovens para que não ficassem alienados diante dos impeditivos do governo. Senso crítico e análise da situação do país eram bastante trabalhados pelo sacerdote nas suas reuniões com a juventude.

Além da reunião com jovens, padre Henrique também mantinha contatos com estudantes fichados pelo regime militar e não se intimidava com as ameaças sofridas por conta disso. A defesa dessa bandeira o transformou em alvo de perseguição dos órgãos de segurança que, para atingir Dom Helder, viram na morte do seu braço direito uma forma de golpear a tentativa de luta pela liberdade de pensamento e expressão. E assim aconteceu. Embora o fato não tivesse arrefecido a luta do arcebispo pela liberdade.

Durante entrevista a Santos (1999), a mãe do padre Henrique, Isáfras Pereira da Silva, conta que, um dia antes da morte dele, ela almoçava com o filho em casa e ele comentou uma história estranha. Disse ter sido procurado por duas moças e uma delas estava querendo se suicidar por causa de um namorado, do qual não se lembrava do nome. O padre aconselhou a

não fazer isso, mas comentou que elas insistiam em saber onde o religioso estaria no outro dia. O que ele teria dito.

No outro dia, 26 de maio daquele ano de 1969, padre Henrique havia terminado uma de suas reuniões com jovens católicos, no Parnamirim, na casa do doutor Mário Bittencourt. Pegou um ônibus. Chovia. Depois, ainda naquela noite, teria sido visto caminhando entre dois homens, em direção a uma Rural verde e branca, placa 60345. Foi encontrado morto na madrugada do dia 27, em um terreno à margem da Avenida Professor Luiz Freire, na Cidade Universitária.



O sacerdote, que tinha 28 anos, apresentava marcas de tortura e de tiros de revólver na cabeça.

Fonte da foto: Enciclopédia do Nordeste.

Disponível em: onordeste.com (zip.net/bjtd3h). Acesso em: 04 mai. 2016.

A notícia do assassinato causou uma comoção geral. O enterro demonstrou a liderança que o padre Henrique tinha. Cerca de 20 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre da Igreja do Espinheiro até o Cemitério da Várzea. Mas a imprensa na época minimizou o fato, apenas registrando a morte do padre, sem detalhes sobre sua luta contra a ditadura.

O Jornal do Commercio publicou no dia 29 de maio de 1969 um anúncio fúnebre da Arquidiocese e do Colégio Marista convidando para a missa de corpo presente e sepultamento do religioso (fig. A). E, na edição do dia seguinte, 29 de maio, o mesmo jornal divulga matéria sobre o sepultamento do Padre Henrique sem informações sobre possíveis suspeitos do crime. (fig. B).

Figura B



Figura A



Figura A: *Jornal do Commercio*, 28.05.69, página não disponível. Figura B: 29.05.69, página não disponível. Fonte: acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Atitude semelhante também teve o *Diario de Pernambuco*. Na edição do dia 29 de maio de 1969 publicou uma matéria relatando que dez mil pessoas acompanharam o cortejo do Padre Henrique e no final do texto veiculou uma nota oficial sobre o pedido da Cruzada Democrática Feminina cobrando punição aos culpados, mas também sem detalhar os possíveis envolvimento de figuras da ditadura no crime (fig. C).

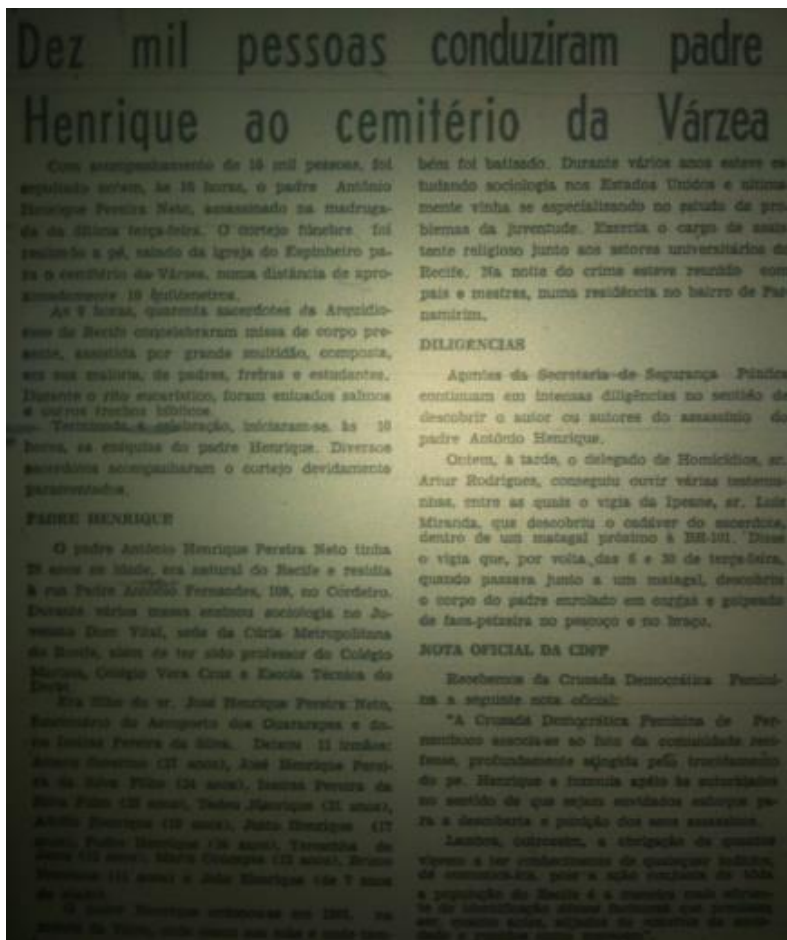


Figura C. *Diário de Pernambuco*, 29.05.69, página 8, primeiro caderno. Fonte: acervo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). No final do texto, apenas uma nota oficial da Cruzada Democrática Feminina cobrando punição dos culpados, mas sem mencionar envolvidos no regime militar.

Filho (2012) lembra que a trágica informação também foi dada pelo boletim da arquidiocese em um papel mimeografado e também divulgada pelos padres nas paróquias. Apenas em 1975, seis anos após o assassinato, um jornal alternativo que existia no Recife, o *Jornal da Cidade*, fez um texto reconstituindo a morte do religioso com uma dose que se aproximava do que realmente havia acontecido. O trecho narrava:

A corda aperta-lhe o pescoço e o homem dobra as pernas, semi-asfocado e cai de joelhos. Uma pancada de faca ou canivete no rosto e o sangue escorre, grosso, molhando o dorso nu e as calças. Os vultos, ao seu redor, começam a se tornar ainda mais difusos e ele sente um impacto na face e, certamente, não sente o segundo, à queima-roupa, pouco acima da orelha. Dois tiros de mestre, convergindo para um só ponto do cérebro. O homem estende-se em meio à pequena clareira aberta no matagal e, nos últimos estertores da morte, agarra, com a mão direita, crispada, um tufo de capim. Passava da primeira hora da madrugada de 27 de maio de 1969 e não era chegada, ainda, a

terceira hora. Os olhos do homem estavam abertos, como abertos e cheio de espanto estavam os olhos do vigia Sérgio Miranda da Silva, quando o encontrou, estirado no chão, às seis e meia da manhã. Antes das dez, o corpo estava identificado: era do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, 28 anos de idade, visto com vida, pela última vez, por uma testemunha, quando era obrigado a entrar numa rural verde e branca. No final da tarde, a igreja do Espinheiro, no Recife, estava abarrotada de gente para assistir à missa de corpo presente, celebrada por 40 sacerdotes. Durante toda a noite houve vigília e, no dia seguinte, a pé, por mais de 15 quilômetros, uma multidão de 20 mil pessoas acompanhava o enterro até um cemitério próximo à Cidade Universitária, a mesma região onde aconteceu o crime. (PINHEIRO, 2012)

Os próprios integrantes da polícia que fizeram as investigações foram apontados como os assassinos. Fazem parte de grupo o diretor do Departamento de Investigações da Polícia Civil da época, José Bartolomeu Gibson; os policiais Rivel Gomes da Rocha e Henrique Pereira da Silva Filho, conhecido por X-9. Esses três já faleceram e foram denunciados só em 1988, pelo então procurador-geral da Justiça, Telga Araújo. No processo, também são apontados pelo crime os policiais civis Humberto Amaro e Benedito Pistoleiro. E também o major Ferreira dos Anjos, a serviço do Exército na época, além de Lira Tavares.

Todos esses detalhes passaram ao largo da imprensa na época. Só em 1973, quatro anos depois, foi publicada no Diário de Pernambuco uma matéria que apontava Rogério Matos do Nascimento como principal suspeito da morte do padre (Fig. D):



Figura D. Diário de Pernambuco, 10.01.73, página não visualizada. Fonte: arquivo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Andrade (2009) conta que a mãe do padre Henrique deu uma entrevista à imprensa em 1981, sobre o assassinato do seu filho, e logo depois a família começou a receber ameaças, que só pararam quando o processo foi arquivado pela primeira vez por conta de ter sido prescrito, em 1994. Depois disso, o crime foi oficialmente esclarecido só em 2014, pela Comissão da Verdade de Pernambuco, 45 anos após o assassinato.

Segundo o relatório final da comissão²³, o assassinato do padre Henrique foi um crime político praticado por radicais de direita e os autores do delito foram: Rivel Rocha e Humberto Serrano de Souza - os investigadores da Polícia Civil -, o estudante Rogério Matos do Nascimento, o promotor público José Bartolomeu Lemos Gibson, que na época chefiava as investigações na Secretaria de Segurança Pública, e o seu parente, Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, que na época era menor de idade. Dona Isaíras não estava mais viva para assistir a mais esse episódio sobre a trajetória do filho. Faleceu em 2003.

Outro caso emblemático dos “Anos de Chumbo” foi o da morte da paraguaia Soledad Barrett Viedma, em 1973. Era uma militante de movimentos políticos desde o seu país de origem. Conheceu, na década de 70, José Anselmo dos Santos, conhecido como Cabo Anselmo. Segundo Lamarão (2001), Cabo Anselmo comandou em 25 de março de 1964 a revolta dos marinheiros, que exigiam melhores condições de trabalho e a suspensão das punições dos manifestantes. O episódio enfraqueceu ainda mais o Governo Goulart, visto que os fuzileiros mandados para prender os protestantes também aderiram ao movimento.

No outro dia, fizeram um acordo e os revoltosos foram presos, mas logo depois anistiados por Goulart, o que contribuiu para enfraquecer ainda mais o presidente. O Brasil estava às vésperas do golpe. Cabo Anselmo ficou exilado em Cuba, quando conheceu Soledad e mantiveram um relacionamento.

Foi preso pela ditadura quando voltou ao Brasil em 1970. Segundo Mota (2011), para se ver livre da prisão e das torturas, Anselmo delatou seis companheiros políticos, entre eles sua namorada Soledad, ao delegado do DOPS na época, Sérgio Paranhos Fleury. Soledad, que estava grávida, e os companheiros foram mortos em Paulista, na Granja São Bento, no dia 7 de janeiro de 1973. Cabo Anselmo ficou conhecido como o agente duplo, que traiu o movimento revolucionário. Na época, as mortes em Paulista não foram escritas nas páginas dos jornais com essas informações. O grupo assassinado foi classificado como terrorista e não

²³ Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Camara. Disponíveis em: zip.net/bltdy8. Acesso em: 04 mai. 2016.

houve qualquer menção sobre o envolvimento do Cabo Anselmo na delação nem sobre sua relação com Soledad.

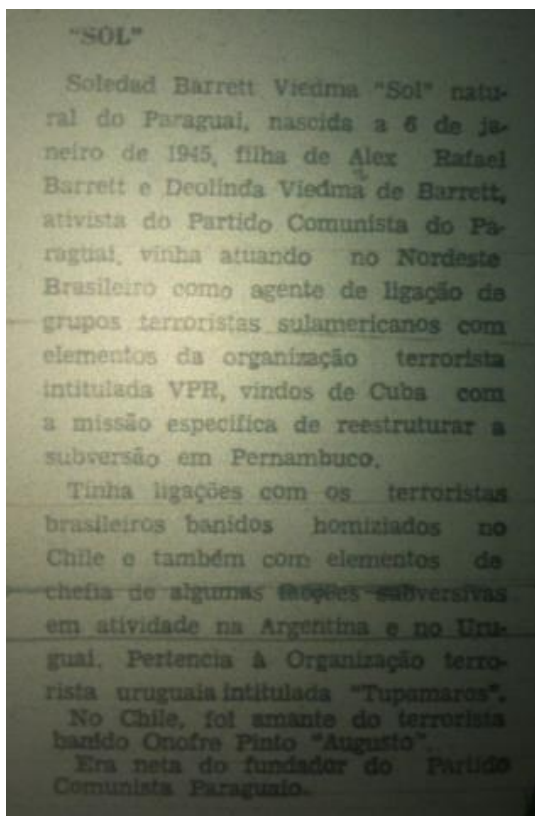
No dia 10 de janeiro de 1973, o Jornal do Comercio publicou uma matéria policial no caderno II sobre uma quadrilha de assaltantes em Paulista e não deu nada sobre a morte de Soledad e dos membros da VPR, que também aconteceram naquele município. No dia 11 de janeiro, o mesmo jornal publicou uma nota no caderno II sobre Soledad, dizendo ser ela uma agente terrorista “com a missão de reestruturar a subversão em Pernambuco”.

Já o Diario de Pernambuco publicou a notícia como manchete de capa na edição do dia 11 de janeiro, com o título “Segurança estoura no Recife aparelho de Ação terrorista”, tratando Soledad e os outros membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) como integrantes de uma organização terrorista, conforme a imagem abaixo:



Diario de Pernambuco, 11.01.73, ano 148. Número 09. Capa. Fonte: arquivo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A matéria de dentro, que ocupou toda a última página daquela edição, trazia as fotos dos mortos e uma breve descrição, caracterizando todos como criminosos terroristas. Sobre Soledad, o texto dizia que ela era uma ativista do Partido Comunista do Paraguai e um elo entre terroristas sul-americanos com “elementos da VPR vindos de Cuba com a missão específica de reestruturar a subversão em Pernambuco”.



Diário de Pernambuco, 11.01.73, ano 148. Número 09. Última página. Segundo caderno. Fonte: arquivo microfilmado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).



Soledad e Cabo Anselmo. (Fotos: Carta Maior e Veja.com, respectivamente)

Não foi só no golpe de 64 que a imprensa silenciosa e seletiva ajudou o firmamento do governo de restrição da liberdade. Como foi discutido anteriormente e, também, segundo Grego e Lira [s.d.], os jornais recifenses experimentaram a censura desde os primeiros tempos da República Velha. Atuar em regime de exceção pautou a rotina dos jornais em Pernambuco, que, além do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, contavam com outros títulos, a exemplo do jornal Pernambuco, fundado em 1908.

O redator desse periódico, Trajano Chacon, foi assassinado em 1913 por motivos políticos. Chacon apoiava o general Dantas Barreto para o governo estadual. O jornalista chegou a fazer parte do governo, mas passou a questionar a administração do periódico. Foi morto a pauladas e as suspeitas recaíram sobre o general. No entanto, os acusados do crime, policiais, foram absolvidos em 1914 e o periódico fechou no mesmo ano.

Percebemos que a postura pró-governo, ao lado do poder, sempre esteve no DNA midiático. Em 1975, uma manchete de capa do Diário de Pernambuco prestava-se a justificar uma atitude do então presidente Ernesto Geisel:



Diário de Pernambuco, 18 de junho de 1976. Arquivo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: zip.net/bktn17. Acesso em: 06 jul. 2016.

Na matéria acima, o título já demonstra o apoio do jornal ao governo. O verbo “explicar”, utilizado na manchete principal, carrega no enunciado o sentido de justificativa para uma ação julgada necessária pelo jornal. Esse padrão discursivo é mantido no texto. Os dois primeiros parágrafos da matéria traduzem esse propósito:

Ao abrir ontem, no Rio, o III Encontro Nacional dos Exportadores, o presidente Ernesto Geisel reafirmou que as restrições do Governo às importações e demais medidas paralelas não foram tomadas com o propósito de restringir o relacionamento do Brasil com o Exterior, "na ilusão de, com isso, tornar a economia menos sujeita aos abalos e às pressões externas". Explicou o chefe da Nação que o importante é levar o balanço de pagamentos a uma estrutura condizente com os padrões normais de longo prazo; um relativo equilíbrio global, e uma ausência de deficit em conta corrente não superior a 20% do investimento total do País, e o acondicionamento da pauta de exportações.

O primeiro parágrafo da matéria é aberto situando o assunto durante um evento oficial do Governo. O verbo “reafirmou” dá a entender que o presidente já afirmou antes e isso pode já ter sido noticiado pela imprensa. Ou seja, não seria uma notícia totalmente nova, mas, mesmo assim, foi avaliada que merecia ser manchete do jornal naquela edição. O termo “Explicou o chefe da Nação...” dá voz à fonte principal da matéria, no caso, o presidente. Na mesma linha seguia o Diário da Manhã, jornal fundado em 16 de abril de 1927 por Carlos de Lima Cavalcante e que atualmente funciona na versão digital:



Diário da Manhã, 1 de janeiro de 1973. Arquivo digital da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe). Disponível em: zip.net/bgtnQB. Acesso em: 06 jul. 2016.

Na manchete, da primeira edição do ano de 1973, o jornal dedicava seu espaço principal de capa ao anúncio das novas medidas do presidente Garrastazu Médici, ressaltando de forma positiva as metas do Governo. O início do texto da matéria já traduz esse tom: “Com uma série de medidas alcançadas, no ano que passou, o Brasil caminhará para uma melhoria ainda maior em todos os setores. Essa é a conclusão tirada do pronunciamento do Presidente da República”.

Esse cenário perdura até hoje. Guardadas as razões jurídicas para o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), a forma como a mídia se comportou diante dos acontecimentos acende um alerta para o caminho que é tomado em prol de uma retroalimentação dos fatos que atraem audiência.

Durante a análise do nosso escopo de estudo, vamos observar que a mídia se repete entre si ao noticiar os acontecimentos de acordo com a pauta do cotidiano, dando sempre destaque aos assuntos do momento em detrimento de outros caminhos que poderiam ser seguidos. Ao contraditório, parece apenas caber uma matéria de complemento, mas não uma manchete principal²⁴.

O jornalismo atualmente vive entre dois desafios: manter-se competitivo economicamente no mercado publicitário e também no escopo da sua audiência. Pesa nessa seara a natureza seminal do jornalismo, que é a informação e a fidelidade de reportar os fatos. Função que vem sendo cada vez mais confrontada diante dos ditames da concorrência. O jornalismo, mesmo diante desse pano de fundo contemporâneo, mantém uma ligação entre as estratégias de trabalho e a informação, como apresentaremos no próximo capítulo.

²⁴ Ver capítulo “Análise do corpus”.

2. O FAZER JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Neste capítulo, discutiremos as estratégias e técnicas jornalísticas de construção e tratamento da notícia, assim como da priorização de assuntos em detrimento de outros. Apesar de a pesquisa ser de caráter linguístico, observamos necessário esse recorte que busca entender como age a mídia tecnicamente e também discursivamente ao reportar os fatos. Mesmo tendo um escopo jornalístico, esta seção faz ligações do fazer jornalístico com o fazer discursivo e apresenta um modo de entender o agir midiático com base nas intenções ocultas e como essas se refletem no plano jornalístico, através primeiramente dos enunciados.

2.1 Tempestade jornalística

O jornalismo é atualmente constituído por um dilema que preocupa tanto os profissionais da comunicação – os jornalistas – quanto os empresários, detentores dos meios de comunicação de massa: como se adaptar à tecnologia, sobreviver e manter-se competitivo? O fazer noticioso é cheio de subjetividades, de técnicas das quais os jornalistas se apropriam de forma quase comum a todos, como se estivessem em uma grande tribo jornalística, como denomina Traquina (2008), compartilhando o *modus operandi* da produção da notícia. É um trabalho complexo, que envolve várias nuances e tornou-se mais labiríntico ainda com a presença e a influência constante da tecnologia e seus reflexos.

Neste capítulo, vamos discutir o processo da notícia, trazendo para o debate uma questão ainda em construção e que possivelmente não tenha um final: a convergência de mídias. O que pode parecer um problema é, certamente, o caminho para a solução, segundo estudiosos que serão aqui apresentados. Tuchman (1983) entende a notícia não como a definição da realidade, mas a construção dela. Ao mesmo tempo em que registra os fatos, constrói-os sob uma perspectiva social que os submete.

Esse pensamento da socióloga norte-americana sobre a natureza construtiva do fazer noticioso ou da filtragem dos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2010) também pode ser aplicado para entender o que acontece com a mídia no cenário atual: os conflitos internos de estar viva para o público devido à profusão de meios de informação aos quais a audiência tem acesso torna a notícia cada vez mais um produto a ser adaptado. É a busca pela audiência que impulsiona as empresas de mídia a esse processo de assimilação tecnológica. O público

consumidor, avalia Jenkins (2009), mudou e está inserido, uns mais outros menos, nos avanços tecnológicos. Não só interagindo com as mídias digitais, mas também sendo delas partícipe, ativo ou passivo, mas partícipe. Manifesta-se nas redes sociais digitais, opina, critica ou reproduz conceitos já estabelecidos.

Diante de todo esse desafio, o jornalismo vai sobrevivendo. O modo de construção da notícia obedece a padrões não fixos. Pode parecer paradoxal, mas a tarefa de noticiar não obedece a uma fórmula rígida e também possui algumas convenções estabelecidas que, de uma forma ou de outra, operam na cabeça dos jornalistas. O jornalismo possui alguns modos de fazer a notícia e há várias teorias sobre esse processo.

Refletindo sobre esses procedimentos, podemos elencar algumas delas para entender como se dá essa construção do real. Detalhar todas elas seria alongar demais sobre um foco que não é o escopo central desse estudo. Mas, importante destacar, todas ao mesmo tempo se complementam e também se confrontam.

2.2 Teoria do Espelho, um reflexo do real

O jornalismo como reflexo fiel da realidade. Talvez seja um resumo mais aproximado do que nos traz a Teoria do Espelho. Pena (2008) afirma que essa teoria postula que o jornalismo reflete a verdade e essa verdade dá legitimidade à ação jornalística. A Teoria do Espelho, segundo Traquina (2005), foi construída a partir da profissionalização do jornalismo, da sua industrialização.

Trata-se da teoria mais antiga do jornalismo, baseada no pensamento positivista do filósofo Auguste Comte. A verdade, segundo trata essa teoria, está diretamente ligada à ideia de objetividade jornalística a partir de uma determinada realidade. Para essa corrente teórica, a verdade é baseada em uma realidade fielmente narrada pelo operador da comunicação. Na época em que ganhou terreno, meados do século 19, foi útil para a separação, no jornalismo, do que é opinião e do que é informação. A posição de realidade e verdade jornalísticas, no nosso estudo, alinha-se ao pensamento de Charaudeau (2010), para quem essas concepções alcançam verossimilhanças e não o real propriamente dito.

Para compreender as circunstâncias históricas do desenvolvimento da Teoria do Espelho, resgatamos que, entre os séculos 19 e 20, houve um processo de comercialização do jornalismo, o que tornou a atividade competitiva entre seus pares e geradora de capital aos que a detinham. Surgiu, ainda no século 19, o conceito de *new journalism* – o jornalismo de

informação. Traquina (2005) relata que em 1856, um correspondente da agência de notícias Associated Press escrevia que o trabalho dele era relatar fatos e não emitir opiniões. Isso soou como música aos ouvidos dos jornalistas e das empresas jornalísticas na época.

A afirmação da atividade foi o gás para que o jornalismo fosse construído como reprodutor dos fatos, fiel à verdade e à tarefa de apenas informar. Conceito que até hoje influencia no discurso midiático. Um exemplo disso são as notas oficiais que meios de comunicação emitem quando são acusados de alguma parcialidade no tratamento dos fatos. No dia 17 de março de 2016, na ocasião em que a então presidente Dilma Rousseff dava posse a seus ministros, dentre eles, o ex-presidente Lula na Casa Civil, manifestantes entoavam o bordão “O povo não é bobo. Abaixo a Rede Globo”, acusando a emissora de apoiar o impeachment. Em nota oficial lida nos telejornais, a Globo afirmou:

A Rede Globo entende o estado de espírito dos militantes e políticos presentes na posse, que gritaram palavras de ordem contra a TV Globo, principalmente depois da revelação oficial dos grampos autorizados pela Justiça. Mas repetimos uma vez mais: a imprensa não produz grampos, não conduz investigações da Justiça e da Polícia. A imprensa cumpre seu dever de informar sobre tudo, sem restrições, como assegura a Constituição e continuará assim. (REDE GLOBO).

Pode-se observar no texto a acentuação de que a emissora está no “dever de informar sobre tudo”, aludindo ao compromisso da mídia em geral com a credibilidade e veracidade dos fatos. Junto a essa necessidade de mostrar credibilidade, havia também uma maior busca em dar status à profissão, conferindo-lhe um lugar social no mundo das atividades intelectuais. “Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais.” (TRAQUINA, 2005, p. 147).

No entanto, a linguagem neutra é impossível. Charaudeau (2006), em estudo recente sobre as mídias, reflete que a notícia é um acontecimento filtrado, mediado por profissionais que dão aos fatos um nome, uma roupagem. Em uma formulação conceitual de definição de notícia, o autor diz que as informações podem ser diversamente tratadas. Há um caráter, na visão do francês, de dramatização da notícia para que arregimente a audiência, mas também há uma dose de informação para não comprometer a credibilidade do que está sendo dito.

Dosar informação e dramatização é, segundo o autor, o grande desafio para as mídias e esse jogo evidencia a impossibilidade do discurso neutro, da informação imparcial, como apregoa a Teoria do Espelho. No terreno da informação, Charaudeau (2006) identifica que a

mídia precisa “autenticar os fatos” para dizer que são verdadeiros. No ambiente da dramatização, necessário para conquistar audiência e emocionar o público, há a preocupação em encenar o acontecimento com apelos emotivos. O choro de uma mãe que perdeu o filho em um desabamento de barreira, o confronto violento de manifestantes em um protesto com a polícia, que dispara balas de borracha e utiliza sprays de pimenta são bons exemplos desse aspecto.

Abramo (2003) também contesta a aparente neutralidade da imprensa. Para ele, o que a mídia oferece ao público mantém uma relação com a realidade, mas não a reflete. Trata-se de “[...] uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade” (p. 23). Essa construção do real é artificial. Faz com que o público se mova em um mundo de informação aparentemente verdadeiro. Sobre esse aspecto de construção da informação, Charaudeau (2006) afirma que o discurso midiático obedece a uma relação de verossimilhança com o real e constrói o acontecimento de forma que se pareça com esse real: “À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas” (p. 88).

Esse proceder de construção da realidade constitui na imprensa a característica de ser um organismo social que tem na manipulação a sua essência, segundo Abramo (2003). O que ocorre na verdade, conforme seu raciocínio, é a desconstrução da realidade e a construção de outra realidade de acordo com o projeto jornalístico da empresa, da visão de mundo dos profissionais que a fazem, entre os principais fatores.

No tópico seguinte, vamos entender um pouco desse processo de construção do real a partir de outra corrente teórica que constituiu o jornalismo: a Teoria do *Gatekeeper*. Esta contribui para dimensionar o papel do jornalista na tarefa de curadoria, de escolha dos conteúdos, o que também forma o processo de construção da realidade.

2.3 Teoria do *Gatekeeper* e Teoria Organizacional

O termo *gatekeeper* nasceu da psicologia, em 1947, quando o psicólogo Kurt Lewin elaborou um estudo para verificar a escolha de alimentos para consumo doméstico em um grupo social. O processo de seleção dos alimentos e da passagem (*gate*, portão em inglês) deles, para casa ou não, é proveniente de uma ação de decisão do indivíduo, o “porteiro”. Esse conceito foi adaptado ao jornalismo pelo teórico David White, em 1950, quando publicou um estudo que analisou as ações de seleção de notícias feitas por um jornalista de cerca de 50

anos, funcionário de um jornal norte-americano. A ‘cobaia’ foi apelidada de Mr. Gates, em alusão ao termo “portão”.

O estudo de White estabeleceu que a ação do jornalista é pessoal. Se ele deixa passar a informação, com a consequente publicação, é resultado de uma análise individual. Assim também se ele avaliar que aquela notícia não merece ser publicada. O critério, entendido por White, era subjetivo. Uma limitação dessa teoria, que hoje está ultrapassada, mas é importante para entender o fazer jornalístico, é que analisa a seleção de notícias apenas pelo aspecto pessoal, o que Traquina (2005) chama de abordagem microssociológica.

A teoria foi questionada por vários estudos que, em suma, diziam serem as escolhas do Mr. Gates influenciadas por normas profissionais e não meramente por razões individuais. Embora tenha sido posta à prova, a Teoria do *Gatekeeper* alertou para a natureza de dois movimentos que ocorrem simultaneamente no fazer jornalístico: a ação pessoal e profissional.

Desse questionamento, ganhou espaço a Teoria Organizacional, que parte da questão de que o jornalista é influenciado por normas editoriais e interesses organizacionais da empresa pela qual trabalha. O principal teórico dessa visão é o sociólogo norte-americano Warren Breed. Traquina (2005) elenca seis fatores que Breed considera como causas dessa espécie de submissão profissional do jornalista à empresa para a qual presta serviço: a autoridade institucional e as sanções, os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores, as aspirações de mobilidade, a ausência de conflito em grupos de lealdade, o prazer da atividade e as notícias como valor.

Desses valores citados, o primeiro (autoridade institucional) e os sentimentos de obrigação para com a chefia são determinantes para que o jornalista seja dominado ideologicamente na sua atividade em consonância com os valores da empresa. Sendo assim, o jornalista já se antecipa a possíveis modificações em seus textos ou conteúdos multimídia e procura se adequar ou não ferir frontalmente os interesses da empresa. Sobre isso, Pena (2008) acrescenta que esse poder é exercido diretamente pelos chefes, aos quais os jornalistas são subordinados. E disso vem consequentemente o segundo fator, que é o sentimento de estima ou obrigação para com os superiores.

Há, por um lado, os laços de amizade e de respeito pelo trabalho, mas, também, existe o medo de ser demitido ou sofrer alguma punição caso sua matéria seja feita fora das orientações editoriais. As aspirações de mobilidade, ou seja, o desejo de obter promoção determina a adesão maior ou menor do jornalista às regras ideológicas da empresa. Na

ausência de conflitos, Wolf (2002) fala sobre a convivência pacífica entre grupos nas redações e isso traz junto o prazer que o trabalho jornalístico proporciona em lidar com notícias.

A convivência pacífica nas redações e o sentimento de companheirismo profissional, itens dessa teoria, sofrem críticas de Pena (2008). Para ele, essa harmonia aparente entre os profissionais é determinista e um tanto ingênua. Há, como Pena (2008) e Traquina (2008) dizem, a busca pelo “furo”, ou seja, dar a informação à frente dos colegas.

Só esse aspecto é determinante para que um jornalista, diante de uma informação que tem forte suspeição de ser só dele, não queira compartilhá-la com seus pares. Sobre isso, Pena (2008) ainda acrescenta que o jornalista, diante de um “furo” que contraria as normas editoriais da empresa, pode pressionar a chefia para publicá-la e angariar credibilidade para ele e para o meio de comunicação. Afinal, o chefe também é um jornalista e ambos entendem o alto valor de um “furo”.

Esse valor comum sobre o “furo” lembra o que Traquina (2008) defende, sobre o sentimento de formação de uma “tribo jornalística”. Para ele, os jornalistas compartilham um modo comum de ver as notícias, guardadas as diferenças culturais e entre meios de comunicação. Mas há, na opinião do autor, uma essência geral na mente do jornalista em tratar ou não um assunto como notícia.

Essa relação passa por uma questão de confiança profissional, como explica: “Os jornalistas monitoram a cobertura uns dos outros. Mesmo quando não estão em contato direto, os jornalistas confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para ideias de histórias e confirmação dos seus critérios noticiosos” (TRAQUINA, 2008, p. 27). São, assim, valores partilhados pelos jornalistas que os tornam similares na forma de identificar o assunto como notícia ou não. Esses valores profissionais se aliam aos valores mercadológicos do meio de comunicação e criam uma rotina organizacional na produção da notícia.

2.4 Teoria do *Newsmaking*, a construção da notícia

A abordagem da Teoria do *Newsmaking* é baseada nos critérios que são utilizados pelos jornalistas para considerar se um assunto é ou não notícia e, caso seja, que nível de importância tem. Dessa forma, há assuntos que são tratados com tanta importância que viram manchete principal de capa de um jornal ou da *home* (página principal) de um site. Como também há fatos de menor importância que não merecem mais que uma notinha perdida lá no

final da página. Que critérios são esses para decidir a importância do assunto? É com base nas respostas a essa pergunta que teóricos como Wolf (2002) e Pena (2008) caracterizam o *newsmaking* como um processo de construção social da realidade com base em um processo de produção noticiosa que obedece a determinados critérios.

A notícia, na visão de Amaral (2001), deve ser “interessante, abrangente, nova e verdadeira” (p. 41). Esse ponto de vista coincide com o raciocínio de Pena (2008), para quem os fatos possuem graus de noticiabilidade, de relevância jornalística. E a noticiabilidade é formada por critérios chamados de valores-notícia. Esses valores-notícia são classificados em categorias e são a base da cultura dos jornalistas. Wolf (2002) argumenta, então, que o *newsmaking* está articulado entre essa cultura jornalística e o processo organizacional de produção da notícia.

Segundo Pena (2008), o processo de produção da notícia é similar a uma rotina industrial. Em um jornal, por exemplo, o repórter recebe uma informação sobre um protesto e vai para o local fazer a cobertura. Apura as informações, fala com os manifestantes e com representantes do órgão contra o qual o ato é realizado. Ao chegar à redação, ele produz a matéria e o editor decide se aquele protesto é manchete de capa ou apenas uma matéria simples com foto, ou até uma nota. Nesse ciclo, são aplicados ao assunto os chamados valores-notícia.

Wolf (2002, p. 200-218) classifica os valores-notícia em categorias, que sistematizamos a seguir:

Categorias substantivas

*Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável

*Impacto do acontecimento sobre um país ou região

* Quantidade de pessoas que o acontecimento envolve

*Importância do acontecimento quanto aos seus futuros desdobramentos

Categorias relativas ao produto

*Acessibilidade do acontecimento para os jornalistas

*Possibilidades técnicas de cobertura de um acontecimento

*Noticiar um acontecimento dentro de um espaço disponível e adequado para o fato

Categorias relativas ao meio de informação

*Acessibilidade à fonte do acontecimento

*Capacidade de o acontecimento produzir conteúdos midiáticos

*Limites de espaço ou tempo que um meio de comunicação
possui para relatar o acontecimento

Categorias relativas ao público

*Identificação o mais próxima possível da audiência do meio de comunicação

*Interesse público sobre o acontecimento

Categorias relativas à concorrência

*Competição entre os meios de comunicação

para informar um acontecimento com exclusividade

*Falta de inovação reflexo da coincidência dos assuntos na mídia.

Wolf (2002) explica que esses valores-notícia são aplicados constantemente nas rotinas de produção dos meios de comunicação e obedecem a três fases: a recolha ou apuração dos materiais informativos, a seleção das notícias e a apresentação ou edição delas. Cada uma dessas fases segue procedimentos específicos que procuram garantir o funcionamento da máquina de produzir notícia.

Na recolha de fatos, os jornalistas têm muitas possibilidades de apurar a notícia. Indo ao local do fato é a forma mais tradicional e muito utilizada, afinal, o testemunho jornalístico do fato é um componente de credibilidade. Por conta disso, a escolha das fontes, como diz Wolf (2002), é de suma importância para que o conteúdo apresentado seja crível e relevante, dentro dos critérios dos valores-notícia. Além da apuração in loco, o autor lembra que há as fontes institucionais e os conteúdos enviados por agências de notícias. Segundo ele, tudo é selecionado de acordo com os critérios noticiosos e os padrões editoriais do meio de comunicação. E, atualmente, há uma infinidade de fontes virtuais provenientes de redes sociais digitais e que muitas vezes geram fatos relevantes de serem noticiados e repercutidos, inclusive com alcance nacional.

Na rede social Facebook, que é acessada por um bilhão de usuários no mundo todos os dias²⁵, há postagens que geram fatos jornalísticos de ampla divulgação, principalmente os polêmicos, como o racismo sofrido pela jornalista Maria Júlia Coutinho e as atrizes Taís Araújo e Cris Vianna. Elas foram vítimas de ataques racistas e comentários preconceituosos no Facebook em 2015, respectivamente nos dias 3 de julho, 1 de novembro e 30 de novembro, e denunciaram a violência. O assunto foi parar nas páginas de jornal e também nos programas de televisão, que focavam o crime e a necessidade de punição dos responsáveis.



Site do Extra. 21.06.2016.

²⁵ Dados referentes ao primeiro trimestre de 2016. Fonte: G1. Disponível em: <http://zip.net/bdtn44>. Acesso em: 29 junho 2016.

O GLOBO 90 ANOS

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2015 ANO LXXI - Nº 30.037

Ericeu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE

PRECONCEITO VERGONHOSO

Ataque racista a Taís Araújo causa onda de indignação

Ataques racistas na página da atriz Taís Araújo numa rede social causaram comoção on-line e vários artistas divulgaram mensagens de desagravo. A polícia abriu inquérito para buscar os autores dos comentários preconceituosos, que podem integrar grupo radical já investigado em Minas Gerais. Taís disse sentir "vergonha de ainda ter gente covarde e pequena no país". A antropóloga Miriam Goldenberg afirmou que a reação corajosa de Taís, que denunciou o ato criminoso, terá efeito educativo e transformador. **PÁGINA 9**



Reclamo. A atriz Taís Araújo foi alvo de comentários criminosos no Facebook, que estão sendo investigados pela polícia

Jornal O Globo, 2 de novembro de 2015.

Cris Vianna é vítima de ataques racistas e desabafa: "Minoria cega e burra"

Do UOL, no Rio 30/11/2015 | 17h30

f t p in ✉

🔊 Ouvir texto 🖨 Imprimir 📧 Comunicar erro

Cris Vianna foi vítima de ataques racistas em sua página do Facebook no domingo (29), que segundo ela, foram imediatamente registrados e encaminhados à Justiça. Indignada, Cris escreveu um desabafo nas suas redes sociais, nesta segunda-feira, e lembrou casos recentes que



Site UOL notícias. 30.11.2015.

Esses são exemplos de como a relevância de um assunto na web pode levar os meios de comunicação chamados tradicionais a reverberarem esse conteúdo.

Na seleção de notícias, tomando como base o *newsmaking*, Wolf (2002) ressalta que tudo o que chega à redação, seja por via agência de notícias, ou fontes oficiais, ou apuração da rua, passa por um processo já preestabelecido de padronização e decisão de como deve ser publicado. É o fazer noticioso seguindo uma rotina produtiva similar a um processo industrial: o fato chega bruto, recebe um tratamento noticioso com base nos valores-notícia e em seguida é apresentado ao público de forma que atraia a sua atenção. Por conta de todo esse ciclo, Wolf

(2002) lembra que não se pode atribuir ao processo noticioso apenas uma escolha subjetiva do jornalista, como apregoa a Teoria do *Gatekeeper*.

Sobre o tratamento da notícia, Wolf (2002) afirma que:

[...] é necessário vê-la como um processo complexo, que se desenrola ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado a instâncias diferentes – desde as fontes até o simples redactor – e com motivações que não são todas imediatamente imputáveis à necessidade directa de escolher as notícias a transmitir. (p. 241).

A partir dessa afirmação, ele chama atenção para o fato de que as notícias também são influenciadas por processos que estão fora do fazer cotidiano. A escolha das fontes e até a localização de um correspondente pode ter uma parte importante na elaboração noticiosa de um fato. E esse processo é construído no discurso através de enunciados cujo léxico é escolhido de forma a conduzir, ou tentar conduzir, a audiência a determinada interpretação.

Hoje, a viralização de fatos nas redes sociais digitais também é determinante para que um assunto aparentemente banal ganhe valores-notícia de relevância, como a frase “Menos Luíza, que está no Canadá”, que virou meme em janeiro de 2013²⁶. Um comercial de televisão veiculado na Paraíba vendia um empreendimento imobiliário. Na peça publicitária, o garoto-propaganda, o jornalista Gerardo Rabello, dizia que os imóveis do residencial são tão grandes que cabem toda a família dentro.

Ele ilustrou com os seus familiares e disse que todos estavam ali, menos Luíza, sua filha, que está no Canadá. Horas depois, a frase final virou meme nas redes sociais digitais devido ao efeito viral. A repercussão foi tanta que várias pessoas transformaram a frase em brincadeiras na web e até artistas também a usaram. O cantor Lenine, que na época fazia show na Paraíba, disse ao público que agradecia a presença de todos, menos Luíza, que estava no Canadá.

Na apresentação e edição das notícias, o formato e as limitações do meio informativo determinam, em parte, o material que é mostrado ao público. Há, segundo Wolf (2002), uma recontextualização dos acontecimentos que obedece aos formatos do noticiário. O objetivo dessa recontextualização é dar ao material uma verossímil roupagem de espelho da realidade e não uma construção dela. Vejamos que essa ação lembra a Teoria do Espelho, mas com o engendramento do máquina de fazer notícia sob a ótica do *newsmaking*.

²⁶ Fonte: G1. Disponível em: <http://glo.bo/1Nvv4os>. Acesso em: 29 jun. 2016.

Quando Wolf (2002) fala em limitações do meio, permite-nos interpretar que todos eles, mesmo aqueles mais atuais, têm seus limites que poderiam comprometer a credibilidade do material tratado se o conteúdo não receber um tratamento que compense as lacunas. No jornal impresso, por exemplo, o tempo conta negativamente, já que os fatos apresentados são publicados, em tese, com um dia de atraso.

Por conta disso, o meio impresso lança mão de estratégias informativas como gráficos, tabelas, imagens e análises para robustecer o conteúdo. No telejornal, há a limitação do tempo de forma diferente. A TV pode transmitir até ao vivo um acontecimento, dependendo de sua relevância, mas esbarra na questão da quantidade de tempo disponível na programação. Por conta disso, o ditado do ‘menos é mais’ vale bastante, já que tudo tem que ser dito de forma concisa e completa. O recurso das imagens ajuda a compensar essa limitação dos minutos por matéria. Mas não há ainda outra estratégia, que funciona paralelamente a essa, com um objetivo diferente: o de acostumar o público a falar/comentar/observar um determinado assunto. É a Teoria do Agendamento, assunto a ser discutido no próximo subitem.

2.5 Teoria do Agendamento, o *script* do cotidiano

A base da Teoria do Agendamento, ou *Agenda Setting*, é que os meios de comunicação determinam as conversas do público. O que a mídia coloca como importante vai para a pauta do cotidiano, nas redes sociais digitais, nos grupos de WhatsApp, na mesa de bar, da sala de espera dos consultórios, nas ruas etc. A Teoria do Agendamento surgiu na década de 70. Walter Lippman a antecipou, em 1922, ao publicar o *Public Opinion*. O livro estabelecia a relação entre o que a mídia publicava e a sua influência na opinião do público. Pode parecer óbvio nos dias de hoje, mas em 1922 foi um grande passo para os pesquisadores começarem a despertar para a relação de causa e efeito entre a mídia e sua audiência.

Essa relação de causa e efeito dentro da concepção do agendamento refere-se ao estabelecimento, pela mídia, da ordem do dia das conversas do público, sobre o que realmente é relevante na vida em comum. Wolf (2002) raciocina que os acontecimentos que recebem importância da mídia, regra geral, também ganham igual atenção do público. Dessa forma, a audiência tende a hierarquizar o que lhe é exposto a partir da hierarquização proposta pelos meios de comunicação.

Essa hipótese do agendamento estabelece, em outras palavras, que a mídia se apropria de um fato, contextualiza-o dentro de uma construção noticiosa e o expõe para o público.

Quanto maior relevância for dada ao fato, os indivíduos vão atentar para aquilo também com uma atenção importante. A mídia faz, portanto, uma mediação simbólica do que merece realmente ser notícia na cabeça das pessoas.

No noticiário político vivenciamos uma espécie de agendamento. As crises política e econômica que emergiram a partir do segundo mandato da então presidente Dilma Rousseff dimensionam o quanto o assunto massificado no noticiário integra a pauta do cotidiano. Os jornais, os telejornais, os sites, reportagens de rádio e os conteúdos nas redes sociais digitais exploram esse conteúdo abundantemente. E os assuntos políticos relevantes que foram noticiados também ganharam repercussão na agenda do público.

A internet é um grande palco de exposição de opiniões e demonstra o quanto a notícia influencia a agenda de conversas. Basta uma simples busca no Facebook sobre o tema impeachment para encontrar postagens e comentários diversos sobre o assunto. Wolf (2002) denomina essa reação de efeito agenda. Para ele, esse efeito é estabelecido por uma correlação ao tema que é destacado pela mídia e o interesse do público.

Charaudeau (2006) oferece o raciocínio complementar de que o efeito agenda acentua algumas notícias na pauta do cotidiano das pessoas e apaga outras que, por questão de terem menor espaço ou nem serem tratadas pelo meio de comunicação, passam incólumes à percepção do público. É muito comum percebermos isso em acontecimentos de grande interesse mundial como, por exemplo, uma Copa do Mundo. Durante aquele determinado período em que acontecem os jogos, um processo de crise política ou econômica que afeta o país vai para o plano secundário.

O francês, no entanto, prefere não tratar o *agenda setting* como uma teoria, mas, sim, como uma “filtragem” das notícias porque, na sua visão, o que as mídias fazem é, antes, uma tentativa de dominar o que deve ser comentado pelo público, mas não há garantias de que isso sempre ocorra. Wolf (2002) vê como deficiência dessa teoria a falta de uma metodologia de pesquisa que não fique refém apenas da verificação empírica das notícias nos meios de comunicação.

A despeito dessas lacunas, os autores concordam com a ideia de que há diferenças nos meios de comunicação em relação ao efeito agenda. Wolf (2002) comenta que há diferentes graus de efeito agenda dependendo do tipo do meio de comunicação. Os recursos tecnológicos e os formatos dos meios também exercem influência heterogênea nesse fenômeno.

Assim, compara ele, um assunto tratado na televisão pode ter um impacto maior ou menor do que se for abordado por um jornal impresso. Os critérios de relevância atribuídos ao fato pelos diferentes meios, assim como o tipo de acontecimento pode encontrar aderência maior em um em detrimento do outro. Uma catástrofe como os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, teve maior atenção e gerou um efeito agenda na televisão. As imagens ao vivo do choque do avião com o World Trade Center e depois a repetição desse fato durante vários dias pautaram a mídia e a atenção do público.

Já Charaudeau (2006) afirma que o acontecimento filtrado pelas mídias recebe um tratamento dependendo do grau de importância que tenha na visão midiática perante o seu público. Esse tratamento influencia diretamente no efeito das notícias e obedece a critérios externos e internos na seleção dos acontecimentos. Os critérios externos, diz o autor, referem-se ao modo como os fatos surgem: se são previstos ou não, se são programados ou não e se são procurados pelo público ou não. Os internos residem na visão que os meios de comunicação têm dos fatos a serem escolhidos e as avaliações de como esses fatos impactam na vida do seu público. Assim como Wolf (2002), Charaudeau (2006) também coloca a questão do ponto de vista da mídia como um dos definidores na seleção e tratamento dos acontecimentos.

Hoje, podemos refletir que mais atores estão inseridos nesse processo de correlação de forças para um efeito agenda. Além da televisão e dos jornais, há com grande força as redes sociais digitais. Os fatos são comentados volumosamente na internet, gerando um efeito agenda que podemos encontrar um exemplo nos chamados “virais”, que é quando uma postagem – seja texto, foto ou vídeo – ganha tanta atenção na web que é compartilhada milhares de vezes e, dependendo do grau de polêmica que gere, acaba pautando os meios de comunicação tradicionais, que repercutem e reverberam o fato. Talvez esse efeito agenda via *web* seja um amplo campo de pesquisas tanto na área de comunicação quanto para a linguística. Mas como esse não é o campo do nosso trabalho, deixamos aqui como uma provocação acadêmica.

A discussão breve dessas principais teorias do jornalismo nos leva a refletir que o fazer jornalístico, embora possua uma série de critérios como os valores-notícia apresentados, utiliza-se de uma série de formas na construção do produto chamado notícia. Dessa forma, essas e outras teorias não são completas entre si, mas, juntas, integram o modo de construção da notícia. E os avanços tecnológicos, os interesses do público, a mudança de mercado, entre outros fatores, exercem influência sobre esse fazer e obrigam mídia e jornalistas a estarem

constantemente procurando uma forma inovadora de atrair o interesse do público. E nesse fazer midiático, é possível perceber laços dessas e outras teorias.

A do Espelho, que é, talvez, a mais ‘ingênua’, já que apregoa ser o jornalismo um reflexo da realidade, está ainda hoje nesse fazer noticioso, quando observamos que, mesmo na construção do fato, a intenção do meio de comunicação é mostrar ao público que se atém fielmente a ele. E nessa construção operam um fazer similar a uma produção industrial da notícia – o *newsmaking*; a preocupação em atender ao que o público procura e estar na sua lista de referências – o *agenda setting*; selecionar de acordo com os interesses do meio de comunicação o modo como os fatos são noticiados – a Teoria Organizacional, e também analisar sob o crivo de um especialista, no caso o jornalista, de que forma o assunto pode ser abordado e desdobrado para se sobressair na concorrência – o *gatekeeper*. Por conta de toda essa preocupação em ganhar espaço majoritário na audiência e não perdê-la nem para a concorrência nem para a tecnologia, há um movimento dos meios de comunicação para o que vários autores chamam de convergência midiática, ou convergência digital. Este assunto será abordado no próximo item.

2.6 Convergência midiática: uma saída para a crise

Uma das mídias de jornalismo mais tradicionais, o jornal impresso, no qual reside o objeto de estudo do nosso trabalho, está em crise. A força dessa crise veio justamente com o avanço tecnológico, com a expansão e popularização da internet, fazendo com que a informação seja encontrada nas plataformas digitais. É o fenômeno da convergência digital. Hoje, as notícias estão em toda parte e são rapidamente acessadas assim que ‘acontecem’. As redes sociais digitais viraram a grande fonte de notícias em tempo real e o modo de acessá-las é bem mais fácil e rápido do que ir à banca e comprar um exemplar do jornal: basta olhar o celular, o tablet ou o computador.

O meio jornalístico vive hoje uma crise e sua causa é, ao mesmo tempo, a sua solução: a convergência digital, ou convergência midiática, como alguns autores a denominam. A convergência é causa da crise porque os jornais impressos estão em uma fase de queda de circulação e de publicidade, embora o meio digital ainda não esteja majoritário. Segundo relatório publicado no site da Associação Nacional de Jornais (ANJ) ²⁷, as empresas

²⁷ Disponível em: zip.net/bhttpDw. Acesso em: 06 jul. 2016.

jornalísticas sentem os efeitos do desenvolvimento das novas mídias na queda de circulação dos jornais impressos.

A entidade apresentou números que refletem esse cenário. Entre janeiro de 2014 e o primeiro trimestre de 2015, as edições impressas diminuíram de 3.897.944 para 3.505.838, uma queda de 8,6%. No caminho inverso estão as edições digitais. No mesmo período, cresceram de 370.866 para 641.776, representando uma variação positiva de 50,2%.

O próprio Comitê de Estratégias Digitais da ANJ recomenda a adoção de sistema de assinaturas digitais como forma de garantir o domínio dos periódicos impressos na plataforma online. E parece ser essa a estratégia que os jornalões, como são chamados os jornais antigos e tradicionais impressos, estão seguindo, o que dá em um caminho chamado convergência, ou seja, fazer as notícias conviverem em diferentes plataformas.

E é através da convergência que os jornalões deverão modificar-se para alcançar um público que incorporou o hábito da tecnologia na sua rotina. Mas a busca por sites de notícias obedece a um processo de procurar o que tem credibilidade. A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, realizada pelo Ibope sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, aponta que os veículos impressos detêm o domínio do grau de confiança da população²⁸.

Segundo os dados coletados pelo Ibope, entre mais de 18 mil entrevistados, 58% afirmaram confiar sempre e muitas vezes nas notícias veiculadas pelos jornais impressos, contra 40% que dizem confiar pouco ou nunca. O percentual de confiança cai para 30% em relação a sites, 26% em redes sociais digitais e 25% referentes a blogs. Em 2014, o percentual de confiança nas notícias de jornais impressos era de 53% contra 45% de não confiança.

No entanto, um dado que aparentemente não condiz com essa confiabilidade é o percentual que declara ler o jornal impresso: 76% responderam não ler dia nenhum. Ao examinarmos as razões de uso da internet, encontramos um sinal de resposta a esse questionamento. Dos entrevistados em 2015, 67% afirmaram que utilizam a internet para se informar e saber das notícias. Ou seja, o leitor está migrando do jornal impresso para a versão online e, apesar disso, mantém a confiança em mídias cujas marcas já carregam a credibilidade da versão tradicional. A pesquisa ainda não media, até a finalização desse estudo, o movimento de migração entre as plataformas.

Os jornais impressos contam com um grau de confiança maior do que em sites, redes sociais digitais e blogs, conforme figura a seguir. Desse modo, é na credibilidade que as

²⁸ Disponíveis em: zip.net/bjrk4T (pesquisa 2015) e zip.net/bjtnVK (pesquisa 2014). Acesso em: 06 jul. 2016.

empresas apostam para migrar conteúdo para a plataforma digital e ampliar o universo de audiência. É um caminho aparentemente sem volta. O futuro se mostra incômodo e incerto para jornalistas e patrões. Está em jogo a sobrevivência no mercado e a grande arma parece ser a boa imagem perante o público.

CONFIANÇA NAS NOTÍCIAS

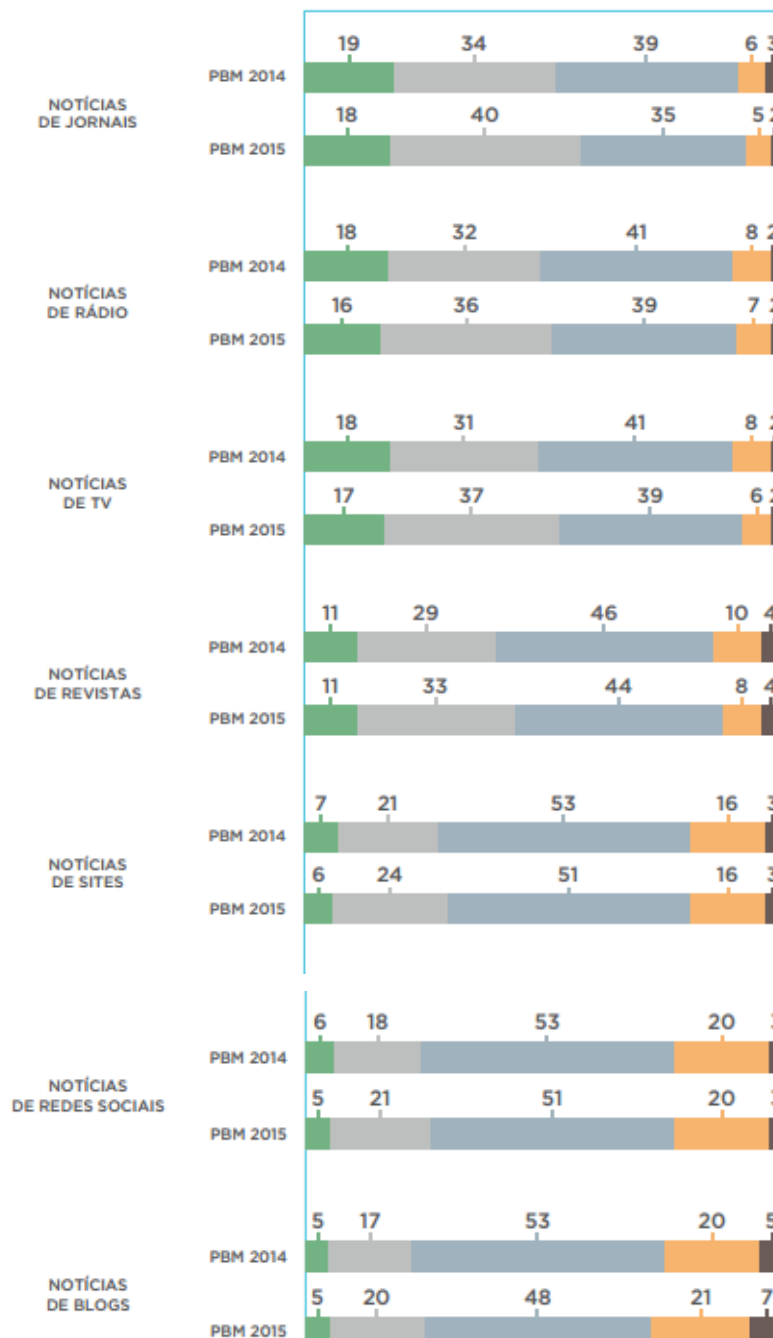
Pergunta - Gostaria de saber quanto o(a) sr(a). confia nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação. O(a) sr(a). confia sempre, confia muitas vezes, confia poucas vezes ou nunca confia? (Resposta única - Estimulada)

- CONFIA SEMPRE
- CONFIA MUITAS VEZES
- CONFIA POUCAS VEZES
- NUNCA CONFIA
- NÃO SABE/NÃO RESPONDEU

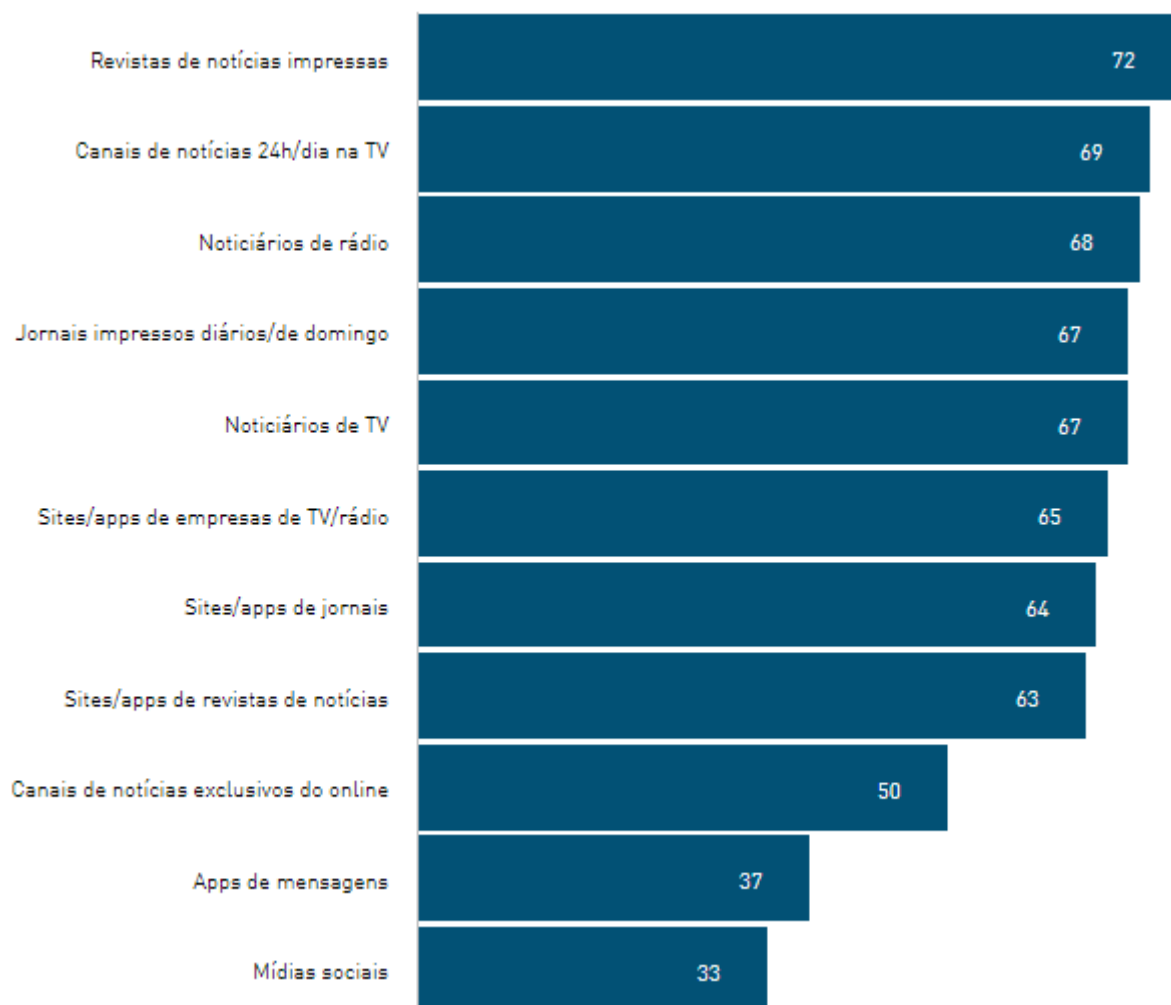


Valores apresentados em porcentagem (%).

Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Brasília, fevereiro de 2014. **Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.**



Outra pesquisa, mais recente, do Grupo Kantar, uma empresa de pesquisa de mercado e consultoria, aponta para esse mesmo cenário de credibilidade maior nos veículos tradicionais, em detrimento das plataformas de mídias sociais. O estudo avaliou as mídias no Brasil, Reino Unido, França e Estados Unidos em 2017 e aponta que o grau de confiança é maior nos veículos tradicionais do que nas mídias sociais, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Kantar Brasil Insights. Disponível em: <https://goo.gl/HL87hH>

Observamos, no resultado acima, que as mídias sociais estão na posição mais baixa de confiança. O Grupo Kantar avalia que as chamadas notícias falsas, que povoam as redes sociais digitais, têm papel preponderante nessa falta de confiança. O quadro é favorável ao jornalismo, principalmente aos meios impressos, que vivem em constante conflito entre

captação da audiência em um universo cujas notícias estão disponíveis gratuitamente no ambiente digital.

E isso traz para o jornal impresso o conflito de noticiar os fatos de “ontem”, amanhecer “velho”, sob essa ótica atual da informação instantânea. No entanto, detém a ‘commodity’ valiosa da credibilidade ainda está em lugar confortável nas pesquisas. Então qual seria o caminho para sobreviver nessa era da informação em tempo real? Se tivéssemos uma palavra para traduzir essa questão seria: adaptação. E esse aparenta se o caminho mais lógico, ao debruçarmo-nos nas concepções de Henry Jenkins, professor de ciências humanas e fundador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Jenkins (2009) enxerga muito mais além do que um processo tecnológico. Para ele, a convergência midiática é um processo sociocultural, que integra um contexto histórico da cultura contemporânea. Segundo ele, as transformações midiáticas em curso operam impulsionadas pelo caminhar rápido da tecnologia. Isso provoca duas reações que se polarizam: o medo de não acompanhar as mudanças e a coragem de se adequar a elas.

Na selva empresarial dos meios de comunicação, a primeira opção leva ao fracasso, indubitavelmente. Resta avançar. Mas como? As grandes mídias – como os jornalões, redes de TV e rádio – estão buscando uma nova relação com o conteúdo multimídia para sobreviverem nessa floresta ainda muito desconhecida. O passo seguinte, indica o autor, é mergulhar na “convergência”.

Jenkins (2009) desenvolve esse conceito-chave e explora as potencialidades que a cultura da convergência tem para relacionar e integrar os conteúdos em diferentes plataformas. Trata-se de um caminho sem volta porque os usuários, os consumidores de informação já fazem essa convergência nas suas mentes e nas ações do dia a dia. Eles já acessam notícias pelo smartphone e até pelo relógio, interagem na web a partir de conteúdos apresentados em programas de TV, em links oferecidos em reportagens nos jornais impressos etc. O processo de convergência, portanto, é questão cultural “à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2009, p. 30).

Ao observar esse processo, o estudioso fez o caminho inverso, investigando como os consumidores chegam até esse ponto de interação e descobriu três pilares que compõem uma espécie de caminho das pedras para entender esse processo: convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva. Foi no MIT que o professor refinou esses pontos de identificação, partindo da ideia central de que as mídias se deparam com um

cenário de transição entre interatividade e participação. Ou seja, os usuários não mais apenas interagem com os conteúdos. Eles também têm uma participação ativa na medida em que também se apropriam dos conteúdos, ressignificando-os, e produzem outros conteúdos que mantêm alguma relação com o “original”.

Exemplificando esse “circuito”, utilizaremos o exemplo de Jenkins (2009) sobre uma transmissão da CNN na cobertura de protestos contra os Estados Unidos no Paquistão, após os ataques de 11 de setembro de 2001. Os manifestantes seguravam cartazes exaltando o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Em alguns cartazes estava a foto de Osama e, ao lado dele, uma colagem do personagem ‘Beto’, da série Vila Sésamo.

Essa peça é parte de várias que um estudante filipino fez para divertimento. Inclusive colou junto ao personagem fotos de outras figuras como Hitler, Ku Kux Klan e jogo na internet. Foi o suficiente para que os organizadores dos protestos achassem imagens do chefe terrorista e colassem nas placas. O que aconteceu foi um fato até previsível, porque se perde o controle do que se joga na grande rede. No entanto, Jenkins (2009) observou essa situação articulando os três pilares da convergência citados anteriormente.

Houve a convergência dos meios de comunicação, no caso a imagem do personagem Beto junto a Osama na web e a transferência dela para cartazes de protesto através de um processo de inteligência coletiva. O raciocínio a percorrer para esse fenômeno pode ser o de que usuários da web, inseridos numa cultura participativa de busca e compartilhamento de conteúdos, interagiram com estes e produziram outro conteúdo – no caso os cartazes – que se descolam do significado que lhes deu origem - a sátira - e assumem o papel de crítica, mantendo o objeto uma relação imagética com o ‘original’.

Jenkins (2009) entende a convergência como um “fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” (p. 29). Em outras palavras, podemos interpretar que a convergência funciona da seguinte forma: ao relacionarem-se entre si, os indivíduos interagem-se através de fragmentos de informação que, a partir de um processo de interação social, produzem um acervo muito maior de ideias, reflexões e ações. Ou seja, produzem, a partir de uma inteligência coletiva proporcionada pela interação, conteúdos que reverberam, refletem e também se opõem ao ‘original’.

Há, portanto, uma produção coletiva de significados em constante articulação e transformação, como explica Jenkins (2009): “A convergência não ocorre por meio de

aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (p.30).

No entanto, entender esse processo é apenas o começo de um trabalho que não tem fim, porque as mudanças também são infinitas. E isso também muito tem a ver com a característica intrínseca da convergência: enigmática, como diz Salaverría (2008). O grande desafio das mídias é, a partir da identificação e assimilação desse cenário, desenvolver estratégias tanto operacionais, quanto financeiras e culturais, para acompanhar as mudanças e sobreviverem.

Os meios de comunicação vivem atualmente sob o paradigma da convergência. São obrigados a percorrerem um caminho de incertezas. Nos anos 90, com a popularização da internet, havia o pensamento de que o digital iria destruir tudo o que fosse considerado convencional. Foram decretadas as “mortes” do rádio e da TV. Hoje, século 21, vivemos sob outro paradigma, segundo aponta Jenkins (2009): o de que as mídias novas e antigas irão interagir de forma complexa.

A convergência mostra-se cada vez mais definitiva porque opera em uma relação de interação entre diferentes plataformas e de maneira fluida, e não fixa. A concepção de convergência, entendemos, não é um conceito fechado, mas uma descrição que aponta sempre para um futuro essencialmente incerto, porque incertas também são as produções e interações sociais. Parafrazeando uma letra de música popular, podemos afirmar que, em tempos de fluidez de conteúdos, navegar é preciso, mas as remadas devem acompanhar o movimento das ondas.

O grande desafio das mídias é justamente conhecer esse movimento do mar de conteúdos em que estão inseridas. É imperioso conhecer como se processa esse fluxo contínuo de informação em diferentes meios e utilizar esse entendimento para se inserir nessa expedição marítima infinita, sem descuidar de pescar o peixe, ou seja, do lucro. Nessa transformação desafiadora, muitos prenunciam a substituição de um meio de comunicação tradicional por outro filho da revolução digital. Jenkins (2009) não acredita nesse caminho.

Para ele, os velhos meios de comunicação estão passando por um processo de transformação devido à entrada das novas tecnologias. Em uma obra voltada para esse tipo de estudo, Murphy (2003) analisou as previsões pessimistas e precipitadas da ‘morte’ do livro. Em 1894, cita ela, um autor previu o fim do livro por conta do advento do fonógrafo, cuja invenção, por Thomas Edison, data de 1877. Ele dizia que a leitura traz cansaço e com o barateamento desses aparelhos de som as pessoas iriam trocar de hábitos e a relação entre

autor e leitor iria mudar, já que os autores poderiam ser ‘escutados’ através do equipamento e a mediação feita pelo livro se tornaria obsoleta.

Evidentemente, assim como outras mortes prematuramente anunciadas, como a do meio impresso pelo rádio, não aconteceram. Murphy (2003) argumenta, ao discorrer sobre vários exemplos, que apesar de um meio novo afetar outro mais antigo, isso não define o fim deste. Segundo ela, a história mostra que não há essa relação direta de nascimento que provoca a morte, mas alerta que conteúdos aparentemente mais atrativos, exemplificando com revistas de sexo, podem tirar um consumidor de um meio para outro. Ela entende que os meios estão intrinsecamente ligados a partir do que chama de sistema de mídia, estabelecendo relações sociais, culturais e econômicas entre si. Lança, ao final do raciocínio, um desafio: “Se se poderia prever a morte de livros, é necessário saber como eles vivem”.

No entanto, saber desse percurso histórico não significa ficar parado e ver no que vai dar. A cultura digital afeta e vai afetar muito mais a vida de quem trabalha com informação e já está alterando o cotidiano do fazer noticioso. Salaverría (2008) aponta que o estabelecimento das tecnologias no processo de informação mudou e vai continuar mudando o modo de fazer jornalismo. No século 20, os papéis das mídias tradicionais – TV, rádio e jornal impresso – estavam bastante definidos. O entretenimento, o imediatismo e interpretação, respectivamente, eram a seara principal de atuação desses meios. No século 21, esse panorama mudou com o papel das novas mídias que vieram através da internet, que, como analisa o autor, joga em todas as frentes:

[...] oferece interpretação, imediatismo e entretenimento. Converteu-se em competência direta dos três meios clássicos ao mesmo tempo. E suas possibilidades são enormes. Internet é um metameio. É uma plataforma de comunicação que subsumiu os três meios tradicionais. (SALAVERRÍA, 2008, p. 21).

Essa visão de metameio também encontra eco em Lévy (1999). O sociólogo, que estuda o impacto da internet nos meios de comunicação, afirma que o ciberespaço aglutina todas as mídias que o precedem. Não só os meios de comunicação tradicionais, mas também a escrita, o alfabeto, o telefone, entre outros, são envolvidos e absorvidos pelo ciberespaço²⁹. E esse novo território possibilita uma expansão dos significados e mensagens produzidas devido às infinitas possibilidades de interação de mensagens via web.

29 O estudioso define ciberespaço, na obra de mesmo nome, como o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. E devido ao surgimento desse novo meio, há o desenvolvimento da Cibercultura, que, segundo ele, são os modos de agir, as práticas que se desenvolvem no terreno ‘ciberespacial’. (Nota da autora).

Além da questão da necessidade de interação de conteúdo, as mídias também se deparam com o desafio da estabilidade financeira, que tem na publicidade a sua grande fonte de receita. Ao analisar o investimento publicitário ainda bem maior em meios tradicionais do que nas suas versões digitais, Salaverría (2008) enxerga como grande desafio para as mídias: pensar no futuro "sem matar o presente" (p. 22). A preocupação tem razão de ser. O dilema que as mídias tradicionais encontram, discute o autor, é que a receita publicitária das versões online, apesar de estar crescendo, ainda é muito menor do que os valores gerados pelas plataformas tradicionais.

Segundo dados da *Newspaper Association of América*³⁰, a receita de publicidade em 2012 nos Estados Unidos chegou a 18 milhões e 931 mil dólares, menor do que a gerada em 2010, por exemplo, que foi de 22 milhões e 795 mil dólares. Nesses dois anos, respectivamente, a receita do online com publicidade respondeu com 3 milhões e 370 mil dólares e 3 milhões e 42 mil dólares. Essa tendência também é apontada em anos anteriores, apontando o crescimento da publicidade online, mesmo esta ainda bem menor em resultados absolutos do que a gerada pelo impresso.

No mundo, esse cenário se repete. Relatório da *World Association of Newspapers and News Publishers (WAN-Ifra)*³¹, divulgado em junho de 2015, mostra que a principal fonte de receita dos jornais ainda provém do meio impresso, responsável por 93% desse faturamento. No entanto, a publicidade nas versões digitais cresceu 8% e, desde 2010, registra um aumento de 59%. O relatório da *WAN-Ifra* reúne mais de 70 países, incluindo o Brasil.

Essa breve explanação de dados mercadológicos mostra que os desafios das mídias está no conteúdo e também na administração de capital e direcionamento de negócios. Ou seja, é um terreno para muitas mãos trabalharem. No entanto, os momentos de mudança levam ao crescimento de quem se propõe para tal. Tanto Lévy (1999) quando Salaverría (2008) discutem a influência dessa nova mídia não como um demônio que veio destruir, mas uma nova forma de agir socialmente e à qual os meios tradicionais, assim como os indivíduos, estão, espontaneamente ou não, imersos em um processo de interação e mudança constantes.

Ou seja, navegar é preciso, nesse processo de corrida contra o tempo por conta do rápido avanço tecnológico e da natural incorporação deste à rotina das pessoas, o fazer noticioso está ainda mais engendrado nas estratégias de construção da realidade. Afinal de contas, os meios de comunicação vivem em uma rotina em que todos têm a notícia, salvo haja

³⁰ Disponível em: zip.net/bktrkD. Acesso em 17 ago. 2016.

³¹ Revista eletrônica Meio e Mensagem. Disponível em zip.net/bytrHk. Acesso em 19 ago. 2016.

algum “furo”, e todos precisam encontrar formas diferentes e atrativas de dar essa notícia, mas não só publicá-la. Também buscam desdobrá-la, mantê-la viva o mais tempo possível para reafirmar a sua relevância e, conseqüentemente, a credibilidade do seu meio.

Resta às grandes mídias se adequarem a esse movimento que, pelas suas características, chamamos sócio-tecnológico. Administrar os conteúdos nas diversas plataformas e monetizá-los para continuarem vivas no mercado. Não há receita e, sim, um caminho que já está sendo percorrido e, talvez, não tenha um fim porque, como está na epígrafe deste capítulo, tudo é um processo.

A seguir, apresentamos as bases teóricas do nosso estudo da mídia, sob a ótica do discurso, da linguagem e da prática social, que pavimentaram o caminho de análise para entendermos o processo discursivo midiático em relação às manchetes políticas de capas de jornais.

3. OS PILARES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Neste capítulo vamos traçar um panorama da Análise Crítica do Discurso (ACD), que é a base fundamental para o nosso estudo. Procuramos esmiuçar os elementos que formam essa proposta teórico-metodológica transdisciplinar de estudo da linguagem. Trazemos o modelo tridimensional de análise do discurso, as reflexões sobre o protagonismo das práticas sociais na análise e as correlações teórico-metodológicas com a encenação narrativa e outros conceitos que dialogam com a ACD.

3.1 Discutindo os fundamentos

A Análise Crítica do Discurso (ACD) tem como foco principal ser uma proposta teórico-metodológica transdisciplinar de estudo da linguagem. Ocupa-se em estudar as relações que há entre linguagem e poder. É um campo de pesquisa que dialoga com vários ramos das ciências sociais, por isso a característica de transdisciplinaridade. Neste escopo, a dominação, a manipulação e a desigualdade social são universos que interessam a esse campo de investigação, bem como o foco de reação aos organismos hegemônicos, promovendo uma possibilidade de mudança social de uma ordem vigente entre dominadores e dominados.

Fairclough (2001) discute o escopo desse projeto crítico associando a este a necessidade de compreensão de uma ou mais práticas sociais vigentes que atuam, sustentadas pela relação de poder, sobre grupos menos favorecidos socialmente. Esse entendimento converge para o desenvolvimento de práticas de reação a um sistema, ou a discursos que, permeados por ideologias que naturalizam a dominação, tentam se sustentar como hegemônicos. No entanto, segundo Fairclough (2001), não há hegemonia que não possa ser questionada.

Ao nos depararmos com esse pensamento, trouxemos para a reflexão tipos de hegemonias ditatoriais, como governos autoritários³², cujo ditador reprime os que politicamente se insurgem contra ele. Mas, mesmo essas hegemonias, são constantemente questionadas, não conseguem a dominação completa porque não é unanimidade entre os grupos dominados. Uma vez questionada por segmentos da sociedade, mesmo que ainda não

³² Segundo levantamento da Freedom House, ONG americana que pesquisa sobre as democracias no mundo, pelo menos 49 países ainda vivem sob o regime ditatorial. O estudo foi divulgado em 2018. Disponível em: <https://goo.gl/Y6E4Je>.

tenham tido voz política e garantias de expressão de ideias, já somam para si lacunas no tecido de poder.

Fairclough (2001) interessa-se na investigação dos discursos, a partir da interpretação dos modos de atuação dos organismos de poder para promover práticas que possibilitem questionamento e mudança. Segundo ele, esse projeto precisa ser interdisciplinar porque os discursos orbitam pelos interesses das ciências sociais e em vários outros ramos do conhecimento. O autor britânico desenha um escopo do amplo leque de atuação do exame a partir da ACD quando afirma que:

A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 276)

Ao situar esse raciocínio, Fairclough (2001) chama para contribuição ciências sociais e humanistas, como psicologia social, ciência política, história e, claro, a linguística. Van Dijk (2008), ao fundamentar a sua visão sobre o papel da ACD, focaliza como contribuição principal a reação às estruturas dominantes:

A Análise Crítica do Discurso é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. (2008, p. 115)

Esse foco principal na busca pelas várias formas de abusos de poder e nas formas de mudança social coloca a análise em ACD já sob uma perspectiva de busca por meios de reação a cenários opressores, segundo Fairclough (2001). Ele também admite que essa capacidade de reagir aos *status quo* dominante não é igual para todos e isso dá mais um incentivo à proposta da teoria. De acordo com ele, faz-se necessário também à ACD buscar respostas ou análises através do discurso para a compreensão das várias faces da dominação ideológica.

Nosso estudo, como esclarecemos na Introdução, parte do pressuposto que a mídia não tem interesse em propor essa reflexão crítica. E isso, justamente, torna relevantes os estudos

do discurso para a compreensão crítica do fazer midiático. Portanto, através da ACD podemos identificar meios através dos quais os organismos se utilizam para estabelecer um paradigma dominante, sem permitirem ou dificultando caminhos para o questionamento ou capacidade de reação a determinadas situações.

Ao tentarmos, nesse estudo, compreendermos como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica, somos primeiramente levados a buscar respostas sobre que sentidos são esses e qual a natureza deles. Em seguida, somos levados a pensar se esses sentidos, durante o processo de interação, são construídos com força discursiva suficiente para não serem questionados.

Na verdade, queremos saber se esses sentidos flexibilizam ou não, através da construção de seus enunciados, a possibilidade da audiência estabelecer contato com sentidos opostos ao que está sendo proposto no enunciado principal. Enfatizamos que entendemos a *interação* de forma ampla, assim como Fairclough ([2005] 2012), ou seja, uma conversa informal é uma interação, assim como um texto em jornal, TV, internet etc. também é uma interação, uma vez que predispõe a audiência durante a sua construção.

A partir desse prisma, entendemos que escolhas lexicais, em uma situação de comunicação, estabelecem relações discursivas em uma determinada prática social. Essa conexão, por sua vez, reflete a conjuntura em que os meios – no caso a mídia – trabalham, visando à concorrência e instituindo interesses específicos editoriais nos seus modos de ação. Esse micro universo da mídia dialoga o tempo todo com o macro universo social e a audiência, exposta às manifestações linguístico-discursivas midiáticas, também integra essa relação, mas sob uma forma de elemento a ser convencido.

A análise desse jogo de poder da mídia encontra eco na preocupação de Fairclough (2001) em identificar situações de dominação e abuso presentes nas formas linguísticas e desenvolver meios para que as pessoas constituam novas práticas sociais e discursivas, objetivo ao qual nosso trabalho está alinhado. Em artigo publicado no periódico *Discourse and Society*, Fairclough (1992) articula esse propósito e também amplia a perspectiva social da ACD, ao sugerir que a análise textual deve ser baseada em uma teoria multifuncional da linguagem, assim como faz a Linguística Sistêmico-Funcional.

O britânico propõe que a investigação leve em conta razões teóricas, metodológicas, históricas e políticas. Essa perspectiva, se levada adiante pelos pesquisadores, favorece o reconhecimento da análise textual também como um método de pesquisa social e fortalece o

estudo das práticas sociais e identificação das desigualdades nas relações entre dominadores e dominados (FAIRCLOUGH, 1992). Mais tarde, Fairclough ([2005] 2012, p. 309) reafirma esse objetivo ao atualizar a posição da ACD em um escopo geral de análise das relações dialéticas que ocorrem entre semioses e práticas sociais.

Fairclough (2001) desenvolveu um modelo tridimensional de análise crítica do discurso para realizar essa investigação. Esse modelo visa a desvendar a natureza dos processos discursivos em três instâncias de análise: o texto, as práticas sociais e as práticas discursivas. Vamos apresentá-lo, ressaltando que as instâncias constituídas no modelo não ocorrem linearmente e, sim, simultaneamente. Na sequência, também vamos articular ao modelo as considerações de protagonismo da prática social, cujo enquadre, feito por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough ([2005] 2012), explicita a inerência de influências contextuais à produção dos discursos. Vejamos na próxima página.

Vejam a figura 1:

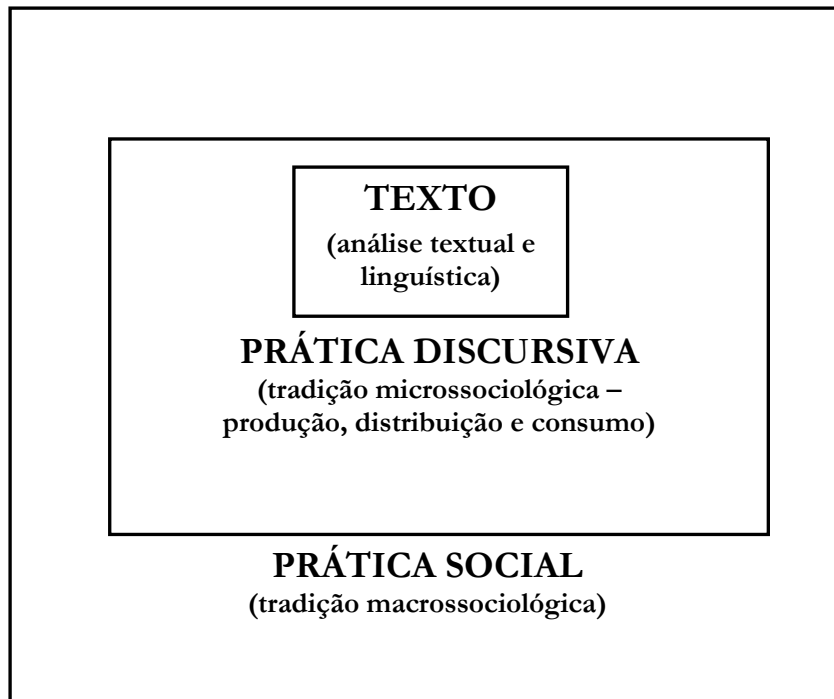


Figura 1- Concepção tridimensional de análise crítica do discurso. Fairclough (2001), p. 101.

Segundo o autor, a análise do texto ocorre através da descrição e as análises das práticas social e discursiva situam-se no âmbito da interpretação. Ao articular a relação desses três elementos – texto, prática discursiva e prática social, Fairclough (2001) baseia-se em argumentos que justificam a necessidade de aplicação do modelo na análise de discurso textualmente orientada. O autor expõe seus argumentos e os toma como base para detalhar os domínios de cada uma das três instâncias de análise. Suas ideias estabelecem que:

- a) Os três elementos do modelo são necessários na análise do discurso porque integram três tradições analíticas interdisciplinares: análise textual linguística (análise do texto); tradição macrossociológica da prática social (relacionando as práticas às estruturas sociais) e a tradição microssociológica da prática discursiva (produção de discursos pelos membros que compartilham valores e conceitos específicos);
- b) As práticas dos membros da vida social são moldadas, inconscientemente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social que os abriga;

- c) As práticas dos membros da vida social influenciam nas estruturas sociais e geralmente estes membros disso não têm consciência;
- d) Os procedimentos que os membros da vida social utilizam nas suas práticas são heterogêneos e contraditórios e há uma luta de natureza também discursiva.

O estudo da prática social é uma análise macrossociológica em relação às estruturas sociais e também abrange o estudo microssociológico da prática discursiva, que está contida na prática social. Segundo Fairclough (2001), a prática social atua nos diversos modos de orientação política, ideológica, cultural e econômica. Equivaleria à pergunta: “em que contexto ocorrem esses textos?”.

A prática discursiva – na qual ocorre a produção, distribuição e consumo dos textos – focaliza o aspecto microssociológico. Ou seja, é uma dimensão interpretativa do que é produzido, distribuído e consumido, levando em consideração a prática social em que os textos estão situados. Equivaleria à pergunta: “por que os textos são como são?”.

O estudo do texto observa os aspectos linguísticos levando em conta as práticas social e discursiva que o constitui. O texto é a porta de entrada para a análise porque é a através da superfície linguística que estão situados os elementos que trazem cargas ideológicas e hegemônicas do discurso, resultantes de sua imersão na prática social. Equivaleria à pergunta: “o que esse texto diz e o que não diz?”.

O modelo tridimensional mostra a intrínseca ligação entre a prática social, a prática discursiva e texto e visa investigar a expressão da desigualdade social no uso da linguagem e no discurso, articulando, ininterruptamente, os elementos apresentados. Esse esquema possibilita ao analista observar, descrever e interpretar as práticas discursivas e sociais a partir da materialidade do texto, mas sem dissociá-lo do contexto em que ocorrem. Trata-se da observação e análise de uma materialidade interior e exterior, uma vez que os discursos são reflexos de uma cadeia de influências que vão compondo os vários textos produzidos.

Essa visão, ao mesmo tempo sistêmica e social da linguagem, que o modelo de Fairclough (2001) oferece, tem raízes na concepção da Linguística Sistêmico Funcional (LSF), que trata a linguagem como forma de ação e reflexão e a considera multifuncional. Halliday e Hasan (1985) explicam que essa multifuncionalidade da linguagem deve-se ao fato dela trazer vários significados em uma situação social. Estes só produzem os sentidos se forem consideradas no seu todo. Segundo os autores, para entender esses significados não poderemos examiná-los de forma separada e, sim, investigá-los levando em consideração o

seu conjunto, mas de diferentes ângulos, sendo cada perspectiva um contributo para a interpretação.

Na ACD, o analista não perde de vista as relações de poder em jogo e os discursos em funcionamento no seu estudo. Segundo a perspectiva central da ACD, o analista deve identificar discursos dominantes e propor formas de reação a estes. Esses discursos tornam opacos certos contextos e fazem estes funcionarem como se fossem naturais e obviamente consequentes. Mas cabe ao estudioso investigar e mostrar que o óbvio não está no discurso. Por isso nossa busca nesse estudo em propor uma caracterização dos discursos nas manchetes de jornais e refletir como são construídos. Como afirma Fairclough (2001), o discurso é permeado por várias nuances ideológicas³³, responsáveis por relações geralmente desiguais de poder.

A prática social, que encapsula os textos e a prática discursiva, tem uma natureza mutável em relação aos seus momentos, refletem Chouliaraki e Fairclough (1999). Os eventos das práticas sociais estão conectados entre si e são conduzidos por mecanismos de poder. Na ACD, as várias dimensões da vida – física, química, biológica, social, econômica, psicológica etc. – possuem estruturas distintas, cujos eventos agem também distintamente por mecanismos particulares.

Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que os mecanismos dos eventos são mediados por outros e nenhum mecanismo tem efeitos determinados sobre os eventos. Sendo assim, não há, também segundo a ACD, um padrão de consequência da ação de mecanismos sobre eventos. Esse ponto é elucidado quando os autores explicam que:

As relações entre mecanismos são estratificadas: um mecanismo pressupõe muitos outros, mas está enraizado e emergente de um ou um pequeno número de outros mecanismos. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 19).

A partir dessa consideração, ambos raciocinam que a vida social é formada por várias esferas – políticas, culturais, econômicas – e as relações em cada uma dessas e de outras esferas com outros mecanismos precisam ser entendidas a partir de contextos específicos, particulares. Essa visão é levada em conta por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough ([2005] 2012), ao articularem a estrutura analítica da ACD, considerando a necessidade de identificar nas semioses um problema social, em qual rede de práticas esse problema está

³³ Os conceitos de ideologia, assim como discurso, poder e hegemonia serão trabalhados durante o desenvolvimento do enquadre teórico.

inserido e que obstáculos são necessários transpor para que seja resolvido. Para isso, olham o problema a partir do social, da estrutura discursiva e dos elementos textuais e linguísticos articulados nos discursos.

Portanto, os elementos da ACD – texto, discurso e prática social - dão ao analista a possibilidade de, ao investigar o objeto, tomar uma posição crítica diante deste, guardando o cuidado para evitar a contaminação por pré-julgamentos ou posturas individuais que coloquem em risco a seriedade do trabalho. As ferramentas oferecidas pela ACD possibilitam que o estudioso se proteja desse risco e, ao mesmo tempo, apresente uma reflexão com credibilidade não para angariar adesões, mas para mostrar formas de não apenas consumirmos discursos, mas refletirmos sobre eles.

Além da Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso (ADC) tem uma estreita ligação com o Realismo Crítico, do qual um dos principais expoentes é Bhaskar ([1978] 2008). A concepção deste autor sobre a realidade a coloca em três domínios, que se interrelacionam e a transformam em um real aparente, que sempre muda a partir da mediação empreendida pelos atores sociais. Ao examinarmos suas ideias, percebemos o alinhamento com as ideias de Fairclough & Chouliaraki (1999) sobre a natureza mutável das práticas sociais em relação aos seus momentos e à atividade midiática de reinterpretar e mediar os acontecimentos.

Os fenômenos da realidade, defende Bhaskar ([1978] 2008), apresentam-se conectados entre si, interligados, e não são simplesmente uma sucessão de acontecimentos regulares. O filósofo britânico parte de alguns critérios sobre esses fenômenos. Um deles é que o nosso conhecimento acerca dos fenômenos é relativo, e não absoluto. Outro é que para dar uma explicação de um evento da realidade utilizamos deduções, que estão baseadas em uma ou mais leis universais e essas leis “são relações entre eventos ou estado de coisas” (BHASKAR, [1978] 2008, p. 54). Esse pensamento alicerça a opinião do estudioso de que apenas o real é real. Isso nos leva a refletir que as nossas relações com o real são mutáveis e não encerram em si um percurso homogêneo.

A aproximação da ACD com o realismo crítico de Bhakar ([1978] 2008) encontra lugar na visão de Chouliaraki e Fairclough (1999) sobre a concepção da vida como um sistema aberto, cujos eventos são conduzidos por mecanismos de poder. O realismo crítico argumenta que o real e o empírico não são iguais porque as estruturas sociais são independentes dos padrões reais de eventos. Na ACD, as várias dimensões da vida – física,

química, biológica, social, econômica, psicológica etc. – possuem estruturas distintas entre si, cujos eventos agem também distintamente por mecanismos particulares.

Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que os mecanismos dos eventos são mediados por outros e nenhum mecanismo tem efeitos determinados sobre os eventos. Sendo assim, não há, também segundo a ACD, um padrão de consequência da ação de mecanismos sobre eventos. Esse ponto é elucidado quando os autores explicam que: “As relações entre mecanismos são estratificadas: um mecanismo pressupõe muitos outros, mas está enraizado e emergente de um ou um pequeno número de outros mecanismos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 19).

Essa consideração se esclarece avançam para explicar que a vida social é formada por várias esferas – políticas, culturais, econômicas – e as relações em cada uma dessas e de outras esferas com outros mecanismos precisam ser entendidas a partir de contextos específicos, particulares. Ou seja, o realismo com o qual se lida ao analisar relações sociais foge do real e aproxima-se de uma essência relativa, que é variável segundo as interligações entre as estruturas, como defende Bhaskar ([1978] 2008).

Essa visão é levada em conta por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough ([2005] 2012), ao articularem a estrutura analítica da ACD, considerando a necessidade de identificar nas semioses um problema social, qual rede de práticas está inserido e que obstáculos são necessários transpor para que seja resolvido. Para isso, olham o problema a partir do social, da estrutura discursiva e dos elementos textuais e linguísticos articulados nos discursos. Texto, discurso e prática social, portanto, são os tópicos que detalharemos no próximo item, começando pelo texto.

3.2 Os elementos da ACD e suas relações: o texto

Fairclough (2001) usa o conceito de texto no sentido tratado por Halliday (1985), para o qual é constituído de fala e escrita, mas também observa nesse nível o que chama de *arquitetura dos textos*. Ou seja, como são organizados hierarquicamente os elementos textuais. Para Halliday (1985), o texto é um sistema através do qual os usuários realizam trocas e escolhas semânticas, significações essas que são atribuídas a partir de um processo de interação e compartilhamento do ambiente social. Essa visão de compartilhamento social do sistema linguístico é uma das pontes que a ACD faz com a Linguística Sistêmico-Funcional.

Fairclough (2001) não dissocia o texto do discurso. Assim como Halliday (1985), enxerga os textos como condutores de discursos que levam a ações sociais. A diferença é que Fairclough (2001) amplia o espectro textual para o campo dos acontecimentos. “Toda oração é multifuncional e, assim, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais [...] e textuais” (p.104). Essa concepção de multifuncionalidade dá ao texto um caráter até mesmo ideológico já a partir da superfície linguística porque o autor não separa a materialidade textual do que este representa para uma análise social.

Avançando na discussão acerca do elemento textual, ele cita, por exemplo, a combinação de episódios para formar uma reportagem policial de jornal. Podemos refletir sobre qual a ordem das cenas a serem narradas ou descritas, no caso de TV ou jornal impresso, respectivamente. O planejamento em que essas cenas são editadas e publicadas, ou transmitidas, também trazem nos seus textos uma significação que seria outra, caso a estrutura também fosse modificada.

Reforçando essa visão multifuncional do texto, Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam-no como um elemento que surge da “interação mediada” (p. 45). Nesse sentido, os textos gerados em fenômenos de interação tanto no contexto de face a face, quanto no âmbito mediado através de rádio, TV, internet (e-mail etc.). Ou seja, mesmo escritos, os textos têm uma característica denominada pelos autores de *multisemióticos*. São, portanto, capazes de atuar em vários níveis de interação e, assim, comportando-se como um vetor de transmissão de discursos, ideologias, valores etc.

Outros autores também dialogam com a concepção da ACD quanto a essa característica textual multifacetada. Ao fazer um alerta para a não confusão entre os conceitos de texto e discurso, Marcuschi (2002) elabora uma definição operacional para o texto, atribuindo ser uma entidade que se realiza e corporifica em um gênero textual. Ao diferenciar texto de discurso, o autor atribui a este a manifestação que o texto emana ao atuar em alguma instância discursiva.

Segundo Marcuschi (2002), os textos constituem discursos ao serem imersos em determinadas condições históricas, sociais e ideológicas. Nesse ponto, corrobora com a consideração de Beaugrande (1997), para quem o texto é um acontecimento discursivo que envolve ações não só linguísticas, mas sociais e cognitivas.

Os textos atuam em gêneros específicos e estes, por sua vez, fazem ligação entre textos e contextos embora de formas diferentes de acordo com os propósitos a que se dispõem. A corrente que investiga os gêneros e seus efeitos sociais, cuja proposta guarda um

alinhamento com a ACD, são os chamados Estudos Retóricos de Gêneros (ERG). A proposta coloca os gêneros no centro de atuação comunicativa em contextos sociais e investiga como os gêneros realizam as mediações sociais. Os ERGS investigam como os gêneros levam os usuários a realizarem ações retórica e linguisticamente orientadas, de acordo com a situação simbólica e contextos sociais específicos.

Askehave e Swales (2009) alinham-se com o pensamento que situam os gêneros como importantes entidades no papel da influência dos discursos na sociedade contemporânea, aproximando-os da relação com o poder. Bathia (2001) ressalta o conhecimento convencional dos gêneros como formas relativamente estáveis que ocorrem em situações disciplinadas socialmente, com propósitos comunicativos específicos, e apresenta uma regularidade na sua estrutura.

Reside nesse pensamento a perspectiva desenvolvida por Bakhtin ([1979] 2010) ao discutir sobre gêneros do discurso. Para ele, tipos *relativamente estáveis de enunciados* constroem esses gêneros, que possuem uma diversidade tão vasta quanto o espectro da atividade humana. A posição de Marcuschi (2002) conjuga-se a essas ideias. Enfatiza que os gêneros “são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos.” (MARCUSCHI, 2002, p. 25).

Koch (2010) associa o texto a uma atividade socialmente comunicativa que integra e é constituída de um processo de interação em situações concretas. E os sentidos, segundo ela, se constroem no texto a partir desse processo interacional. A autora recorre à metáfora do *iceberg*, a qual diz que o texto é o que se vê exposto, e o seu implícito, maior do que o explícito, está encoberto, ou pronto para ser descoberto a partir das pistas dadas do lado exterior, a partir do acesso a sistemas de conhecimento e estruturas cognitivas que formam o arcabouço social do qual o texto faz parte.

Esse panorama de conceitos textuais mostra visões contemporâneas sempre voltadas para processos de interação social, de influências e também de dominação de grupos por outros. Uma vez que a interação pressupõe uma troca de informações e conhecimentos, nas mais diversas esferas da sociedade, é natural que haja imposição de conceitos, através da veiculação de discursos ora dominantes, ora reprodutores de situações sociais, mas todos em busca de estabelecer um domínio, que não garante estabilidade, mas, sim, uma *relatividade estável*.

A relação texto-discurso é intrínseca na ACD. O texto é uma dimensão do discurso. Qualquer evento de discurso também é um texto, cuja dimensão linguística é importante para a ACD. A interação desse texto com os discursos que carrega é um nível de interesse da prática discursiva, que se ocupa da produção e combinação dos discursos em torno de um contexto.

O texto, portanto, é a microanálise da prática discursiva. É uma amostra linguístico-discursiva utilizada para a investigação junto com a prática discursiva e a prática social na qual está inserido. Ao rediscutir essa questão, Fairclough ([2005] 2012) chama atenção, por exemplo, para o autoritarismo presente nos textos compostos por frases justapostas, sem conectivos, ou seja, o fenômeno linguístico da parataxe. Segundo ele, há uma tendência na nova ordem global em que predominam os interesses do neoliberalismo em detrimento da assistência social. E isso imprime aos processos linguísticos ações que omitem seus agentes sociais, como se não tivessem relação com o tempo e a história, construindo “a nova economia como um simples fato, para o qual não há alternativas” (p. 319).

O autor faz essa reflexão ao explicitar o seu ponto de vista sobre neoliberalismo como projetos políticos que se opõem a fortes programas de assistência social e priorizam o que o autor chama de *novo capitalismo*, sendo este articulado como se a sua compreensão já estivesse incorporada por todos. Fairclough ([2005] 2012) argumenta que o artifício da parataxe, ou seja, colocar enunciados justapostos de forma coordenada, sem conjunções, torna o texto impositivo, uma vez que as frases sequenciadas não estabelecem entre si uma causa e consequência, por exemplo, omitindo do enunciado o que uma imprimiu à outra no plano dos acontecimentos políticos da vida social.

Ao listar uma série de categorias de análise textual, Fairclough (2001) aconselha o analista a selecionar as que estão mais interligadas ao objeto de estudo. As categorias são: vocabulário (trata das palavras individuais), estrutura textual (propriedades organizacionais em larga escala dos textos), controle interacional, coesão, polidez, ethos, significado das palavras, criação de palavras, metáfora e gramática (palavras combinadas em orações e frases) – esta que se subdivide nas dimensões de transitividade, tema e modalidade.

O autor destaca que algumas categorias são orientadas para formas linguísticas, enquanto outras são para os sentidos, mas isso é aparente porque, segundo ele, todas as categorias comunicam-se simultaneamente com esses dois âmbitos. Forma e significado andam juntos e são socialmente motivados. Os processos de organização linguística são, portanto, envolvidos pelos processos sociais.

Nesse sentido, o autor chama atenção para o analista sobre o estudo do objeto. O analista precisa levar em conta, ao selecionar e aplicar as categorias, o potencial de um texto e sua interpretação, que pode ter múltiplas facetas na significação, como acentua: “O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

Ao falar sobre essa heterogeneidade, o autor ressalta o potencial de ambivalência e de interpretações múltiplas que os textos são capazes de oferecer. A ambivalência é resolvida pelos analistas, ou reduzida, a partir da tomada de posição de um sentido, aconselha o autor. Isso pode requerer uma tomada de posição por um sentido particular, ou um conjunto de sentidos, mas o analista precisa deixar clara a motivação desse posicionamento. A partir das recomendações de Fairclough (2001), sistematizamos um quadro com a seleção e detalhamento das categorias que serão utilizadas na análise do *corpus* em estudo³⁴. Vejamos a seguir:

Categoria	Tópicos de análise
Gramática	<p>Transitividade – Verificar se há um indivíduo agindo ativamente na oração;</p> <p>Oração – Verificar as formas verbais. O presente do indicativo é uma forma verbal autoritária;</p> <p>Parataxe – Examinar se há sequência de frases justapostas sem conectivos aparentes.</p> <p>Voz do verbo – Se ativa, o autor da ação é empoderado. Se passiva, há um apagamento do agente por alguma razão, que pode ser verificada.</p>
Coesão e coerência³⁵	<p>Verificar como os enunciados estão conectados lexicalmente e as implicações interpretativas que essa articulação gera no plano do discurso. Observar principalmente a coesão por seleção lexical e a repetição de palavras entre manchetes dos jornais analisados.</p>

Fairclough (2001) admite que, por conta mesmo dessa característica intrínseca, a análise textual não pode ser dividida da análise da prática discursiva e também da prática

³⁴ Ao apresentar as categorias, Fairclough (2001) faz questão de ressaltar que não se tratam de um roteiro obrigatório porque não há esquema fixo para se fazer análise do discurso. Nosso estudo selecionou algumas das categorias tanto textuais quanto das outras instâncias do modelo tridimensional que mais respondem aos questionamentos ao objeto e também dialogam com outras disciplinas aqui utilizadas.

³⁵ Fairclough (2001, p. 245) insere a coerência no âmbito da prática discursiva, na classificação didática do modelo tridimensional. Mas como, também corroborando o ponto de vista do autor, a análise abarca simultaneamente os elementos do modelo e não deve ser feita isoladamente, avaliamos ser mais prático e lógico o agrupamento do item coerência na parte textual, visto que este se articula intrinsecamente ao item coesão, que já está situado originalmente nesse escopo.

social. O modelo proposto é uma forma didática de mostrar que os três elementos atuam, com suas características próprias, mas em um campo imbricado por suas marcas. Apesar de estarmos detalhando o funcionamento dessas áreas em tópicos, esclarecemos que nas análises as três ocorrências serão consideradas conjuntamente.

3.2.1 À luz das palavras: gramática

Ao empreender uma análise a partir do modelo tridimensional de Fairclough (2001), podemos ou não começar a partir do texto, como o próprio autor assevera, e as categorias podem ser selecionadas a depender dos objetivos da análise. Além disso, os parâmetros do discurso e da prática social também devem ser considerados no momento do exame do *corpus* textual.

O texto, diz Fairclough (2001), é constituído de práticas discursivas que agiram na sua construção, conferindo-lhe um potencial multi-interpretativo. Ao se observar um extrato textual, também é preciso que se leve em conta os discursos que o envolve e as pistas das práticas sociais que carrega. Isso também abrange as subcategorias de análise dessa instância do modelo tridimensional.

Na gramática, as formas verbais dizem muito das práticas discursivas e sociais refletidas em um texto. Verbos no presente do indicativo apontam um sentido autoritário ao enunciado. O posicionamento dos elementos da oração também caracterizam os sentidos que são trabalhados na estrutura textual-discursiva.

O sujeito autor da ação na voz ativa e com um verbo no presente impregna ao enunciado uma carga ideológica de certeza e verdade na afirmação. A voz ativa deixa explícito o autor da ação e a este confere um poder de ação direta sobre o objeto. O uso da voz passiva pode denotar o apagamento intencional do agente da ação, ou ocultação deste, ou até um apagamento porque o agente não é conhecido.

A transitividade revela que processos são implementados ao enunciado. Fairclough (2001) explica dois tipos: os processos relacionais e os processos de ação. Os relacionais estabelecem uma relação entre os participantes do enunciado. Os de ação indicam o movimento de um agente em direção ao objetivo do enunciado ou os seus participantes.

Ambos os tipos de processos podem ser significados linguisticamente de várias formas. Assim, os processos que ocorrem na realidade são refletidos no plano linguístico a partir de uma gama interpretativa tão múltipla que a realidade é apenas uma parte desse

panorama linguístico-discursivo representado a partir de determinadas estruturas dominantes. Encontramos eco desse pensamento em Fairclough (2001), quando ele diz que:

Uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e em diferentes discursos), ou num texto particular. (p. 223).

No escopo dessa observação, afirmamos também que todos esses fatores que o autor cita no trecho acima tornam os enunciados um labirinto de interpretações. Ao mesmo tempo, essas interpretações podem revelar processos de ação ou relação entre os atores do texto, identificando processos de domínios discursivos e ideológicos, oferecendo ou não propostas de mudanças também discursivas e ideológicas.

A partir desse raciocínio requerem atenção orações cuja transitividade é direta, indireta ou ainda intransitiva. Esse detalhe pode fazer toda a diferença no tocante ao apagamento ou empoderamento do autor e do receptor da ação, como também na ação propriamente dita. Fairclough (2001) utiliza um exemplo simples, mas que já traduz a distância que surge em determinadas opções dentro do âmbito da transitividade. Vejamos abaixo três orações dos exemplos do autor e algumas considerações sobre os efeitos da transitividade³⁶:

Oração 1 – A polícia atirou em cem manifestantes

Oração 2 – A polícia estava atirando

Oração 3 – Cem manifestantes morreram

Na oração 1 (*A polícia atirou em cem manifestantes*), há um agente explícito – A polícia – e um paciente também explícito – manifestantes. Fairclough (2001) analisa que se trata de uma oração transitiva tradicional (sujeito-verbo-objeto), mas que o seu objetivo não está explícito, apesar de expressar uma ação dirigida: a polícia contra os manifestantes. Acrescentamos a esse raciocínio que o fato de não haver um propósito explícito pode indicar pelo menos duas interpretações: (a) que os manifestantes estavam agressivos e por isso tiveram que serem respondidos à bala; (b) que os manifestantes se dispersaram.

Temos, então, uma oração tradicionalmente completa, com sujeito, verbo e objeto, mas que não traduz o que realmente ocorreu ou esse ofuscamento de acontecimentos

³⁶ Fairclough, 2001. p. 224.

complementares pode guardar uma intencionalidade de esconder uma possível ação truculenta da polícia. Ao observarmos a oração 2 (*A polícia estava atirando*), temos um reforço no argumento (a) exposto acima e com uma oração intransitiva, que esboça uma ação chamada não-dirigida e sem um objetivo aparente – atirando contra quem?

Há uma locução de dois verbos em tempos diferentes – passado e gerúndio – que indica a execução e o término da ação em resposta a algo que a provocou. A oração 3 (*Cem manifestantes morreram*) indica primeiramente o resultado da ação e traz, como uma das opções interpretativas, a ideia de truculência de algo contra um grupo, destacando em primeiro plano o resultado dessa ação, que é a morte dos manifestantes.

Assim como a oração 2, a oração 3 é intransitiva e isso nos deixa um ponto a observar e confirmar, ou não, que a intransitividade pode ter igual ou mais força que a transitividade e refletir-se como potencialmente mais ativa do que uma oração nos moldes tradicionais (sujeito-verbo-objeto). Mas, mais importante do que esse aspecto é observar o comportamento da transitividade, fazendo ligações com os discursos e o contexto social que se refletem nas orações. Esse procedimento acontece, como diz Fairclough (2001), em todo o modelo tridimensional.

3.2.2 Coesão e coerência

A coesão e a coerência, responsáveis pela articulação do texto e sua produção de sentido, têm no recurso da repetição uma base significativa. Antunes (2005) reforça a importância desses dois aspectos, que dão ao texto a capacidade de articulação tanto na superfície textual quanto aos sentidos que são produzidos e extrapolam o material linguístico. A coesão, segundo a autora, é a capacidade que o texto possui de realizar ligações que lhe deem um sentido e acontece de várias formas, sendo uma delas a repetição.

A repetição pode ocorrer por paráfrase, paralelismo ou repetição propriamente dita. A paráfrase é o recurso que repete o que foi dito de outra maneira, com outras palavras, mas obedecendo à essência do enunciado original. O paralelismo é a combinação de elementos de mesma estrutura sintática e gramatical, como mesmos tempos verbais, e ainda estruturas morfológicas, como repetição de conjunções que deem ideia de adição, oposição etc. No entanto, pontua Antunes (2005), trata-se de um recurso estilístico, que harmoniza o enunciado e não uma estrutura obrigatória.

Na coesão por repetição propriamente dita deparamo-nos com uma questão alvo de discussão porque se trata de repetir no texto a mesma palavra ou uma sequência delas para dar ênfase ao que está sendo dito, ou mostrar diferenças no conteúdo expresso e, ainda, mostrar a amplitude do assunto tratado. A repetição propriamente dita assegura o encadeamento e a manutenção do tema proposto, que também é importante para o efeito articulador da coesão. A polêmica, como afirma Antunes (2005), está justamente em se condenar a repetição e atribuir a esse recurso pobreza de vocabulário. Essa ideia de senso comum denuncia, analisa ela, uma prática escolar equivocada, conforme explica:

Há gêneros de texto em que se repete mais; outros, em que se repete menos. Mas não há gênero em que não se repete nada. Esta foi uma ilusão que a prática escolar teimou por criar, generalizando um princípio que não pode ser aplicado indiscriminadamente. (p. 84)

Na continuidade do seu raciocínio, a autora também opina que a mídia de certa forma contribui para essa visão fechada de como uma língua funciona. O Manual de Redação do Estadão³⁷, na seção ‘instruções’, recomenda não repetir palavras nem a mesma estrutura de frase. Diz ainda o documento que se deve evitar a repetição de expressões desgastadas. A Folha de S. Paulo³⁸ também alerta no seu guia o problema da repetição, mas deixa mais livre a utilização desse recurso em alguns casos.

Mas não é só nos manuais próprios que a mídia cristaliza valores para os operadores da língua portuguesa. Ao veicular notícias sobre a língua, como provas de vestibular, também há uma impressão de modelos politicamente corretos como o apanágio da verdade. Santos (2008) elaborou uma dissertação sobre o efeito discursivo e ideológico da prova de redação no vestibular construído pela mídia nas notícias veiculadas às vésperas e após os exames. No estudo, a autora mostra que as notícias jornalísticas sobre essa prova obedecem a um ciclo de tensão e de alívio, antes e depois da avaliação, respectivamente.

No estudo, a educadora observou que a mídia reproduz discursos da escola e constrói um cenário em que a redação é colocada como uma ameaça ao candidato que não cumprir as regras do que é recomendado para a produção textual, imprimindo a essa fase uma expectativa de perigo e de tensionamento. Isso exige, portanto, o cumprimento de etapas rígidas da

³⁷ Manual de Redação do jornal Estadão. Disponível em: <http://zip.net/bntKTc>. Acesso em: 15 jun. 2017.

³⁸ Resumo do Manual de Redação da Folha de S. Paulo. Unifamma. Disponível em: <http://zip.net/bxtLSz>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ortodoxia gramatical, coloca a autora, como a não opinião do candidato em um texto que é, em essência, dissertativo-argumentativo.

Há ainda a coesão por seleção lexical (ANTUNES, 2005), que é reunião de palavras de significado próximo, que comungam, por assim dizer, o mesmo campo discursivo, para a construção ou tentativa de construção de um enunciado homogêneo. É esse aspecto da coesão será levado em conta na análise do *corpus*, uma vez que a mídia tende a repetir certas palavras de um determinado universo, conferindo a este uma aparência de significação definitiva.

Na prática jornalística, por exemplo, observa-se a busca por sinônimos na mesma frase. No entanto, a troca de uma palavra por outra correlata pode impregnar ao enunciado uma filiação a um campo discursivo e sedimentar uma interpretação, expressando, ocultamente, um ponto de vista. Esse recurso pode ser ou não intencional, mas filia um sentido a uma interpretação específica ou a mais de uma.

Nessa questão da coesão, vamos observar principalmente a coesão por seleção lexical e a repetição de palavras entre os jornais analisados. A repetição de certos termos em uma sequência mais ou menos cronológica de dias também inscreve os enunciados numa perspectiva de ciclo contínuo de acontecimentos determinados, sem alternativas. Esse olhar encontra sustentação na recomendação de Fairclough (2001) sobre a importância de analisar os textos sob uma perspectiva de dinamicidade e historicidade.

É preciso, segundo ele, não só considerar os marcadores de coesão e coerência no texto, mas, sobretudo, as relações que esses elementos estabelecem no processo ideológico de construção do texto. Charaudeau (2010) também caminha nesse campo de percepção. Segundo ele, a mídia opera em uma dinâmica que oscila entre dramatização e credibilidade.

A instância midiática estabelece uma espécie de contrato de comunicação que possui duas visadas e um objetivo. Este é obter a audiência. Já as visadas são, ao mesmo tempo, as características seminais da mídia e seu embate interno. Há a visada do *fazer saber*, também chamada de visada de informação, que procura informar ao público uma verdade. E também há a visada do *fazer sentir*, ou visada de captação, cujo foco é provocar na audiência um sentimento de identificação emocional com o conteúdo publicado.

Há, portanto, uma tensão entre esses dois polos. Se houver um descuido em qualquer um deles, pode implicar em perda de audiência. Informação sem emoção ou emoção em detrimento da informação compromete a credibilidade do veículo midiático. Por conta disso, a mídia navega nesse universo dividido e essa instabilidade que parece ser necessária é marcada nos discursos que são construídos e ficam marcados no texto como uma manifestação

ideológica do fazer midiático. A captação de audiência é, portanto, necessidade de primeira ordem na instância midiática, que a todo o momento trabalha com o foco em comum de *recrutar leitores* (FAIRCLOUGH, 2001).

Esses elementos textuais apresentados não podem ser dissociados, no âmbito da interpretação, dos outros níveis do modelo tridimensional. Em toda a sua obra, Fairclough (2001) reitera essa posição, cuja razão de ser reside, avaliamos, na complexidade que um texto traz. Complexo no sentido de ser heterogêneo. Heterogêneo porque é fruto de uma produção constituída de elementos diferentes e imbricados entre si. Estruturas sociais e o modo como essas estruturas afetam os indivíduos e organismos da sociedade registram uma forte marca na variada gama de textos produzidos, em diversos gêneros. Textos, como discute Bakhtin ([1979] 2010), trazem outros textos. O fenômeno da intertextualidade, objeto central da prática discursiva, é o próximo item a ser detalhado.

3.3 Os elementos da ACD e suas relações: a prática discursiva

A prática discursiva é uma faceta da prática social. Através dos discursos que se articulam na prática discursiva e suas relações com a prática social, ou seja, com as estruturas sociais que alimentam esses discursos, o analista pode perceber em que nível está a dominação e a reação, se houver, a esse quadro. Segundo Fairclough (2001), “diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzirem um novo discurso” (p. 22).

Os discursos, como diz Fairclough (2001), constituem a prática social. Encontramos no pensamento bakhtiniano uma espécie de raiz teórica para esse raciocínio para compreendermos a relação falante e ouvinte em um diálogo. Mas no âmbito da comunicação essas posições são relativas. O ouvinte, diz Bakhtin ([1979] 2010), tem uma compreensão responsiva do enunciado, ou seja, uma resposta tão ativa que já fala no momento em que o enunciado é dito.

No entanto, o grau de ativismo do ouvinte em relação ao que é dito pode variar, mas há, sim, uma posição de ação diante dos dizeres. Ele considera que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, [1979] 2010, p. 272). Essa concepção apresenta uma ideia central nos estudos do teórico sobre a constituição dos discursos pelos enunciados que influenciou vários estudiosos, entre eles, Fairclough e tantos outros.

Bakhtin ([1979] 2010) observa que os enunciados cumprem um ciclo que não tem início nem fim. Ou seja, os enunciados não são originais, eles surgem já respondendo a outros que lhes antecederam e serão respondidos por outros que os sucederão. E são os enunciados o material principal para a constituição dos discursos porque através daqueles emanam as impressões ideológicas, históricas, culturais etc. destes.

Essa relação pode ser observada no fazer midiático. Um jornalista, por exemplo, ao redigir uma manchete ou uma reportagem, tem em mente um ‘leitor construído’. Assim, ele escreve adotando uma atitude já responsiva à audiência, que também fala nesse discurso, antes mesmo de ele ser publicado. Charaudeau (2006) dirige um pensamento, nesse sentido, ao expor que, ao atuar entre os desafios da credibilidade e da captação de audiência, o profissional ou a instância midiática precisa levar em conta sistemas de valores e crenças, grupos sociais e expectativas da audiência.

Ele exemplifica na narração de um suicídio coletivo, cuja reportagem deve conter, ao mesmo tempo, o relato dos fatos com objetividade necessária, mas também os pormenores deste com doses de horror a práticas como essa, que chocam a sociedade. Assim, fazendo uma ponte com Bakhtin ([1979] 2010), um relato nunca é ingênuo e a linguagem estabelece um diálogo ininterrupto com a ideologia.

Dentro dessa concepção, observamos que no discurso anticorrupção, por exemplo, o jornalista lida como objeto de trabalho com questões de condenação de práticas ilícitas que comprometem o bem comum e dilapidam os cofres públicos. O agir midiático busca cumprir, ao mesmo tempo, a denúncia sobre atos de corrupção e o um posicionamento condenativo quanto a esses atos, como resposta às expectativas da audiência. Nesse sentido, também encontramos um ponto de relação da prática discursiva refletindo nos textos a prática social.

Fairclough (2001) situa a ação discursiva na intersecção entre texto e prática social. Ambos os elementos estabelecem entre si uma via de mão dupla. Situam-se no nível discursivo a produção, a distribuição e o consumo do texto. No âmbito da produção, o analista deve desconstruir e desvendar os processos de produção do texto. Precisa considerar a forma como os textos são produzidos, em que contextos ocorre essa produção, quais as rotinas coletivas envolvidas no processo de produção, quais as posições que o produtor do texto assume.

Sobre o consumo dos textos, Fairclough (2001) atenta primeiramente para o fato de que os mesmos são consumidos em contextos sociais diversos. Esse âmbito da interpretação leva o analista a verificar em que circunstâncias os textos são consumidos, se há concorrência de outros textos, a partir de que ponto de vista os textos se colocam para o consumo. No aspecto da distribuição dos textos, o foco é sobre como estes são distribuídos, qual o raio de alcance.

Hoje, com a internet, a distribuição dos textos tem um alcance mundial, o que contribui para formar e disseminar valores e sentidos, mas também pode dificultar o processo de reflexão, já que a profusão de conteúdos via web disponibiliza ao mesmo tempo uma enormidade de ideias diversificadas simultaneamente, ampliando exponencialmente o espectro de consumo de informação digital, nem sempre processada criticamente devido, primeiramente, ao volume de dados, mas também às diferentes possibilidades sociais de assimilação. E estamos falando disso a nível mundial. Só no Brasil, com um sistema educacional ainda desigual de oportunidades, há uma diversidade de condições de interpretação de textos por parte dos indivíduos.

Dentro dos processos de consumo dos textos, o autor destaca a dimensão sociocognitiva e ideológica. Segundo ele, durante a interpretação, o leitor/consumidor do texto pode assimilar valores inconscientemente, o que contribui para a naturalização de ideologias. Para analisar essa interpretação, o analista precisa avaliar o que Fairclough (2001) chama de *contexto de situação* e seus efeitos no texto, contribuindo para a força do enunciado.

Para isso, é preciso verificar que tipos de discursos estão envolvidos no texto e relacioná-los à instância social. Um caminho é observar o quanto esses discursos são compartilhados socialmente e que influências exercem. No caso do discurso midiático, por exemplo, o contexto de situação imprime força aos enunciados, visto que a presunção de verdade é uma característica midiática compartilhada socialmente.

A instância da prática discursiva usa como instrumentos de análise os campos da intertextualidade, das cadeias intertextuais e da coerência. Entre essas categorias, a intertextualidade é a dimensão de maior peso para Fairclough (2001) e também será a que vai integrar as análises do *corpus* desse estudo. O autor recorreu aos estudos de Bakhtin e Kristeva para conceber essa noção diante do quadro da Análise Crítica do Discurso (ACD) e também estabeleceu as diferenças em relação à interdiscursividade.

A intertextualidade é, inicialmente falando, a presença de textos em outros textos, que pode ser explícita e implícita e está situada nos três âmbitos da prática discursiva: produção, distribuição e consumo³⁹. Fairclough (2001) faz um percurso teórico que envolve discurso, intertextualidade e interdiscursividade para apresentar as constituições da prática discursiva e de como operam os textos nas relações mútuas de constituição.

A intertextualidade e a interdiscursividade são dois elementos centrais nesse nível de análise do modelo tridimensional. Fairclough (2001) fez um apanhado de concepções acerca desses dois termos e depois fixou o que ele convencionou chamar de intertextualidade sob a ótica da ACD, assunto a ser tratado no tópico seguinte.

³⁹ A intertextualidade será detalhada no próximo subitem.

3.3.1 Discurso, intertextualidade e interdiscursividade

É inseparável a relação que o discurso, a intertextualidade e a interdiscursividade mantêm entre si. Fairclough (2001) faz uma distinção entre os dois últimos termos, processo que retomaremos ao longo desse item, mas, por agora, vamos relacionar brevemente as concepções de discurso que o campo da ACD e autores, correlatos e não correlatos, oferecem.

Ao percorrer a noção de discurso, Fairclough (2001) recorreu a Foucault ([1969] 2009)⁴⁰. Este estabeleceu duas visões importantes sobre o tema e teve forte influência nos estudos do discurso como um método. Uma das noções é que o discurso constitui a sociedade em várias dimensões e é um elemento construtor das áreas do conhecimento e das relações sociais. A outra é que as práticas discursivas estabelecem uma relação de interdependência e trazem outros textos, sejam eles da mesma época ou históricos. E nessa relação os textos também transformam outros textos, residindo nesse ponto justamente a conexão para a questão da intertextualidade.

Foucault ([1969] 2009) estabelece que um enunciado é, ao mesmo tempo, único e resultado de enunciados anteriores porque traz em si uma memória que se reflete quando é construído. Os enunciados, desse modo, ‘falam’ outros enunciados e inclusive independem da intenção do falante. Essa inscrição de enunciados em outros se deve à questão deles compartilharem um universo em que foram gerados ou transformados.

Foucault ([1969] 2009) correlaciona a capacidade dos enunciados estabelecerem relações entre si e com a situação em que ocorrem. Ao citar a célebre frase de Chomsky ([1957] 2015), “Incolores ideias verdes dormem furiosamente⁴¹”, estabelece o raciocínio que a sentença, aparentemente sem sentido, pode fazer sentido a partir da situação em que é colocada. Se for, cita ele, o relato de um sonho e até mesmo o exemplo de frases gramaticalmente corretas, mas incongruentes na relação com uma realidade, também podem fazer sentido de alguma forma.

Ao discutir sobre a característica inseparável do enunciado e sua relação com outros, Foucault ([1969] 2009) finalmente lança a ideia de que “um enunciado tem sempre margens povoadas por outros enunciados” (p. 110). Um enunciado, diz, sempre supõe outros.

⁴⁰ A edição de Foucault utilizada por Fairclough é de 1972.

⁴¹ Originalmente “Colorless green ideas sleep furiously”, a frase do linguista Noam Chomsky representa a sua tese de que qualquer falante é capaz de, em condições estáveis, reconhecer frases da sua língua mesmo que não façam sentido. É a ideia do inatismo da linguagem. Mais sobre o assunto disponível em: <http://zip.net/bkLQr>.

Impossível não nos remetermos ao pensamento bakhtiniano, raiz contemporânea das questões da intertextualidade, apesar de este não ter citado o termo. Mas a partir de suas ideias, pôde-se traçar o caminho dessas relações intertextuais.

Um texto é ocupado por outros textos, assim como os discursos, por outros discursos. Não há um discurso original, autor de si mesmo. Os dizeres estão sempre tocados por dizeres de outrem, atravessados por pontos de vista que lhes são alheios, mas, ao mesmo tempo, fazem parte um do outro em uma relação inseparável de dizer, repetir, refratar e criar um novo a partir de outros anteriores. Essa reflexão tem profundas raízes na concepção bakhtiniana, que abriam um caminho infinito para a interpretação tanto textual quanto em outros planos da produção humana quanto no entrelaçamento do que foi dito e do que está para sê-lo.

No entanto, um problema que Fairclough (2001) enxerga na teoria de Foucault ([1969] 2009) é que há uma negligência para a análise textual e também para o espaço exagerado dado à ação do poder, não deixando flancos para possibilidades de práticas contestatórias, que é a centralidade da meta de Fairclough (2001).

Apesar dessas e outras diferenças, os estudos arqueológicos de Foucault ([1969] 2009) contribuíram decisivamente para a constituição da noção de discurso e intertextualidade no modelo tridimensional da ACD porque Fairclough (2001) definiu o campo da intertextualidade a partir da visão foucaultiana de que o discurso constitui o social e tudo que o envolve – sujeitos e objetos. E também a noção de que as práticas discursivas têm marcas de outras práticas e serão refletidas em práticas subsequentes também ecoaram nos estudos da Análise Crítica do Discurso.

3.3.2 Intertextualidade temporal na mídia

A cadeia de atuação do discurso é complexa e reúne elementos que estão aparentemente extrínsecos. Na mídia, isso ocorre muito frequentemente à proporção que os conteúdos produzidos impulsionam a audiência, articulam os acontecimentos, que respondem um ao outro em uma rede discursiva que repete dizeres reatualizados ou aparentemente ressignificados.

A dramatização e a informação no campo da mídia, como diz Charaudeau (2006), andam juntas nesse sentido e conferem aos discursos uma característica peculiar de intertextualidade, que chamamos de intertextualidade no plano cronológico dos

acontecimentos. Um fato pode se sobrepor ao outro ou complementá-lo mesmo que ambos não estejam diretamente ligados.

Observamos essa interligação de acontecimentos no campo do agendamento midiático, como afirma Pena (2008), ao explicar a Teoria do *Agenda setting*, através da qual a audiência se interessa pelos assuntos que a mídia sugere, ou impõem veladamente⁴², como importantes (PENA, 2008, p. 140)⁴³. Vejamos um exemplo para exemplificar esse encadeamento temporal e o que pode remeter no plano do discurso e dessa intertextualidade na sequência do tempo:

(A) - Edição do dia 12 de julho de 2017



⁴² Colocação da autora.

⁴³ Ver mais sobre a teoria do agendamento no capítulo 2 desta tese.

(B) - Edição do dia 13 de julho de 2017 (um dia depois)



As duas amostras de manchete de capa de dois grandes jornais de circulação nacional coincidem o mesmo tema em dois dias seguidos. Observando esse ponto e levando em conta que é prática comum da mídia elencar os acontecimentos importantes (TRAQUINA, 2008) e, conseqüentemente, abordar os mesmos temas, não teríamos nada mais a observar. Mas o que chama atenção para o nosso foco inicial, e que será aprofundado na análise, é a natureza dos assuntos destacados, o efeito que eles produzem na audiência e a forma de relação que esses temas estabelecem entre si e como ocupam a vida cotidiana do leitor/audiência.

No caso das manchetes do dia 12 de julho de 2017 (A), sobre a aprovação da reforma trabalhista, temos um assunto polêmico, de ampla repercussão nacional, e de rejeição da parcela dos trabalhadores e sindicalistas. Já os setores do empresariado ou ligados a esse segmento defendem a proposta. A aprovação foi um fato que gerou contrariedade e alívio, respectivamente, para esses dois segmentos de público.

Nas manchetes do dia 13 de julho de 2017 (B), um dia depois de um fato de repercussão e gerador de polêmica, outro acontecimento é noticiado também de forma dominante nas capas e igualmente potencializador de opiniões diversas, que é a condenação do ex-presidente Lula pelo juiz Sérgio Moro. Temos nesse campo também um cenário de forças antagônicas, assim como ocorreu entre patrões x empregados, midiaticizados no dia anterior. Dessa vez, polarizam-se, de forma geral, os que são contra e os que são a favor da

condenação do petista. Novamente um assunto de grande repercussão entra na pauta midiática e na vida cotidiana, catalisando pontos de vista diferentes.

Observamos que há entre esses dois assuntos uma intertextualidade temporal, ou seja, dialogam entre si na sequência do tempo, mas, também, promovem na audiência um ocultamento reflexivo sobre o que cada assunto separadamente significa para a vida social. Ou seja, o peso de um em relação ao outro não deixa tempo para reflexão. O assunto posterior – a condenação de Lula - já é reagendado na pauta do cotidiano, deixando o tema do dia anterior – a reforma trabalhista – em segundo plano.

Esse apagamento que um assunto impõe ao outro acaba ressaltando apenas uma parte do acontecimento, que é o fato em si e suas reações, mas não abre espaço para questionamentos mais aprofundados sobre que o realmente um e outro assunto representam para a população. A amostra (A), sobre a aprovação da reforma trabalhista, não conta com a adesão de trabalhadores e é bem-vindo pela classe empresarial. A amostra (B) divide opiniões favoráveis e contra o ex-presidente Lula.

A reforma trabalhista, de certa forma, não parece sobrepor-se ao anterior na ótica dos veículos analisados quando comparamos o espaço noticioso. A manchete da reforma foi explorada no alto da capa, mas em um espaço gráfico e editorial menor do que a condenação de Lula. No caso da reforma, o jornal O Globo não utilizou foto e a Folha de S. Paulo publicou uma foto, grande, do protesto das senadoras contra a reforma, que atrasou a votação⁴⁴.

Sobre Lula, o jornal O Globo (*Lula é o primeiro ex-presidente condenado*) optou por dar ênfase no fato de ser este o primeiro ex-presidente condenado, do que a própria condenação em si. E ainda usa no recurso do antetítulo⁴⁵ o enunciado (*Nunca antes na história*) conhecido como um bordão do petista. A foto utilizada de Lula mostra a sua imagem à direita de uma mancha escura e vazia, parecendo ilustrar o isolamento do petista na posição de primeiro ex-presidente condenado, conforme foi nominalizado. A Folha de S. Paulo explora na manchete a condenação, já a associando ao caso do triplex⁴⁶, no enunciado

44 No dia da votação, senadoras opositoras ocuparam a mesa do Plenário da Câmara em protesto contra a apreciação da medida sem mais discussões. Elas queriam mudança em alguns pontos. Durante o protesto, a presidência do Senado mandou apagar as luzes e cortar o som. Depois de mais de seis horas de protesto, a votação ocorreu e a proposta foi aprovada por 50 votos a favor e 26 contra.

45 Frase acima da manchete.

46 O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, condenou o ex-presidente Lula a 9 anos e meio de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Na sentença, Moro também estabelece que Lula não poderá ocupar cargo público por 19 anos. O ex-presidente é acusado ter recebido vantagem indevida da OAS em contrato entre o

principal, também ocupando um espaço editorial maior do que o dia anterior, e usando duas fotos de protestos em São Paulo, contra e a favor da medida.

O que observamos inicialmente nessas amostras é uma intertextualidade que ocorre na sequência do tempo – e no caso em questão foi em um intervalo de apenas um dia – que traz em si um embate de forças antagônicas dos atores dos acontecimentos e também coloca os acontecimentos em um jogo discursivo de luta mútua. Os fatos se digladiam em um palco midiático na disputa da audiência, mas também na mensuração de forças em um cabo de guerra discursivo que opera no campo ideológico.

A aprovação da reforma trabalhista impacta diretamente na vida das pessoas – tanto trabalhadores quanto empresários – de formas diferentes, mas essa questão não foi ressaltada pelos jornais, que preferiram enfatizar na manchete a aprovação da matéria. Esse enunciado acabou polarizando com o enunciado subsequente, sobre a condenação de Lula, e por este foi ocultado em uma sequência curta de tempo – apenas um dia – sem maiores aprofundamentos ideológicos. Intencionalmente ou não, o peso de um ex-presidente condenado sobressaiu-se à aprovação de uma reforma que impactará, todos os dias, na vida do trabalhador.

Esse aspecto de temporalidade da intertextualidade também será considerado na análise do *corpus* porque confere uma visão dos acontecimentos em três planos que atuam simultaneamente, a saber:

- a) **Linguístico:** uso de palavras e expressões discursivamente lexicalizadas para atribuir significações ideológicas aos enunciados;
- b) **Discursivo:** ligação dos enunciados – formados pelas palavras e expressões ideologicamente significativas – aos discursos que representam, a partir de uma ou mais práticas sociais em que estão inseridos historicamente;
- c) **Sequência cronológica:** proximidade de abordagem dos enunciados, que conferem entre si ou um apagamento, ou um reforço ou, ainda, um ocultamento de significações em detrimento de outras.

Entendemos, a partir dos itens acima, que foram divididos apenas como forma de melhor entendimento, que relações de poder agem veladamente nos enunciados. Assim, mesmo entre assuntos aparentemente de esferas diferentes – como a condenação de Lula e a reforma trabalhista – ou outros – como a eleição na Grécia e o aumento de gasolina no Brasil

- há influências ocultas no plano do discurso quando estes são divulgados pela mídia em uma sequência curta de tempo.

O encadeamento dos enunciados no tempo também se constitui, no nosso entendimento, um palco de luta entre forças dominadoras e dominadas, no qual predominam efeitos de poder hegemonicamente instáveis. Os enunciados sobre as crises política e econômica, por exemplo, guardam entre si uma intertextualidade temporal à medida que alimentam e retroalimentam, com efeitos discursivos diversos, uma rede de interesses tanto da audiência quanto dos veículos midiáticos.

Entendemos, portanto, essa manifestação intertextual temporal como uma sequência de textos que possuem ou não ligação direta entre si, mas que estão conectados na passagem de tempo mais ou menos curta, exercendo mutuamente forças de apagamento, acentuação ou ambas. Tendo como base a concepção de Fairclough (2001) de que o *contexto de situação* imprime força aos enunciados, refletimos que a manifestação na mídia dos enunciados em sequências relativamente curtas do tempo também acaba por atender a expectativas ou objetivos de determinado momento.

Além disso, esse sequenciamento temporal opera, a nosso ver, no plano da prática discursiva de distribuição e consumo. Uma vez que, mesmo sendo constituída pela prática social vigente, a ligação temporal dos enunciados é realizada a partir da publicação das manchetes jornalísticas e do sequenciamento dos acontecimentos. A focalização intertextual temporal é um aspecto do nosso estudo, que está diretamente articulado com a intertextualidade a partir das reflexões de Fairclough (2001), que a considera tanto no plano linguístico, quanto no discursivo. Por isso, nomeia como intertextualidade também a questão da interdiscursividade, como será discutido no tópico subsequente.

3.3.3 Focalizando a questão intertextual

A intertextualidade se articula com os discursos do momento em uma cadeia de lutas entre forças que detêm parcial ou totalmente a dominação e outras não necessariamente dominadas, mas que estão em uma posição socialmente constituída de assimiladora de conteúdos. No entanto, há nessa força dominada um aspecto de reação devido à força que as manifestações de opiniões ganharam com o advento das mídias sociais e a expansão cada vez

maior do uso de smartphones⁴⁷. Esse cenário, de certa forma, tira da grande mídia o papel de ser o enunciador principal de um fato jornalístico. As mídias sociais⁴⁸ também operam em um campo que se confronta com a mídia tradicional e também entre si.

A partir da articulação da visão sobre intertextualidade em Fairclough (2001) e de Charaudeau (2010), levando em conta também autores precedentes, analisamos a manifestação intertextual nos enunciados produzidos, em qualquer área, não apenas na mídia. Está na reprodução ou refração de dizeres em uma cadeia discursiva (BAKHTIN, [1979] 2010), na luta entre forças dominadoras e dominadas no palco ideológico (FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAULT, 2009), na produção e reatualização de discursos que acontecem em rede de influências das mais diversas e que, por deixarem marcas nos enunciados, manifestam-se das mais variadas formas ao longo da produção do conhecimento humano.

Fairclough (2001) trabalha com a noção de intertextualidade levando em conta essa característica de entrelaçamento de dizeres que atravessam os enunciados e reproduzem-se nos discursos. O termo intertextualidade foi citado pela primeira vez por Kristeva (2005 [1969]), em uma obra⁴⁹ realizada a partir dos livros de Bakhtin e desde então essa nomenclatura balizou vários estudos. No trabalho sobre duas obras bakhtinianas, a semanticista afirma que:

[...] todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade, e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla. (KRISTEVA ([1969] 2005), p.68)

Para a autora, um texto possui uma relação intermitente entre autor, leitor e outros textos. Relaciona-se tanto com a sua audiência, quanto com os textos que lhes foram antecedentes, contemporâneos e, somamos a isso, subsequentes porque ao enunciar dizeres, também há a previsão de reação a eles, de atitudes responsivas, como coloca Bakhtin ([1979] 2010). Fairclough (2001) apropria-se dessa relação e desenvolve uma concepção de

⁴⁷ Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em abril de 2018, mostra que entre os usuários de internet com 10 anos ou mais, 94,6% se conectaram via smartphone. Fonte: Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://goo.gl/fKoNZM>.

⁴⁸ Estamos conscientes da importância desse elemento da relação público – mídias sociais, mas o nosso interesse é apontar aqui nesse estudo um olhar sobre o funcionamento da engrenagem midiática para a audiência, tendo em vista que dos três veículos utilizados para análise, dois são de grande circulação e também pautam eventos tanto no jornal impresso quanto no ambiente digital, influenciando no entendimento do senso comum sobre o grau de importância dos acontecimentos.

⁴⁹ Texto escrito a partir dos livros Problemas da Poética de Dostoiévski e A Obra de François Rabelais, ambos de Mikhail Bakhtin.

intertextualidade voltada para a identificação da presença de textos em outros textos, de discursos em outros discursos.

O autor explica que a intertextualidade age na produção e na recorrência de textos a textos prévios, no tocante ao aspecto da historicidade. Os textos produzidos também acrescentam o que já foi dito em outros textos ao mesmo tempo em que trazem em si marcas de textos anteriores. É o elo pontuado por Bakhtin ([1979] 2010). Fairclough (2001) faz, primeiramente, uma distinção entre intertextualidade manifesta e constitutiva. A manifesta ocorre explicitamente nos textos e a constitutiva está implícita e é também denominada por ele como interdiscursividade.

A interdiscursividade refere-se às convenções discursivas e ordens de discursos que constituem os textos, mas não aparecem explicitamente. No entanto, ele usa o termo *intertextualidade* tanto para a forma manifesta quanto para a constitutiva por entender que a análise dos textos não escapa também de uma ótica discursiva e da observação de sua historicidade, perspectiva essa também realçada por Kristeva ([1969] 2005). Por questões de alinhamento teórico, adotaremos no nosso estudo, assim como o autor, o termo *intertextualidade* tanto para os fenômenos intertextuais mostrados e ocultos nos enunciados.

A presença de textos em outros textos ocorre em diferentes graus e, dependendo do nível de intertextualidade, torna-se mais ou menos identificável a presença de textos outros em um texto. Segundo Fairclough (2001), um texto pode estar inserido numa determinada matriz discursiva e ser facilmente identificável, ou estar tão incorporado à outra ordem do discurso além da sua, digamos, ordem discursiva original, tornando mais opaca essa visualização.

O texto constitui e é constituído pela história. Essa perspectiva histórica tem forte importância para Fairclough (2001), uma vez que é na historicidade onde se moldam e reage-se a práticas, que têm um peso na investigação sob a perspectiva da ACD. Os textos e, conseqüentemente, os discursos circulantes através destes obedecem a um ciclo contínuo de antecipação-resposta. Por isso as ações discursivas são resultado tanto de uma operação linguístico-textual, quanto discursiva e social, no tocante às práticas às quais os discursos se referem.

Essa troca entre o linguístico-textual e o discursivo-social que ocorre no campo da intertextualidade confere aos textos uma característica de rede, de um mosaico, como bem colocou Kristeva ([1969] 2005). Há uma relação biunívoca entre as formas de relações entre textos, incluindo também discursos.

Authier-Révuz (1990), autora à qual Fairclough (2001) recorre para a discussão desses limites da intertextualidade, caracteriza a intertextualidade em duas formas: a heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Na primeira, o ‘outro’ aparece no discurso através de elementos, digamos, identificáveis na superfície do texto, como o uso de aspas, o discurso, que é a reprodução literal da fala do ‘outro’ etc.

Na heterogeneidade constitutiva, a relação é mais complexa porque ocorre no campo do discurso, sem uma marcação de manifestação. É o que acontece com a ironia, o discurso indireto, a imitação, a paródia etc. Segundo a autora, há uma relação de negociação entre ambas as formas de heterogeneidade porque uma está presente na outra. Agem simultaneamente no campo do discurso e também das relações de poder. O próprio termo que as designa – ‘heterogeneidade’ – traduz essa característica de formação constituída pela alteridade.

Na relação de heterogeneidade, não há palavras, ideias ou discursos que não sejam povoados por outros. Bakhtin ([1979] 2010) tem decisiva influência nesse encaminhamento, quando reflete sobre a característica de responsividade dos enunciados. Fairclough (2001) leva em consideração essas reflexões e, ao considerar o potencial intertextual dos enunciados, cita tanto a presença marcada nos textos, como uso de aspas, por exemplo, quanto a forma não marcada.

Sobre a forma não marcada, ele cita relações mais complexas, como entre gêneros, discursos, estilos etc. (FAIRCLOUGH, 2001). Chega a denominar essa relação de ‘interdiscursividade’, para frisar que o seu espectro mais amplo de ação reside na presença de convenções discursivas em outros textos e não apenas de elementos marcados⁵⁰. Mas adota, para fins de análise, o termo ‘intertextualidade’ para as duas formas de manifestação. Conduta que, como afirmamos anteriormente, também adotaremos no nosso estudo.

Sobre a mídia, Fairclough (2001) enxerga nesse campo relações de poder transmitidas de forma disfarçada. Esse é o ponto que estabelecemos ao considerar a questão da intertextualidade e suas manifestações no campo midiático na nossa investigação que busca compreender a articulação de sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa de jornais sobre as crises política e econômica.

50 A esses conceitos, Authier-Révuz (1990) também buscou na psicanálise, mais particularmente na questão do inconsciente, o que seria uma espécie de conexão com a articulação da heterogeneidade constitutiva. Sem nos aprofundar nesse espectro específico – que fugiria ao propósito do nosso item – podemos estabelecer que, segundo Authier-Révuz (1990), tudo o que é produzido no campo discursivo tem várias assinaturas, não sendo, portanto, obra de um só enunciadador.

A produção midiática é feita por jornalistas com acesso prioritário a informações de fontes que, por sua vez, emanam suas falas com interesses específicos. O jornalista, a seu turno, também obedece tanto a um roteiro inerente à profissão, mas também da empresa para a qual trabalha. Esse cenário, por si só, já inclui ‘outros’ nas enunciações jornalísticas.

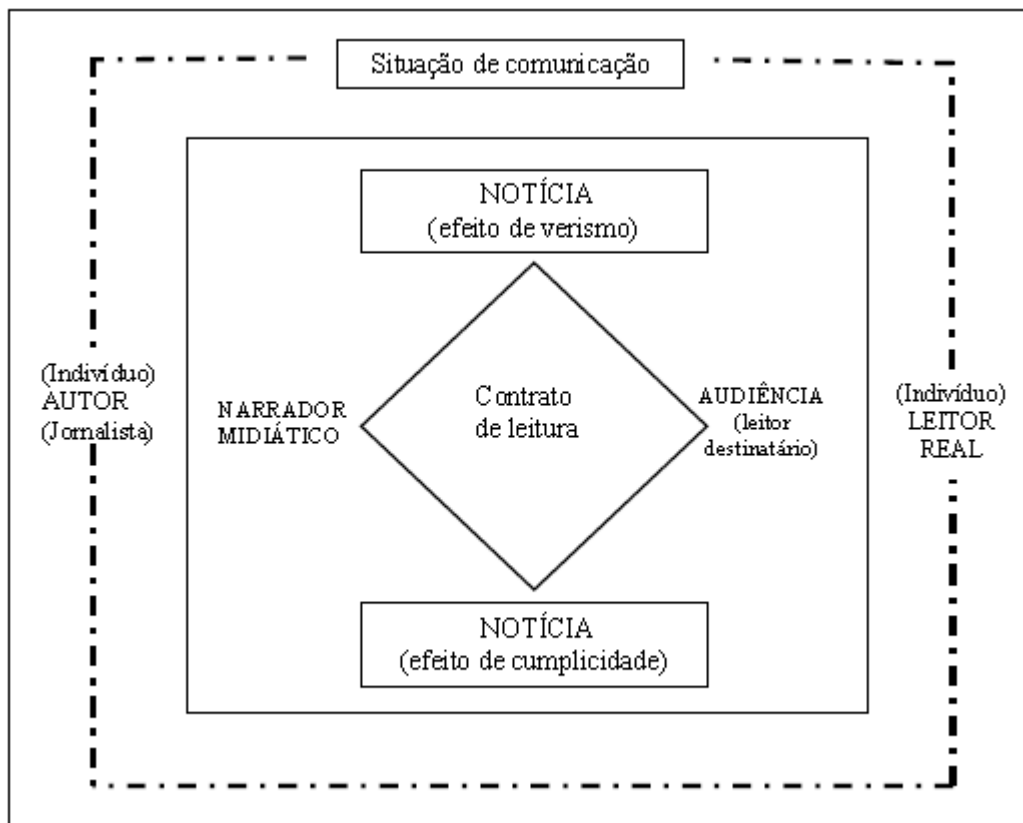
Esse raciocínio encontra similaridade no que Charaudeau (2010) chama de *encenação narrativa* e será importante para as análises do *corpus* junto aos elementos do modelo tridimensional. Na *encenação narrativa*, diz Charaudeau (2010), há dois espaços no campo da significação: o extratextual e o intratextual. No extratextual, há o autor e leitor do texto⁵¹ ‘reais’. O autor real – que age na vida social e tem uma personalidade própria – convoca o leitor real – indivíduo ao qual é destinado o conteúdo da narrativa.

No campo intratextual há narrador e o leitor destinatário. O narrador, explica Charaudeau (2010), está para o autor real, assim como o leitor destinatário está para o leitor real. Nesse nível, tanto o narrador quanto o leitor destinatário são anônimos no sentido estrito do termo porque desempenham o papel que lhes cabe na relação, que é uma identidade discursiva. Ambos estabelecem uma interação a partir de uma história real ou fictícia.

O narrador recebe a influência de todo um contexto sócio-histórico, que vai deixar marcas discursivas na narrativa que produz no texto, o que Charaudeau (2010) chama de *efeito de verismo*. Ou seja, há uma verossimilhança no que é dito, não uma verdade. Ao narrar um fato, o narrador constrói discursivamente o leitor destinatário, que é anônimo no sentido de identidade social, mas conhecido no sentido de identidade discursiva. No campo midiático, o jornalista, ao exercer o papel de narrador de um fato, antecipa o conteúdo compartilhado da sua audiência durante o processo de construção do texto com o objetivo de que este tenha a aderência do leitor destinatário, obtendo, assim, a cumplicidade deste quanto ao conteúdo que é publicado.

Adaptando o quadro do processo de *encenação narrativa* de Charaudeau (2010) para a relação entre mídia e audiência, observamos como ocorre essa interação e também a construção de discursos que remetem a outros discursos, em um processo intertextual no campo da narrativa. E que está impregnado de associações discursivas tanto do narrador quanto do leitor destinatário.

51 Texto tanto escrito quanto falado (CHARAUDEAU, 2010, p. 184).



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

No quadro acima, observamos que o jornalista enquanto autor (indivíduo) apropria-se de uma situação de comunicação e a ela faz associações discursivas no processo de construção da notícia, prevendo o seu leitor real (indivíduo). A partir desse estágio, o jornalista assume a identidade de narrador midiático, quando imprime à notícia tanto um *efeito de verismo* quanto marcas discursivas que convidam o, agora, leitor destinatário (audiência) a compartilhá-las. A notícia, conteúdo central da mensagem, não é um simples fato, mas um contrato de leitura que estabelece impressões subliminares de pontos de vista, antecipadas pelo narrador e assimiladas – ou não – pela audiência.

Quando essas impressões não são assimiladas, ocorre uma quebra, parcial ou total, nesse contrato de leitura, ou seja, a audiência não adere ao conteúdo que está sendo veiculado. Charaudeau (2010) afirma que há um tensionamento nessa relação quando não ocorre a aderência ao discurso produzido. No campo midiático, explica, há um mascaramento das instâncias da informação e da dramatização para que o produto jornalístico possa concorrer com os seus pares (CHARAUDEAU, 2006). No entanto, nesse mascaramento, as mídias andam sobre um fio tênue, equilibrando-se entre a credibilidade e a captação da audiência

(CHARAUDEAU, 2006). Essa questão do mascaramento nos permite também considerá-la como constituída e constituidora da opacidade nas relações de poder.

A mídia lança mão de vários discursos e diversas formas de mostrá-los à audiência. É nesse ponto que entram as formas de intertextualidade, que encapsulam textos em outros textos, discursos em outros discursos. Ao detalhar as formas de intertextualidade com as quais trabalha, Fairclough (2001) parte de três distinções tipológicas que considera importantes ter em mente no estudo da articulação intertextual: a intertextualidade sequencial, a intertextualidade encaixada e a intertextualidade mista.

Detalhamos esses tipos para fins de apresentação de entendimento, mas reiteramos que nas análises não há como separá-los da manifestação intertextual devido à ocorrência de simultaneidade. Nesses três tipos o grau de intertextualidade entre textos e discursos oscila entre o mais perceptível – como na sequencial e na encaixada – ao menos perceptível – como na intertextualidade mista.

Em suma, na intertextualidade, ocorre o fenômeno da incorporação de textos e discursos em outros textos e discursos de forma: (a) claramente identificável, na qual os discursos e textos se articulam com elementos textuais claros de um e de outro discurso e (b) não claramente identificável, atuando de forma oculta, subliminar até, dificultando a identificação da matriz discursiva. Essa relação ocorre nas mais variadas manifestações discursivas, como na publicidade, na mídia, na literatura etc.

Nessa forma manifesta, Fairclough (2001), analisa o fenômeno da intertextualidade sob os primas da representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscorso e ironia. E na forma constitutiva há a interdiscursividade. Mas, por questões práticas, o autor considera, como já mencionamos, a nomenclatura *intertextualidade* tanto para as formas mostradas no texto quanto para as ocultas, que é o caso da interdiscursividade.

Durante a análise, também vamos seguir esse raciocínio por considerarmos que as manifestações intertextuais tanto manifestas quanto constitutivas, ou ocultas, agem nos textos e nas mais variadas manifestações da comunicação humana de forma contínua e simultânea. Entendemos que separá-las por denominação iria burocratizar a análise.

Todas são formas de incorporação de textos em outros textos e possibilitam ao analista um campo relativamente seguro para a identificação da imbricação de textos e discursos. Com base em Fairclough (2001), estabelecemos o campo teórico desses tipos intertextuais trabalhados pelo autor no esquema abaixo, alinhando-os ao propósito desse estudo:

Categorias intertextuais

- a) *Representação do discurso* – O discurso é relatado tanto na forma direta - como no uso de aspas, travessões etc. – quanto no discurso indireto, ou seja, na representação das palavras de uma fonte com outras palavras. No entanto, nesse tipo de reprodução, muito comum na mídia, as vozes da fonte da informação e do jornalista muitas vezes se confundem, passando a atuarem como se uma só fossem, dependendo dos objetivos do autor midiático.
- b) *Pressuposição* – Há a suposição de ser verdadeiro algo que está intrínseco ao enunciado, mas nem sempre explícito. Esse caráter embutido das pressuposições é uma forma também de manipulação de realidades construídas, como alerta Fairclough (2001). Ele observa certa limitação em Levinson (2007)⁵², que considera a pressuposição em um plano semântico, oscilando entre explícitos e implícitos. Fairclough (2001) também admite como pressuposições um texto que efetivamente não está nem oculto no enunciado, mas presente em uma ‘opinião geral’ das pessoas sobre determinado tema, o que confere um caráter mais ‘nebuloso’, diz ele, aos textos.
- c) *Metadiscurso* – Ocorre quando o produtor do texto se manifesta no próprio discurso, como em uma reformulação, uma modalização de termos durante a enunciação ou no texto escrito. Em críticas de cinema ou colunas jornalísticas, é comum esse tipo de recurso, que confere ao produtor do texto um aparente domínio do assunto e credibilidade. Esse recurso é uma forma manipulativa da audiência e também pode encobrir uma possível falta de controle do conteúdo por parte do produtor (FAIRCLOUGH, 2001). Ao enumerar as estratégias metadiscursivas, Koch (2004) destaca o emprego de termos para mostrar o engajamento do enunciador.
- d) *Ironia* - Na ironia, há um significado ecoando em outro significado de forma, geralmente, contraditória. No entanto, essa contradição pode não funcionar dessa

52 Segundo Levinson (2007), “a pressuposição restringe-se a certas inferências ou suposições pragmáticas que, pelo menos, parecem estar embutidas nas expressões linguísticas e podem ser isoladas usando testes linguísticos específicos...” (p. 211).

forma sempre, uma vez que o recurso da ironia também é passível de ser utilizado para reafirmar uma crítica. Na mídia, por exemplo, isso ocorre muito no uso de imagens peculiares associadas ao assunto, como nos exemplos abaixo:



Nos exemplos acima, temos dois jornais de circulação nacional que publicaram, no mesmo dia, 2 de agosto de 2017, a fotografia do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, refletida em um espelho. Baseando-se nas considerações de Fairclough (2001) acerca da ironia, analisamos que o efeito dado ao recurso imagético, utilizado por ambos os jornais, teve o mesmo objetivo: mostrar o interesse oculto ou aparentemente oculto do democrata em, efetivamente, ocupar a cadeira de Michel Temer, caso o peemedebista não conseguisse que a Câmara rejeitasse o pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Folha de S. Paulo utilizou a fotografia com a imagem de Maia dividida em duas partes, o que nos remete a uma face mostrada, que diz se preocupar com a legalidade do rito da votação da denúncia contra o presidente, e outra oculta, associando o fato de que há uma vontade política do democrata em assumir o comando da República para em 2018 se cacifar em uma candidatura nas eleições presidenciais. Na legenda, texto abaixo da foto, o jornal preocupou-se em descrever o recurso de espelhamento utilizado pelo fotógrafo, mas também

ressaltou a desconfiança que paira sobre Maia, abrindo o texto com a palavra ‘divisões’, sugerindo esse racha interno na base do governo:

Legenda – Folha de S. Paulo

DIVISÕES. Imagem do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reflete-se em espelho durante conversa no plenário; rachada sobre marcar presença, oposição questiona rito definido por ele para a votação da denúncia.

O jornal O Globo utilizou o recurso fotográfico do reflexo na construção da legenda, cujo discurso também é de crítica e desconfiança sobre as intenções de Maia. Observamos que o destaque em negrito para a palavra ‘reflexos’ dá o tom ambíguo entre o efeito na imagem e as pistas que levam à suspeita das intenções ocultas de Maia em suceder Michel Temer:

Legenda – O Globo

REFLEXOS. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que comandará a sessão de análise da denúncia contra Temer e que pode ser o sucessor do peemedebista, caso seja afastado.

- e) Interdiscursividade – A questão da interdiscursividade é um elemento que torna complexo o processo de análise dos textos. Esse fenômeno trata da articulação entre diferentes tipos de discursos aos textos produzidos, em suas mais variadas manifestações – textuais, imagéticas, pictóricas etc. A complexidade da interdiscursividade pode ser compreendida pela capacidade quase infinita que os discursos possuem no modo de imprimir suas marcas junto a outros discursos. E essa articulação passa necessariamente, alerta Fairclough (2001), pelos diferentes tipos de atividade social que operam, acrescentamos, no contexto sócio-histórico das comunidades enquanto elementos de interpretação.

Ao discutir sobre formas de identificar os tipos de textos, Fairclough (2001) inicia por uma aparente observação linguística, ao caracterizar os estilos textuais em tenor (tom de voz), modo e modo retórico. O primeiro refere-se à observação dos participantes da interação, se casual, informal, formal etc. O segundo trata do modo como é construído o texto, se escrito, falado, escrito-para-ser-falado etc. E o terceiro classifica se o texto é argumentativo, informativo, descritivo etc.

No entanto, ao observarmos esses estilos textuais, automaticamente também trazemos ao plano de análise elementos que interferem e conduzem as práticas textuais e discursivas: a hegemonia e a ideologia. Através delas, o discurso trabalha ideologicamente, diz Fairclough (2001).

A intertextualidade, portanto, ficaria incompleta se não fosse analisada levando-se em conta as relações hegemônicas e ideológicas e, portanto, manipulatórias que operam no campo das práticas sociais como um palco de lutas, ora com dominadores, ora com dominados subvertendo o embate. As relações de poder, capitaneadas por projetos de dominação, moldam disfarçadamente as estruturas sociais e isso interfere nos limites da produção intertextual. Há ações subliminares, aparentes e naturalizadas em projetos de manipulação e dominação, sobre as quais faremos um raciocínio através do próximo subitem deste tópico.

3.3.4 A manipulação

Ao observar os conceitos e reflexões sobre a questão da manipulação, entendemos que não são, como muitos outros conceitos nas ciências humanas, ideias resolvidas em si. Estão em constante construção. É importante caminhar pelos conceitos, mas com o olhar atento à interconexão deles e o foco que esse raciocínio lança para os problemas a serem examinados. Assim não é diferente quando pensamos nos sentidos que as palavras ‘manipulação’ e ‘persuasão’ apontam.

É preciso conversar com várias ideias, muitas aparentemente distantes, para formar não um conceito, mas um caminho de observação como uma pista com várias faixas paralelas, que se completam uma à outra. A manipulação, nos dicionários, tem o significado de manobra suspeita, de manipular pessoas. Dijk (2008) ressalta esse carimbo negativo da manipulação. Trata-se, segundo ele, de uma forma de abuso discursivo de poder porque leva as pessoas a pensarem ou agirem contra seus interesses.

Já ao contrapô-la com a persuasão, ele argumenta que nesse caso os indivíduos entendem claramente sobre o que está sendo posto em jogo. No entanto, um discurso pode funcionar de forma manipulativa para uns e persuasiva para outros, dependendo dos efeitos delas. Os alvos da mensagem, diz Dijk (2008), podem ser manipulados ou não dependendo da situação e do estado mental de quem está envolvido.

Perelman e Tyteca (2005) falam em adesão da audiência. E colocam a persuasão como um segundo estágio desse processo. Para eles, convencer é a primeira fase da adesão, que leva o interlocutor a acreditar no argumento e passar para a próxima fase, que é a persuasão, quando este age de acordo com o que passa a crer. Persuasão e convencimento são, portanto, dois efeitos de um mesmo processo.

A convicção, segundo eles, é a conquista da adesão através de critérios racionais e a persuasão é, através dessa convicção, levar alguém à ação, sob influência do que foi argumentado. Uma citação muito feliz representa esse raciocínio. Foi extraída por Perelman e Tyteca (2005) e é atribuída a um francês chamado Chaignet, que diz: “Quando somos convencidos, somos vencidos apenas por nós mesmos, pelas nossas ideias. Quando somos persuadidos, sempre o somos por outrem” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 46).

As ideias de Perelman e Tyteca (2005) parecem se aproximar da concepção de manipulação de Dijk (2008) porque levam em conta o agir sob influência de um processo de adesão a um argumento. O foco de Perelman e Tyteca (2005) é a discussão profunda do processo de argumentação, do modo como este é produzido pelo locutor, o que confere fortes subsídios para a análise do processo de manipulação e persuasão da mídia.

Nesse terreno da manipulação, recorremos a uma reflexão de Fairclough (2001), que vai subsidiar nossas análises do *corpus*. Há, segundo ele, três tendências principais na sociedade contemporânea: *democratização*, *comodificação* e *tecnologização do discurso*, com reflexões que apontam para caminhos que podem mostrar formas de luta contra dominações ao identificá-las. Mas também são potenciais meios de revelar tentativas de manipulação em favor de interesses ocultos, caso sejam utilizados por grupos hegemônicos e detentores de poder. Ou seja, um remédio, ou um veneno.

A *democratização do discurso* é uma forma de luta que o autor empreende para ajudar a eliminar ou atenuar as desigualdades discursivas e linguísticas entre grupos sociais diversos. Isso pode ocorrer através de vários fatores, dentre eles, dois cruciais para o estudo de discursos de massa são a *eliminação de marcadores explícitos de poder* e a *tendência à informalidade das línguas*.

O processo de eliminação de marcadores de poder é apenas aparente. Em uma conversação entre indivíduos inscritos em papéis sociais diferentes, por exemplo, há uma marcação na superfície linguística das relações de dominação de uma sobre a outra. O diálogo médico-paciente ou entrevistador e entrevistado, como exemplifica o autor, possui uma série de marcadores que esboçam relações assimétricas de poder como uso do imperativo, formas

diferenciadas de tratamento etc. No entanto, essa marcação tende a ser, segundo Fairclough (2001), encoberta, tornando-se sutil, mas não desaparece, conforme argumenta:

Uma forma de interpretar esses casos é que a eliminação aparente de marcadores e assimetrias explícitas de poder é, de fato, apenas aparente, e que detentores de poder e ‘sentinelas’ de vários tipos estão simplesmente substituindo mecanismos explícitos de controle por mecanismos encobertos. (p. 251).

No entanto, essa aparente eliminação de relações de domínio pode ser só aparente porque, mesmo havendo o encobrimento de assimetrias de poder, há um palco de luta com o objetivo de conquistar audiências. Esse aspecto é explicitado na discussão sobre a *tendência à informalidade das línguas*.

Esta ocorre quando a eliminação, ou aparente eliminação de marcadores de poder impulsiona uma tendência à informalidade das línguas porque, mesmo sendo a dominação encoberta, subjaz nos discursos a atividade de manipulação e dominação. Por conta disso, há uma preservação da ‘face’ dos organismos de poder para com os organismos dominados através de uma informalidade linguística utilizada na verdade para a conquista de audiências e massas do que para estabelecer algum cenário de igualdade.

Fairclough (2001) exemplifica citando um exemplo de uma manchete de jornal que simula o discurso conversacional: “Mordomo de Lady Di retira-se...de tênis!”. Nesse exemplo, o autor chama atenção para o vocabulário conversacional e o uso das reticências e o ponto de exclamação para ‘popularizar’ o enunciado, aproximando-o, através da dramatização, da sua audiência.

Ele raciocina que a mídia está cada vez mais sendo colonizada pela conversação e os discursos estão assumindo esse caráter conversacional nas suas manifestações. E esse caráter conversacional se expande para os meios impressos, radiofônicos, televisivos e eletrônicos. Em suma, essa informalidade característica da *democratização do discurso* simula uma relação de dominação do através do encobrimento dos marcadores de assimetria.

Ao explicar a *comodificação*, Fairclough (2001) trata quanto ao uso das pessoas como mercadorias que produzem outras mercadorias. À luz desse raciocínio, o autor coloca que a *comodificação* é um processo que coloniza ordens de discurso através da associação de tipos de discurso à produção de mercadoria. O britânico utiliza o discurso educacional, mais especificamente o ensino de línguas estrangeiras, para esclarecer essa concepção.

O centro de análise dele é que os aprendizes de cursos vocacionais são construídos ambivalentemente tanto como aprendizes de fato quanto consumidores. Ele reflete que há nesses discursos objetivos declaradamente educacionais e camufladamente consumistas, que se utilizam da publicidade para mercantilizar suas práticas educacionais e transformá-las em um produto apto a concorrer com os seus pares.

Essa ambivalência educacional x consumista, característica central da comodificação, permite a construção de indivíduos ativos – no âmbito da aprendizagem – e também passivos – quando são também considerados consumidores. O autor identifica esse processo através da lexicalização, quando identifica que há um repertório específico para ‘vender’ uma prática da ordem discursiva educacional, citando como exemplo o ensino de línguas. O vocabulário de habilidades, coloca Fairclough (2001, p. 257), são lexicalizações que “ajudam a comodificar o conteúdo da educação linguística”. Ou seja, torna os conteúdos uma *commoditie*, um item genérico de consumo, sem assumir declaradamente tal status para não prejudicar a imagem educacional.

São, portanto, lexicalizações com objetivos claros e, também, opacizados em busca da manutenção de um projeto de poder. Associando essa questão às lexicalizações utilizadas pela mídia, podemos perceber uma série de termos cujos sentidos aparentes trabalham a favor de uma forma de dominação. As lexicalizações serão trabalhadas na análise, mas citamos um simples exemplo de como a aparência lexical pode favorecer sentido e ocultar outro:

Maia sai fortalecido com trocas no governo

O Estado de S. Paulo, 20.11.2017

O enunciado acima foi manchete principal da capa do Estado de S. Paulo. O assunto se referiu à escolha do novo ministro das Cidades, que era um aliado do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Na verdade, o aparente fortalecimento de Maia esconde outro discurso que é a real intenção dessa destinação da pasta das Cidades para o DEM, que é o partido Maia: o apoio para a aprovação da reforma da Previdência.

Ou seja, o governo, ao destinar um ministério para o comando de um partido cujo presidente pode facilitar a aprovação da reforma, se fortalece para alcançar esse objetivo. Sendo assim, a questão central não é o ‘fortalecimento’ de Maia, mas, sim, ‘favorecimento’ a Maia para o ‘fortalecimento’ do governo na aprovação da reforma da Previdência.

Na *tecnologização*, Fairclough (2001) discute sobre a ponte entre a linguagem, o discurso e o poder, o que possibilita a observação da questão das práticas manipulatórias. Nessa tendência, vemos que há especialistas em áreas determinadas detentores do domínio de discursos alinhados a interesses específicos. Essa relação constitui, segundo o autor, o processo de *tecnologização* discursiva, conforme explica:

Ao denominá-las tecnologias do discurso, quero sugerir que na sociedade moderna elas têm assumido e estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais, que são consideradas como recursos ou conjunto de instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 264).

Ao fazer esse comentário, ele dá a chave para a compreensão do processo de *tecnologização* e seu uso e articulação em várias ordens de discurso. As sociedades modernas estão cada vez mais aplicando tecnologias discursivas em suas atividades. Essas tecnologias envolvem objetivos estratégicos, para alcançar um resultado, e, por conta disso, seus atores são tecnólogos habilitados na simulação de práticas e uso de instrumentais discursivos para determinado fim.

Na prática midiática, é comum observarmos uma reportagem ancorada na visão de especialistas. Aparentemente, a mídia se afasta e constrói a sua neutralidade ao recorrer a um ou mais determinados especialistas, mas essa escolha e também a forma como são articuladas

opiniões contrárias sobre um assunto reflete uma estratégia discursiva de manipulação de sentidos.

Se o jornalista, ou a empresa de comunicação da qual faz parte, ou ambos aderem a um determinado tipo de discurso, certamente a opinião do especialista contrário a essa visão aparecerá em segundo plano ou enfraquecida através da construção discursiva da reportagem. Nas reportagens políticas, por exemplo, é comum a avaliação de cientistas políticos como balizadores da interpretação de um cenário específico. As pesquisas de opinião na época de campanha eleitoral também são uma forma de tecnologizar um discurso pró ou contra, sob o manto da metodologia de investigação científica.

Além de Perelman e Tyteca (2005), dialogam com essas reflexões de Fairclough (2001) as de Charaudeau (2011), sobre a manipulação. Segundo este, um processo manipulatório/persuasivo leva em conta dois elementos: a *essencialização* e a *singularização*. Na *essencialização*, reside a ação de evitar a multiplicação de ideias. A segunda, a *singularização*, em fazer com que uma ideia seja contida e condensada. Essas duas noções trazem em si uma tendência de unificar sentidos para atender projetos de dominação.

A atuação dessas tendências afetam discursos. A contemporaneidade está repleta de exemplos de essencializações e singularizações discursivas. Entendemos que um caminho para analisá-las é considerar marcas que nos remetam à articulação de tendências e seus efeitos no campo do discurso. E é justamente no estudo da prática social que encontramos essas conexões. Sobre a prática social, discutiremos a seguir.

3.4 Os elementos da ACD e suas relações: a prática social

A análise da prática social concentra-se nas circunstâncias das estruturas sociais no momento do acontecimento dos eventos discursivos e como essas circunstâncias imprimem suas marcas e geram os efeitos na prática discursiva. Fairclough (2001) formula a questão da prática social a partir da reflexão sobre os conceitos de hegemonia e ideologia, focando, sobretudo, na dominação de grupos mais fortes sobre grupos subordinados.

O autor também leva em conta a questão do consentimento desses grupos influenciados e também como esse jogo de domínio está refletido no discurso de organizações e instituições, se contestado ou se reproduzido. A prática social deixa marcas no processo discursivo e este imprime sinais no texto, que devem ser identificados no âmbito da

interpretação, sob a ótica da intertextualidade⁵³. Sobre o consumo, Fairclough (2001) atenta para o fato de que os textos e os discursos são consumidos em contextos sociais diversos, também influenciados pelas práticas sociais.

A prática social é estudada a partir da identificação da matriz social do discurso, das ordens do discurso e de efeitos ideológicos e políticos impressos ao discurso. E esses efeitos estão submetidos a relações situadas no campo da hegemonia e do poder. Ou seja, ao analisarmos que práticas sociais estão presentes em um objeto de estudo, é preciso levar em conta a articulação de todos esses elementos, que agem como um caleidoscópio de influências.

As ordens do discurso são uma espécie de registro de identificação dos discursos que atuam no texto. Esses discursos estão constituídos de efeitos ideológicos construídos a partir de relações estabelecidas por dois outros elementos que se juntam a esse cabedal discursivo: a hegemonia e o poder. Fairclough (2001) tomou como base alguns autores e, a partir de suas ideias, estabeleceu um modo de analisar as práticas sociais tendo sob a vista esses elementos que agem simultaneamente no discurso.

Quanto às ordens de discurso, Fairclough (2001) estabeleceu suas ideias a partir de leituras da concepção foucaultiana sobre o tema. Para Foucault (1989), as ordens do discurso são campos que estabelecem dizeres e interditam outros. Essa relação de permissão ou negação ocorre em um cenário de luta de poder. No entanto, essas ordens do discurso, que Fairclough (2001) também denomina como matriz social do discurso, estão submetidas a uma instância superior a elas, que são as ordens sociais. Estas, de acordo com Fairclough (2001), formam os espaços sociais que abrigam as ordens de discurso, ou matriz dos discursos.

Às ordens sociais e do discurso juntam-se outros dois elementos que atuam simultaneamente na produção discursiva social, em seus vários campos do saber, e são determinantes para o estabelecimento de campos de luta, dominação e reação: a ideologia e a hegemonia. Para Fairclough (2001), “a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, e que não temos de escolher entre possíveis ‘localizações’ diferentes da ideologia que parecem todas parcialmente justificadas e nenhuma das quais parece inteiramente satisfatória” (p.118).

Segundo ele, a ideologia é, ao mesmo tempo, uma propriedade das estruturas e uma propriedade de eventos. Nas estruturas porque os processos ideológicos são constituídos pelos discursos e nos eventos porque estes reproduzem e também transformam as estruturas.

⁵³ A questão da intertextualidade foi detalhada no item antecedente.

Eventos e estruturas, portanto, articulam-se ininterruptamente na constituição dos campos ideológicos.

Ao discutir sobre a relação entre ideologia e hegemonia, Fairclough (2001) utiliza-se, com algumas restrições, das ideias marxistas, de Althusser e Gramsci. Em suma, o autor alinha-se com o pensamento geral desses autores, principalmente de Althusser, para quem a ideologia e a hegemonia constituem os sujeitos em palcos de lutas de classe como a mídia, a escola, o governo etc. Nesses palcos, que são os aparelhos ideológicos do estado na visão althusseriana, ocorre essa manifestação de força de dominadores e dominados.

No entanto, essa concepção sólida sobre o agir ideológico com dominação dos mais fortes sobre os mais fracos limita a questão da reação às ideologias vigentes e a um novo estabelecimento de relações de poder, que Fairclough (2001) defende como modo de mudança nas relações sociais. Para ele, “as ideologias são construções da realidade que contribuem para as relações de dominação nos aspectos de reprodução, produção e quebra de paradigmas (p. 117)”.

Ou seja, ele já prevê na questão ideológica a ruptura nas relações de dominação, que vai de encontro a Althusser (1970). Para o este, a ideologia é uma forma de “cimento social” que se fixa nos chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Segundo Althusser (1970), os AIE formam realidades particulares que fazem parte da vida dos indivíduos, exercem domínio sobre eles e funcionam “de maneira massivamente prevalente pela ideologia” (ALTHUSSER, 1970, p. 48). Ele cita como exemplos a escola, a família, o ambiente político, o ambiente cultural etc.

Há, segundo Fairclough (2001), um determinismo na forma de atuação dos AIE interpretado por Althusser (1970), como vemos em várias colocações, a exemplo desta:

Assim, as escolas e as igrejas ‘educam’ por métodos apropriados de sanções, de exclusão, de seleção etc. não só os seus oficiais, mas as suas ovelhas. Assim a Família... Assim o aparelho IE cultural (a censura, para só mencionar esta etc.) (ALTHUSSER, 1970, p. 47).

No entanto esse distanciamento de formas de reação defendido por Fairclough (2001) em relação a Althusser (1970) parece não ser de todo absoluto. Apesar de considerar a força das classes dominantes nos Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (1970) destaca que essas classes não encontram facilidades para estabelecerem o seu domínio. Ao afirmar que os AIE são os palcos da luta de classes, também considera que as classes dominantes podem

conservar o seu domínio nos AIE, mas que as classes dominadas podem combater esse domínio e se expressarem nesses aparelhos.

Dissemos que concordamos em parte porque não há, sob o nosso ponto de vista, uma noção de domínio determinado e definitivo como Fairclough (2001) coloca, mas também não enxergamos na posição althusseriana possibilidade de reação da classe dominada. Há, sim, uma capacidade de expressão de pontos de vista desse segmento dentro de uma arena de lutas, mas ainda sem a possibilidade de transpor o jugo da ideologia dominante.

A discussão de Thompson (2011) sobre a perspectiva ideológica desenha um alinhamento maior com as ideias de Fairclough (2001) e também contribui para pavimentarmos um campo teórico de base para o nosso trabalho. Ao estabelecer a sua concepção de ideologia, Fairclough (2001) aponta para o fato que o importante é avaliar a maneira como as formas simbólicas das representações sociais são utilizadas para estabelecer e manter relações de poder, de dominação. Para se estabelecer se há ou não uma relação de dominação, é preciso, segundo ele, avaliar os fenômenos e como estes agem em circunstâncias específicas.

A ideologia obscurece, mas também pode não ser necessariamente uma oposição na relação de classes, alerta. Importa, sobretudo, avaliar as circunstâncias dos fenômenos e as relações de dominação que são estabelecidas nos mais variados aspectos das relações humanas, como entre sexos, grupos religiosos, etnias etc. Essa visão que Thompson (2011) nos oferece sobre a ideologia permite-nos descolar, sem perder de vista, a relação de dominação tradicional, mas passarmos a observar relações de dominação tão subliminares, que podem transitar ocultas e até revestidas de uma relação aparentemente igualitária. É o mascaramento das assimetrias de poder, como analisa Fairclough (2001).

O discurso da mídia, por exemplo, lida com a audiência dessa forma. Uma relação entre o informante – a mídia – e o informado – a audiência (leitor, ouvinte, internauta etc.). Nessa troca, há uma perspectiva de que esta audiência é apta a discernir a informação, a argumentar, a dominar o conteúdo proposto. Mas, no entanto, essa postura certamente esconde justamente uma visão contrária: a de uma audiência manipulável e passível de aderir a conceitos naturalizados como suposta verdade jornalística.

Há várias maneiras de se identificar essa relação, mas encontramos em Thompson (2011) uma visão sistemática e arquetípica da ideologia através dos modos que opera. Dizemos arquetípica pelo fato do autor trazer nas suas considerações uma ligação tipificada das ações e seus reflexos, mas, como ele mesmo ressalta, não significa que essas ações

possuem apenas esses correspondentes e nem mesmo que sejam apenas essas ações. No entanto, o panorama traçado por Thompson (2011), alinhado com a articulação que Fairclough (2001) faz sobre a ideologia, nos coloca em um terreno teórico mais firme para a observação do agir ideológico.

Thompson (2011) estabelece cinco formas em que a ideologia opera na construção simbólica de representações: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Na legitimação, a estratégia é conferir às manifestações humanas um caráter tradicional, legítimo, que atende ao interesse de todos. É uma espécie de credibilidade legítima.

Na dissimulação, há o mascaramento de uma realidade, geralmente substituída por outra aparentemente mais adequada. Um exemplo dessa estratégia na mídia é a alternância de uso das palavras ‘ocupação’ e ‘invasão’ em manifestações populares. Dependendo da orientação ideológica do veículo midiático, esses atores podem ser defensores de seus direitos ou invasores do espaço público. As figuras de linguagem, como metáfora⁵⁴, sinédoque e metonímia, também podem ser uma forma de rotular ações, obedecendo a um direcionamento pré-concebido.

A unificação é a impregnação de referenciais simbólicos de uma característica aparentemente homogênea e que é aceita por todos. Independente da classe social ou outras diferenças. Trata-se de uma relação de dominação que tem na padronização um elemento crucial para o convencimento das verdades naturalizadas como reais e únicas.

Essa estratégia ideológica se alinha ao que Fairclough (2001) chama de *democratização*. Trata-se de uma forma de luta que o autor empreende para ajudar a eliminar ou atenuar as desigualdades discursivas e linguísticas entre grupos sociais diversos, tornando o discurso aparentemente homogêneo e, conseqüentemente, crível.

No discurso político, podemos observar essa estratégia, por exemplo, quando candidatos usam termos como “bem comum”, “avanço do Brasil”, “avanço do estado” como objetivo principal das suas propostas de governo e guardam em reserva os planos do seu partido e grupos políticos de alcançarem o poder. Na realidade, muitos planos não estão necessariamente ao alcance apenas da vontade deles, mas dependem do legislativo para serem

54 Segundo Ernani Terra, sinédoque é a junção semântica quantitativa entre termos (parte pelo todo, singular pelo plural, particular pelo geral e vice-versa). Metonímia é a junção semântica qualitativa entre termos (da causa pelo efeito, do compositor pela obra etc). E metáfora é a transposição semântica entre termos, ou seja, o uso de um termo no lugar de outro que não mantém com ele uma relação de proximidade semântica, mas de semelhança In: <https://goo.gl/ysWqgS>.

aprovados. No entanto, isso é ocultado das propostas de governo em prol da conquista de votos.

Quarta forma de operação da ideologia, a fragmentação envolve uma aparente divisão para se conseguir a unificação. Thompson (2011) explica que se trata de desconstruir “o outro”, ou seja, inimigos que podem colocar o sistema em risco. Isso é feito ou alimentando a cizânia entre grupos que podem oferecer perigo se unidos, ou explorando o “expurgo do outro”, que é vilanizado e, sob esse aspecto, a fragmentação ganha uma essência de unificação porque essa visão manipuladora tende a impregnar diferentes classes sociais.

Na reificação, há a eternalização da essência de acontecimentos, que são tratados não como uma sucessão de fatos que podem se modificar, mas sim fatos que fazem parte de formas simbólicas cristalizadas. Thompson (2011) também explica que na reificação também ocorre o apagamento intencional de atores e o destaque às ações empreendidas por esses atores, como uma forma de fixar o caráter passivo dos acontecimentos, em detrimento dos atores que o praticam.

Esses modos ideológicos agem tanto independentemente, como mutuamente e guardam na sua essência a manutenção das relações de poder, com afirma Thompson (2011): “fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 76).

Aliados à ideologia, a hegemonia e o poder constroem um cenário de dominação em um universo profundamente afetado por transformações, que muitos autores chamam de pós-modernidade, ou modernidade tardia, como Chouliaraki e Fairclough (1999). Esses elementos interagem entre si e nas formas simbólicas e reais construídas nos organismos sociais, contribuindo para a formação de estruturas complexas, carregadas de influências, que deixam marcas tanto evidentes quanto subliminares nos discursos produzidos sob suas hostes. A discussão do panorama da hegemonia, poder e da modernidade, no próximo subitem, é um passo importante para situarmos o contexto em que o *corpus* está inserido.

3.4.1 Hegemonia, poder e modernidade tardia

O modelo tridimensional da ACD é uma forma estruturada de análise do discurso que leva em conta os três elementos principais que a ele se interligam de formas tanto reprodutoras de relações de poder, quanto reativas aos domínios hegemônicos. Há um conjunto de formas simbólicas no plano das práticas sociais, em cujos ângulos atuam os discursos, a hegemonia, as manifestações ideológicas e as estruturas sociais que estão ligadas diretamente à manutenção ou quebra de relações de poder.

Fairclough (2001) considera a hegemonia o elemento mais importante que proporciona observar o discurso sob dois grandes aspectos: como uma matriz que traz consigo as relações de poder e como um modelo que pode ratificar as relações de poder ou subvertê-las para a mudança. Por isso, o autor conceitua a hegemonia como um agente que exerce a liderança nos planos econômico, político, ideológico e cultural da sociedade. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Essa influência ocorre através das relações de poder que existem entre os organismos sociais. No entanto, continuando com Fairclough (2001), essas relações de poder e de dominação hegemônicas ocorrem dentro de um *equilíbrio instável*. O poder exercido pelos organismos hegemônicos que dominam estruturas sociais das mais diversas é passível a todo momento de ser questionado e até quebrado por outras estruturas sociais que estão, temporariamente, em uma posição de subjugação.

Retomando Fairclough (1995), “hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.” (p. 122). As instituições sociais hegemônicas são assim por terem mais condições de dominação, através do poder, contra grupos menos fortes.

É o poder do Estado sobre instituições da sociedade civil, em um nível mais macro. Ou o poder dentro dessas instituições nas relações entre seus membros, como na escola – do diretor sobre o professor, do professor sobre o aluno; na consulta médica, na qual o médico exerce uma posição de dominação sobre o paciente etc. Isso não impede, como defende Fairclough (2001), que sejam operadas formas de reação, o que confere um caráter temporário ao poder hegemônico porque sempre se pode reagir a uma situação dominadora.

A mídia é, ao mesmo tempo, uma instituição hegemônica, mas também submetida a outras forças. Há relações de poder no discurso da mídia, como afirma Fairclough (1995), mas

também há reações da sua audiência, da qual a mídia precisa para se manter no mercado. A mídia atua como um meio de expressão do poder da classe dominante, mas sempre precisa estar atenta às reações da classe que considera dominada, por conta da necessidade de cotejar a credibilidade. Há também ainda a influência do Estado que, mesmo sendo o alvo das investidas midiáticas, também faz parte de suas operações financeiras, como nas publicidades legais, que os governos anunciam em jornais, TVs, rádios e internet dos organismos jornalísticos tradicionais.

O poder, portanto, é exercido, como analisa Fairclough (1995), de modo oculto e também tem muitas faces. Djik (2008) observa que o poder, em essência, não deve ser encarado como algo ruim. Há a necessidade de controle social, de organismos de Estado que atuem na manutenção da ordem. No entanto, outra faceta do poder é a dominação por subjugação, que o autor chama de uso ilegítimo do poder.

A mídia, por exemplo, é um organismo hegemônico, que se mantém em posição de dominação, mas cada vez mais de forma instável porque as reações da audiência estão potencializadas e pulverizadas com a popularização da internet e a força que as redes sociais digitais vêm ganhando como arena de opiniões. Assim, quando o poder é usado como desinformação, doutrinação e dominação ilegítima, como adverte o autor, está mais sensível à crítica alheia. O poder midiático, atualmente, é um poder que exerce o seu domínio, mas se situa em um equilíbrio instável, como está em Fairclough (1995, 2001), porque não é mais tão difícil rejeitá-lo.

O poder, as práticas ideológicas e as estruturas hegemônicas coexistem nas estruturas sociais e convivem exercendo um domínio hegemônico, mas são passíveis de serem questionados e até rejeitados. As práticas sociais agem, portanto, a partir da combinação desses elementos nas manifestações do discurso, sob variadas formas e gêneros. O discurso é socialmente constituído e apesar de operar a partir da instância discursiva, é no âmbito social que se realiza.

A partir de um enquadre observando a questão sob o prisma da modernidade tardia, Chouliaraki e Fairclough (1999) resgatam os modos de produção da sociedade ao longo da história e analisam uma grande mudança entre o *fordismo*, que constituía um modo de produção de massa, e as subsequentes inovações tecnológicas que influenciaram os meios de produção, imprimindo suas marcas nas relações sociais, introduzindo uma nova era *pós-industrial* no moderno capitalismo.

Essas mudanças a que se referem correspondem a partir do período da chamada modernidade, fase marcada pelo desenvolvimento dos modos de produção, dos transportes e quando ocorreu a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra a partir do século 18 e marcada fortemente pela invenção da máquina a vapor, por James Watt⁵⁵.

Esse cenário influenciou a vida das pessoas e continuou influenciando, a partir da evolução das transformações industriais, que passaram pela criação dos motores de combustão ainda na era moderna e, já demarcando a transição para a era pós-moderna, deu-se, a partir do século 20, a revolução no âmbito da tecnologia e seus ramos como a nanotecnologia e a engenharia genética.

O avanço tecnológico e a popularização da internet impulsionaram várias áreas do conhecimento e de produção, como a mídia, a medicina, a própria indústria, a agricultura etc. Mudanças ultrapassaram fronteiras, tornando a sociedade, ao mesmo tempo, desigual nas relações sociais e homogênea no compartilhamento, mesmo relativo, de avanços.

Essa desigualdade de relações em vários campos sociais ocorre em uma era que, por si só, alimenta as observações de uma análise social, que é chamada por Chouliaraki e Fairclough (1999) de modernidade tardia. Muitos autores dão nomes diferentes a esse termo, como pós-modernidade ou modernidade líquida, ou mesmo modernidade. Uma característica marcante dessa fase é a pluralidade e fragmentação da vida social. É vasta a literatura sobre o tema e sua ênfase sobre as diferenças sociais.

Bauman (2001) faz uma análise da pós-modernidade utilizando a metáfora da fluidez dos líquidos. Assim como os líquidos, a modernidade traz em si um processo de “liquefação”, no qual tudo se transforma muito rapidamente. É um estado marcado por incertezas, pelo consumismo, pela fragilidade das relações. Com base nesse pensamento, o autor defende que vivemos em uma “modernidade líquida”, conceito que ele construiu ao discutir essas questões da fluidez dos fatos sociais e suas transformações.

Ele cita os avanços tecnológicos, industriais, entre outros, como impulsionadores e mantenedores desse status de constante transformação inerente à vida social. No entanto, em Bauman e Bordoni (2016), encontramos que ainda não admitem totalmente que a sociedade tenha deixado a modernidade. Para eles, não sabemos, ao certo, se estamos deixando a modernidade porque “dizer que uma era ou uma época está acabando exige assumir um ponto de vista no futuro, quando o ‘fim’ já tiver acontecido” (p. 91). Essa visão está ancorada no

55 Disponível em História do mundo <https://goo.gl/oXw8cy>.

pensamento, nessa mesma obra, de que os pilares da modernidade – ciência, economia e tecnologia - ainda estejam vivos.

Lyotard ([1950] 2009) analisa a questão do que seria a passagem da modernidade para pós-modernidade sob os prismas das transformações que afetaram os vários ramos do conhecimento desde as mudanças ocorridas a partir do final do século 19 e início do século 20. Ele afirma que há uma crise geral no âmbito da ciência, que entra em conflito em si mesma, traduzindo-se em um movimento de questionamento.

Ou seja, a ciência não era mais capaz de explicar-se. A segurança do conhecimento entrou em uma fase de relatividade: “O status do conhecimento é alterado à medida que as sociedades entram no que se conhece como era pós-industrial, e que as culturas entram no que se conhece como era pós-moderna” Lyotard ([1950] 2009, p. 3). Percebe-se, portanto, uma fugacidade científica que não é vazia, mas aberta e não mais calcada em conceitos permanentes.

Na verdade, o saber científico nunca foi permanente, haja vista a mudança de conceitos ao longo da história como, por exemplo, as diferentes teorias do movimento de rotação da Terra. O que Lyotard ([1950] 2009) quer dizer é que houve uma quebra da hegemonia científica que, a si mesma, impõe reatualizações. Como se a ciência estivesse entrando ou se percebesse que estivesse em uma transitoriedade que cada vez mais seria mais inerente do seu cabedal de características.

Na pós-modernidade, diz ele, os discursos passaram a ser questionados. A crença de que a razão, a ciência e sua tecnologia colocariam a humanidade sempre em progresso não se sustentou mais. Isso, ainda segundo ele, implica em outro problema: a (des)confiança em relação ao saber científico. Ele acredita que os saberes são legítimos sob um cabedal local e contextual. A verdade é relativa dependendo de valores e de culturas. Essa visão da quebra dos padrões modernos de saberes consistentes em si marca a chegada da humanidade à pós-modernidade, segundo pensa Lyotard ([1950] 2009). É nas suas ideias sobre essa transição que muitos autores que defendem a tese do pós-moderno se basearam.

Pós-moderno ou modernidade em evolução divide opiniões de teóricos. Giddens (1991) pensa diferente. Ele afirma que a modernidade está ligada “a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século 17 e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (p. 8). No entanto, chama atenção que esse recorte é superficial, uma vez que delimita a modernidade a um período de tempo e espaço específicos – Europa do século 18 – mas não encerra sua essência. O autor faz uma

crítica ao termo pós-modernidade e diz que há uma radicalização sobre consequências da modernidade.

O rompimento da relação espaço-tempo, com a invenção do relógio mecânico, final do século 18, foi crucial para a transição da fase pré-moderna para a modernidade. Isso porque, segundo Giddens (1991), antes dessa invenção, as noções de tempo e espaço caminhavam juntas. Não havia o ‘quando’ sem o ‘onde’. Com o advento do relógio, essas noções tornaram-se independentes. Isso ocorreu porque há o que ele chama um processo de *desencaixe social*. Trata-se do fato das organizações agirem e interagirem em contextos locais e globais de forma exponencial, sem as limitações de dependência do espaço-tempo.

A modernidade marca um contraste com a tradição e, ao fazer a crítica ao uso do termo pós-modernidade, o autor afirma que “se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social” (p. 45). E afirma que é importante também enxergar o que chamam de pós-modernidade como “a modernidade vindo a entender-se a si mesma, ao invés da superação da modernidade enquanto tal” (p. 47). Seja como for, Giddens (1991) não nega que haja um processo de ruptura na ordem social em que vivemos, mas que poderia ser precipitado ainda inaugurarmos uma nova fase.

O que importa é marcarmos nesse cenário um ponto em que entendamos as estruturas sociais profundamente influenciadas e influenciadoras dos campos do conhecimento e de produção. Não só no discurso, mas também em outras relações, embora, assim como Chouliaraki e Fairclough (1999), pensamos que tudo é construído, na sua mais embrionária forma, através de discursos ideologicamente constituídos. Na análise das práticas sociais esse ponto deve ser central na observação porque há nos discursos muito mais reflexos das estruturas e práticas do que os enunciados aparentemente mostram.

Ao explorarem na análise a relevância da prática social, Chouliaraki e Fairclough (1999) partem do ponto em que, situando a ACD dentro do campo de uma ciência crítica social, passam analisar as questões a partir de uma visão social das relações e como as práticas sociais e os discursos estão em uma sinergia dialética. O escopo social ganhou um protagonismo nesse enquadre teórico, mas não enfraquece os outros dois campos – texto e discurso – muito pelo contrário.

Para eles, a importância da contribuição da ACD está em poder analisar os processos e mudanças sociais dentro e fora do discurso. Porque mesmo fora do discurso, os processos são

construídos a partir dos discursos empreendidos. Discursos econômicos, por exemplo, dizem os autores, formam realidades econômicas. Há uma questão de construção discursiva que impacta no social e, podemos dizer a partir do raciocínio de ambos, é majoritária na sua constituição. O discurso, portanto, constrói ideologicamente efeitos *mistificadores* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) de relações desiguais de poder que atuam através da linguagem. Esses efeitos atuam em uma rede de práticas sociais, as quais articulam-se, refratam-se e rejeitam-se em vários momentos e permeadas de vários discursos, em uma inter-relação caleidoscópica, como discutiremos no próximo tópico.

3.4.2 O caleidoscópio das práticas sociais

A vida natural e social é um sistema governado por vários mecanismos que atuam em todas as suas dimensões. Entendem Chouliaraki e Fairclough (1999) que as dimensões físicas, químicas, biológicas, econômicas, psicológicas, sociais, entre outras, possuem estruturas distintas, que se coordenam em si, mas também recebem mediações de estruturas que lhes são externas. E os mecanismos que regem essas estruturas interagem entre si em um processo complexo de influência.

As crises política e econômica tratadas na mídia, foco do nosso estudo, constituem-se em um mecanismo complexo, em que atuam vários outros mecanismos na construção de realidades que desafiam o entendimento do que move essa engrenagem discursiva, se é que há um só elemento que a mova ou um conjunto deles. Não somos determinados fortemente por essa engrenagem, mas esta se coloca subliminarmente onipresente no campo do discurso.

A vida social, portanto, é formada de práticas que atuam de acordo com a época, os lugares e os interesses envolvidos. Essas práticas são uma conexão, para os autores, entre as estruturas abstratas e os reflexos de suas ações, através dos mecanismos, nas várias esferas da vida social. Diante desse entendimento, há a necessidade de situar o que seriam essas práticas, os mecanismos e os elementos influenciados por elas.

Para isso, o raciocínio inicial de Chouliaraki e Fairclough (1999) busca estabelecer ou tentar entender a articulação dos momentos da prática social entre si com momentos de outras práticas. Eles observam o panorama social a partir de um ângulo macro e refletem que a vida social é formada de práticas, que seguem lógicas também estruturadas no social, em suas diversas áreas como cultura, política, econômica etc.

As práticas envolvem diversos elementos e mecanismos, levando em consideração a interação entre esses mecanismos e como essa relação ocorre em práticas sociais particulares chamadas de momentos da prática (M). Segundo os autores, uma prática particular envolve uma série de elementos da vida social, como tipos de atividades, formas de relacionamento, experiências passadas, experiências sociais, ou seja, esses diversos elementos agregam-se em uma prática específica e quando se juntam a esta se tornam momentos da prática (M).

Esses momentos relacionam-se com outros momentos, sem serem redutíveis um ao outro e, sim, em uma permanente articulação. Os autores oferecem um modo de ver a relação entre as práticas sociais em um movimento dinâmico e intercambiável, possibilitando o entendimento dos acontecimentos sociais de forma macro, mesmo tendo como matéria-prima de análise as superfícies linguística e discursiva disponibilizadas através dos vários gêneros que permeiam as relações humanas.

Mesmo tendo um panorama amplo à vista, é possível compreender as relações a partir do presente, mas também tendo sob as vistas da compreensão de sua constituição anterior. Apesar disso, como em toda análise, nada retém a completude e, sim, uma relativização necessária e características das relações discursivas.

As práticas sociais trazem consigo, portanto, um mix de momentos simultâneos, com marcas de eventos que lhes são anteriores e de eventos que lhes sucederão, dizem os autores. Representamos nos diagramas abaixo, a partir das considerações dos autores, uma visualização de como ocorre essa composição entre elementos da vida social e momentos da prática e a relação desses momentos com momentos de outras práticas:

Diagrama 1 – Elementos da vida social

Prática social

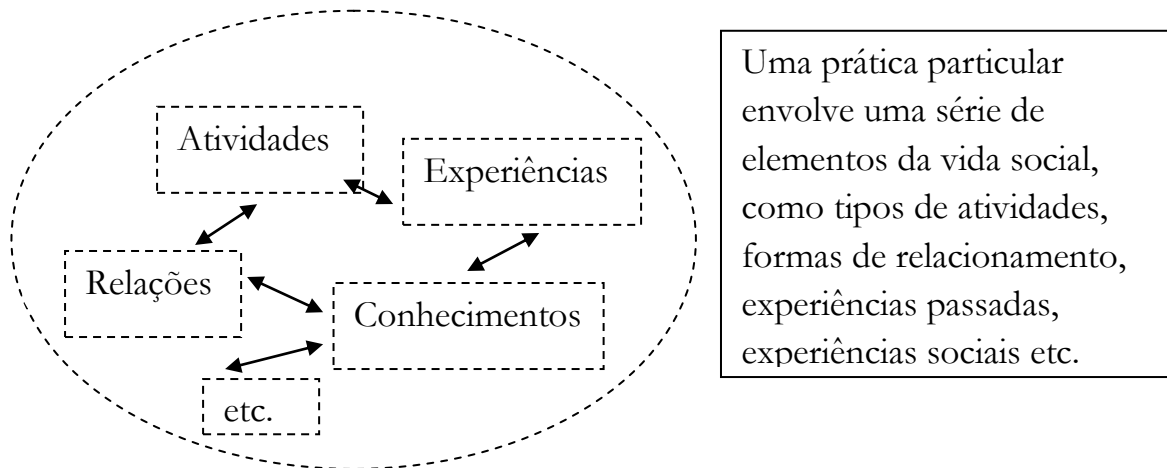
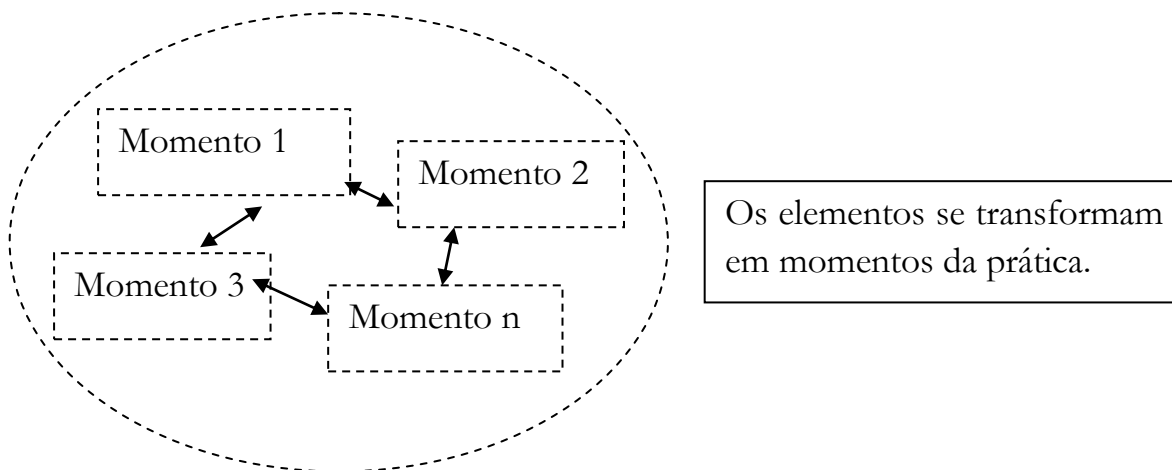


Diagrama 2 – Momentos da prática social

Prática social (P)

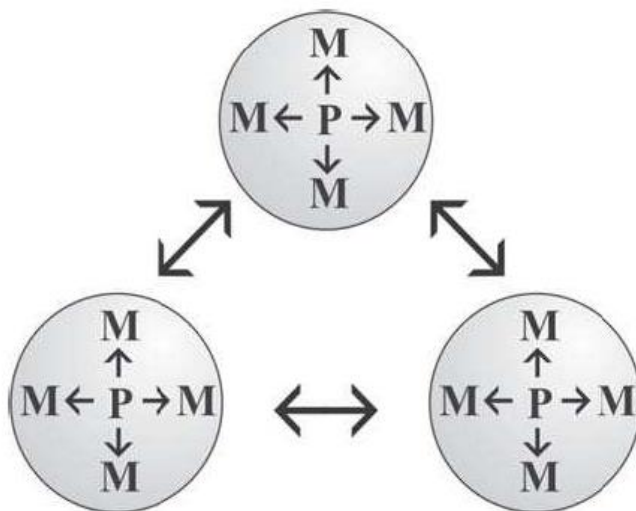


Os diagramas⁵⁶ acima representam o raciocínio de que os elementos da vida social relacionam-se o tempo todo entre si, constituindo momentos da prática social. Esses momentos, por sua vez, articulam-se com outros momentos de outras práticas sociais. Ramalho e Resende (2004), também a partir dos estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999), propõem uma representação gráfica para o entendimento dos *momentos da prática social* e da

⁵⁶ As figuras foram propostas pela autora desta tese, a partir do raciocínio de Chouliaraki e Fairclough (1999).

relação que estes mantêm com outras práticas, formando, assim, uma rede de práticas sociais relacionando-se ininterruptamente, conforme o diagrama 3:

Diagrama 3 – Rede de práticas



Articulação entre práticas. Ramalho e Resende (2004), p.196.

As práticas sociais mantêm uma articulação constante com outros momentos de outras práticas sociais, que podem lhes ser simultâneas, anteriores ou posteriores. Na nossa análise do cenário político brasileiro na mídia, vemos uma articulação do que seriam duas práticas sociais: as crises política e econômica e as eleições de 2018. Esta é antecipada, mesmo de forma ainda tímida até o impeachment de Dilma Rousseff, e ganha força a partir do afastamento da petista e à derrocada política do Governo Temer, conforme vamos mostrar na análise.

A articulação na rede de práticas ocorre no plano simbólico do discurso e os momentos dessas práticas são moldados nessa relação contínua. As práticas têm três principais características, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22):

- a) São formas de produção da vida social em suas mais variadas instâncias: culturais, políticas etc.;
- b) Cada prática relaciona-se com uma rede de outras práticas, que as determinam internamente umas às outras;
- c) As práticas sempre têm uma dimensão reflexiva: as pessoas geram representações do que elas fazem como parte do que elas fazem.

Embora sejam principais, essas características não encerram as questões das práticas sociais, que se complexificam à medida que as relações se modificam. As conjunturas oferecem ao longo do tempo mudanças que alteram as relações entre as práticas, através da modificação de estruturas e dos eventos. Conjunturas, estruturas e eventos constituem uma tríade que provoca um movimento de encapsulamento relacional, embora seja dinâmico.

Por conjunturas, os autores entendem que são uma espécie de eventos em larga escala, projetos sociais específicos como campanhas, movimentos da industrialização, enfim, fatos macros. Por estruturas, Chouliaraki e Fairclough (1999) as definem como condições para a vida social, podendo ser transformadas de forma devagar. Eventos são, segundo eles, acontecimentos imediatos e ocasionais da vida social.

As conjunturas atravessam e conectam as estruturas e os eventos entre si e, portanto, elas são o elemento que sustenta e transforma as práticas. Fazendo uma analogia aos momentos políticos, tivemos, entre 2015 e 2017, as fases de investigação da Lava Jato, impeachment da então presidente Dilma Rousseff, denúncias contra o presidente Temer, entre outros eventos, tocados por discursos de crises econômica e política, uma conjuntura que impacta o social e também serviu de pano de fundo para as construções midiáticas, que refletiam, de formas variadas, o discurso do poder político daqueles momentos.

O discurso da crise mostra como as práticas têm um alcance amplo na vida das pessoas, nos mais variados setores: econômico, cultural, político etc. Bauman e Bordoni (2016) afirmam que a crise no mundo ocidental é permanente e indica uma mudança significativa que afeta o sistema social e econômico. Colocam a crise, ao mesmo tempo, como uma entidade abstrata a qual se atribui a razão de uma situação econômica ruim. Mas também concreta, porque afeta o sistema econômico, leia-se a inflação, os preços dos produtos, das *commodities*, as variações da bolsa de valores etc.

A crise, como os dicionários definem, é uma fase desfavorável na economia, marcada por recessão, inflação, desemprego e preços altos. Mas também é um momento de ruptura de um status para outro. Um momento de mudança. Bauman e Bordoni (2016) fazem uma crítica ao papel do Estado atualmente, bem diferente do passado. Hoje, segundo eles, o Estado não mais é aquele organismo que resolve os problemas e, sim, uma entidade que os provoca e não é mais capaz de encontrar soluções. Para os autores, há um divórcio entre poder e política, que torna o Estado incapaz de solucionar as crises.

A partir desse raciocínio, podemos perceber também uma construção discursiva em torno da crise, naturalizada principalmente pela grande mídia, que impregna o pensamento

coletivo e traduz uma espécie de cenário comum a todos. No entanto, esse dilema também contamina as estruturas sociais, que fazem parte desse universo atingido pelas crises. E esse quadro é também afetado pelo peso da influência da estrutura capitalista nas relações sociais porque estas incentivam o desejo de ter mais, de ser mais. Em um momento de crise, ou melhor, de recessão, inflação alta e desemprego, há um colapso dos valores consumistas em ter mais devido à necessidade de gastar menos, ou seja, indo de encontro justamente ao que é prometido como uma vida feliz.

Essa ideia alimenta vários campos discursivos além da mídia, como o discurso da publicidade e o próprio discurso do poder político, que utiliza o desejo comum de progredir no padrão de vida como capital de adesão de várias camadas da sociedade. Em relação à mídia, o objetivo é conseguir a adesão da audiência. Já os políticos visam o tempo todo ao eleitorado. Interessante também seria abordar que discurso o eleitorado constrói em relação à política e aos políticos. Se os veem como um cabedal de vantagens ou uma possibilidade de melhorar o sistema com menos corrupção. E os que exercem mandato político constroem também uma imagem do eleitorado, o que traz influências no plano discursivo construído pela classe de mandato público eleitoral.

A construção da imagem do outro, seja ele um eleitorado ou uma audiência para a mídia, é um processo ao qual são anexadas várias práticas sociais. Os indivíduos produzem e também estão imersos em várias práticas e, para dar esse sentido de amplitude, Chouliaraki e Fairclough (1999) chamam de práticas de produção, que afetam outras práticas. As práticas de produção da tecnologia, por exemplo, influem em recursos materiais e simbólicos, como plantas e minerais - no primeiro caso -, e fotografias e gêneros do discurso, no segundo caso. Outro aspecto importante é que as práticas são altamente reflexivas: constituem outras práticas e são constituídas por elas, como dizem Chouliaraki e Fairclough (1999):

As práticas relacionam-se como uma rede de práticas que se articulam e se influenciam constantemente. E a cada momento de articulações e internalizações transformam-se e reatualizam-se, submetendo-se às outras e por elas sendo submetidas em uma relação de poder e luta pelo poder nos mais diversos tipos de dominação (capitalismo, classes sociais, gênero etc.). (p. 23, tradução nossa).

Essas relações de poder funcionam a partir de relações de dominação em que há atores que se posicionam como agentes da dominação em detrimento de outros que são os que incorporam essa ação, não reagindo, ou reagindo e reatualizando-as. As práticas sociais são,

segundo ambos os autores, aparentes e reflexivas, que subjazem nos enunciados, e geralmente não ficam tão evidentes. Assunto é o tema do próximo item.

3.4.3 A aparência e reflexividade das práticas

A vida social é marcada por relações que interagem entre si tanto no plano material, do cotidiano, quanto no plano simbólico, do conhecimento. Há um movimento interativo entre teorização e prática, dizem Chouliaraki e Fairclough (1999), que atua no palco das lutas sociais, sustentando relações de dominação. E a questão ideológica tem um papel preponderante nesse panorama de influências.

As ideologias partem de uma perspectiva particular e instalam-se nas relações sociais. Para os autores, essa característica constrói práticas que respondem a projetos de dominação. As ideologias atuam em formas de dominação e estão a todo tempo funcionando a serviço da hegemonia, instituindo valores, conceitos etc.

Chama-nos atenção nesse aspecto o efeito hegemônico de ideologias que se sobressaem a outras e a inerência entre ideologia, controle e hegemonia. As ideologias atuam em uma rede de práticas sociais, construindo relações de poder, hegemônicas, mas também não supremas, porque a qualquer momento essas relações podem ser questionadas e modificadas total ou parcialmente. E é justamente essa relatividade no controle que torna as práticas sociais aparentemente regulares. Em outros termos, a última palavra nunca é a última em uma sociedade ocidental cuja dinâmica obedece a relações de quebra e construção de paradigmas o tempo todo.

Em qualquer evento socialmente organizado, há marcas de dominação, de dominados e também de reação ou tentativa de quebra de *status quo*. A mídia trabalha sob a perspectiva de reações da audiência e isso tem um peso ideológico e discursivo nos projetos de dominação do mercado jornalístico, embora não seja exposto porque há uma colonização subliminar de discursos de uma prática sobre discursos de outras. Os discursos, assim, atuam ideologicamente dentro das práticas. E as práticas têm também um componente teórico, construído no plano do discurso, também sujeito à ação ideológica. São interligadas, mas mantêm suas particularidades, como dizem Chouliaraki e Fairclough (1999): “os processos sociais são constituídos por práticas sociais e a atividade material é um momento da prática social” (tradução nossa, p. 29).

Portanto, práticas sociais - que incorporam atividades materiais - e discursos são componentes que precisam ser analisados em um estudo dando-lhes igual peso porque ambos relacionam-se e não são reduzíveis ao outro. A identificação dessas práticas e da relação ideológico-discursiva de dominação nos permite desconstruir o discurso aparentemente moldado para tentar conduzir a interpretação a um caminho dominante.

Um fator importante, para o qual os autores chamam atenção, é que as teorias, que contribuem para a formação dos discursos no plano simbólico, são, também, uma prática social. E as teorias agem em variados planos da vida social – cultural, econômico, político etc. Partilhamos do ponto de vista dos pesquisadores que a relação mantida entre as teorias e os campos da vida social, conseqüentemente, com outras práticas sociais são pontos de interesse com esses setores. As teorias mantêm uma relação dialética com as esferas sociais.

Somando-se às teorias, o discurso é uma das facetas das práticas sociais, que empreendem atividades produtivas das mais diversas classificações e organizam-se por meio da relação material, mas que são a todo tempo permeadas por construções discursivas alicerçadas no plano ideológico. Não temos dúvida de que tanto o resultado da ação dominadora dessas práticas, quanto a reação de grupos dominados é gestada no plano simbólico dos discursos.

Os discursos, portanto, são utilizados pelas práticas sociais, através das estruturas da sociedade organizada, como instrumentos de dominação, de reificação, de quebra de paradigmas, enfim, através deles o agir social se constrói, explicitam Chouliaraki e Fairclough (1999). E nesse processo de construção há subjacentes os projetos de dominação ou de reação. Quando refletem sobre essa perspectiva, os autores esclarecem, ponto pacífico também neste estudo, que os discursos não são apenas aqueles que se manifestam na linguagem verbal, mas também nas manifestações não-verbais. Nesses campos estão incluídos textos, imagens, gestos, músicas etc. Também consideramos o discurso, nesse sentido, uma forma múltipla de semioses.

Os discursos têm uma espécie de capacidade de cristalizar os sentidos porque, discutem os autores, internalizam o poder, a ideologia, a hegemonia. Todos esses elementos, observamos, não só permeiam os discursos, mas também os constituem e direcionam suas manifestações, deixando marcas visíveis, mas também invisíveis, ou aparentes. E que não resistem, embora em uma totalidade relativa, a um exame mais apurado de interpretação. Os discursos são, na essência, narrativas ideológicas.

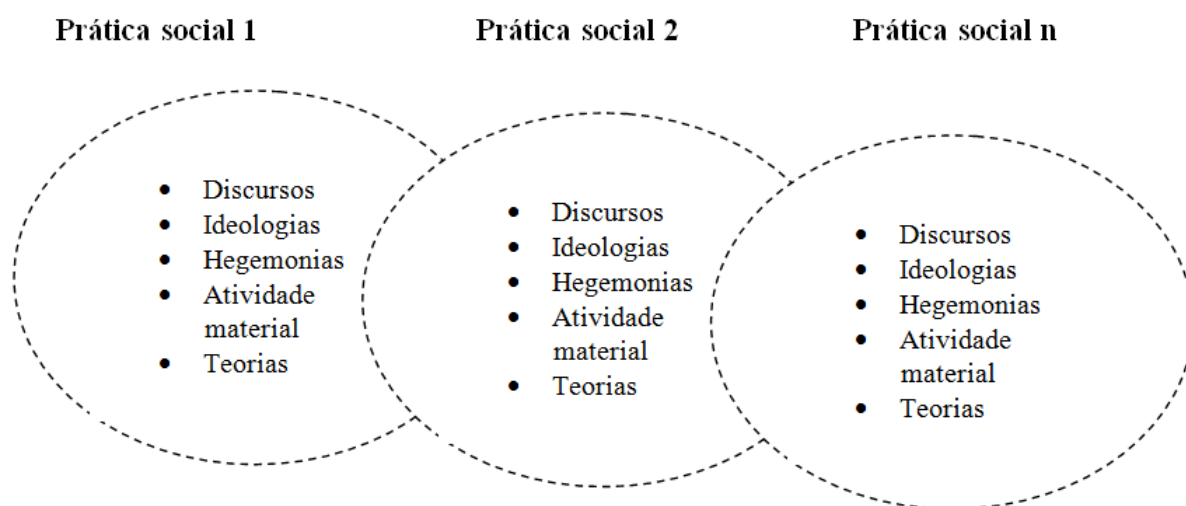
A maneira como a narrativa é feita traz as marcas de ideologias, poder e das estruturas hegemônicas a quais são filiadas. A mídia não escapa dessa ancoragem ideológica. As narrativas midiáticas carregam em si as marcas das práticas sociais, cujas bases são poder e a luta pelo controle social. A construção da narrativa midiática possibilita uma observação inicial de que a mídia opera em ciclos, oferecendo à audiência valores que podem mudar dependendo da realidade aparente que se apresente a partir dos acontecimentos.

Há, sob nossa percepção, uma espécie de *script* midiático nos chamados jornalões brasileiros⁵⁷ que naturalizam as situações de acordo com os fatos, sem buscar uma causa, ou uma possibilidade de reação a situações de dominação discursiva. Esse ponto de vista, que será discutido na análise do *corpus*, alimenta o objetivo central desse estudo, que é compreender como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica.

O exame das práticas sociais no plano do discurso, sem perder de vista os aspectos políticos ligados a esses discursos, contribui para uma ação emancipatória e empoderadora de entendimento e construção do conhecimento. Baseados em Chouliaraki e Fairclough (1999), propomos, agora, um diagrama representativo de como os elementos que compõem a vida social se relacionam, interferindo no cotidiano das pessoas e organizações as mais diversas. Este diagrama não está proposto pelos autores, mas é resultado de reflexões nossas com base no pensamento metodológico que norteia a Análise Crítica do Discurso e também será considerado na etapa de análise do *corpus*.

⁵⁷ Jornais tradicionais e de circulação nacional, como Folha de S. Paulo e outros do gênero.

Diagrama – Vida social



Trazendo as práticas sociais para o universo midiático, entendemos que há a relação intermitente entre essas práticas e cada uma delas também é constituída de discursos, ideologias, hegemonias, atividades materiais e teorias. Ou seja, há um mundo dentro de cada mundo das práticas sociais, que também se intercomunicam.

Por isso, no diagrama acima, os campos das práticas sociais são delimitados com efeito gráfico de pontilhamento e estabelecem intersecções, indicando a imbricação delas nas estruturas sociais diversas. No nosso entender e à luz das ideias de Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999), há uma infinidade de articulações ideológicas, discursivas e hegemônicas que podem ser identificadas à luz da análise tendo em vista o modelo tridimensional, juntamente com os outros elementos que a ele se somam.

Nos discursos, observamos os campos midiáticos e os campos discursivos com os quais a mídia se relaciona: cultural, político, social, econômico etc. Por atividade material entendemos, no nosso caso de estudo, a atividade da mídia e dos organismos que com a mesma interagem: o governo, a oposição, o Congresso Nacional, a voz das ruas e das redes sociais digitais etc. E colocamos no campo das teorias os aspectos linguísticos e semióticos que impregnam aos discursos as marcas hegemônicas e ideológicas dos enunciados.

Esse diagrama vem se somar ao modelo tridimensional de Análise Crítica do Discurso para o estudo do *corpus* em questão, no próximo capítulo. Consideraremos

integrantes da vida social esses diversos elementos já citados: discursos, ideologias, hegemonias, atividade material, teorias, além dos itens já discutidos anteriormente, a saber: a manipulação, a persuasão e o convencimento.

Todavia, é importante acentuar que esse processo crítico de descobertas de discursos não fecha todas as lacunas porque, como dizem os autores, o pesquisador também está inserido nesse mundo que analisa. Há uma reflexividade, portanto, epistêmica entre pesquisador e estruturas sociais nas quais aquele está imerso de forma inescapável.

Entender o projeto de dominação nos coloca em uma aparente completude de análise. Na verdade, essa análise é relativa porque estamos mergulhados em uma mesma estrutura social e, embora com os olhos voltados para elementos mais profundos, o olhar é contemporâneo de relações marcadas por desigualdades, igualdades e tentativas de dominação. Mas, mesmo sob o risco inexorável da incompletude, as análises de uma tendência social sempre descortinam parte dos véus. Ou cria mais perguntas para o descerrar de outras cortinas.

4. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e abordagem documental e investiga, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), manchetes de capa de jornais relativas às crises política e econômica. Foram selecionadas para o *corpus* as manchetes de dois jornais de circulação em todo o Brasil – Folha de S. Paulo e O Globo – e de um jornal do estado de Pernambuco – Jornal do Commercio. A razão da escolha desses três veículos de comunicação para extrairmos os corpora está ligada ao fato de, no período da pesquisa, estarem melhor posicionados no ranking da Associação Nacional de Jornais (ANJ) em relação ao número de exemplares das versões impressas.

Segundo dados mais recentes da ANJ⁵⁸, de 2015, o jornal O Globo (Rio de Janeiro) ocupava o segundo lugar no ranking da ANJ, com a média de 193.079 exemplares por mês naquele ano. A Folha de S. Paulo (São Paulo) estava em terceiro lugar, com 189.254 de jornais circulantes no mesmo período.

Ambos são jornais, portanto, de grande circulação nacional. Só perdem, em termos de circulação, para o Supernotícia, de Minas Gerais, que é um jornal de perfil popular, com 249.297 de exemplares mensais em média. O Jornal do Commercio (Pernambuco) é o jornal local que ocupava melhor posição no ranking da ANJ: estava em 25º lugar em circulação paga – venda avulsa e assinaturas -, com 34.663 exemplares por mês, em média, também no ano de 2017.

Como, nacionalmente, o jornal O Estado de São Paulo e, em Pernambuco, os jornais Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, têm também representatividade jornalística, escolhemos como critério de escolha o posicionamento na classificação da ANJ, que é o órgão colegiado que representa os jornais brasileiros no mercado de mídia.

Essa instituição extrai os dados de circulação impressa dos jornais a partir dos relatórios do Instituto Verificador de Circulação (IVC), que certifica as métricas dos veículos tanto na versão impressa e digital. Os relatórios do IVC são publicados anualmente e só os clientes pagos têm acesso aos números. Por essa razão, obtivemos os números a partir das informações coletadas da ANJ, que também é cliente desse órgão.

Para o estudo consideramos o *corpus* da seguinte forma:

58 Disponíveis em: <https://goo.gl/EiHWKk>.

- **Corpus ampliado:** manchetes políticas de capa dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio entre janeiro de 2015 e abril de 2018.

- **Corpus restrito:** manchetes selecionadas a partir do *corpus* ampliado para a análise propriamente dita. Foram coletadas 190 enunciados do gênero.

O *corpus* ampliado deste trabalho significa a totalidade das manchetes de natureza política entre janeiro de 2015 e abril de 2018. Esse intervalo foi seccionado por conter, de acordo com nossa avaliação e baseados na visão de conjuntura social, em Chouliaraki e Fairclough (1999), episódios decisivos na vida política brasileira, a saber: (a) Segundo mandato da presidente Dilma Rousseff; (b) Desencadeamento das crises política e econômica; (c) Impeachment de Dilma; (d) Governo do presidente Temer; (e) Prisão do ex-presidente Lula.

A análise ocorreu a partir das versões digitalizadas das edições impressas dos jornais porque dessa forma obtivemos maior praticidade e precisão na coleta de dados do que seria se examinássemos as edições em papel. Dessa forma, consideramos o *corpus* ampliado todos os assuntos relacionados aos itens (a), (b), (c), (d) e (e). Esses itens, mais tarde, transformaram-se nos momentos em que foi dividida a análise, como explicaremos adiante. Não utilizamos todas as manchetes desse período para exposição da análise no estudo porque sua extensão inviabilizaria a leitura no prazo estabelecido.

Para resolvermos esse obstáculo, dividimos, sob o olhar da conjuntura social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) os momentos das crises política e econômica pelas quais passava o país e, em seguida, seccionamos o *corpus* de acordo com cada momento, a saber:

Momentos da análise do *corpus*:

Momento 1 - Início do segundo mandato do Governo Dilma

Momento 2 - Agravamento da crise do Governo Dilma

Momento 3 – Lula no foco da crise; impeachment de Dilma; início da crise no Governo Temer.

Momento 4 - Crise no Governo Temer; primeira denúncia contra Temer, segunda denúncia contra Temer, prisão de Lula.

Foi coletado um total de 190 manchetes principais, entre os três jornais, divididas entre cada momento acima. O critério de seleção baseou-se nos fatos centrais diretamente relacionados aos momentos. Assim, foi coletada para análise detalhada e também conjuntural a seguinte quantidade de manchetes para cada momento:

Momento 1 – 24 manchetes

Momento 2 – 39 manchetes

Momento 3 – 74 manchetes

Momento 4 – 53 manchetes

Ressaltamos que o número de manchetes coletadas não foi planejado e, sim, resultado da observação, análise e seleção, à luz da teoria apresentada, dos enunciados. O estudo das manchetes de capa debruçou-se sobre o material verbal e o não verbal, com base nas categorias discutidas no capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso). Descartamos amostras que tinham o mesmo valor de conteúdo a fim da análise não ficar repetitiva e procuramos extrair sempre um elemento novo à medida que os exames avançavam.

Também não consideramos as manchetes cujas notícias apenas remetiam a uma continuidade do acontecimento principal. Esses foram os nossos critérios de exclusão. No entanto, as manchetes que não integraram o *corpus* restrito também subsidiaram o estudo do todo para a confirmação das nossas reflexões.

Os critérios de inclusão foram enunciados que trouxessem como manchete de capa do jornal o primeiro fato novo relacionado a cada momento e, entre esse conjunto, priorizamos manchetes cuja apresentação na primeira página contivesse fotografias dos personagens da notícia, infográficos, caricaturas etc, enfim, elementos visuais que contribuíram para confirmação ou não das nossas observações. No entanto, também houve, no decorrer da seleção, a identificação de manchetes que não tinham todos esses elementos, mas integraram a análise tendo em vista o peso ideológico impregnado nos enunciados.

Apesar de estarem divididos, esses momentos se intercomunicam porque a análise efetiva deles não foi simultânea aos eventos e, sim, realizada a partir da observação dos mesmos interrelacionando-os aos fatos que o sucederam. Percebemos que esse posicionamento temporal a posteriori da análise contribuiu para uma avaliação contextualizada dos fatos, fazendo com que estes se interconectem discursiva e ideologicamente. Por conta disso, procuramos fazer sempre uma ponte com os fatos

posteriores ao momento analisado para que uma compreensão mais contextualizada dos movimentos subliminares da mídia.

A teoria de base para essa investigação é a Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo Fairclough (1992, 1995, 2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999) como principais alicerces teóricos, somando-se a Charaudeau (2006, 2010, 2011) na construção dos pilares da fundamentação e da análise das amostras. Na ACD, o modelo tridimensional de Fairclough (2001) nos permite uma abordagem textual, discursiva e social do objeto em estudo.

Definidos os quatro momentos de análise, sistematizamos as categorias que nos jogariam luz ao processo de investigação. Como dissemos anteriormente, a base teórica foi a ACD e recorremos ao modelo tridimensional para iniciar o trabalho de estudo. Fizemos: (a) análise da prática social vigente; (b) definimos os momentos da conjuntura política entre 2015 e 2018; (c) discutimos com base nas categorias teóricas elencadas no item ‘a’ as manchetes de capa de jornais entre 2015 e 2018. Sistematizando esse método, temos os seguintes movimentos de análise e breve descrição de cada um deles:

Movimentos de análise

Movimento 1 – Análise da prática social a partir da conjuntura político-econômica do País entre 2015 e 2018

Analizamos, à luz da prática social compreendida por Fairclough (2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999), como as estruturas hegemônicas relativamente instáveis relacionaram-se entre si sob o panorama da crise política, gerada através dos efeitos da Operação Lava Jato, e da crise econômica, com a reverberação midiática sobre os aspectos negativos da economia como queda do Produto Interno Bruto (PIB) e desemprego.

Nessa fase, identificamos e discutimos as hegemonias vigentes, os discursos, as atividades materiais empreendidas, as ideologias e as teorias envolvidas nesse cenário. Em seguida, estabelecemos um quadro sistematizado desses elementos, que foram aplicados no momento de interpretação das manchetes de capas dos jornais selecionados para o estudo. O quadro segue a seguir:

Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais: - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula	Discursos: - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade	Hegemonias: - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais	Ideologias: - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento	Teorias: - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)

Ainda nesse movimento, utilizamos o dispositivo de *encenação narrativa*, adaptando-o para a investigação da ação midiática dentro de uma situação de comunicação:



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

Movimento 2 – Momentos da conjuntura político-econômica do Brasil entre 2015 e 2018

Nesse movimento, estabelecemos, a partir da conjuntura social discutida no movimento 1, como entendemos e dividimos os momentos da situação político-econômica do País. Esse movimento, consideramos, é sistemático e necessário para o próximo passo, que é a seleção e análise dos enunciados jornalísticos de primeira página, as manchetes de capa de jornais. Assim, os momentos da conjuntura foram estabelecidos e padronizados da seguinte forma:

Momento 1 (M1) – Início do segundo mandato do Governo Dilma

Momento 2 (M2) – Agravamento da crise do Governo Dilma

Momento 3 (M3) – Lula no foco da crise; impeachment de Dilma

Momento 4 (M4) – Temer e Lula no foco

Sequenciando o estudo, demos início às análises das manchetes de capa de jornais sob os primas linguístico, discursivo e social no movimento seguinte.

Movimento 3– Discussão sobre os enunciados midiáticos do período entre 2015 e 2018

Nessa terceira e última fase, pusemo-nos a investigar, em cada um dos quatro momentos, os enunciados referentes aos fatos políticos relacionados direta ou indiretamente ao noticiário sobre impeachment, crises política e econômica, escândalos etc. Seccionamos dessa forma para que tenhamos uma amostra global do noticiário e que atenda ao objetivo desse estudo, que é compreender como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica.

Expomos os enunciados selecionados em tabelas, dividindo-os entre cada jornal do escopo, e demos sequência à análise, sempre alicerçadas nos aspectos linguístico, discursivo e social dos enunciados. Utilizamos como base principal a ACD, com a eficaz e essencial contribuição do dispositivo de *encenação narrativa*, de Charaudeau (2010), e as cinco formas de formas em que a ideologia opera na construção simbólica de representações: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (THOMPSON, 2011).

O estudo tem fins analíticos e heurísticos, uma vez que se propõe a detalhar, com base nas teorias específicas e amostras, o funcionamento do seu objeto, que são os assuntos das crises política e econômica na mídia. Também tem um caráter explicativo já que, em decorrência da própria natureza da investigação, vai ainda fornecer reflexões sobre as prováveis causas do comportamento midiático.

Essa pesquisa, pela caracterização do seu *corpus*, possui um caráter de constante construção, uma vez que os acontecimentos políticos não param. No entanto, as análises constituem, no seu todo, um caminho a percorrer para a compreensão de acontecimentos vindouros, uma vez que os fatos políticos e econômicos estão, como nos mostra a história, correlacionados inexoravelmente.

5. O SCRIPT MIDIÁTICO: UMA ANÁLISE

Esta seção apresenta a análise do *corpus* selecionado para o trabalho, cujas amostras foram reunidas a partir das manchetes de capa de jornais sobre as crises política e econômica. Foram analisados os enunciados dos jornais: Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio no período entre janeiro de 2015 e abril de 2018, que compreende, respectivamente, do início do primeiro mandato da então presidente Dilma Rousseff ao último ano de mandato do presidente Michel Temer, estabelecendo como final da coleta a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018.

Esse período englobou fatos políticos relevantes, como a sucessão de escândalos resultantes da Operação Lava Jato, a crise política do Governo Dilma, a crise econômica do País, o impeachment de Dilma e a prisão do ex-presidente. Analisamos manchetes da Folha de S. Paulo, de O Globo e Jornal do Commercio.

O trabalho de análise parte da prática social para o texto, utilizando o enquadre metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999) quanto aos momentos da prática e, na sequência, como essa prática constitui os enunciados produzidos pela mídia. Vamos, portanto: (a) analisar a prática social a partir da conjuntura político-econômica do País entre 2014 e 2018⁵⁹ e sua aderência pela mídia; (b) estabelecer, a partir dessa contextualização, os momentos dessa conjuntura político-econômica do Brasil entre 2015 e 2018 e, (c) discutir como os enunciados midiáticos do período dos momentos da conjuntura entre 2015 e 2018⁶⁰ são constituídos pela prática social.

Essa subdivisão na análise é necessária porque articularemos a observação dos enunciados a partir de um movimento de interpretação tridimensional do discurso, segundo os pilares da ACD, para compreender como os jornais analisados articulam sentidos sociais, discursivos e linguísticos nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica.

Compreendemos que, ao iniciarmos o estudo a partir da prática social, isto nos coloca em uma perspectiva de entendimento sobre os elementos que integram a conjuntura, da qual a mídia faz parte. Ao refletirmos sobre o funcionamento desse panorama enquanto prática

59 Começamos a contextualização em 2014 e a análise das amostras em 2015 porque foi naquele ano que iniciou a Operação Lava Jato, cuja intensificação, atingindo políticos e empreiteiros, ocorreu a partir de 2015, juntamente com o segundo mandato de Dilma Rousseff.

60 A pesquisa do corpus ocorreu até abril de 2018.

social, conseguimos observar nos textos, ou seja, nas manchetes de capa, as conexões discursivas, sociais e ideológicas dos enunciados.

Compreendemos também que as práticas sociais, formas de produção da vida social em vários setores (culturais, políticos, econômicos etc.), agem nas circunstâncias das estruturas sociais e imprimem marcas nos discursos através das práticas discursivas empreendidas por organismos de diversas categorias (mídia, governo, escola, igreja etc.). Na ACD, essas práticas discursivas e sociais constituem os textos.

Esses organismos agem de forma hegemonicamente instável, uma vez que estão a todo tempo passíveis de enfrentamento. Essa abordagem da prática social, discutida por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001), também vai direcionar a análise norteadora da nossa visão sobre a prática social da conjuntura político-econômica do País entre 2015 e 2018.

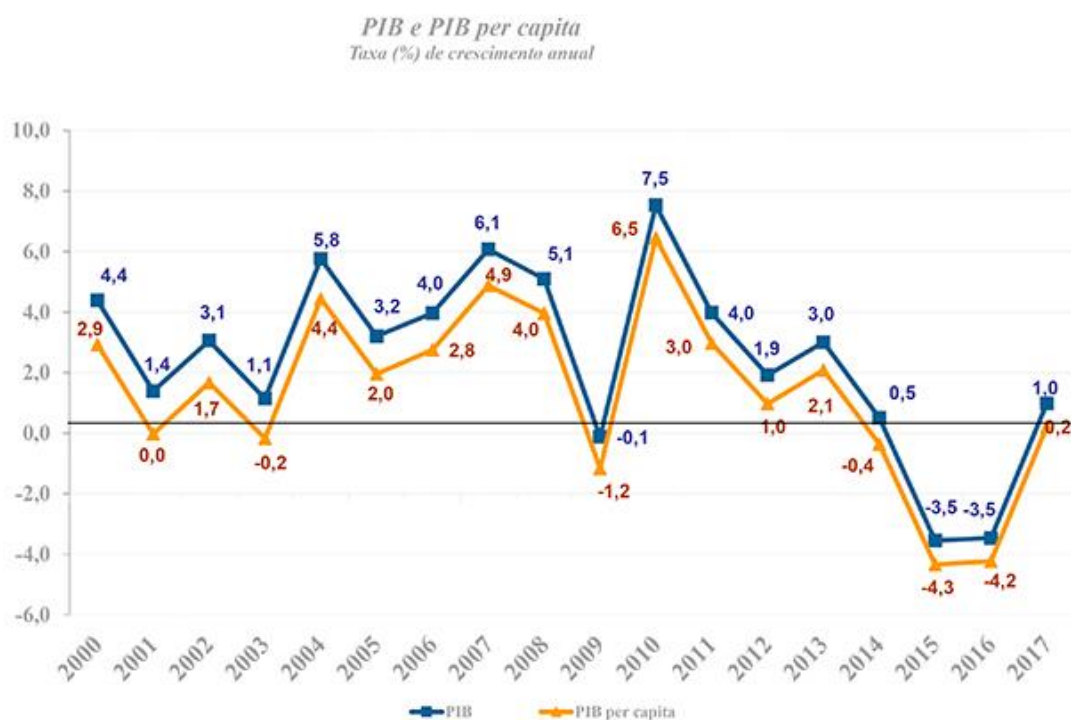
a) Análise da prática social a partir da conjuntura político-econômica do País entre 2015 e 2018

As estruturas hegemônicas coexistem nas estruturas sociais, exercendo, ao mesmo tempo, domínio e possibilidade de questionamento, uma vez que são também instáveis. As práticas sociais agem, portanto, a partir da combinação desses elementos nas manifestações do discurso, sob variadas formas e gêneros (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O discurso é socialmente constituído e, por isso, reflete nos textos o que existe na prática social.

A mídia opera articulando-se com vários discursos e práticas sociais. No *corpus* analisado, observamos que os organismos jornalísticos atuaram fazendo parte da prática social das crises política e econômica, reificando e naturalizando (THOMPSON, 2011) as leituras dos fatos que aderiram a essa prática. A prática social conjuntural das crises política e econômica, na questão do embate Governo x Congresso, queda no PIB, aumento de desemprego, por exemplo, ganhou representatividade com a manifestação midiática, palco principal dos acontecimentos produzidos por essas conjunturas. A prática social que anunciava a crise atuava e atua hegemonicamente através da mídia, que dela é reprodutora.

Entre os anos de 2015 e 2018, o Brasil passou por um período de escândalos políticos, grave crise econômica e, conseqüentemente, uma forte recessão e desemprego. Cenário esse que ganhou na mídia o seu principal lugar de irradiação e naturalização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) teve um

grande crescimento econômico em 2010, registrando 7,5% positivos e, a partir daí, sofreu sucessivas quedas.



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://goo.gl/q2CsrE>

Em 2014, o PIB bateu 0,5% e em 2015 e 2016 ficou negativo, alcançando – 3,5% em ambos os períodos. O panorama social do País iniciava, a partir de 2014, uma fase de ebulição, desencadeada pelas denúncias de corrupção a partir da Operação Lava Jato, que foi deflagrada em março daquele ano e intensificada a partir de 2015, no início do segundo mandato do Governo Dilma Rousseff (PT).

Dessa época em diante, o País passou por uma fase em que o noticiário midiático reproduzia as fases da Lava Jato, cujas ações aconteciam praticamente todo mês, com várias repercussões e desdobramentos⁶¹. A Operação Lava Jato teve início em março de 2014. Durante aquele ano, houve a prisão de doleiros, dos ex-diretores da Petrobras, Paulo Roberto Costa e Renato Duque, além de executivos de grandes empreiteiras e outras pessoas ligadas ao esquema de desvio e lavagem de dinheiro, que tinham na estatal a grande fonte de evasão de recursos públicos.

61 Durante a análise do corpus, a Lava Jato contabilizava, até março de 2018, 48 fases. Fonte: Polícia Federal.

Em 2015, os desdobramentos da operação continuaram atingindo ex-diretores da Petrobras, além de ex- parlamentares, membros de partidos políticos, executivos. Também em 2015, no mês de junho, foi preso o empresário Marcelo Odebrecht, herdeiro da Odebrecht, companhia da qual irradiou o esquema fraudulento de pagamentos com somas altas e desvios de dinheiro. Em 2015, iniciava o segundo mandato da então presidente Dilma Rousseff.

Em 2016, entre as prisões realizadas pela Polícia Federal, estão a do marqueteiro das campanhas de Lula e Dilma, João Santana, e da mulher, Mônica Moura, em fevereiro. Houve, em março, a execução de mandados de busca e apreensão na casa do ex-presidente Lula, que foi alvo de condução coercitiva. Foi também em 2016 a prisão do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB), do ex-governador do Rio, Sérgio Cabral. Ex-ministros do governo do petista também chegaram a ser presos⁶². Em 2016, ocorreu o impeachment da ex-presidente Dilma.

A operação em 2017 teve como destaques as prisões do ex-presidente da Petrobras, Aldemir Bendine (julho), e do ex-ministro e ex-deputado Geddel Vieira Lima (setembro). Um fato que ocorreu em 2017 com ampla repercussão nacional nos planos político e econômico foram as prisões dos empresários Joesley e Wesley Batista. No entanto, os donos da JBS não foram presos na Lava Jato e sim por suspeita de lucro ilegal no mercado financeiro. Em julho de 2017, o juiz Sérgio Moro condenou o ex-presidente Lula a 9 anos e seis meses de prisão em regime fechado pela acusação de corrupção e lavagem de dinheiro na compra de um triplex no Guarujá (SP). Em 7 de abril de 2018, o petista foi preso por conta desse processo.

Além das sucessivas informações sobre desvio de dinheiro da Petrobras, assistiu-se ao crescimento do desemprego, que chegou a atingir 9,1 milhões de pessoas em 2015, 11,7 milhões em 2016 e 13,23 milhões em 2017, também de acordo com levantamento do IBGE. Um aumento contínuo, com sérias repercussões sociais enfrentadas pelas famílias. Essas conjunturas políticas, econômicas e sociais, foram tratadas ostensivamente pelos organismos midiáticos e são o elemento catalisador de práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) da mídia quanto à articulação e divulgação do noticiário referente às crises política e econômica.

A articulação midiática desses tipos de noticiário ganhou espaço na agenda jornalística de forma tal que os noticiários das TVs, jornais, rádios, internet produzidos pelos veículos chamados tradicionais pareciam repetir-se, tamanha a convergência da forma de abordagem dos assuntos. A partir de 2015, o País entrava em uma espécie de tempestade econômica, uma vez que, como mostrado acima, o PIB atingia um patamar negativo,

62 Guido Mantega e José Dirceu, em setembro de 2016.

agudizando um forte período de recessão. Começava também naquele ano o segundo mandato de Dilma Rousseff e a Operação Lava Jato, iniciada há quase um ano, avançava nas investigações.

Retomando a discussão sobre a Vida Social, apresentada no capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso), e adaptando-o a esse panorama político-econômico, podemos avaliar que a Vida Social, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999) interpretam, é permeada por práticas sociais que formam as estruturas sociais e seus consequentes efeitos em vários setores da vida social. No caso da crise político-econômica sob a ótica midiática, refletimos que atua a partir desse nicho uma prática social de naturalização ideológica da crise, tanto política quanto econômica, catalisada pela mídia como uma crise inexorável, consequente e até mesmo necessária, diante dos vários escândalos de corrupção emergidos durante a Operação Lava Jato.

As crises passaram a figurar como grande pano de fundo da prática social na qual foi mergulhado o País, em uma arena de luta na qual as vozes contrárias, dos protestos das ruas, foram, após algum tempo, arrefecendo no sentido de se exporem exteriormente, mas sempre estiveram e estão lá na arena, como discursos refratários e convergentes ainda em gestação, aguardando as eleições de 2018 para novamente assumirem posições. Procuramos situar esse cenário no diagrama abaixo:



Como atividades materiais, encontramos na Operação Lava Jato uma entidade que protagonizou diante da sociedade e significou, para os jornais analisados, um manancial de narrativas. Prisões, descobertas de desvios de dinheiro, delações premiadas, mandados de busca e apreensão, enfim, ações inscritas no discurso do combate à corrupção.

A Polícia Federal (PF) atuou como um organismo hegemônico no trabalho de investigação e foi constituída por uma ideologia de legitimação (THOMPSON, 2011), o que lhe conferiu a função de atender, com aparente credibilidade, aos interesses da sociedade brasileira, em cada operação através da qual os seus resultados eram irradiados pela mídia, operando em uma dinâmica pendular entre a dramatização – com exibição de presos algemados - e a confiabilidade, ancorando-se também sob a inscrição do cumprimento do dever.

Essa atuação da PF ganhou força na mídia, que também situamos no campo das hegemonias. Os órgãos midiáticos atribuíram à Polícia Federal uma identidade aparentemente hegemônica de símbolo invencível da proteção do patrimônio público e punição aos seus dilapidadores. Característica que tem na unificação outra concepção ideológica de Thompson (2011), um carimbo que impregna ao ator da ação, no caso a PF, uma dominação aceita por todos porque atua sob o manto discursivo do combate à corrupção.

Paralelamente à Operação Lava Jato, desdobraram-se também outros acontecimentos que foram efeitos do temporal político que assolava o Brasil. O primeiro ano da operação – 2014 – foi também o último ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. O PIB, um dos principais indicadores do andamento da economia, caiu para 0,5%, bem distante dos 3% alcançados em 2013, conforme o IBGE. Além desse fator, o governo Dilma em 2014 já tinha uma relação bastante difícil com o Congresso Nacional, cujos parlamentares cobravam uma relação mais próxima com o Planalto. Esse assunto foi tema de várias análises na mídia.

A petista rumou para o segundo mandato com uma vitória não muito larga. Dilma Rousseff obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do segundo colocado, Aécio Neves (PSDB), no segundo turno das eleições de 2014⁶³. Na vitória do primeiro mandato, a petista alcançou uma margem maior: 56,05% contra 43,95% do também tucano José Serra⁶⁴. Além disso, ela contava com uma base aliada menor na segunda eleição, de acordo com o Portal Câmara. O PT permanecia o maior partido na Câmara dos Deputados, mas com 69 deputados, 18 a menos do que no primeiro mandato.

De acordo com a reportagem do site do Portal Câmara, a petista precisaria fazer um governo de mais diálogo e teria maior dependência dos outros partidos para aprovar os projetos.⁶⁵ Em 2015, contaria com mais um evento adverso, que foi a eleição do então deputado Eduardo Cunha (PMDB) para a presidência da Câmara, que mais tarde viria a romper com o Planalto e aceitar o pedido de impeachment contra a presidente.

Enquanto isso, a Lava Jato avançava, e figurava junto ao embate de forças políticas em Brasília, na capa dos jornais. A mira da PF sobre o ex-presidente Lula ganhou força a partir dos mandados de busca e apreensão realizados na casa do petista, em março de 2016, mês em que também chegou a ser alvo de um mandato de condução coercitiva expedido pelo juiz Sérgio Moro. A partir desse momento, os jornais analisados operaram em ciclos de mediatização dos seguintes acontecimentos, que são as atividades materiais da prática social, fazendo alusão à Chouliaraki e Fairclough (1999):

63 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://goo.gl/HZBy59>.

64 Idem. Disponível em: <https://goo.gl/Ymsi5R>.

65 Matéria disponível em: <https://goo.gl/SLd4cs>.

Atividades materiais:

- Operação Lava Jato
- Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha
- Investigação contra Lula
- Impeachment de Dilma
- Governo Temer
- Prisão de Lula

Após o impeachment de Dilma, assume Temer e após um curto período de governo já se torna alvo de escândalos primeiramente com as gravações de um ex-diretor da Petrobras e alguns parlamentares, que estavam, inclusive, ocupando pastas ministeriais. O episódio gerou desdobramentos no plano político e econômico, uma vez que o País ainda estava no centro de um cenário político instável. Houve saídas de ministros, gravações com o empresário da J&F, Joesley Batista, duas denúncias contra Temer barradas no Congresso Nacional, entre outros vários acontecimentos que deram continuidade às crises política e econômica do País.

Paralelamente ao Governo Temer, as investidas da Operação Lava Jato se voltaram principalmente para o ex-presidente Lula, que foi condenado em primeira e segunda instâncias por corrupção e lavagem de dinheiro sob a acusação de ter recebido como propina um imóvel no Guarujá, com recursos desviados da Petrobras através de contratos com a empreiteira OAS. O foco em Lula alcançou o seu ápice em abril de 2018, quando foi preso pela Polícia Federal, após uma vigília que durou dois dias no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Os discursos, afirma Fairclough (2001), refletem a prática social da qual fazem parte. E os enunciados explorados pela mídia sobre a crise no Governo Temer e as investigações contra Lula ocorreram a partir da utilização das atividades materiais (Operação Lava Jato; Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha; investigação contra Lula; impeachment de Dilma; Governo Temer e prisão de Lula) como pano de fundo para a sistematização de uma realidade construída sob o prisma ideológico da naturalização. São vários discursos midiáticos que se articulam sob a égide da prática social das crises política e econômica. Elencamos alguns que utilizamos na nossa análise, o que não exclui outros diferentes pontos de vista:

Discursos:

- Discurso jornalístico
- Discurso de combate à corrupção
- Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista
- Discurso da moralidade

Os discursos observados a partir dos movimentos de rua chamaram nossa atenção para o que se estava construindo de imagem em relação à classe política. A pauta original da convocação dos protestos de junho de 2013 foi o aumento das passagens de ônibus, mas acabou sendo também palco de manifestações relativas a temas difusos. Houve bandeiras contra a corrupção, contra os políticos e os governos. E também vozes que pediam escolas, segurança e educação de qualidade. Esses movimentos, chamados Jornadas de Junho, deram início a uma fase de contestação das ruas contra o Governo Dilma e tiveram efeitos até 2018.

Em março de 2014, um movimento chamado “Marcha da Família” percorreu as ruas do centro de São Paulo, pedindo a volta dos militares ao poder. A intenção do movimento foi reeditar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que foi realizada no dia 19 de março de 1964, com viés anticomunista e de apoio aos militares.

As manifestações também chegaram a Brasília, quando, em 17 de junho de 2013, uma multidão invadiu prédios do Congresso Federal. Em 24 de maio de 2017, já no Governo Temer, outro protesto também mirou a capital federal, atingindo vários ministérios. A revolta contra a classe política tradicional crescia.

Quanto às hegemonias, analisamos que há um conjunto de organismos hegemônicos que detêm o poder de forma cíclica porque são relativamente instáveis. Ora, um se sobrepõe, ora outro. Relacionam-se hegemonicamente na prática social:

Hegemonias relativamente instáveis:

- Governo Federal
- Polícia Federal
- Poder Judiciário
- Congresso Nacional
- Mídia
- Redes sociais digitais

Com base em Thompson (2011) e Fairclough (1995), situamos o entendimento das ideologias como narrativas que impregnam sentidos naturalizantes aos discursos. E também exercem sobre a sociedade um poder relativo de uma classe dominante sobre outra menos empoderada. As hegemonias citadas acima (Governo Federal, Polícia Federal, Poder Judiciário, Congresso Nacional, mídia tradicional, redes sociais digitais) detêm relativamente o poder umas sobre as outras, oscilando a capacidade de domínio no caminhar dos acontecimentos produzidos pelas atividades materiais.

Essas hegemonias trabalham discursivamente para se sobreporem às demais, em uma arena constante de lutas, cujas batalhas são construídas e transmitidas pela mídia. Os organismos hegemônicos atuam ideologicamente através de modos naturalizantes de manipulação e persuasão exercendo nos discursos características que escondem as assimetrias de poder (*democratização*); que usam os discursos como mercadorias para consumo (*comodificação*) e utilizam discursos paralelos de detentores do saber para angariar credibilidade (*tecnologização*).

Essa classificação de Fairclough (2001) dos modos ideológicos de naturalização dos discursos nos dá a possibilidade de situar a mídia, foco principal do nosso estudo, como uma entidade hegemonicamente instável, porém é a única, avaliamos, dos organismos hegemônicos, com capacidade de se equilibrar nessa arena de lutas sob o manto da narrativa dos acontecimentos. Ao agirem sob essas práticas naturalizantes, aderem também ao que Charaudeau (2011) chama de *essencialização* e *singularização*.

Na *essencialização*, a mídia, ao focalizar os acontecimentos produzidos pelas hegemonias (Polícia Federal, Governo Federal etc.), alimenta discursos que oscilam em determinados momentos sem um viés de ruptura desses discursos, evitando, assim, a multiplicação de outros sentidos. E essa ação encontra apoio no seu complemento naturalizante, a *singularização*, anexando discursos orbitantes em torno das atividades materiais como os únicos possíveis de circularem devido aos fatos expostos diariamente.

Esses instrumentos são articulados pelos organismos dominantes com o objetivo de ganhar adesão da audiência (PERELMAN; TYTECA, 2005). E nessa articulação agem mais dois mecanismos manipulativos: a persuasão e o convencimento. Desse modo, a mídia, enquanto um dos organismos hegemônicos, oferece um modo de refletir a realidade democratizando os discursos, tornando-os críveis e objetos de consumo através de uma argumentação instrumentalizada pelo insumo da credibilidade jornalística. Essa atitude persuasiva contribui para o convencimento ou tentativa de convencimento de que a realidade

midiatizada dos fatos é a única possível. Assim, situamos a ação ideológica através dos mecanismos seguintes:

Ideologias:

- Democratização, comodificação e tecnologização do discurso
- Essencialização e singularização
- Persuasão e convencimento

No tocante às teorias, refletimos que os organismos hegemônicos, como a mídia, imprimem aos discursos aspectos linguísticos que trazem marcas ideológicas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Os assuntos das crises política e econômica foram articulados entre si sob uma forma complexa de intertextualidade no âmbito dos discursos. Notícias sobre a economia refletiam-se na política e vice-versa, em um ciclo de retroalimentação que ganhou força e focalização na seara midiática. Como teorias constituídas na prática social das crises política e econômica elencamos itens ligados ao texto, mas que ganham amplitude ao perpassarem os discursos:

Teorias:

- Modelo tridimensional da Análise Crítica do Discurso
- * Intertextualidade
- * Transitividade
- * Formas e vozes verbais
- * Coesão e coerência (seleção lexical e repetição de palavras)
- Encenação narrativa (CHARAUDEAU, 2010)
- Formas de atuação ideológica (THOMPSON, 2011)

Após essa reflexão, representamos na tabela abaixo a prática social⁶⁶ e seus elementos, que serão considerados ao longo do processo de análise dos enunciados, que vão englobar, como dissemos na metodologia, os aspectos sociais, discursivos e linguísticos, em uma abordagem simultânea:

⁶⁶ Para mais detalhes, ver capítulo 5, item (a) Análise da prática social a partir da conjuntura político-econômica do País entre 2015 e 2018.

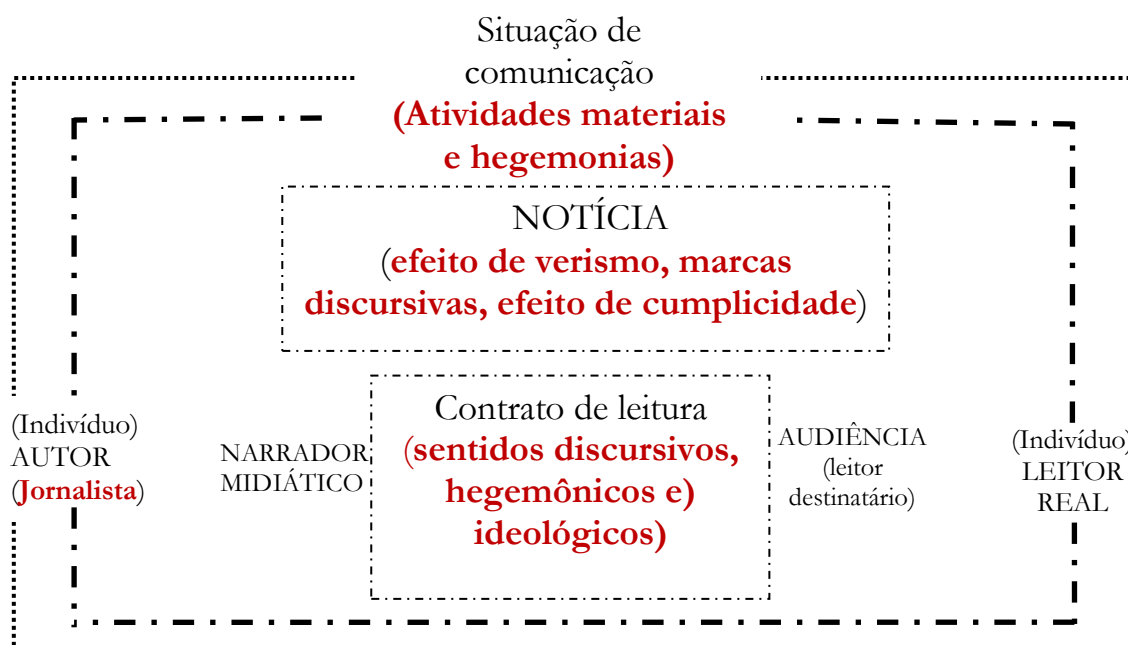
Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais: - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula	Discursos: - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade	Hegemonias: - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais	Ideologias: - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento	Teorias: - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)

Ao situarmos esse panorama dentro das questões invocadas pela prática social, observamos que a mídia, como é de sua característica, trabalha com movimentos discursivos ancorados na encenação da notícia. Esse agir midiático é debatido por Charaudeau (2010) ao refletir sobre o processo que denominou de *encenação narrativa*. O autor desenvolveu um instrumento de análise que se alinha ao modelo tridimensional do discurso de Fairclough (2001) porque ambos situam e analisam os discursos durante o seu processo de produção, distribuição e consumo.

Retomando esse dispositivo tratado no capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso) e adaptando à nossa análise da prática social sobre as crises política e econômica, percebemos que a mídia não só integra a prática social, mas opera a partir desta de forma relativamente hegemônica porque é alimentada discursivamente pelas atividades materiais e também retroalimenta essas atividades na divulgação, interpretação e articulação dos fatos políticos e econômicos.

Dizemos relativamente porque essa hegemonia, como diz Fairclough (2001), não é absoluta, uma vez que a mídia também está constituída por esses fatos e age sob o objetivo da conquista da audiência. A observação dessa conjuntura será feita nos enunciados jornalísticos, os quais serão confrontados com as teorias propostas nessa análise, através de categorias linguísticas e discursivas elencadas na tabela acima.

Utilizaremos agora o dispositivo da *encenação narrativa*, adaptado de Charaudeau (2010), para situarmos, no nosso ponto de vista e sob à luz do modelo de análise da prática social desenvolvido por Fairclough (2001) e por Chouliaraki e Fairclough (1999), a prática social sobre as crises política e econômica, entre 2015 e 2018:



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

Sobre esse enquadramento, raciocinamos que:

- a) O ‘INDIVÍDUO-AUTOR-JORNALISTA’, pessoa real, com identidade própria, age tendo em vista o ‘INDIVÍDUO-LEITOR-REAL’ que também tem identidade concreta;
- b) Esse ‘INDIVÍDUO-AUTOR-JORNALISTA’ recorre à ‘SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO’ para construir a sua reportagem – seja em texto verbal, imagens ou infografias;
- c) Ao recorrer à ‘SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO’ esse ‘INDIVÍDUO-AUTOR-JORNALISTA’ entra em contato com o cenário sobre o qual se debruça, ou seja, as atividades materiais empreendidas pelas hegemonias, e vai imprimir à ‘NOTÍCIA’ *marcas discursivas* que remetem a esse contexto, às expectativas da empresa em que trabalha, às suas expectativas enquanto ser social e ser discursivo, assumindo, assim, o papel discursivo de um ‘NARRADOR MIDIÁTICO’, que se dirige agora não mais a

um ‘LEITOR REAL’ e, sim, a uma AUDIÊNCIA (*leitor destinatário*), que é convocada a compartilhar discursivamente o conteúdo noticioso;

- d) Além das *marcas discursivas*, o ‘NARRADOR MIDIÁTICO’ pretende impregnar à ‘NOTÍCIA’ o que Charaudeau (2010) chama *efeito de verismo*, que é uma verossimilhança no que é dito, não necessariamente uma verdade; e os *efeitos de cumplicidade*, que buscam a adesão da ‘AUDIÊNCIA’ ao conteúdo que está sendo proposto.
- e) As *marcas discursivas* e os *efeitos de verismo e de cumplicidade* operam sentidos em relação à ‘NOTÍCIA’ porque esta integra a ‘SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO’, onde residem as *atividades materiais e hegemonias*. A NOTÍCIA, portanto, estabelece sentidos discursivos, hegemônicos e ideológicos no ‘CONTRATO DE LEITURA’ entre ‘NARRADOR MIDIÁTICO’ E ‘AUDIÊNCIA’.

Ao percorrermos esse caminho de interpretação de funcionamento da encenação midiática a partir de reflexões teóricas de vários conceitos, como discurso, ideologia e hegemonia, defendemos que ocorre no âmbito desse enquadre multifacetado uma intertextualidade no sentido amplo, que Fairclough (2001) coloca, agindo ininterruptamente, encapsulando textos em outros textos, discursos em outros discursos dentro de um espectro de conjuntura social que abriga esses movimentos sob o pano de fundo das crises política e econômica.

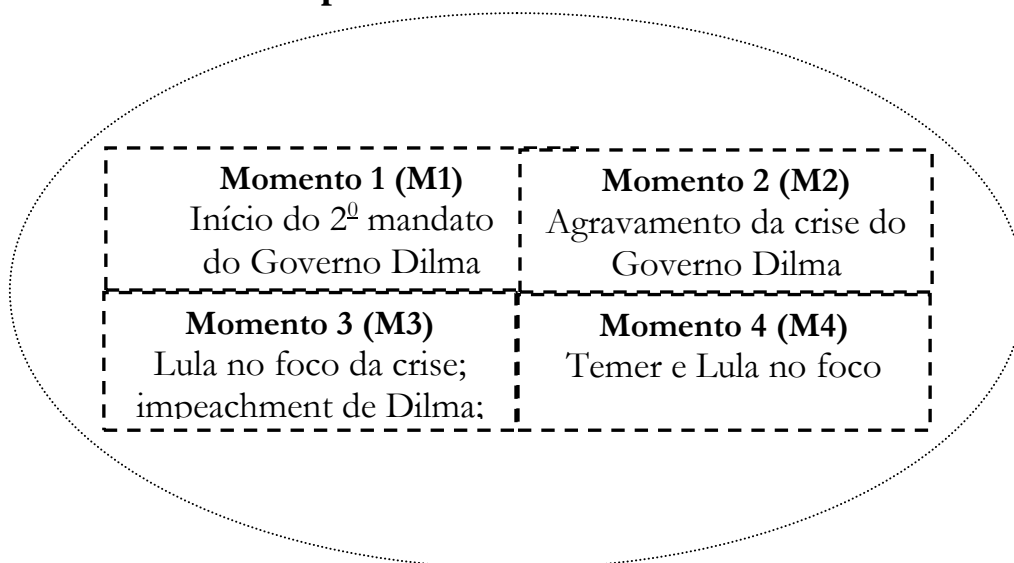
Percebemos, dentro dessa conjuntura, pelo menos quatro grandes momentos que situamos nessa prática social das crises que se articularam entre si entre 2015 e 2018 como se fossem grandes capítulos de uma mesma novela, com aparente exterioridade de mudança social, principalmente no tocante ao discurso jornalístico; de combate à corrupção; dos movimentos de rua contra e a favor ao governo petista; da moralidade etc. Vejamos agora esses momentos e como os enunciados neles contidos se comportaram dentro da prática social das crises política e econômica do Brasil.

b) Momentos da conjuntura político-econômica do Brasil entre 2015 e 2018

Entendemos, pelo que foi discutido até agora, esse período entre 2015 e 2018 constituído por momentos de uma mesma prática social sobre as crises política e econômica. São eles:

Prática social (P)

Crises política e econômica do Brasil



Esses momentos foram constituídos de acontecimentos particulares, mas que também estavam ligados conjunturalmente (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) pelos fios discursivos da articulação midiática. São formados por fatos políticos, econômicos, com significativos reflexos no governo, na sociedade e ostensivamente midiaticizados pelos veículos de comunicação.

Vamos examinar esses momentos a partir da ótica midiática nos três jornais que são o objeto de nosso estudo (Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Commercio), analisando os aspectos linguísticos, discursivos e sociais das manchetes de capa sobre o noticiário acerca das crises política e econômica do Brasil. Seccionamos o *corpus*, conforme já dito neste capítulo e na metodologia, entre janeiro de 2015 e abril de 2018.

c) Discussão sobre os enunciados midiáticos do período entre 2015 e 2018

Momento 1 (M1)

Início do segundo mandato do Governo Dilma

Para entendermos o ciclo de crise no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, recorremos a uma comparação de como os jornais analisados contextualizaram a posse do primeiro mandato da petista. Os enunciados de ambos os períodos trazem, no seu conjunto, marcas linguísticas e discursivas que remetem a um período social de relativa estabilidade política no primeiro mandato – entre 2011 e 2014 – e de cenário conturbado – a partir de 2015. Vejamos as manchetes sobre a posse da petista em ambos os mandatos:

Figura 1



Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2015

Figura 1.1



Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2011

Figura 2



O Globo, 2 de janeiro de 2015

Figura 2.1



O Globo, 2 de janeiro de 2011

Figura 3



Jornal do Commercio, 2 de janeiro de 2015

Figura 3.1



Jornal do Commercio, de janeiro de 2011

A partir da reprodução digitalizada das capas dos três jornais observamos um enfoque imagético diferenciado nas posses do primeiro e segundo mandatos. Com algumas poucas

variações, as fotografias selecionadas para ilustrarem a manchete principal dos três jornais em relação à posse do segundo mandato (reproduções à esquerda das capas do dia 2 de janeiro de 2015) mostram a petista em um momento de ‘atrapalho’ com a colocação da faixa presidencial. Ação que não ocorreu quando da posse do primeiro mandato, em 2011, quando os três jornais publicaram fotos da então presidente de mãos dadas com o ex-presidente Lula (reproduções à esquerda, das capas do dia 2 de janeiro de 2011), seu padrinho político, ambos em gestos que anexam discursivamente a interpretação de vitória nas urnas.

O recurso imagético simboliza subliminarmente que a então presidente Dilma assumia o segundo mandato em uma situação bem menos confortável politicamente do que no primeiro. A reeleição da petista, em 2014, foi bastante apertada tanto na questão eleitoral – já que ela teve no segundo turno 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do segundo colocado Aécio Neves (PSDB)⁶⁷ – quanto do ponto de vista contextual. No primeiro mandato, ela assumia com um País ainda confiante nas mudanças empreendidas pelo antecessor Lula, que incentivaram o consumo, reduziram impostos, gerando contas pendentes que precisariam ser quitadas durante os próximos meses, já na administração de Rousseff.

Todavia, no segundo mandato, o panorama político era adverso e a mídia também trouxe um prenúncio do que seria esse início turbulento de governo. Dilma assumia já com a Operação Lava Jato em andamento, mostrando os resultados de investigações de desvios de dinheiro da Petrobras através de um cartel comandado por empreiteiras, tendo a Odebrecht na liderança nas negociações de caixa 2. Esses sentidos ecoam na superfície linguística das manchetes principais nos dois períodos. Vejamos:

67 Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://goo.gl/mv3Sd8>

MANCHETES DO PRIMEIRO MANDATO	MANCHETES DO SEGUNDO MANDATO
Dilma promete um país sem fome e de classe média sólida (Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2011)	Dilma promete ajustar economia ‘com o menor sacrifício possível’ (Folha de S. Paulo, 2 de janeiro de 2015)
Ao assumir, Dilma promete enfrentar desafios pós-Lula (O Globo, 2 de janeiro de 2011)	Dilma recicla promessas e vê ‘inimigos externos’ da Petrobras (O Globo, 2 de janeiro de 2015)
“Vou governar para todos” (Jornal do Commercio, de janeiro de 2011)	Educação e corrupção são mote de discurso (Jornal do Commercio, 2 de janeiro de 2015)

Em relação à Folha de São Paulo, observamos que o jornal utiliza, na manchete do segundo mandato, o recurso de aspas simples: “Dilma promete ajustar economia ‘com o menor sacrifício possível’”. O uso de aspas é, como diz Fairclough (2001), uma forma de representação do discurso, mas, associando-o ao contexto de crítica do segundo mandato da petista, que já enfrentava uma Lava Jato em andamento, ganha um sentido de ironia. Isso faz com que ecoe do verbo “prometer” um sentido oposto, que é o de não cumprir.

Associado ao recurso das aspas, na sequência “com o menor sacrifício possível”, anexa o enunciado a uma ideia de penalização contra os brasileiros. O tratamento do jornal na manchete da posse do primeiro mandato – “Dilma promete um país sem fome e de classe média sólida”. – o jornal optou pelo recurso do discurso indireto, destacando a promessa da presidente e o verbo “prometer”, nesse contexto, ficou mais aproximado do sentido dicionarizado, que é o de assegurar a realização de algo.

O jornal O Globo também utilizou aspas como forma de ironia na expressão “inimigos externos” em: “Dilma recicla promessas e vê ‘inimigos externos’ da Petrobras” (manchete do segundo mandato). Esse pinçamento trouxe ao enunciado uma crítica velada ao fato da presidente enxergar adversários ‘externos’ da Petrobras, quando o esquema de corrupção, segundo as investigações da Operação Lava Jato até aquele momento, haviam revelado integrantes dos quadros de comando da estatal.

Associando ao verbo “prometer”, ainda no enunciado do segundo mandato, o jornal utilizou o verbo “reciclar”, no presente do indicativo, levantando um sentido de que não há promessas novas no segundo governo da petista. O mesmo verbo “prometer” foi utilizado de

forma fiel ao seu sentido comum no enunciado do primeiro mandato, sendo seguido de um verbo de sentido positivo – “enfrentar”, colocando a petista em uma posição de apta a encarar os desafios no seu governo.

O Jornal do Commercio trouxe o discurso direto na manchete relativa ao primeiro mandato – “Vou governar para todos” – e não fez o mesmo na ocasião da posse do segundo governo – “Educação e corrupção são mote de discurso”. No primeiro caso, é dado um peso maior à afirmação da petista porque a reprodução de um trecho de sua fala é, como diz Fairclough (2001), uma tentativa de construção real de uma situação, mas também um afastamento do enunciador, no caso o jornal, com o comprometimento de tal afirmação. Esse enunciado do primeiro mandato é responsivo (BAKHTIN ([1979] 2010) a uma crítica velada aos que veem no governo petista um favorecimento das classes média e, principalmente, baixa em detrimento da classe alta.

O enunciado do segundo mandato não utiliza a ironia como fizeram os outros dois jornais analisados, mas destaca na manchete o problema da corrupção, que viria a ser o grande calo do governo Dilma e um elemento político de forte influência política no seu processo de impeachment. No entanto, não se utiliza do enunciado principal para expor uma crítica direta ao discurso presidencial, deixando esse viés apenas na escolha da foto da presidente tentando arrumar a faixa presidencial ao longo do seu corpo, associando esse efeito à imagem de uma gestora atrapalhada, que não teria condições de superar os desafios econômicos e políticos que se impunham contra o seu governo.

Há, portanto, nas três manchetes do segundo mandato, uma intertextualidade temporal com o cenário de crise política que se formava, a partir dos efeitos discursivos gerados com a divulgação dos desdobramentos da Operação Lava Jato e também com a herança do Governo Lula, que, segundo o levantamento de vários jornais nacionais, deixava para Dilma uma herança em dívidas que obrigaria o governo a fazer um ajuste nas contas do Orçamento. Esse panorama foi explorado pela grande mídia, no decorrer dos assuntos políticos logo após a segunda posse da petista.

FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO (JC)
‘Não somos ladrões’, diz principal aliado de Lula (03.01.2015)	Petrobras criou empresa de fachada para fazer gasoduto (04.01.2015)	O Petrolão não parou (15.01.2015)
Levy critica gestão econômica e acena com alta de tributos (06.01.2015)	Levy anuncia reequilíbrio fiscal e ajuste de impostos (06.01.2015)	Dilma diz que ajustes têm "caráter corretivo" (28.01.2015)
Petrobras terá perda de US\$ 3 bi com refinaria (18.01.2015)	Empresas paralelas foram usadas para pagar propina (14.01.2015)	Petrobras adia 2ª fase da Refinaria Abreu e Lima (30.01.2015)
Geração de emprego em 2014 foi a pior dos anos PT (24.01.2015)	MP diz haver indício de que corrupção não foi estancada (15.01.2015)	PT embolsou propina milionária, diz delator (06.02.15)
Grécia rejeita austeridade e elege partido de esquerda (26.01.2015)	Empreiteira só terá acordo se confessar novos crimes (16.01.2015)	Petrobras derruba a avaliação de Dilma (08.02.15)
Petrobras exclui corrupção de balanço e ações desabam (29.01.2015)	Balanço da corrupção: Petrobras põe R\$ 88 bi sob suspeita, e ações caem 11% (29.01.2015)	

Ao observarmos os enunciados acima no seu conjunto, percebemos que começa a ser construído um contrato de leitura, como diz Charaudeau (2010), estabelecido pela mídia com a sua audiência, com o objetivo de desvendar uma aparente realidade que vai se desenvolver ao longo dos meses: a crise política agravada pela investigação do esquema de corrupção da Petrobras e crise econômica, com o aumento do desemprego e queda no desempenho da economia. Os jornais utilizam-se, no plano linguístico, de palavras que remetem à ilicitude, destacando no plano narrativo uma sequência de acontecimentos que se repetem entre os concorrentes. Os fatos passam a ser o assunto principal da mídia durante o início do Governo Dilma.

Conforme a teoria jornalística do *Agenda Setting*, esse mecanismo disponibiliza para a audiência uma pauta de assuntos pré-estabelecidos, cujo direcionamento também é agendado no plano discursivo nas manchetes analisadas. E esse direcionamento aponta ora para a vertente da corrupção, ora para a dificuldade econômica do governo, o que constrói um panorama sombrio, aparentemente sem saída, desenhando situações que agravam as crises política e econômica do País.

Percebemos esse duplo direcionamento ao examinarmos o léxico utilizado e as conexões discursivas que estabelecem. “Não somos ladrões” é o enunciado que abre a manchete da Folha de S. Paulo, sobre um aliado de Lula, o ex-ministro Gilberto Carvalho, criticando declarações que chamam o PT de “quadrilha”. Na sequência deste jornal, há uma manchete com o próprio ministro da Fazenda do então Governo Dilma, Joaquim Levy, criticando a gestão do governo do qual faz parte⁶⁸: “Levy critica gestão econômica e acena com alta de tributos”.

Há uma espécie de variante da crise construída no plano midiático que obedece a dois caminhos, levando a uma mesma realidade: crise. Ora um enunciado aponta assuntos ligados à investigação da Lava Jato, ora traz uma notícia negativa no plano do governo, que, segundo a conjuntura midiática, não consegue se equilibrar economicamente. Identificamos com mais clareza ao separarmos essa tendência entre duas classificações: “Crise no governo” e “Corrupção”, como veremos, ao utilizarmos as mesmas manchetes selecionadas na tabela acima nessa nova classificação:

68 O então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, criticara as desonerações tributárias feitas no Governo Dilma.

CRISE NO GOVERNO	CORRUPÇÃO
Levy critica gestão econômica e acena com alta de tributos (Folha de S. Paulo)	‘Não somos ladrões’, diz principal aliado de Lula (Folha de S. Paulo)
Petrobras terá perda de US\$ 3 bi com refinaria (Folha de S. Paulo)	Petrobras exclui corrupção de balanço e ações desabam (Folha de S. Paulo)
Geração de emprego em 2014 foi a pior dos anos PT (Folha de S. Paulo)	Petrobras criou empresa de fachada para fazer gasoduto (O Globo)
Grécia rejeita austeridade e elege partido de esquerda (Folha de S. Paulo)	Empresas paralelas foram usadas para pagar propina (O Globo)
Levy anuncia reequilíbrio fiscal e ajuste de impostos (O Globo)	MP diz haver indício de que corrupção não foi estancada (O Globo)
Dilma diz que ajustes têm "caráter corretivo" (Jornal do Commercio)	Empreiteira só terá acordo se confessar novos crimes (O Globo)
Petrobras adia 2ª fase da Refinaria Abreu e Lima (Jornal do Commercio)	Balanço da corrupção: Petrobras põe R\$ 88 bi sob suspeita, e ações caem 11% (O Globo)
Petrobras derruba a avaliação de Dilma (Jornal do Commercio)	O Petrolão não parou (Jornal do Commercio)
	PT embolsou propina milionária, diz delator (Jornal do Commercio)

A divisão feita acima, utilizando as manchetes selecionadas na tabela anterior, traz 35 enunciados, sendo 17 deles relacionados à crise no governo e o restante, à corrupção. Percebemos um equilíbrio nos enunciados não pela questão de precisão numérica, uma vez que, se estendermos essa classificação para o *corpus* ampliado, esse número pode variar e também a pesquisa não é quantitativa, mas sim pela regularidade lexical e discursiva que as manchetes estabelecem.

No léxico, destacamos o uso de palavras de sentido negativo ou ligadas à ilicitude, como “ladrões”, “propina”, “corrupção”, “crimes”, “embolsou”, “Petrolão”, “empresas de fachada”. E também palavras cuja significação liga-se a algo com problemas, dificuldades:

“critica”, “desabam”, “ajuste”, “impostos”. Essa seleção lexical opera uma coesão por repetição, que se estabelece em todos os enunciados sobre a crise política e econômica brasileira no período analisado, construindo, no conjunto das manchetes, uma coerência entre si. Ou seja, parecem fazer parte de um grande texto, inserido em um mesmo contexto de crise.

Articuladas no plano discursivo, essas marcas linguísticas abrem caminho para as impressões do contexto político e social da época, ou seja, um governo em constante embate com o Congresso Nacional, as ruas com protestos pró e contra o PT, a economia cada vez mais com dificuldades e a exposição, mediada pelos jornais e sites, dos resultados das investigações da Lava Jato em andamento. Um cenário de negatividade, que se repetia e se refletia nos enunciados jornalísticos.

Uma manchete que nos chamou atenção e, aparentemente, estaria deslocada nesse corpus foi a da Folha de S. Paulo:

Grécia rejeita austeridade e elege partido de esquerda

Syriza, do premiê eleito Alexis Tsipras, ameaça acordo com a União Europeia
(26.01.2015)

Trata-se de um assunto de política internacional, mas percebemos, baseados em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001), uma relação de intertextualidade sutil com a rejeição a governos de esquerda, atribuindo a estes a oposição à austeridade. A palavra “austeridade”, nos dicionários, remete à rigidez, autocontrole, domínio. No entanto, o que emerge com mais força desse enunciado não é o que ele diz, mas, sim, o que não diz: um governo ‘de esquerda’ é eleito porque não se alinha à austeridade.

Nesse sentido, a palavra austeridade adquire uma significação positiva, de quem tem controle sobre algo, que pode administrar um país, ao passo que aqueles que não a adotam, não têm essa característica. O enunciado associa no plano subliminar discursivo, através do léxico, o governo eleito da Grécia ao governo eleito do PT, de esquerda, sem austeridade, sem controle das próprias ações, como irradiam subliminarmente os enunciados focados na crise política.

A partir dessa avaliação linguística, discursiva e social dos enunciados desse momento M1, recorreremos ao dispositivo de *encenação narrativa* adaptado de Charaudeau (2010) e à tabela sobre a prática social, ambas expostas no início desse item, para compreendermos

como os jornais analisados articulam sentidos linguísticos, discursivos e sociais nas manchetes de capa sobre assuntos relacionados às crises política e econômica.

Reproduzimos abaixo, de forma reduzida, a tabela adaptada sobre a prática social midiática e o dispositivo de *encenação narrativa* para melhor visualização das bases dessa etapa de análise, que também será considerada para os momentos M2, M3 e M4:

Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais:	Discursos:	Hegemonias:	Ideologias:	Teorias:
<ul style="list-style-type: none"> - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula 	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

Os jornais analisados escolheram recursos lexicais cujos sentidos remetem a um quadro de instabilidade política marcado pelas denúncias de corrupção e investigação da Operação Lava-Jato, com reflexos na estabilidade do Governo. Lexicalmente, os enunciados remetem a um quadro contínuo de corrupção, a exemplo do uso de termos desse universo semântico como “ladrões”, “corrupção”, “Petrolão”, “embolsou”, “propina”, “delator”, conforme sublinhado em:

‘Não somos ladrões’, diz principal aliado de Lula

(Folha de S. Paulo, 03.01.2015)

MP diz haver indício de que corrupção não foi estancada

(O Globo, 15.01.2015)

O Petrolão não parou

(Jornal do Commercio, 15.01.2015)

PT embolsou propina milionária, diz delator

(Jornal do Commercio, 06.02.15)

O noticiário detalhava os crimes, resultados da Operação Lava Jato, em um *continuum* que só era quebrado por outro assunto de efeito negativo, constituído pelas consequências da corrupção que atingiu a Petrobras:

Petrobras exclui corrupção de balanço e ações desabam

(Folha de S. Paulo, 29.01.2015)

Esses enunciados trouxeram de forma explícita a agenda de crise do Governo Dilma e no plano implícito a sua incapacidade de gerir os conflitos e, conseqüentemente, a perda gradativa de capacidade de articulação política. A partir da agudização da crise na Petrobras, começavam a ganhar terreno no plano midiático pesquisas de avaliação do Planalto:

Petrobras derruba a avaliação de Dilma

(Jornal do Commercio, 08.02.15)

Nesse momento M1, observamos que ganharam corpo no discurso midiático os discursos de combate à corrupção e de valorização da moralidade pública, tendo a Operação Lava Jato como principal atividade material (CHOULIARAKI ; FAIRCLOUGH, 1999) que alimentou esses discursos articulados pela mídia, entidade hegemônica, a partir das ações de outro organismo também hegemônico, que é a Polícia Federal (PF).

A esta, por sua vez, sobrepõe-se hierarquicamente o órgão do qual faz parte, que é o Governo Federal. Mas este perdeu força hegemônica sobre uma entidade inferior porque passou a desidratar-se politicamente à medida que uma sucessão de escândalos resultados das investigações da PF ocupava com destaque o palco midiático.

Em relação à *encenação narrativa*, observamos o início da construção midiática de um contrato de leitura no qual os jornais estabeleceram um discurso hegemônico do combate à corrupção, do qual os escândalos foram os principais protagonistas. A sucessão de assuntos referentes aos resultados da Operação Lava Jato alimentaram a mídia nesse período de início do segundo mandato da presidente Dilma.

Os jornais construíram o discurso de combate à corrupção, operando na divulgação e repercussão dos fatos. Houve uma construção ideológica com características de reificação (THOMPSON, 2001), cristalizando o sentido de combate à corrupção. A situação de comunicação estabelecida pelo ‘NARRADOR MIDIÁTICO’ em relação à sua ‘AUDIÊNCIA’ sobre os assuntos dos escândalos revelados a partir da Lava Jato obedeceu a uma rotina de seleção e divulgação dos fatos, em um ciclo ininterrupto de focalização da crise e seus efeitos.

Avançando para outros momentos dos acontecimentos políticos durante o Governo Dilma, observamos uma construção midiática da crise política que tomou conta dos assuntos principais de jornais, sites de notícias, redes sociais digitais etc. Quanto às redes sociais digitais, não se nega, estão definitivamente na pauta do dia a dia, aproximam as pessoas, mas também geram conteúdos de credibilidade relativa. Avaliamos que as redes sociais digitais desempenham um papel no sentido da consolidação relativa do debate democrático. Relativa porque nesses espaços digitais cabe qualquer tipo de opinião, incluindo as chamadas *fake news* (notícias falsas).

No entanto, elas adquirem um caráter de relativa hegemonia na pauta da mídia tradicional. É outro leitor, outro espectador que precisa ser levado em conta. Dizemos hegemonia relativa porque assim como têm um alcance imediato e são altamente instantâneas na possibilidade de tornar o acontecimento público, seja real ou não, também operam em um terreno instável. Esse embate ocorre simultaneamente ao confronto entre as mídias tradicionais e o poder político vigente, em um sistema em que se enfrentam em uma arena de lutas entre forças relativamente hegemônicas.

A crise do Governo Dilma, desencadeada e alimentada pelo confronto entre o governo e o parlamento, foi - desde a reeleição da presidente, em outubro de 2014, até o impeachment, em agosto de 2015 - o pano de fundo para as narrativas políticas repercutidas, alimentadas e reverberadas pela mídia, em uma prática social constituída pelas crises política e econômica. As manchetes que se sucederam nesse período, que chamamos de Momento M2, demonstraram não só esse embate como também a cristalização de uma aparente realidade de necessidade de mudança. Veremos a seguir.

Momento 2 (M2)

Agravamento da crise do Governo Dilma

Em fevereiro de 2015, o então deputado Eduardo Cunha (PMDB) foi eleito para o comando da Câmara dos Deputados e esse fato representou o início de um longo período de embates entre o Governo Dilma e o Congresso Nacional. Dois órgãos hegemônicos que passaram a protagonizar a disputa de poder na arena midiática.

Nos enunciados jornalísticos da vitória de Cunha dos três jornais estudados, o uso dos verbos “derrota”, nas manchetes da Folha de S. Paulo e do Globo, e “vence”, no Jornal do Commercio, assim como do “advérbio “fácil” (Jornal do Commercio)” não só mostra o desenrolar de uma relação de forças antagônicas, entre Eduardo Cunha e Dilma, como também um relativo poder do parlamentar sobre a petista e o partido que ela representa e a fragilidade desta, no sentido da conquista do apoio dos deputados, que o elegeram. Vejamos:

FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO (JC)
Câmara elege Cunha e derrota Dilma (02.02.2015)	Cunha derrota Planalto e se elege presidente na Câmara (02.02.2015)	Cunha vence fácil e derrota Dilma e PT⁶⁹ (02.02.2015)

Nas manchetes de O Globo e do Jornal do Commercio, o uso do verbo na voz ativa associa a Eduardo Cunha um protagonismo em detrimento da derrota do governo. Ao enunciarem “Cunha derrota [...]” (O Globo) e Cunha vence fácil [...] (JC), as manchetes dizem que foi Cunha quem venceu e não a Câmara que o elegeu. Ou seja, a ação creditada a Cunha nos enunciados do Globo e do Jornal do Commercio conferem ao emedebista um poder de influência sobre quem o elegeu, no caso a Câmara Federal.

A Folha de S. Paulo, ao citar “Câmara elege Cunha”, recorre intertextualmente àquela imagem estereotipada do vencedor sendo carregado pelos seus fãs, ou seja, por quem está

69 Não foi a manchete principal da capa, mas teve destaque. Neste dia, o JC trouxe como o principal assunto um tema local, sobre o trânsito nas volta às aulas na Região Metropolitana do Recife (RMR), mas incluímos no corpus porque o enunciado referiu-se a um fato nacionalmente relevante naquele dia e que deu subsídios para nosso estudo.

hierarquicamente abaixo dele, quando, na verdade, todos estão naquela Casa, em tese, em iguais condições, abaixo apenas do voto do povo. O enunciado também anota uma aparente unanimidade do deputado perante seus convivas de mandato. Embora tenha sido eleito por 267 votos, Cunha não foi uma expressiva unanimidade. Arlindo Chinaglia (PT), candidato apoiado pelo Planalto, teve 136 votos. Ele foi seguido por Júlio Delgado (PSB), com 100 votos, e Chico Alencar (PSOL), que obteve oito chancelas⁷⁰.

No entanto, as circunstâncias políticas em que o governo e a sua relação com o Congresso estavam inseridos catalisaram a vitória de Eduardo Cunha (PMDB). O que se tinha na conjuntura da época era um candidato segundo colocado nas eleições de 2014, o senador Aécio Neves (PSDB), pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do registro de Dilma e Michel Temer sob o argumento de que a campanha deles teria sido financiada com recursos desviados da Petrobras. Esse aspecto também alimentou as conversas no Congresso, enfraquecendo o candidato do governo a uma possível vitória na Câmara.

A peça tucana foi protocolada no dia 18 de dezembro de 2014, coincidentemente na mesma data da diplomação da presidente reeleita Dilma Rousseff. Tal fato, ocorrido pouco tempo antes da eleição do novo presidente da Câmara, alimentou os discursos contrários ao governo e favoráveis à posse do senador mineiro via ação judicial, e estabeleceu um cenário favorável à ascensão de um opositor do Planalto à condição de presidente da casa que iria negociar com o governo a forma de se trabalhar dali em diante.

Desenha-se, avaliamos com base em Chouliaraki e Fairclough (1999), duas grandes forças que se conflitam. Uma, o segundo Governo Dilma, que procura se legitimar, em que pese a necessidade de ajustes econômicos, e os movimentos favoráveis a esse governo, tanto nas ruas quanto no Congresso Nacional.

A outra força são os movimentos contrários à presidente, também incluindo movimentos contrários a esse governo nas ruas e também no Congresso Nacional. Representamos graficamente abaixo essa relação de forças antagônicas retomando o diagrama Vida Social, desenvolvido a partir das leituras de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001), adaptamos para mostrar essa relação de forças antagônicas:

70 Dois deputados votaram em branco.

Figura 3

Diagrama – Vida social

Relação de forças antagônicas



(CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999. Adaptado.)

Nesse cenário de polarização de forças no Governo Dilma, situamos no discurso de legitimação das ações do governo os integrantes do Governo Federal, bancada aliada no Congresso Nacional e simpatizantes do governo petista como movimentos favoráveis. Em relação aos movimentos contrários, temos no discurso de desconstrução das ações do governo, a maioria do Congresso Nacional, além dos movimentos sociais contra o governo petista e as investigações da Lava Jato na Petrobras.

Outro ponto também a ressaltar é que as investigações da Operação Lava Jato sobre o esquema de corrupção na Petrobras são um movimento legítimo do ponto de vista jurídico. Mas estão inscritas nessa prática porque foram um elemento de utilização maciça dos opositoristas no embate com o governo.

Esses interesses orbitaram constantemente no campo midiático, que imprimia aos enunciados a tônica desse embate de forma tão constante que a pauta política parecia se repetir todos os dias. Durante o ano de 2015, a rotina enunciativa nos veículos analisados foi fortemente marcada por narrativas cuja linha discursiva apontava para a crise no governo Dilma, agudizada por efeitos econômicos.

Os assuntos abordados variavam dentro de uma conjuntura maior, no caso, a crise política, construindo um cenário de rota de colisão que imprimia à imagem do governo uma aparência de fracasso iminente. Observamos um conjunto de temáticas que variavam entre si, mas mantinham uma regularidade cíclica no aparecimento nas capas dos jornais em estudo.

Os temas oscilavam entre propina, problemas de ajuste fiscal, pesquisa de aprovação do governo, embate entre forças políticas – Governo x Congresso x Ruas - e investigação da Lava Jato.

Foi um ano marcado por noticiários de turbulência, envolvendo o governo petista e as forças que se opunham ao Planalto. Na tabela abaixo, selecionamos amostras desse universo identificado em 2015 para a análise discursivo-linguística-social.

FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO (JC)
PT recebeu até US\$ 200 mi de propina, afirma delator (06.02.2015)	Protestos fazem Dilma admitir erro na economia (17.03.2015)	Delator cita repasse à campanha de Dilma (02.02.2015)
‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no País (16.03.2015)	Contas do governo têm maior rombo desde 1997 (01.04.2015)	Petrolão “rouba” R\$ 87 bilhões e 1 milhão de empregos (03.04.2015)
Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment (12.04.15) Cunha e oposição discutem o impeachment e isolam o PT (05.08.15) Na Câmara, 42% apoiam e 31% rejeitam impeachment (21.12.15)	Corte de R\$ 70 bi atinge PAC, saúde e educação (23.05.15)	Brasil, pátria cortadora (23.05.15)

Continuação da tabela

FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO (JC)
<p>Temer reconhece erros do governo e pede paciência (31.05.15)</p>	<p>Lula diz que PT só pensa em cargos; petistas não reagem (23.06.15)</p>	<p>Desemprego só cresce (04.06.15)</p>
<p>**Rejeição a Dilma atinge nível de Collor pré-impeachment (21.06.15)</p>	<p>Cunha rompe com Dilma, fica isolado e agrava crise (18.07.15)</p>	<p>Eletrolão (29.07.2015)</p>
<p>‘Eu não vou cair’, diz Dilma (07.07.15)</p> <p>Delator diz ter pago US\$ 5 milhões a Cunha, que rompe com o governo (17.07.15)</p> <p>Governo tem deficit inédito no 1º semestre, de R\$ 1,6 bi (31.07.15)</p>	<p>Empreiteira admite cartel em obras de Angra 3 (1.08.15)</p>	<p>Operação salva-Dilma (13.08.15)</p>
<p>Polícia Federal pede ao STF que Lula seja ouvido na Lava Jato (12.09.15)</p>	<p>Temer diz que Dilma não resiste sem apoio popular (04.09.15)</p>	<p>O que lula tem a dizer? (7.09.15)</p>

FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO (JC)
<p>Pedido de impeachment incluirá novas pedaladas (31.10.15)</p>	<p>Dilma dará ministério a 'pau-mandado' de Cunha (2.10.15)</p>	 <p>(26.10.15)</p>
<p>Andrade Gutierrez confessa propina e aceita pagar R\$ 1 bi (28.11.15)</p>	<p>Cunha manobra com ajuda do PT e atrasa processo (20.11.15)</p>	<p>Corrupção trava o País (27.11.15)</p>
<p>Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma (3.12.15)</p>	<p>Cunha retalia PT e abre impeachment contra Dilma (03.12.15)</p>	<p>Um País sem rumo (2.12.15)</p>
<p>Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB (8.12.15)</p>	<p>Carta de Temer a Dilma com queixas agrava a crise (8.12.15)</p>	<p>Abandonado pelo PT, Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma (3.12.15)</p>

As palavras utilizadas orbitam em torno de sentidos negativos, imprimindo aos enunciados uma força discursiva de derrocada política do governo petista e afundamento da situação econômica do Brasil. Os termos “propina”, “impeachment”, “Lava Jato”, “corrupção”, “crise”, “delator”, “rombo”, “Eletrolão”, “rouba”, “impopular” registram nos discursos uma negatividade da situação política do País à época.

Os elementos lexicais registram efeitos nos discursos. Na prática jornalística, a atividade de produção é ao mesmo tempo individual e coletiva. Isso porque o jornalista aciona elementos discursivos impressos na sua organização mental e que foram forjados no coletivo

a partir da apreensão de pontos de vista de outros (CHARAUDEAU, 2010; FAIRCLOUGH, 2001). Além disso, há a influência da audiência, que também é um agente desse discurso e catalisadora da concorrência entre os veículos de comunicação.

E essa audiência é construída nos enunciados sobre a crise política e econômica. Em certos momentos, observamos que a audiência “fala” de forma indireta através de algumas manchetes, como nos seguintes enunciados:

Protestos fazem Dilma admitir erro na economia

(O Globo, 17.03.2015)

‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no País

(Folha de S. Paulo, 16.03.2015)

Desemprego só cresce

(Jornal do Commercio, 4.06.15)

No primeiro enunciado (Protestos fazem Dilma admitir erro na economia), o substantivo “protestos”, usado no plural pelo O Globo, nomeia os manifestantes como uma entidade hegemônica que age majoritariamente no discurso com tal força que provoca um recuo de ponto de vista da presidente Dilma ao admitir um erro na economia. Ou seja, o elemento externo ao discurso tornou-se um real agente do enunciado, articulado ativamente na construção jornalística.

Na segunda manchete acima (‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no País), o segmento dos manifestantes foi substituído na Folha de S. Paulo pelo tema do protesto: ‘Fora, Dilma’. Nesse caso, o tema foi personificado discursivamente no enunciado, a ponto de ser o agente discursivo empreendedor da ação.

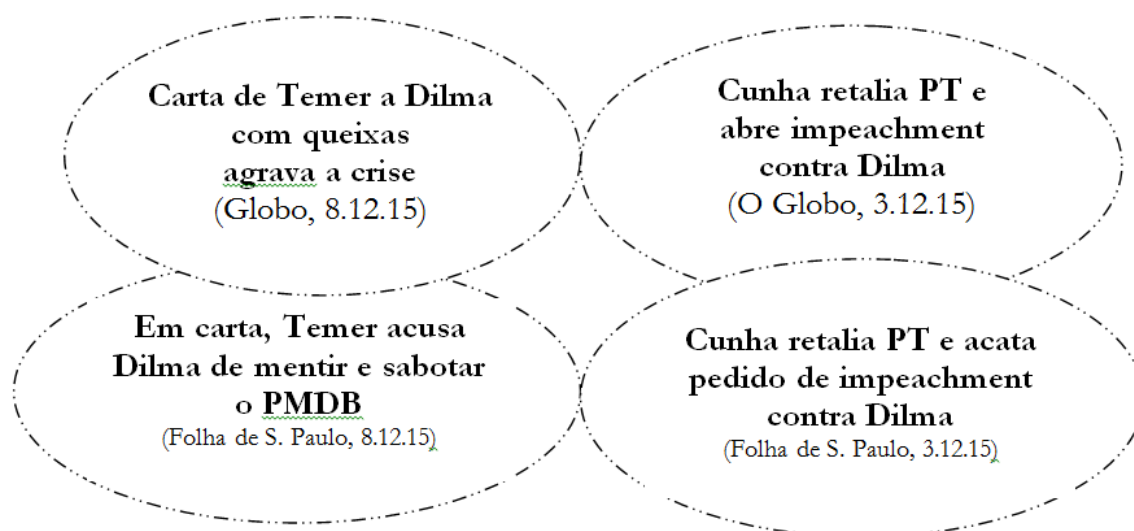
Na terceira amostra (Desemprego só cresce), o JC traz como manchete um tipo de construção que remete ao um dizer corriqueiro, que equivale a “está quente hoje, não é?”, “o país está um caos”, “muito desemprego por aí”. Ou seja, subjaz uma fala característica de senso comum para naturalizar um discurso que aparentemente mostra uma irreversibilidade do quadro de empregabilidade. E o uso do advérbio “só” nesse enunciado contribui para esse entendimento, uma vez que recorre à unificação de uma situação (THOMPSON, 2011), um

recurso ideológico que impregna na situação um aspecto homogêneo de interpretação que cerca a manchete.

A engrenagem discursiva midiática é formada por elementos intra e extra mídia. Intra porque há os interesses mercadológicos do veículo de comunicação inerentes ao sistema de concorrência em um ambiente capitalista, além dos pontos de vista dos jornalistas enquanto agentes reelaboradores de discursos, também visando à audiência (CHARAUDEAU, 2006).

A manchete do dia 2 de dezembro de 2015 do Jornal do Commercio (Um País sem rumo) não só corrobora um pensamento naturalizado de colapso político e econômico como também agrega ao enunciado um valor-notícia (TRAQUINA, 2008) mais relevante do ponto de vista da construção que a mídia faz do que a audiência espera do que simplesmente dizer: “**PIB encolhe 1,7% no terceiro trimestre**”, que seria uma paráfrase linguística do que trata o assunto desse enunciado.

Na sucessão de assuntos políticos, foi observada nos enunciados uma interação no plano do discurso entre os relatos midiáticos dos acontecimentos. Analisamos que as manchetes de jornais concorrentes dialogam entre si como se obedecessem a um mesmo roteiro, construindo o que avaliamos como a intertextualidade temporal e discursiva. Há, portanto, um encadeamento discursivo dos enunciados. Para melhor visualização, distribuimos amostras selecionadas da tabela acima no diagrama a seguir:



No dia 8 de dezembro de 2015, os jornais O Globo e a Folha de S. Paulo trouxeram como manchete o vazamento⁷¹ de uma carta do então vice-presidente Temer à presidente

⁷¹ No sentido figurado, trata-se do ato de fazer-se pública uma notícia que não deveria ser divulgada. Fonte: Houaiss eletrônico.

Dilma em tom de desabafo. Na missiva, o peemedebista escreveu que a petista não confiava nele. Na manchete de O Globo (Carta de Temer a Dilma com queixas agrava a crise), o enunciado já traz no léxico a relação azedada e de rompimento entre os antes cabeças-de-chapa das eleições de 2014: “queixas”, “crise”. Na manchete da Folha de S. Paulo (Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB), também é explorada a relação exaurida que ambos já tinham. Os verbos “mentir”, “acusar” e “sabotar” dão tom do rompimento oficial que se avizinhava.

Analisando esses enunciados na conjuntura política da época, o Brasil tinha um presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), que já havia aberto o processo de impeachment contra Dilma Rousseff seis dias antes dessa carta-desabafo de Temer vaziar ou ser vazada⁷² para a mídia. A crise, elemento presente no léxico de ambos enunciados sobre a carta, faz conexão direta com a abertura do processo de impeachment, que havia ocorrido há cerca de uma semana antes. Ou seja, o episódio da carta é temporalmente interligado com o da abertura do processo de impeachment.

A produção de manchetes jornalísticas de primeira página dialoga constantemente com a prática social das crises política e econômica. Atuam sobre o discurso jornalístico os mesmos efeitos de busca por audiência e estabilização em um mercado capitalista. Parte daí, observamos, uma das causas de assuntos reincidentes na mídia, muitas vezes redigidos linguisticamente idênticos ou quase idênticos que são abordados através das manchetes principais. Nas manchetes sobre a aceitação do pedido de impeachment de Cunha, os três jornais analisados trouxeram os enunciados, que são uma paráfrase entre si, linguisticamente falando, tamanha a semelhança:

Cunha retalia PT e abre impeachment contra Dilma
(O Globo, 3.12.15)

Cunha retalia PT e acata pedido de impeachment contra Dilma
(Folha de S. Paulo, 3.12.15)

Abandonado pelo PT, Cunha aceita pedido de impeachment contra Dilma
(Jornal do Commercio, 3.12.15)

Os enunciados trazem o presidente da Câmara como sujeito ativo na ação – “Cunha retalia [...]”; no Globo e na Folha de S. Paulo, e “Cunha aceita [...]”, no Jornal do Commercio.

⁷² Tornar pública uma informação que não deveria ser divulgada. (definição baseada no Houaiss)

Foi unânime o uso do confronto de forças Cunha x PT no enunciado, traduzindo o combate que o País assistia, através da mídia, entre o peemedebista e o governo petista. No entanto, a razão dessa contrariedade não foi explorada pela mídia, assim como foi a crise. Apenas o Jornal do Commercio trouxe isso ao iniciar a manchete com a expressão “Abandonado pelo PT [...]”, que se trata justamente do fato de deputado saber que petistas do Conselho de Ética votariam pela cassação dele no caso do ocultamento de informações sobre a propriedade de contas na Suíça.

O uso do verbo “abandonado” traduz mais fortemente essa quebra de relação do que o verbo “retaliar” porque este também tem o sentido de castigar⁷³, quando, na verdade, foi de revidar uma ação que os deputados fariam contra Eduardo Cunha. Já o verbo “abandonar” encerra uma ação terminada e bem definida, no sentido de “deixar de todo, largar de vez”⁷⁴.

Há um *déjà-vu* constante, que imprime aos discursos um aparente cenário de que a realidade orbita apenas em relação ao que está coincidentemente sendo irradiado de forma mediada, mas, na verdade, os acontecimentos transitam no universo midiático obedecendo a uma lógica discursiva que se interrelaciona com outras lógicas de igual força: capitalista, política e de concorrência. Essa relação imprime aos discursos uma realidade cíclica que só muda de rota quando há outro acontecimento discursivo que se incorpora à engrenagem dos assuntos midiáticos constantes. Então, um caminho que atenda àquele novo ingrediente passa a ser percorrido, dentro da mesma prática social.

Os enunciados midiáticos sobre assuntos políticos alinharam-se à prática social das crises política e econômica, que refletia a conjuntura da época. Essa característica eclode ao longo das manchetes do *corpus* através dos aspectos linguísticos e semióticos. Na esteira linguística, há uma regularidade de termos lexicais que se interligam ao ambiente discursivo de crise política e este, por sua vez, é parte de uma prática social que o absorve, mas também é composta por outros aspectos que não são diretamente discursivos, embora tenham influência sobre estes.

73 Houaiss eletrônico.

74 Idem.

Estamos falando do ambiente econômico que, entre 2015 e 2017, foi marcado por duas questões que preocupam a população e foram exploradas pela mídia: crise e corrupção. Observemos estas duas manchetes de capa a seguir:

Corrupção trava o País
(Jornal do Commercio, 27.11.15)

Reprovação a Temer dispara sob pessimismo econômico
(Folha de S. Paulo, 11.12.16)

As duas manchetes têm entre si um intervalo de mais de um ano. Apesar do intervalo cronológico e de tratarem, especificamente, de assuntos diferentes, parecem ser sequenciadas devido à similaridade discursiva entre elas. Trazem na malha linguística elementos que se semiotizam: “corrupção”, “trava o País”, “pessimismo econômico”. A manchete “Corrupção trava o País” refere-se à prisão do então senador do PT Delcídio do Amaral, que acusou a presidente Dilma de tentar interferir nas delações, e a reportagem faz uma conexão do fato com o travamento econômico do País, ao creditar aos escândalos políticos o atraso de medidas do Congresso e Governo Federal que seriam necessárias ao combate à recessão.

O segundo enunciado, mais de um ano depois, ocorre já no Governo Temer, e trata-se de uma pesquisa do Datafolha sobre o aumento da reprovação da gestão do peemedebista e do crescimento da expectativa de piora da situação econômica do País. Um infográfico disposto logo abaixo daquela manchete explicitava esse cenário:



Folha de S. Paulo, 11.12.16

O recurso da infografia utilizou também de uma caricatura do presidente Temer com o ar de preocupação, representando o reflexo de um cenário político-econômico negativo. Apesar de serem, como dissemos anteriormente, ligadas a assuntos diferentes, as manchetes

guardam uma proximidade tão evidente que parecem ser uma sequência temporalmente direta entre si.

A relevância midiática discursiva da crise, da corrupção e de todos os seus componentes consequentes – desemprego, investigação, escândalos etc. – é, ao mesmo tempo, parte integrante de uma estrutura social maior, marcada pela instabilidade política, mas também um elemento majoritário que constitui esse social. Os discursos desse momento político impregnam a prática social e esta reproduz e ressignifica-os através de uma ação mediada.

Os recursos imagéticos também mostram uma regularidade discursiva que se alinha ao cenário conjuntural do momento. Ao observarmos amostras de diferentes fases, encontramos elementos discursivos – que serão detalhados a seguir – que corroboram essa percepção de alinhamento discursivo em conformidade com o momento social. Vejamos as amostras:

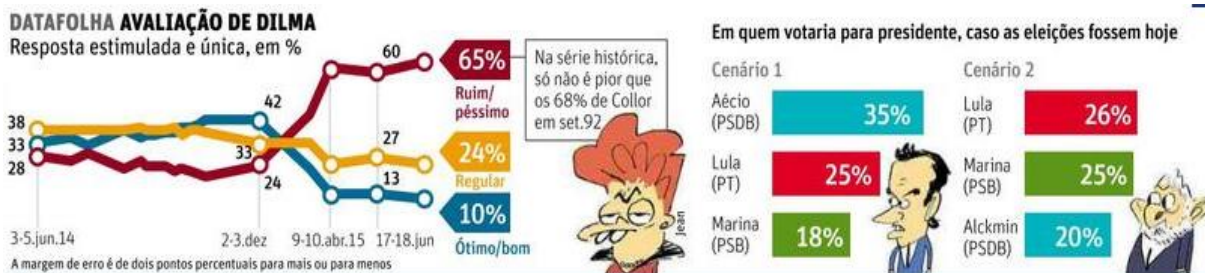
Amostra A:



Jornal do Commercio, 26.10.15

Amostra B:

Rejeição a Dilma atinge nível de Collor pré-impeachment



Folha de S. Paulo, 21.06.15

A amostra A refere-se à análise de um ano da reeleição da então presidente Dilma. A estrutura gráfica da manchete do JC transpôs para a forma imagética o enunciado principal, que trata da diferença entre a situação política da petista quando foi eleita para o segundo mandato e como estava um ano depois. Para traduzir os aspectos positivos e negativos, respectivamente, do final do primeiro mandato e de um ano após o início do segundo governo, a manipulação gráfica da foto lançou mão de recursos de uso de expressão facial e aplicação de filtro de cores.

Na foto, a parte esquerda, que representa a reeleição para o segundo mandato, é colorida e mostra Dilma Rousseff de forma positiva, ainda sorrindo. O lado direito, referente a um ano da reeleição e, portanto, já em meio às crises do segundo mandato, tem um filtro cinza, conferindo uma carga negativa à petista, cuja expressão facial é séria, não há sorriso. O *sutiã*⁷⁵ da manchete, texto abaixo da foto, descreve em dois períodos justamente as duas fases desenvolvidas na manchete:

“Há um ano, Dilma era reeleita com sorriso no rosto e discurso de que o Brasil nadava em mares tranquilos, com promessas de crescimento. Hoje, realidade do País é de recessão e grave crise política, sem perspectiva de melhora a curto prazo.”

Os elementos linguísticos de várias categorias reforçam o caráter pessimista da manchete. No primeiro período do texto acima, iniciado com a locução ‘há um ano’, acena que vai iniciar uma comparação de tempo relativamente curta, mas com grande discrepância entre uma fase e outra.

Essa percepção costura-se durante a leitura do período, quando o enunciado mescla descrições informais e formais – ‘sorriso no rosto e discurso de que o Brasil nadava em mares tranquilos’ (informal) e ‘promessas de crescimento’ (formal). No segundo período, há o contraponto da locução ‘hoje’ iniciando a estrutura linguística, anunciando que vai se completar o raciocínio comparativo com uma informação negativa. O uso dos substantivos ‘recessão’, ‘crise’ e o adjetivo ‘grave’, vocábulos bastante comuns nas manchetes do período analisado, constroem a atualização pessimista de status daquele governo na época.

⁷⁵ Frase que geralmente é localizada abaixo do título de uma matéria principal. Mas em alguns jornais, dependendo do projeto gráfico, o *sutiã* também pode preceder o título. (definição baseada no Houaiss e no exame do projeto gráfico e editorial de alguns jornais)

Na amostra B, a manchete “Rejeição a Dilma atinge nível de Collor pré-impeachment”, da Folha de S. Paulo, faz uma comparação da avaliação do Governo Dilma, que obteve 65% de ruim/péssimo, com o índice do ex-presidente Collor, que teve 68% de reprovação em 1992. Apesar de não estar explícito no enunciado, a manchete faz uma intertextualidade temporal com os problemas do Governo Collor, estabelecendo subliminarmente um diálogo discursivo com os tropeços políticos e econômicos do chamado “caçador de marajás”, como a limitação de saques da poupança e seus efeitos devastadores na vida da população.

No infográfico que traz os números da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, as caricaturas de Dilma, Aécio e Lula também emanam um discurso de desvantagem dos petistas em relação ao tucano. Dilma é representada com uma expressão facial de desconforto em relação aos números. Aécio, segundo colocado nas eleições presidenciais de 2014, com um aspecto irritado, olhando para a petista. E Lula, em proporção menor, expressando um ar que aparenta perplexidade. A pesquisa trouxe o tucano e o ex-presidente porque avaliou também a intenção de voto se a eleição fosse naquele momento. Observemos abaixo:



Existem, na nossa perspectiva, efeitos de sentidos previstos nos enunciados midiáticos que oscilam regularmente, obedecendo à conjuntura que se opera em determinado momento da prática social. Em outras palavras, há na mídia uma reprodução do quadro social daquele momento sem, no entanto, um aprofundamento de conexões de avaliação das causas daquela situação e o motivo daqueles atores estarem envolvidos. Através da amostra C, que avaliamos a seguir, percebemos essa regularidade discursiva que apenas troca os atores, mas não aprofunda a abordagem.

Amostra C:

- Divulgação do diálogo entre Dilma e Lula (17.03.2016)



- Divulgação do diálogo entre Temer e Joesley Batista (18.05.2017)



Na amostra C, observamos um tratamento jornalístico diferenciado dado pelos jornais a dois episódios semelhantes na sua natureza, mas diversos na sua constituição: a divulgação de áudios envolvendo um presidente da República. Veremos que o modo de abordar os assuntos refletiu, no plano linguístico, essa diferenciação de peso jornalístico para os temas.

Em 17.03.2016, os jornais trouxeram como manchete a divulgação de uma gravação autorizada pelo juiz Sérgio Moro, que, segundo avaliação da Força-tarefa da Lava Jato, mostra que Dilma iria dar posse a Lula como chefe da Casa Civil para evitar sua prisão em

primeira instância, já que assim o petista teria foro privilegiado por causa do status de ministro de Estado. Os três jornais trouxeram na capa a reprodução do diálogo entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, como transcrito a seguir:

Dilma: "Alô."

Lula: "Alô."

Dilma: "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

Lula: "Fala, querida. Ahn?"

Dilma: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

Lula: "Uhum. Tá bom, tá bom."

Dilma: "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."

Lula: "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

Dilma: "Tá?!"

Lula: "Tá bom."

Dilma: "Tchau."

Lula: "Tchau, querida."

A mesma estratégia midiática de exposição do áudio não foi empregada nas edições do dia 18 de maio de 2017, quando os jornais divulgaram que o dono da JBS, Joesley Batista, gravou uma conversa que teve com Temer, na qual o emedebista dava aval para a compra do silêncio de Eduardo Cunha (PMDB). A informação foi divulgada primeiramente no site do jornal O Globo e rapidamente ganhou repercussão na internet, tanto nos sites de notícias quanto nas redes sociais digitais.

“Tem que manter isso, viu?”, foi o trecho da fala de Temer que foi bastante compartilhada na internet. Apesar disso, a Folha de S. Paulo não trouxe na capa a frase de Temer em ordem direta. No sutiã da manchete o texto diz, de forma indireta, que o presidente orientou o empresário a manter os benefícios ao deputado Cunha em troca do silêncio. O mesmo fez o Jornal do Commercio. Apenas o jornal O Globo, que divulgou primeiro a informação no seu site, reproduz o período no texto abaixo da manchete.

A reprodução de um diálogo oral, com o uso de aspas na mídia, é uma forma de reforçar o discurso de quem fala, ou seja, de expor a origem do que é dito. O uso de aspas é um recurso linguístico que traduz uma estratégia de representação a um discurso ao qual se

quer dar força (FAIRLCOUGH, 2001). As aspas ganham, portanto, um grau de confiabilidade quase equivalente a um dado científico porque representam o espelhamento de uma informação (PENA, 2008), construído na aparência de um discurso calcado na relativa verdade. Discurso que é assentado na verossimilhança (CHARAUDEAU, 2010).

Nas manchetes sobre a divulgação do áudio da conversa entre Dilma e Lula houve uma série de críticas de juristas porque um juiz de primeira instância – Sérgio Moro – divulgou um áudio envolvendo um presidente da República, fato que só poderia ter sido autorizado por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), já que a presidente tem foro privilegiado. Essa informação não foi explorada com destaque pelos três jornais em análise.

Sobre o assunto, a Folha de S. Paulo traz em matérias internas e com uma chamada menor na capa o questionamento à legalidade do grampo autorizado por Moro envolvendo uma presidente da República. O Globo não menciona na capa, mas traz na edição uma matéria com Moro se defendendo sobre a divulgação das gravações, afirmando que “a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras”⁷⁶. A reportagem ocupa a parte inferior da página 4, trazendo uma foto do magistrado, conforme reproduzido a seguir:



O Globo, 17.03.16

76 Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160317>

A Folha de S. Paulo e o Jornal do Commercio não trazem essa justificativa do juiz com destaque, mas dentro de uma matéria⁷⁷, conforme as reproduções a seguir:

FOLHA DE SP PAULO GOVERNO SITIADO

Lava Jato aponta tentativa de turvar as investigações

Para PF e procuradores, ex-presidente Lula buscou interferir na operação

Maneja quem dá o dinheiro para investigar e quem dá o dinheiro para ser investigado? Lula buscou interferir na operação

... e se procuradores da Lava Jato, em particular o juiz Sérgio Moro, o Ministério Público, polícia, não desafia sua teoria...
... a defesa alega que o ex-presidente Lula buscou interferir na operação...
... a defesa alega que o ex-presidente Lula buscou interferir na operação...

CONTEXTO
Lula foi condenado em 2017 por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. O caso foi conhecido como "Lava Jato".

CONTEXTO
Lula foi condenado em 2017 por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. O caso foi conhecido como "Lava Jato".



Folha de S. Paulo, 17.03.16, pág. A2

política

O BRASIL EM CRISE



Tensão sem limites

LAVA JATO: Divulgação da conversa entre Dilma e Lula impulsiona mais a crise política no dia em que ele é anunciado como ministro

Conversa entre os petistas sugere que renúncia para mandato foi pé na lava jato

... a conversa entre Dilma e Lula...
... a conversa entre Dilma e Lula...

Jornal do Commercio, 17.03.16, páginas 4 e 5

77 Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/03/17/2/>

Destacamos esses aspectos nas reportagens internas porque observamos uma similaridade discursiva entre os três jornais analisados, construindo os fatos de forma homogênea quanto ao encadeamento dos acontecimentos. Primeiro, o fato em si, ou seja, a gravação. Depois, os desdobramentos, ou seja, os efeitos da gravação no governo da então presidente Dilma. Na sequência, as justificativas do juiz, as reações da oposição e da situação.

No entanto, a atitude do juiz Sérgio Moro em divulgar um áudio envolvendo um presidente da República foi considerada irregular e grave, pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki⁷⁸. No dia 13 de junho de 2016, o magistrado da corte suprema anulou a escuta telefônica entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma.

No despacho, o ministro cita a violação, por parte de Moro, por apurar e não encaminhar ao STF elementos que envolvem agentes com foro especial, no caso, a então presidente Dilma. Na decisão, o magistrado também cita que a conversa entre Lula e Dilma foi interceptada após a justiça do Paraná ter emitido ordem às companhias telefônicas para cessarem o procedimento. A decisão do juiz também inclui o envio para Sérgio Moro de parte das investigações envolvendo o ex-presidente Lula. O tema da anulação das gravações foi manchete principal do Globo, mas não da Folha de S. Paulo e do Jornal do Commercio, como vemos:

STF envia inquérito de Lula a Moro e anula escuta de Dilma

(O Globo, 14.06.16)

Marina queria evitar elo com empreiteira, diz sócio da OAS

(Folha de S. Paulo, 14.06.16)

Petrobras vai propor agora cortar salário

(Jornal do Commercio, 14.06.16)

A Folha de S. Paulo não trouxe a anulação dos áudios na capa, mas destacou, em uma chamada menor, no alto à esquerda (figura abaixo), que parte das investigações de Lula vai para Moro, conforme indicação a seguir:

⁷⁸ Morto em um acidente aéreo em 19 de janeiro de 2017.

FOLHA DE S. PAULO

95
ANOS

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 96 • TERÇA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2016 • Nº 31.849

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 0H • R\$ 3,50

Teori decide que Moro vai julgar ações contra Lula

O ministro do Supremo Teori Zavascki determinou que a maior parte das investigações no tribunal envolvendo o ex-presidente Lula seja devolvida a Sergio Moro.

Assim, o juiz do Paraná poderá retomar apurações como a do sítio em Atibaia e a do triplex no Guarujá, ambos em SP, que envolvem a suposta ligação de Lula com empreiteiras da Lava Jato.

O Instituto Lula não comentou a decisão. **Poder A5**

ESPORTE
CBF quer Tite, e técnico corintiano já não descarta assumir comando da seleção **»**

PAULO VINÍCIUS COELHO
Maior problema de Dunga é a sua incapacidade de gerenciar as pessoas **»»**

Marina queria evitar elo com empreiteira, diz sócio da OAS

Segundo Léo Pinheiro, isso motivou caixa dois em 2010; ex-candidata nega

Sócio do grupo OAS, Léo Pinheiro disse nas negociações de acordo de delação com a força-tarefa da Lava Jato que representantes de Marina Silva, então candidata do PV à Presidência, lhe pediram caixa dois em 2010.

Segundo ele, a ex-ministra não queria aparecer associada a empreiteiras na eleição.

O empresário afirmou que a contribuição foi pedida por Guilherme Leal, sócio da Natura e candidato a vice de Marina Silva, e Alfredo Sirkis, um dos coordenadores da campanha presidencial.

Naquela eleição, a OAS fez doação de R\$ 400 mil ao PV do Rio de Janeiro, declarada à Justiça Eleitoral.

Marina Silva (ex-PV, hoje na Rede) defende que campanhas sejam financiadas com recursos públicos.

À **Folha** Guilherme Leal disse ter se reunido com Léo Pinheiro e Sirkis em seu escritório, em São Paulo, em maio de 2010. Segundo ele, o sócio da OAS manifestou interesse em doar para o PV.

Leal negou ter pedido doações ilegais e repudiou o ataque à sua honra. Sirkis disse que o partido recebeu apenas recursos lícitos da OAS.

Marina Silva refutou o caixa dois em 2010 e afirmou não acreditar que dirigentes do PV tenham usado seu nome para fins ilícitos. Ela pediu apuração do caso. **Poder A4**

Folha de S. Paulo, 14.06.16

O jornal acima, portanto, evitou dar destaque na capa à informação referente à anulação da gravação e só citou esse assunto na reportagem interna, no quinto parágrafo, como visualizamos na página a seguir:

Teori manda ações contra Lula para Moro

Juiz responsável pela Lava Jato no Paraná vai pilotar investigações sobre uso de sítio em Atibaia e triplex em Guarujá

Ministro também invalidou uso de áudio no qual Dilma fala com petista sobre nomeação para a Casa Civil

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki determinou, nesta segunda-feira (13), que a maior parte das investigações envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tramitavam no tribunal — 16 procedimentos, no total — seja devolvida ao comando do juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, em Curitiba.

Parte destas investigações já estava a cargo da força-tarefa no Paraná. Mas elas haviam sido suspensas a partir de uma reclamação que questionava a atuação do juiz.

Com a decisão de Teori, Moro poderá retomar as apurações sobre a suposta ligação de Lula com empreiteiras investigadas pela Lava Jato, o uso do sítio de Atibaia (SP) e a compra do triplex em Guarujá (SP). A suspeita é que o petista possa ter obtido favores de empresas por meio dessas propriedades.

Já a denúncia contra Lula por tentativa de compra de sítio do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró para evitar sua delação permanece no STF. A Procuradoria-Geral da República pediu que seja enviada para o Paraná, mas Teori ainda não decidiu.

Na mesma decisão, o ministro do STF decidiu anular

parte de interceptação telefônica feita pela Lava Jato envolvendo Lula e que alcançou a presidente afastada, Dilma Rousseff. A invalidação atinge o áudio no qual Dilma foi flagrada dizendo que enviaria para Lula assinar seu termo de posse na Casa Civil.

A nomeação ocorreu, segundo procuradores, para evitar que o ex-presidente fosse alvo de Moro, representando desvio de finalidade. O temor do petista, segundo investigadores, era de que o juiz decretasse sua prisão.

Para Teori, como o grampo ocorreu no início da tarde do dia 16 de março, horas após a Justiça do Paraná determinar o fim da interceptação, ele foi ilegal.

O ministro considerou ainda que houve usurpação de competência do Supremo da parte de Moro porque os áudios envolviam pessoas que tinham prerrogativa de foro, que só podem ser investigadas com aval do tribunal.

Na avaliação do ministro, não cabia juízo de valor por parte de Moro sobre a apura-

ção de autoridades com foro. O ministro considerou que foi "equivocada" essa análise.

Teori classificou como grave a divulgação dos áudios e disse que, ao proceder dessa maneira, o juiz assumiu o risco de "comprometer seriamente o resultado válido da investigação".

Para os procuradores da Lava Jato, o diálogo entre Dilma e Lula fez parte de uma trama do então governo para dificultar o avanço da Lava Jato. O trecho foi incluído no pedido de abertura de inquérito para

investigar Dilma, Lula, e os ex-ministros José Eduardo Cardozo e Aloizio Mercadante por obstrução de Justiça. Teori ainda não autorizou a abertura desta investigação contra os petistas, que continua tramitando no STF.

Há ainda outros elementos que integram esse pedido de abertura de inquérito da Procuradoria, como a nomeação de ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) para favorecer empreiteiros presos.

Segundo alguns juristas, apesar do áudio ter sido anu-

lado, existem outros elementos para reforçar a prova de que houve desvio de finalidade na nomeação de Lula para a Casa Civil.

Esta é a primeira vez que um tribunal superior anula uma prova da Lava Jato, apesar de diversas tentativas já feitas pelos investigados anteriormente, principalmente para anular acordos de delação premiada.

Procurados, o Instituto Lula, a defesa de Dilma e o juiz Moro não quiseram comentar a decisão de Teori.

IMPREZA. O ÚNICO SEDAN MÉDIO VENDIDO NO BRASIL "MADE IN JAPAN".

O ÚNICO COM SISTEMA SIMÉTRICO DE TRACÇÃO INTEGRAL "SAWD 4X4 INTELIGENTE".

SUBARU IMPREZA 2.0

PURO SANGUE JAPONÊS NAS VEIAS.

SALDO EM 24X DE

R\$ 1.861

ENTRADA +

TAXA 0%



SUBARU
Confidence in Motion

MARCAS	RECOMENDAÇÃO
SUBARU	100%
Lexus	88%
Porsche	60%
BMW	50%

CONSUMER REPORTS® - ORGÃO AMERICANO DE ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR SEM FINS LUCRATIVOS. ALTAMENTE CONSIDERADO NOS EUA.

Folha de S. Paulo, 14.06.16, página A5

O Jornal do Commercio não mencionou o assunto na capa, apenas em uma matéria na área inferior de uma página interna, mas também destacando primeiramente a transferência de parte dos inquéritos contra Lula para o juiz Sérgio Moro, deixando em segundo plano no texto a notícia referente à anulação dos áudios. Vejamos:



Jornal do Commercio, 14.06.16

Identificamos três episódios discursivos em relação ao mesmo tipo de acontecimento, que é a divulgação de áudios envolvendo um presidente da República. No caso da conversa entre Temer e Joesley, houve autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Em relação ao diálogo entre Dilma Rousseff e Lula, para o qual não houve essa autorização, aconteceu o episódio da anulação desses elementos no inquérito pela instância superior, o STF.

Dividimos, para análise, esses episódios discursivos da seguinte forma:

- 1 – Conversa entre Temer e Joesley Batista
- 2 – Conversa entre Dilma e Lula
- 3 – Anulação da conversa entre Dilma e Lula

Cronologicamente, esses episódios ocorreram em tempos distintos. O episódio 1 se distingue dos episódios 2 e 3 no âmbito do conteúdo do acontecimento, mas integram-se discursivamente por causa de três aspectos: (a) natureza do acontecimento, (b) construção midiática e (c) efeitos de sentido. Além disso, estão imersos em uma mesma prática social das crises política e econômica, que tomou forma a partir dos diversos efeitos da investigação da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014.

O aspecto (a) da natureza do acontecimento refere-se à questão da gravação e divulgação de conversas reservadas e é diretamente constituído pela prática social das crises política e econômica. A construção midiática (b) é a operação dos organismos jornalísticos, que, movidos pelos interesses de audiência, concorrência e domínio de mercado, procuram conjugar a prática social aos interesses empresariais e de audiência.

Nessa construção midiática operam significações jornalísticas que os mantêm vivos, ou seja, no páreo pela disputa de leitores/internautas. Nesse caso, são articulados efeitos de sentido discursivos de verossimilhança dos acontecimentos, no caso a gravação das conversas, constituindo-as para a audiência uma espécie revelação de um pano de fundo que antes estava escondido.

Os efeitos de sentido (c) produzem interpretações que são colocadas como o único modo de ver os acontecimentos, que é a divulgação de uma conversa privada, atribuindo-lhe subliminarmente uma natureza ilícita. A mídia se vale da credibilidade própria apontada em pesquisas de opinião⁷⁹, em que pese os valores que vêm sendo construídos nos posicionamentos contrários nas redes sociais digitais, para se permitir impor uma interpretação dominante, que está impregnada por uma prática social que estabelece com o universo midiático uma relação de poder e dominação relativa.

Os episódios 1, 2 e 3, avaliamos, são fruto da prática social das crises política e econômica, que alimenta a necessidade jornalística de trazer a novidade, mas que parece não ultrapassar as fronteiras do que a mídia, entre os seus pares, espera ser dito. A conversa entre Michel Temer e o empresário Joesley Batista; a gravação entre Dilma Rousseff e Lula e a anulação deste diálogo, três meses depois, estão imersos na mesma natureza social, mas foram tratados de forma diversa quanto ao destaque jornalístico, à exposição linguística e a acentuação – no caso de Dilma – ou opacização, no tocante a Temer, quanto à transcrição do que teria sido dito por ambos.

Houve, portanto, movimentos de destaque e apagamento discursivo por parte da mídia, que operou de forma diversa, variação que se observa quando mudam os atores sociais. À luz de Traquina (2008), ambos os fatos têm o valor-notícia de relevância dos atores da notícia – Dilma, Temer, Lula, Joesley Batista e Sérgio Moro. E não houve um tratamento equânime no tocante a essa relevância jornalística conforme observamos nas amostras.

O que houve foi um seguimento de um ciclo de produções de sentido enquadrado em interesses específicos. Apesar de esses sentidos estarem imersos em uma mesma prática

⁷⁹ Ver capítulo 2.

social, houve uma naturalização dos discursos relevantes do momento, que foram construídos como se fossem a única forma possível de interpretação de uma natureza “escandalosa e revoltante” dos fatos divulgados.

No entanto, quando atores sociais de relevância midiática e face positiva também cometem ações negativas, a mídia tratou de preservar os efeitos de sentido aparentes do universo já construído, enfraquecendo, de forma linguística e discursiva, esse tipo de noticiário. Isso ocorreu quando a mídia divulgou o reconhecimento, por parte do juiz Sérgio Moro, do erro em gravar o áudio da então presidente Dilma Rousseff.

O acontecimento, alinhado discursivamente aos episódios 2 e 3⁸⁰, ocorreu bem depois, por ocasião do episódio da condenação do ex-presidente Lula em primeira instância. Na peça condenatória, o juiz Sérgio Moro reconhece um *mea culpa* da Justiça ao divulgar o áudio envolvendo a presidente Dilma. Mesmo assim, a relevância da natureza desse fato específico, que está sob o guarda-chuva da condenação de Lula, não se alinhou, nos jornais analisados, ao critério de relevância do ator da notícia porque os jornais trataram o fato de forma secundária, dando destaque à condenação.

Mostramos a seguir, linguística e discursivamente, que o fato do *mea culpa* do juiz Sérgio Moro em reconhecer que não devia ter divulgado o áudio não foi tratado pela mídia com o mesmo peso do que a divulgação da gravação em si das conversas entre Lula e Dilma Rousseff e entre Michel Temer e Joesley Batista, que foram até manchete de capa dos jornais analisados. Vejamos.

No dia 12 de julho de 2017, o ex-presidente Lula foi condenado a 9 anos e seis meses de prisão pelo juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância. Na peça condenatória, o magistrado afirmou que o petista foi beneficiado com R\$ 3,7 milhões em propina da OAS por conta de contratos com a Petrobras. Esse valor teria sido revertido em um apartamento tríplice, no Guarujá, que seria do ex-presidente. Os jornais analisados trouxeram a condenação como manchete principal. Vejamos na página a seguir:

80 Episódio 2 – Conversa entre Dilma e Lula. Episódio 3 – Anulação da conversa entre Dilma e Lula.

Moro condena Lula a nove anos de prisão no caso tríplex⁸¹
(Folha de S. Paulo, 13.07.2017)

Lula é o primeiro ex-presidente condenado⁸²
(O Globo, 13.07.2017)



O Globo veio com a manchete toda em maiúsculas, assim como no episódio do impeachment de Dilma, que analisamos logo mais. Além disso, os enunciados de O Globo e do Jornal do Commercio chamaram com mais destaque o fato de ser o primeiro ex-presidente condenado na história do País. Ou seja, essa nominalização atribuída a Lula (FAIRCLOUGH, 2001) foi colocada acima do fato em si, o que mostra, na construção linguística, essa ênfase na manchete.

O enunciado da Folha de S. Paulo foca o fato, mostrando no enunciado os dois atores principais em um embate em que Moro protagoniza a ação. O uso da construção canônica sujeito-verbo-objeto traz o juiz Sérgio Moro na autoria da ação e Lula, na categoria de objeto, ou seja, em uma posição inferior, recebendo a ação.

81 Disponível em: <https://goo.gl/xWFvLL>
82 Disponível em: <https://goo.gl/JGxBVJ>

Primeira vez na história desse País⁸³ (Jornal do Commercio, 13.07.2017)



No entanto, o que chamou mais atenção nossa é que nessa mesma peça condenatória, que tem 238 páginas, o juiz Sérgio Moro admite que possa ter errado ao ter gravado a presidente Dilma em março de 2016, na ocasião da tentativa de nomeação de Lula como ministro da Casa Civil, já que o fato foi criticado na época pelo ministro do STF relator da Lava Jato, Teori Zavascki, por se tratar de um juiz de primeira instância divulgar gravações de uma presidente da República, que tem foro privilegiado e só fica submetida juridicamente à Corte Suprema.

Embora esse fato não suplante, jornalisticamente, o valor-notícia de relevância em relação à situação de condenação, o fato de um juiz fazer um *mea-culpa* em uma peça judicial também tem relevância jornalística quanto aos atores da notícia (TRAQUINA, 2008) e não foi citado na capa. O Jornal do Commercio e a Folha de S. Paulo deram a informação um dia depois, no dia 14.07. Ambos trouxeram o assunto em uma matéria na parte inferior da página. O Globo não abordou o assunto.

Trecho da peça em que Moro reconhece que pode ter errado⁸⁴:

⁸³ Disponível em: <https://goo.gl/tkWPqG>

126. *Não deve o Judiciário ser o guardião de segredos sombrios dos Governantes do momento e o levantamento do sigilo era mandatário senão pelo Juízo, então pelo Supremo Tribunal Federal. **Ainda que**, em respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal, este julgador possa **eventualmente** ter errado no levantamento do sigilo, **pelo menos** considerando a questão da competência, a revisão de decisões judiciais pelas instâncias superiores **faz parte do sistema judicial de erros e acertos.***

Observando os trechos acima destacados em negrito, avaliamos que o magistrado utilizou-se de termos atenuantes para justificar um possível erro. A conjunção subordinativa concessiva “**ainda que**” indica uma introdução de ideias opostas. No plano do discurso, essa oposição funciona como um elemento de justificativa, de atenuante para dois atos que, a priori, se contrapõem, mas são unidos no final do raciocínio. O uso do advérbio “eventualmente” contribui para essa construção, uma vez que expressa possibilidade e, portanto, não uma certeza. E a presença da locução adverbial “pelo menos” cumpre um efeito de razoabilidade, de certo grau de acerto.

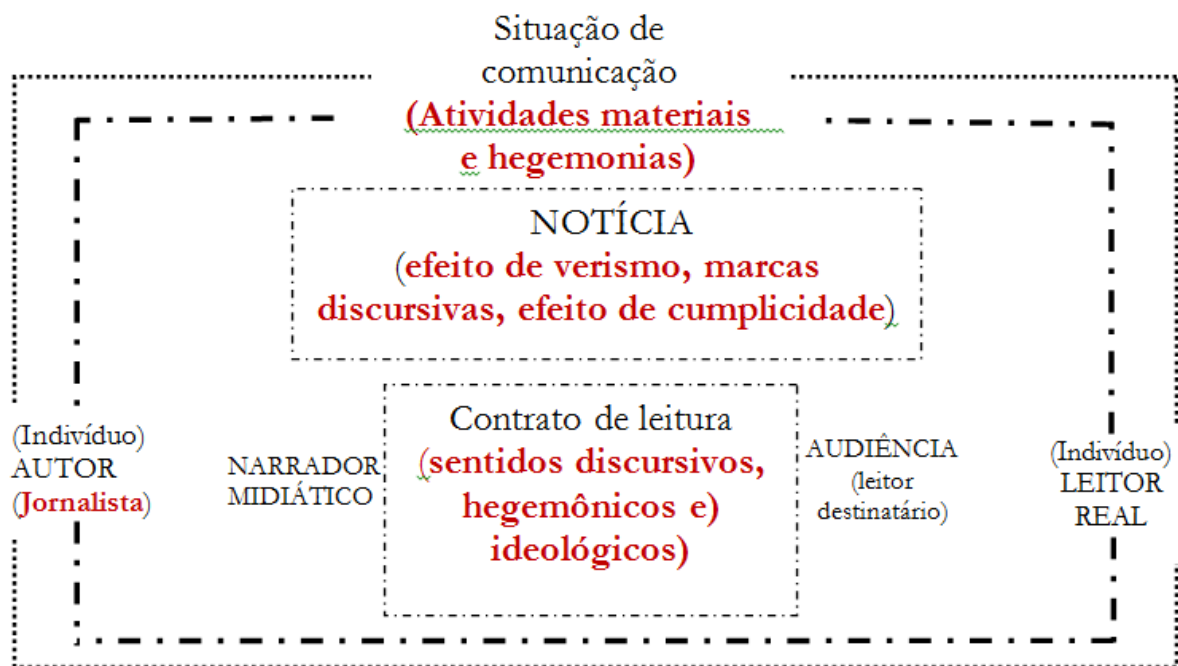
E, por fim, ao mencionar a frase “faz parte do sistema judicial de erros e acertos”, Sérgio Moro inclui no raciocínio de um possível *mea-culpa* todo um sistema judicial, como se esse tipo de erro fizesse parte da rotina do ambiente jurídico, segundo o argumento do magistrado. Portanto, utiliza-se de um tom amenizador no discurso para explicar um erro técnico, que foi a gravação da ex-presidente Dilma quando ainda estava no exercício do mandato. Um fato de relevância jornalística, haja vista a importância do ator que gerou a notícia e da ação que foge ao padrão comportamental de um organismo hegemônico, que é o poder judiciário, ao justificar erros e incluir nessa explicação todas as instâncias jurídicas.

Não havendo uma exploração mais contundente por parte da mídia sobre esse possível erro do juiz, também não houve uma oportunidade de explorar jornalisticamente e discursivamente os seus argumentos. É certo que o discurso da grande mídia, na sua operação rotineira, não busca formas de reação contestatória. Mas esse fato cria, independente do ator, um valor notícia de relevância, já que envolveu um magistrado que admite um erro, o que é, por si só, um elemento a levar em consideração. Houve, portanto, um ciclo pré-determinado de significação. O juiz que condena, a mídia que explora esse fato de forma canônica, sem aprofundar-se nas razões e nos argumentos que levaram a esse acontecimento. Não há janelas de raciocínio midiático que explorem nuances contraditórias ao fato maior. Usamos essas

manchetes de 2017 sobre Sérgio Moro nesse ponto da análise porque elas são necessárias para a avaliação do fato que lhe antecedeu, que foi a condenação de Lula.

Aplicando a esse momento da análise o nosso enquadramento sobre a prática social e o dispositivo de *encenação narrativa*, faremos algumas observações.

Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais: - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula	Discursos: - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade	Hegemonias: - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais	Ideologias: - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento	Teorias: - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

A prática social das crises política e econômica ancora-se no embate entre as forças hegemônicas Governo x Congresso x Ruas. Houve dentro das atividades materiais dos órgãos uma intensificação de uma guerra política com consequências econômicas, mas que obedecem no plano midiático a um ciclo repetitivo.

Percebemos uma dinâmica de reprodução de ideologias hegemônicas. Por conta dessa relação e pelo fato dos agentes midiáticos estarem inseridos em uma mesma prática social, os discursos repetem, de forma alinhada, uma série de acontecimentos.

Repetição esta que também está impressa no âmbito linguístico, o qual é uma parte desse sistema midiático de construção dos acontecimentos. Durante a observação do *corpus* desse estudo, identificamos a menção a termos que aparecem com alta recorrência nos enunciados jornalísticos, como mencionamos no início da análise.

Esse recurso constrói um contrato de leitura entre o ‘NARRADOR MIDIÁTICO’ e a ‘AUDIÊNCIA’ no qual ganha força a interpretação de que, à luz de Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough (2001) e Bakhtin ([1979] 2010), os sentidos discursivos reatualizam dizeres em um ciclo ideológico de valoração contra a corrupção. Esse panorama é constituído na articulação de marcas discursivas a partir do plano linguístico, verbal e não verbal, para alimentar e retroalimentar uma prática social que encontra nas crises política e econômica um terreno fértil para captar a adesão da ‘AUDIÊNCIA’.

Entendemos, no entanto, que os dois grandes momentos políticos analisados até agora: Momento 1 (Início do segundo mandato do Governo Dilma) e Momento 2 (Agravamento da crise do Governo Dilma) se retroalimentaram na mídia com assuntos recorrentes sobre corrupção, crise política, crise econômica, delações premiadas, gravações etc. São momentos que discursivamente compõem um cenário maior, dentro de uma prática social que também encapsula um terceiro momento, no qual ganha força a exposição midiática sobre denúncias que atingem o ex-presidente Lula e culmina com o impeachment da então presidente Dilma, como veremos na sequência.

Momento 3 (M3)

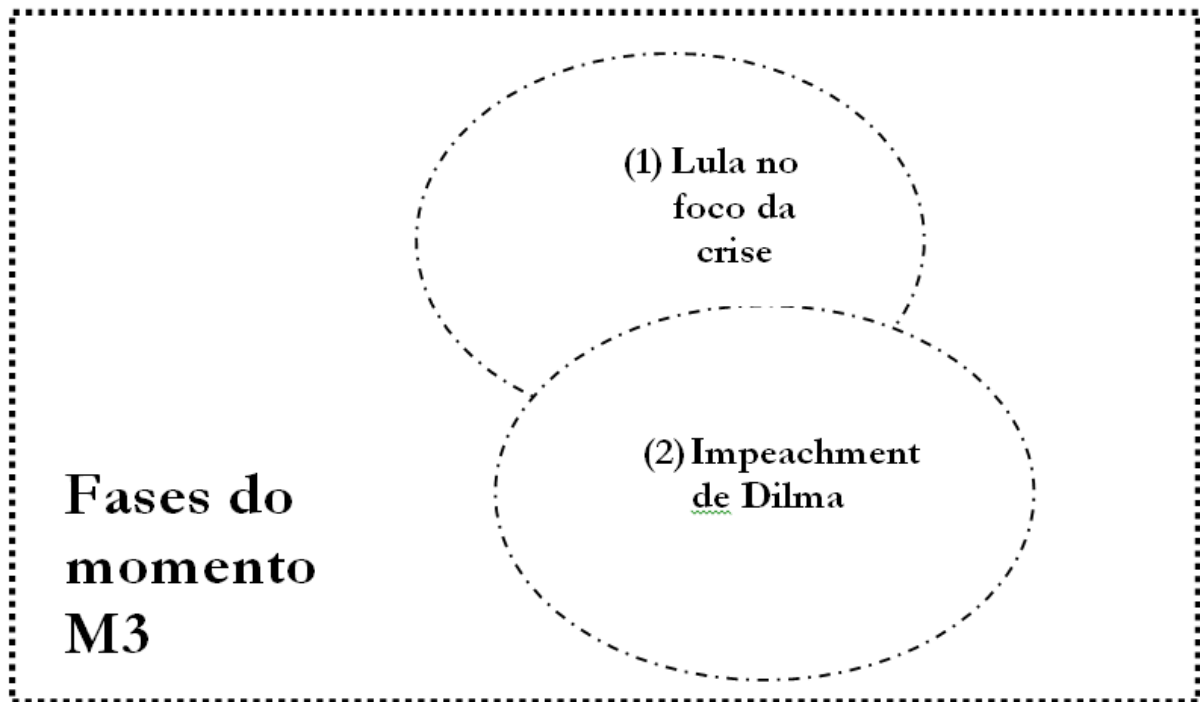
Lula no foco da crise; impeachment de Dilma

Ao cenário do Momento 2 (Agravamento da crise do Governo Dilma), discutido no item precedente, associam-se outros desdobramentos. Naquele contexto, duas forças se articulavam entre si: o Governo Dilma/aliados e os movimentos oposicionistas à petista, considerando-se a maioria do Congresso Nacional e das ruas. No Momento 3, que avaliamos agora, essas forças reagrupam-se em duas grandes fases ostensivamente midiáticas: (a) Lula no foco da crise e (b) impeachment de Dilma.

O início do ano de 2016, período cronológico em que situamos o Momento 3 de acordo com nossa análise, imprimia, a priori, a percepção de que era uma continuação de 2015 na pauta midiática em geral sobre a crise política e seus desdobramentos na economia. No decorrer dos meses, e devido à agenda congressista da apreciação do pedido de impeachment de Dilma e das denúncias contra o ex-presidente Lula, novos ingredientes somaram-se ao panorama político, abrindo lugar para capítulos do enredo dos problemas políticos brasileiros. Foi desenhado, aparentemente, um novo roteiro, mas com os mesmos personagens principais em questão: o ex-presidente Lula, a então presidente Dilma e o até então coadjuvante vice-presidente Michel Temer⁸⁵.

Observamos nos jornais analisados uma sequência de acontecimentos que revelam, muito mais do que os fatos, uma preparação discursiva para o que estava traçado no porvir, no caso, a mudança de comando do governo brasileiro. À luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), destacamos no diagrama abaixo duas grandes fases desse momento da prática social da crise política e econômica que obedecia a uma espécie de *looping* midiático sem destacar nas suas manchetes um questionamento crítico sobre como o Brasil chegava àquele ponto. Já afirmamos, anteriormente, que a mídia não se preocupa com esse questionamento, mas é constantemente criticada e cobrada por isso. Destacamos no diagrama abaixo as fases desse Momento M3:

85 O presidente Michel Temer também enfrentou momentos de crise, com denúncias de corrupção, mas depois se tornou novamente coadjuvante de um governo que, informalmente, acabou antes do final do mandato devido à corrida presidencial de 2018 e as consequentes movimentações políticas de alianças eleitorais.



As linhas tracejadas no diagrama acima mostram que essas fases articulam-se, na composição de um panorama do momento político do Brasil, mas, ao mesmo tempo, obedecem a um ritual pré-determinado, como se fossem capítulos de uma narrativa sobre a qual se soubesse antecipadamente o fim, ou pelo menos o aparente fim, e apenas foi cumprido um roteiro que permitisse chegar com lógica ao final projetado.

Por isso, a ordem das fases colocadas simboliza que o término de uma é praticamente a deixa para o impulsionamento da outra: *Acusações contra Lula – Impeachment de Dilma, sua sucessora*. Avaliaremos esse ciclo durante o exame dos enunciados selecionados. Percorrendo, à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), a articulação dessas fases dentro de um âmbito maior, que é a prática social das crises política e econômica, nomeada como uma grande rede que reúne esses temas, percebemos que estes se articulam em uma esfera pública de significações. E também são constituídos por essas significações, concorrendo para um aparente “final” de um conflito, no caso, o impeachment, para depois reiniciar outro ciclo.

No início do ano de 2016, houve uma centralização midiática na figura do ex-presidente Lula nas manchetes de capa dos jornais analisados. As notícias versavam constantemente sobre o envolvimento do petista no esquema de corrupção na Petrobras, com desdobramentos recorrentes ao caso do triplex do Guarujá e também do sítio em Atibaia, dos quais é atribuída ao ex-presidente a propriedade. Nos enunciados que mostramos a seguir, vemos que o “elemento Lula” funcionou como um catalisador para um desfecho que estaria

por vir, Uma vez que o petista era o principal fiador eleitoral da presidente Dilma, se ele ruísse, a base do governo, já atingida pelas investidas da maioria do Congresso, também não resistiria aos argumentos do “impeachment político” e das “pedaladas fiscais”.

No dia 28 de janeiro de 2016, os três jornais analisados expuseram como manchete principal a nova fase da Operação Lava Jato, que investigava se o imóvel tríplice no Guarujá pertencia a Lula e se foi fruto de dinheiro desviado da Petrobras através da empreiteira OAS. O tema virou um assunto recorrente durante todo o ano e culminou, no dia 24 de janeiro de 2018, na confirmação da condenação do petista em segunda instância, pelo TRF4. Vejamos:

JANEIRO 2016		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
Nova fase da Lava Jato mira imóvel tríplice ligado a Lula	Lava-Jato se aproxima de Lula e preocupa Planalto	Lava Jato chega mais perto de Lula

Os três jornais usaram nos enunciados um léxico cujos sentidos remetem à aproximação. “Imóvel tríplice ligado a Lula”, diz a manchete da Folha de S. Paulo, que, além de aproximar, afirma que o imóvel, ainda não comprovado, é ligado ao ex-presidente. Foi usado o verbo “ligar”, flexionado no particípio passado “ligado”.

O tempo verbal denota uma espécie de certeza, de algo que já é dado como verdadeiro, ou seja, de que o imóvel pertenceria realmente ao ex-presidente, quando, juridicamente, ainda não havia sido provado. Ainda sobre o uso desse verbo, cujo sentido é “unir, prender, atar”, remete ambigualmente ao fato do imóvel estar ligado a Lula e também ao aspecto da Operação Lava Jato ligar o imóvel a Lula, conferindo, nesse segundo sentido, um afastamento discursivo do jornal aos direcionamentos da Operação da Polícia Federal.

O Globo e Jornal do Comercio não trouxeram no enunciado principal o aspecto do tríplice, preferindo aderir à figura do ex-presidente a Operação Lava Jato como um todo. Houve uma espécie de “metonímia discursiva”, trocando a parte pelo todo, podendo até agravar ainda mais a imagem do ex-presidente, uma vez que o elemento “Lava Jato” tem força ideológica maior do que o elemento “tríplice” porque o primeiro traz consigo um agir relativamente hegemônico. E o segundo é valorado discursivamente no âmbito da narrativa de combate à corrupção. Na manchete do Jornal do Comercio, chama atenção a foto do ex-presidente, com um ar de preocupação e cabisbaixo, alinhando com o fato, embora

necessariamente possa não ser essa a foto da ocasião em que o ex-presidente tenha falado sobre o assunto:



A questão do alinhamento da imagem ao fato não é uma prática comum na mídia, mas o que se percebe ao analisar os enunciados é que a escolha de determinada imagem para ilustrar uma manchete traz também marcas discursivas que autenticam o encaminhamento de um assunto em direção a um único sentido, incorrendo em uma desinformação, justamente o oposto do que é a atribuição dos órgãos de comunicação e jornalistas.

Um fato semelhante foi o que ocorreu neste mesmo jornal no dia 23 de fevereiro de 2016, quando a manchete “Contrapropaganda” chamava para a reportagem sobre a decretação da prisão temporária de João Santana, marqueteiro das campanhas de Dilma e Lula. Santana foi acusado de receber propina da Odebrecht e Petrobras como pagamento dos serviços prestados ao PT. Destaque para a foto de Lula, Dilma e João Santana com olhares sérios entre si. No entanto, a foto não era da ocasião, e nem poderia ser, uma vez que não haveria como reunir os três após a prisão do marqueteiro.

A legenda, ao contrário do episódio anterior, contextualiza a foto, afirmando que aquela imagem foi de 2010, na ocasião da gravação para a campanha às eleições presidenciais, mas, mesmo assim, a leitura automática da manchete com a foto já impulsiona para uma significação negativa, mesmo que haja, em letras pequenas, um esclarecimento na legenda. Vejamos:



(Jornal do Commercio, 23.02.16)

Sutiã (texto abaixo da manchete principal):

Marqueteiro de campanhas de Dilma e Lula tem prisão temporária decretada na 23^a fase da Lava Jato. João Santana é acusado de receber propina da Petrobras e Odebrecht como pagamento por serviços eleitorais prestados ao PT. Oposição vai usar indícios contra publicitário em ações no TSE que pedem cassação de Dilma. > páginas 3, 4 e 8

Legenda da foto:

2010 João Santana, Dilma e Lula em gravação durante as eleições presidenciais

O termo utilizado na manchete (Contrapropaganda) significa, nos dicionários, uma propaganda que anula os efeitos de outra. A contrapropaganda no âmbito político, como o próprio Garcia (1999) afirma, associa personagens ou fatos a características negativas, anulando, ou tentando anular o efeito positivo que suas mensagens tenham manifestado. No caso da manchete com a foto de Lula, Dilma e João Santana, por ocasião de divulgação da campanha eleitoral, a imagem, produzida pelo fotógrafo oficial da campanha⁸⁶ e enviada à

⁸⁶ Robert Stuckert.

imprensa como divulgação, foi usada em um contexto que inverteu o seu sentido original, de positivo - porque se tratava do planejamento da campanha - para o negativo - com a ligação entre o marqueteiro e os ex-presidentes em um esquema de corrupção.

Na verdade, esses fatos e outros se somam a uma construção discursiva que dá subsídios discursivos e interpretativos, através da desconstrução de Lula e do Governo Dilma, para a assimilação de outra fase, que é o processo de impeachment. A figura de Lula envolvida em corrupção foi tema de várias outras manchetes ao longo do ano, conforme constatamos abaixo, em meses diferentes.

As tabelas que serão mostradas a partir de agora mostram um recorte do noticiário de capa dos jornais analisados nesse momento M3, que compreende desde o início de 2016 até outubro de 2017, quando a Câmara Federal barrou a segunda denúncia contra o presidente Temer. Os enunciados analisados seguem uma linha cronológica para melhor entendimento da abordagem discursiva midiática quanto aos elementos centrais das manchetes.

Em fevereiro de 2016, observamos várias manchetes ora focalizando a suspeita do envolvimento de Lula em ilícitudes, ora as dificuldades enfrentadas pela então presidente Dilma, como nos excertos abaixo:

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA
FEVEREIRO 2016	
<p>Lula admite ida a tríplex com OAS, mas nega ser o dono (O Globo, 1.02.16)</p> <p>Lula tem a confiança abalada entre recifenses (Jornal do Commercio, 22.02.16)</p>	<p>Dilma pede ajuda ao Congresso contra recessão (O Globo, 3.02.16)</p> <p>Dilma pede apoio ao Congresso e é vaiada ao defender a CPMF (Folha de S. Paulo, 3.02.16)</p>

Os enunciados acima sobre Lula e Dilma estabelecem entre si discursivamente uma intertextualidade temporal, uma vez que os fatos negativos atribuídos a Lula refletem-se nos fatos que envolvem a petista, e vice-versa. No aspecto linguístico, observamos um léxico de palavras negativas que, associadas a uma transitividade direta que, tanto na voz verbal ativa como na passiva, colocam Lula e Dilma como artífices do próprio desfavorecimento. Nas manchetes sobre Lula, o petista é agente da ação no enunciado de O Globo (Lula admite ida a tríplex com OAS, mas nega ser o dono) e receptor da ação verbal na manchete do Jornal do Commercio (Lula tem a confiança abalada entre recifenses).

O mesmo aspecto é observado em relação à Dilma nas manchetes das amostras (Dilma pede ajuda ao Congresso contra recessão), (Dilma pede apoio ao Congresso e é vaiada ao defender CPMF). Nesse segundo enunciado, a petista é agente da ação, mas a segunda parte da oração ([...] é vaiada ao defender CPMF) confere ao movimento da presidente uma característica fragilidade política de quem “pediu” ajuda e recebeu vaias, colocando-a sempre em desvantagem.

O mesmo mecanismo de associação discursiva entre Lula e Dilma ocorreu entre março e setembro de 2016, período em que as desidratações políticas de ambos eram protagonizadas nas manchetes dos jornais analisados, das quais trazemos algumas amostras:

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA
MARÇO 2016	
<p>Um mito desgastado (Jornal do Commercio, 6.03.16)</p> <p>Lava Jato atinge Lula e o obriga a depor; ex-presidente vê perseguição (Folha de S. Paulo, 5.03.16)</p> <p>Lava Jato força Lula a depor, e petista apela à militância (O Globo, 05.03.16)</p>	<p>Governo já vê risco de derrota no impeachment (Folha de S. Paulo, 22.03.16)</p> <p>Um poço sem fundo (Jornal do Commercio, 04.03.16)</p>
ABRIL 2016	
<p>Para salvar Dilma, Lula mira votos no Norte e NE (Folha de S. Paulo, 4.04.16)</p>	<p>"ESTOU FORA DO BARALHO" (Jornal do Commercio, 14.04.16)</p> <p>IMPEACHMENT! (Folha de S. Paulo, 18.04.16)</p> <p>PERTO DO FIM (O Globo, 18.04.16)</p> <p>Dilma sofre derrota histórica na Câmara IMPEACHMENT AVANÇA (Jornal do Commercio, 18.04.16)</p>

As manchetes das amostras trazem efeitos de sentido que ligam o desgaste de Lula e o ainda provável impeachment de Dilma. Nos dias 5 e 6 de março de 2016, nos enunciados do Jornal do Commercio (Um mito desgastado), Folha de S. Paulo (Lava Jato atinge Lula e o

obriga a depor; ex-presidente vê perseguição) e O Globo (Lava Jato força Lula a depor, e petista apela à militância) o foco é a construção da culpabilidade do ex-presidente.

As manchetes são referentes ao mandado de condução coercitiva expedido pelo juiz Sérgio Moro contra o petista. O adjetivo “desgastado” na primeira manchete e as expressões da Folha de S. Paulo “atinge Lula”, “e o obriga a depor” e de O Globo “e o força a depor” constroem discursivamente a posição do ex-presidente em um lugar de culpabilidade.

Há nos enunciados a construção de uma ação de poder da Polícia Federal, organismo inscrito hegemonicamente no lugar de agente da segurança e moralidade, sobre um político que, por estar na condição de investigado, situa-se em um patamar subordinado ao órgão. E o fato de ser “obrigado” ou “forçado” a fazer algo remete opostamente a uma ideia de que o alvo da ação se recusaria a fazê-lo espontaneamente.

Esse cenário envolvendo Lula está ligado discursivamente ao agravamento da situação de Dilma, como retratam as manchetes da Folha de S. Paulo (Governo já vê risco de derrota no impeachment) e Jornal do Commercio (Um poço sem fundo). Nesta última, destacamos a exposição da foto da presidente cabisbaixa, como se estivesse prestes a perder ou perdido as condições de governabilidade:



No entanto, a manchete acima trata da queda histórica do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, que foi de 3,8% em 2015, o pior índice da história desde o Governo Collor, e também sobre a delação do então senador petista Delcídio do Amaral. Segundo ele, Dilma teria influenciado a Justiça e tentado comprar o silêncio de investigados.

Houve, nesse caso, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999), a associação discursiva de aspectos políticos e econômicos, que foi o encolhimento da economia brasileira e a delação de Amaral com a interpretação, ainda não concretizada, do fracasso da governabilidade do País. No entanto, essas manchetes com Dilma ocorreram no mesmo mês da condução coercitiva do ex-presidente e, portanto, fazem, temporal, discursiva e subliminarmente uma associação com o petista.

Em abril, as duas manchetes destacadas chamaram atenção porque expõem, de forma diferente, a presidente Dilma em situação de quase irreversibilidade política. Em “Para salvar Dilma, Lula mira votos no Norte e NE”, a Folha de S. Paulo explorou um movimento político do ex-presidente em favor de sua herdeira política, e o enunciado a situa em uma posição de fragilidade. O uso do verbo “salvar” remete a um sentido de que alguém ou algo está em perigo e, mais, não sairá da situação difícil sem ajuda externa.

Dez dias depois dessa manchete, outro jornal, o JC, ao noticiar um pronunciamento da petista sobre sua situação política, traz na manchete dois enunciados em fontes de tamanho e tipografia diferentes. Vejamos a reprodução da manchete para melhor entendimento:

Dilma propõe pacto se ganhar. Mas se perder...

“estou fora do baralho”

Presidente diz em entrevista que vai tentar repactuação com todos os setores do País se impeachment não passar na Câmara. Mas, se o processo seguir em frente e ela for derrotada no Senado, admite que não tem mais o que fazer. Páginas 3 e 4

Jornal do Commercio, 14.04.16

O enunciado completo da manchete inicia, como observamos, com uma frase anterior em letras bem menores do que a “estou fora do baralho”. Mesmo sem conectivos explícitos, a manchete focaliza como mensagem mais importante a expressão “estou fora do baralho”, que se sobrepõe ao foco do discurso da petista, que era o de propor um pacto político com o Congresso, aspecto situado na parte menos visível do enunciado. Houve a utilização de uma parataxe, na qual os enunciados funcionam coordenadamente no aspecto linguístico e trazem, a partir dessa relação, um efeito discursivo de autoritarismo. Como diz Fairclough ([2005] 2012), as frases justapostas também são uma forma de impor determinados efeitos de sentido.

Nas edições do dia 18 de abril de 2016, um dia após os deputados federais aprovarem o seguimento do processo de impeachment da presidente Dilma, os três jornais, naturalmente, colocaram os assuntos como manchete principal. No entanto, o afastamento da presidente só

iria acontecer em maio, mas a Folha de S. Paulo usou o recurso do ponto de exclamação na manchete (Impeachment!), atribuindo uma valoração discursiva de finalização do processo de impeachment. Esse ponto de exclamação do jornal paulista expõe um reforço na mensagem de que ocorreu algo já esperado. Equivale discursivamente à manchete de O Globo (Perto do fim) e do Jornal do Commercio (Avança), conforme a tabela acima.

A partir de maio, quando houve efetivamente o afastamento de Dilma Rousseff do cargo, os enunciados jornalísticos focalizaram com maior intensidade as primeiras ações do Governo Temer e as investigações contra Lula. As amostras abaixo são um recorte do *corpus* estendido, mas como a incidência dos assuntos referentes a Lula e Temer ganharam mais destaque, expusemos na seleção também uma maior parte de enunciados referentes a esses dois personagens. Representar aqui a totalidade das manchetes iria estender o estudo e não faria diferença para o propósito, que é o de mostrar os atores que são alvo do direcionamento midiático. Vejamos o comparativo, nas próximas páginas, com os três atores: Lula, Dilma e Temer:

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA	MANCHETES COM TEMER
MAIO 2016		
<p>Janot denuncia Lula e afirma que ex-presidente viabilizou Petrolão (Folha de S. Paulo, 4.05.16)</p> <p>Dilma, Lula, Cunha e Aécio na mira de Janot (Jornal do Commercio, 3.05.16)</p> <p>Lula é denunciado ao STF (O Globo, 4.05.16)</p>	<p>DILMA AFASTADA TEMER ASSUME COM REFORMAS (O Globo, 12.05.16)</p> <p>Entre o adeus e o até breve (Jornal do Commercio, 12.05.16)</p>	<p>Temer promete 'governo de salvação e Estado menor' (O Globo, 13.05.16)</p> <p>Temer perde 2º ministro em 19 dias de governo (Folha de S. Paulo, 31.05.16)</p> <p>Prova de fogo de Temer ainda está 'por vir' (Jornal do Commercio, 21.05.16)</p>
JUNHO 2016		
<p>STF envia inquérito de Lula a Moro e anula escuta de Dilma (O Globo, 14.06.16)</p>	<p>Marcelo Odebrecht diz que Dilma tratou sobre propina (Jornal do Commercio, 4.06.16)</p> <p>Perícia vê crime de Dilma em decretos, não nas pedaladas (Folha de S. Paulo, 28.06.16)</p> <p>Esquema da Petrobras pagou despesas pessoais de Dilma (O Globo, 3.06.16)</p>	<p>'É uma guerra', diz Temer após um mês de governo (Folha de S. Paulo, 12.06.16)</p> <p>Delator envolve Temer e outros 24 políticos em esquemas de propina (Folha de S. Paulo, 16.06.16)</p> <p>Lava Jato derruba 30 ministros de Temer em cinco semanas (Folha de S. Paulo, 17.06.16)</p> <p>Temer citado em delação (Jornal do Commercio, 16.06.16)</p> <p>Delator acusa Temer e outros 22 políticos de pedirem propina (O Globo, 16.06.16)</p>

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA	MANCHETES COM TEMER
JULHO 2016		
<p>Lula orientou empreiteiras em reforma de sítio, diz PF (Folha de S. Paulo, 29.07.16)</p> <p>Lula se torna réu sob acusação de tentar sabotar a Lava Jato (Folha de S. Paulo, 30.07.16)</p> <p>Lula vira réu na Lava-Jato (O Globo, 30.07.16)</p> <p>Lula vira réu por obstrução da Justiça (Jornal do Commercio, 30.07.16)</p>	<p>PT já não acredita na volta de Dilma (O Globo 31.07.16)</p>	<p>Temer planeja privatizar aeroportos da ponte aérea (Folha de S. Paulo, 10.07.16)</p> <p>Temer aconselhou Cunha a renunciar à presidência (O Globo, 6.07.16)</p> <p>Aliado de Temer ganha na Câmara com votos do PT (21.07.16)</p>
AGOSTO 2016		
<p>Receita aponta desvio e tira isenção do Instituto Lula (Folha de S. Paulo, 29.08.16)</p> <p>STF autoriza inquérito contra Lula e Dilma (O Globo, 17.08.16)</p> <p>STF abre inquérito contra Lula e Dilma (Jornal do Commercio, 17.08.16)</p>	<p>À espera do veredicto (Jornal do Commercio, 30.08.16)</p> <p>Senado torna Dilma ré em processo de impeachment (Folha de S. Paulo, 10.08.16)</p> <p>Até PT avalia que discurso de Dilma não deve evitar sua saída (O Globo, 30.08.16)</p>	<p>Rio inaugura Olimpíada com festa grandiosa e vaias a Temer (Folha de S. Paulo, 6.08.16)</p> <p>Julgamento final começa, e Temer já prepara posse (O Globo, 25.08.16)</p> <p>Temer garante que não disputará eleição (Jornal do Commercio, 10.08.16)</p>

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA	MANCHETES COM TEMER
SETEMBRO 2016		
<p>Lava-Jato: Lula era o 'comandante máximo' de esquema criminoso</p> <p>Moro vai julgar Lula (Jornal do Commercio, 21.09.16)</p> <p>Lula declara guerra à Lava Jato (Jornal do Commercio, 16.09.16)</p> <p>Acusado de corrupção, Lula será julgado por Sérgio Moro (Folha de S. Paulo, 21.09.16)</p>	<p>SENADO DESTITUI DILMA; TEMER PEDE PACIFICAÇÃO (Folha de S. Paulo, 1.09.16)</p> <p>Impeachment no STF*</p> <p>Dilma tenta anular sessão do julgamento do impeachment no Senado (Jornal do Commercio, 2.09.16)</p>	<p>Gestão Temer quer licitar de novo rodovias e aeroportos (Folha de S. Paulo, 12.09.16)</p> <p>DILMA ESTÁ FORA E AGORA, TEMER? (O Globo, 1.09.16)</p> <p>“Presente e futuro nos desafiam” (1.09.16)</p>

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA	MANCHETES COM TEMER
OUTUBRO 2016		
<p>Emilio Odebrecht cita Lula em delação (Jornal do Commercio, 24.10.16)</p> <p>PF aponta nova suspeita contra Lula (Folha de S. Paulo, 25.10.16)</p>	<p><i>Sem ocorrência de referência a Dilma na manchete principal de capa.</i></p>	<p>Câmara dá vitória a Temer a aprova limite de gasto federal (Folha de S. Paulo, 11.10.16)</p> <p>Por ampla maioria, Câmara aprova teto de gastos (O Globo, 11.10.16)</p> <p>Vitória de Temer na PEC dos gastos (11.10.16)</p>
NO VEMBRO 2016		
<p>PF investiga se Odebrecht fez reforma de piscina para Lula* (Folha de S. Paulo, 13.11.16)</p>	<p>Campanha de Dilma pagou despesas de Temer em 2014 (Folha de S. Paulo, 28.11.16)</p>	<p>Ministro acusa homem forte de Temer ao deixar Cultura (Folha de S. Paulo, 19.11.16)</p> <p>Sob pressão, Temer promete vetar anistia à caixa 2 (O Globo, 28.11.16)</p> <p>Temer quer ministro que não seja 'metido com nada' (Jornal do Commercio, 26.11.16)</p>

MANCHETES COM LULA	MANCHETES COM DILMA	MANCHETES COM TEMER
DEZEMBRO 2016		
<i>Não houve manchete com referência direta a Lula. O foco foram denúncias contra Temer.</i>	<i>Não houve manchete com referência direta a Dilma. O foco foram denúncias contra Temer.</i>	<p style="text-align: center;">PF faz busca em gráfica de campanha de Temer (Folha de S. Paulo, 28.12.16)</p> <p style="text-align: center;">Delatores citam Temer, Renan, Maia, Padilha, Moreira, Alckmin, Serra... (O Globo, 10.12.16)</p> <p style="text-align: center;">PEC do Teto é maior vitória de Temer (Jornal do Commercio, 14.12.16)</p>

Observamos que as investigações contra Lula e o impeachment de Dilma dominaram o espaço editorial principal dos jornais analisados até meados de setembro de 2016. A partir desse período, intensificaram-se as manchetes referentes ao Governo Temer, mas também houve continuidade da focalização em Lula ao longo do ano de 2016, mesmo em menor número.

Foi criada uma conjuntura discursiva regular, evidenciando na mídia o processo de impeachment e, ao mesmo tempo, trazia a figura de Lula envolvido em denúncias como um agente catalisador de um cenário adverso da era petista. Os enunciados do noticiário contra Dilma e Lula criaram, entre si, uma intertextualidade temporal, uma vez que orbitavam retroalimentando-se midiaticamente. No entanto, após o fechamento do ciclo do impeachment, os dois outros ciclos, protagonizados por Lula e Temer, ganharam o palco midiático, criando, entre si, uma nova intertextualidade temporal.

O enquadramento teórico do cenário do momento M3 leva-nos às seguintes reflexões, a partir do enquadramento na prática social e no dispositivo de *encenação narrativa*:

Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais: - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula	Discursos: - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade	Hegemonias: - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais	Ideologias: - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento	Teorias: - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

A mídia analisada tratou as atividades materiais das investigações contra Lula e do impeachment contra Dilma como assuntos dominantes daquele momento político. A ainda coadjuvância do personagem Temer obedeceu a um ciclo de semiotização que instituiu a artilharia midiática contra Lula e Dilma como a parte mais importante da situação de comunicação.

O ‘NARRADOR MIDIÁTICO’ estabeleceu no contrato de leitura com a sua ‘AUDIÊNCIA’ uma ordem de importância dos assuntos, que imprimiu ao impeachment de Dilma um ciclo de vida temporário, fazendo-o parecer que havia perdido a importância após o processo ser transcorrido na Câmara e no Senado. A possibilidade de reflexão crítica sobre a validade ou não do impeachment foi abordada pelos jornais, mas de forma secundária, não aparecendo com enfoque e frequência suficiente para confrontar o noticiário de maior peso editorial, que foram as investigações contra Lula e o que seriam os crimes da presidente.

Vejam, com base na análise do contexto social desse período entre janeiro de 2016 até meados de setembro do mesmo ano, porque chegamos a essa previsão conclusiva de falta de uma abordagem mais questionadora por parte da mídia sobre a validade do impeachment.

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou, por 367 votos a 137, a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Ela foi acusada de dois crimes: manobras fiscais e edição de crédito suplementar sem aval do Congresso Nacional. No dia 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República, após o Senado afastar a então presidente Dilma Rousseff para a instauração do processo de impeachment. E no dia 31 de agosto de 2016 a petista foi julgada culpada por 61 dos 81 senadores, em sessão presidida pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski.

Os dois crimes dos quais a ex-presidente foi acusada alimentaram durante todo esse período a pauta midiática, trazendo a reboque discussões secundárias sobre a legalidade ou não do processo de impeachment e as razões fiscais atribuídas à gestão da petista. As chamadas “pedaladas fiscais” são o atraso de repasses do Tesouro Nacional para que bancos públicos – CEF, Banco do Brasil e BNDES - pagassem obrigações do governo com programas sociais e empréstimos subsidiados, como o Bolsa Família, abono salariais e o seguro-desemprego, entre outros.

Por conta desses atrasos, as instituições tiveram de quitar as despesas com recursos dos correntistas. No entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) e da maioria dos parlamentares, as manobras foram operações de crédito ilegais entre os bancos e seu

controlador, a União, porque não tiveram autorização Legislativa, como determina o Código Penal. O TCU cita, no parecer que rejeitou as contas de 2014 do Governo Dilma, o aumento da dívida líquida, mas referente até o ano 2014, ou seja, ainda no primeiro mandato da petista e não no mandato corrente, ao qual o impeachment foi aplicado:

No que tange à dívida pública, merece destaque o aumento de R\$ 256,8 bilhões da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) entre 2013 e 2014, quando alcançou o montante de R\$ 1.883,1 bilhões.⁸⁷

A outra acusação é a edição de crédito suplementar sem o aval do Congresso Nacional, ou seja, de ter aumentado gastos do governo sem autorização do Legislativo. Essa ação é vedada no artigo 167 da Constituição que diz, nos incisos III e V ser proibida:

Inciso III: “a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;”⁸⁸

Inciso V: “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”⁸⁹

Portanto, essa avaliação nas contas de 2014 está fora do segundo mandato do Governo Dilma, que só iniciou em 2015. Esse fator, segundo especialistas, impediria o seu julgamento por estar fora do então atual mandato, conforme prevê o artigo 86 da Constituição Federal⁹⁰. E as contas do período de governo reeleito só foram apreciadas e rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União no dia 5 de outubro de 2016, ou seja, após o impeachment e já no governo de Michel Temer. Há, todavia, divergências quanto a esse entendimento.

Existe também a interpretação dos juristas de que o impeachment também tem o viés político, indicando a falência da governabilidade, uma vez que a presidente não tinha o apoio da maioria do Congresso. E esse aspecto também encontra argumentos na Constituição Federal, conforme observou o jurista Ives Gandra Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Unip e da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

⁸⁷ Disponível em <https://goo.gl/peKCrg>.

⁸⁸ Disponível em: <https://goo.gl/DoVvtA>

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Disponível em: <https://goo.gl/QFzeen>

Em artigo publicado no site Gazeta do Povo⁹¹, o especialista afirma que a mesma Constituição Federal prevê, no inciso 4 do artigo 37⁹², que o ato de improbidade administrativa do agente público também é constituído pela violação da honestidade, legalidade e lealdade às instituições. Nessa esfera, segundo ele, também entram as denúncias de desvios de dinheiro da Petrobras que estão entre os dois mandatos da presidente, o que poderia, segundo o jurista, ser interpretado como negligência da então chefe de estado.

Os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Pascoal, autores do pedido de impeachment que foi aceito em 2 de dezembro de 2015, pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB), na época presidente da Câmara Federal, entregaram o documento no dia 1 de setembro de 2015. Na peça, na qual acusam a ex-presidente Dilma de crime de responsabilidade, só mencionam ações do governo no tocante a operações contábeis até 2014, conforme, por exemplo, o trecho a seguir:

27. Desse modo, do montante de R\$ 7,8 bilhões despendidos com subsídios concedidos no programa entre 2009 e 2014, apenas R\$ 1,6 bilhão foi repassado pela União ao FGTS, conforme atestam dados encaminhados pela CAIXA. Ou seja, dos R\$ 7,8 bilhões que deveriam ter sido pagos aos mutuários, apenas R\$ 1,6 foi desembolsado pela União, sendo que o restante, no montante de R\$ 6,2 bilhões, foi pago com recursos do FGTS, a título de adiantamento.⁹³

Segundo o Governo Dilma, o atraso no pagamento aos bancos é previsto em contrato assinado com as instituições e essa prática já teria sido feita em outros governos, a exemplo da gestão de Fernando Henrique Cardoso. Uma reportagem da Folha de S. Paulo⁹⁴ publicada no dia 26.04.15, mostra que o uso do artifício das “pedaladas” ocorre desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na época, o tucano fechou o período entre 1999 e 2002 com um deficit – em valores corrigidos – equivalente a R\$ 918 milhões em maio de 2000 como o seguro-desemprego.

Na mesma matéria, a Folha de S. Paulo afirma que, nos dois mandatos do ex-presidente Lula, os rombos teriam caído e, no Governo Dilma, as manobras resultaram em

⁹¹ Disponível em: <https://goo.gl/VzXGGt>

⁹² Inciso 4, artigo 37 da Constituição Federal: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

⁹³ Disponível em: <https://goo.gl/6aqDCY>

⁹⁴ Disponível em: <https://goo.gl/smM7i6>

rombos maiores, como na virada de 2013 para 2014, quando a Caixa Econômica Federal apresentou um déficit de R\$ 4,3 bilhões. Esses e outros valores chamaram atenção do TCU, segundo a matéria. A superação do valor no Governo Dilma sobre os governos FHC e Lula foi justamente o assunto principal da manchete da capa deste dia na Folha de S. Paulo e não a similaridade com as práticas dos governos anteriores, com vemos na reprodução abaixo:

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • DOMINGO, 26 DE ABRIL DE 2015 • Nº 31.434

EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA À 0H04 • R\$ 5,50



Equipe de resgate tira homem de escombros de prédio destruído na capital, Katmandu

Manobras fiscais batem recorde sob gestão Dilma

Adotado desde FHC, artifício usa verba de benefícios sociais para cobrir contas

O governo usa recursos da Caixa Econômica Federal destinados a benefícios sociais para cobrir suas contas desde o governo FHC. Mas foi sob Dilma que a manobra tornou-se a regra do bilhão.

Sob Lula (PT), o rombo mais expressivo foi de R\$ 750 milhões no final de 2007 para pagar abono salarial. É responsabilidade do Tesouro repassar esses valores ao banco, mas o ônus tem

O método das chamadas “pedaladas fiscais” foi adotado desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, como diz o texto abaixo da manchete. Estávamos em abril, perto da votação do impeachment pela Câmara, e esse assunto foi secundarizado na edição. A questão dos crimes que são atribuídos a Dilma foi aparentemente discutida na mídia. Não faltaram discussões, repercussões sobre a validade jurídica ou não do processo, mas não tiveram, como observamos durante o exame das manchetes, protagonismo nos enunciados principais.

Esses fatos, portanto, não foram abordados de forma essencial pela mídia, que operou agendando os acontecimentos como capítulos de uma novela, a do impeachment, sem se deter sobre as razões desses capítulos serem dessa forma e não de outra. A partir do impeachment, em maio de 2016, o ciclo das crises política e econômica passava agora a constituir o Governo Temer. Período também foi marcado pela aceleração das investigações contra Lula. Poucos

dias após assumir o comando do País, o peemedebista enfrentou as primeiras manchetes negativas e o petista, agora sem a sucessora no Planalto, foi condenado e preso, como veremos no momento 4 (M4).

Momento 4 (M4)

Temer e Lula no foco

No terceiro momento (M3), dissemos que os jornais analisados trouxeram nas manchetes uma intertextualidade temporal entre a investigação contra o ex-presidente Lula e o impeachment da então presidente Dilma. Avaliamos que os fatos se revezavam nas manchetes em uma sincronia discursiva que caracterizava de forma intrínseca os episódios relacionados aos petistas, como se um fosse a consequência do outro. Ou seja, Lula investigado correspondia a uma Dilma cada vez mais enfraquecida politicamente.

Em muitas manchetes, os termos "Lula" e "Dilma" apareceram juntos. Quando Temer assumiu interinamente o Governo e após a sua confirmação no comando do País, o noticiário voltou-se para os primeiros passos desse governo, mas houve também seguimento dos fatos relacionados às investigações contra Lula, que se acentuaram à medida que avançavam os passos jurídicos do processo contra o petista, relacionado ao tríplex do Guarujá, culminando na sua prisão, em abril de 2018.

Nesse momento M4, vamos analisar a simultaneidade linguística, discursiva e social do noticiário sobre o Governo Temer e a agudização do processo contra o ex-presidente Lula e observar se houve, temporalmente, uma ligação entre ambos os cenários e se essa ligação também ocorreu de forma intrínseca, sob a ótica discursiva, assim como aconteceu em relação entre Dilma e Lula, como analisado no momento M3. Selecionamos entre o fim do primeiro semestre de 2016 e o ano de 2017 manchetes sobre Temer e Lula e vamos exibir nesse estudo uma amostragem mês a mês.

Nosso propósito, inicialmente, era construir uma amostragem a partir de 2017, mas observamos que os fatos envolvendo Lula e o Governo Temer já começaram a dar sinais de um novo (ou velho) *script* de crise já a partir do segundo semestre de 2016. Por conta disso, esse recorte olhou para alguns episódios daquele ano e avançou para 2017. Vamos expor

agora a amostragem, sobre Lula e Temer, a partir de maio de 2016, quando também foi exposta a primeira crise do governo do emedebista.

MANCHETES DO DIA 13.05.2016		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
Temer assume e defende reformas e gasto social	Temer promete ‘governo de salvação e Estado menor’	“Governo de salvação”

Os jornais O Globo e Jornal do Commercio utilizaram o recurso das aspas para ironizar o discurso do presidente, que afirmou que o governo seria, a partir daquele momento, um *governo de salvação*. A escolha da palavra *salvação* remete, ainda, a uma situação de descontrole, de socorro em que o País estava passando e, naquela situação, passaria por um processo de ser resgatado.

Nos três enunciados, os jornais recorrem à voz ativa, característica que deixa para o autor da mensagem, no caso o próprio presidente, a centralidade do que é proferido. A Folha de S. Paulo optou por enfatizar as propostas do novo presidente e utilizou o verbo “defender” como uma bandeira que sempre fez parte do escopo de gestão do então vice-presidente, que era, até um dia atrás naquela época, o vice de Dilma Rousseff.

Em relação às práticas naturalizantes dos discursos (CHARAUDEAU, 2011), os três jornais focalizam o acontecimento no discurso de Temer (*essencialização*), tornando-o como se fosse o único passível de ser reproduzido – no caso a proposta salvadora do novo governo (*singularização*) e, assim, construindo uma aparente comodificação discursiva (FAIRCLOUGH, 2001) ao evidenciarem a temática da salvação como um ativo inerente ao que o Brasil precisava naquele momento e apenas o novo presidente poderia liderar tal mudança.

No entanto, a lua de mel de Michel Temer com a mídia foi curta. Ainda no início do seu governo interino, desencadearam-se as crises que se estenderiam até o final do mandato. Essas crises abriram, ainda em 2016, outro momento político do País. O que parecia ser uma trégua, ao examinarmos as manchetes do início do governo peemedebista, configurou-se depois em mais uma etapa de escândalos.

E esse cenário começou ainda no primeiro mês do seu mandato. Mais precisamente no dia 23 de maio de 2016. Gravações obtidas pela Folha de S. Paulo revelaram que o novo ministro do

Planejamento, Romero Jucá, teria sugerido ao ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, um "pacto" para tentar barrar a Operação Lava Jato. O fato, noticiado com exclusividade pela Folha de S. Paulo, causou a primeira baixa no Governo Temer e, a partir daí, uma sequência de manchetes negativas para o governo. Jucá saiu do ministério em menos de 15 dias de governo. A partir dessa divulgação, desencadearam-se outros áudios que culminaram com a saída de mais ministros e consolidaram a crise no Governo Temer, como veremos na análise das amostras da tabela abaixo:

AMOSTRAS DE MANCHETES DA CRISE DO GOVERNO TEMER		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato (23.05.16)	Delator acusa Temer e outros 22 políticos de pedirem propina (16.06.16)	Prova de fogo de Temer ainda está 'por vir' (21.05.16)
Temer perde 2^o ministro em 19 dias de governo (31.05.16)	Temer aconselhou Cunha a renunciar à presidência (6.07.16)	Pesquisa mostra Michel Temer igual a Dilma (9.06.16)
'É uma guerra', diz Temer após um mês de governo (12.06.16)	Delatores citam Temer, Renan, Maia, Padilha, Moreira, Alckmin, Serra... (10.12.16)	Temer quer ministro que não seja 'metido com nada' (26.11.16)

As amostras de manchetes acima foram coletadas a partir do início da crise do Governo Temer – final do primeiro semestre de 2016 – até o final do ano, quando se intensificaram as notícias sobre as delações. Ao recorrermos ao instrumento linguístico da coesão, observamos que há entre os enunciados sobre a crise do Governo Temer uma coesão lexical no campo semântico. É recorrente nas manchetes referentes ao mandato do emedebista palavras ligadas ao universo da corrupção ou à crise interna do governo. Vejamos:

Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato

(Folha de S. Paulo, 23.05.16)

Nesse enunciado, o uso das palavras “pacto” e “gravação” recorre ao compartilhamento semântico comum de um negócio escuso, obscuro, ilegal. Ambas as palavras conectam-se coesivamente à expressão “deter Lava Jato” alimentando a construção discursiva de que o Governo Temer está ligado a negociações para obstrução da Justiça. O panorama de crise do governo do emedebista reincide discursivamente nos enunciados ao longo do semestre. Nas amostras exibidas acima, observamos com frequência um léxico pertencente ao campo semântico da corrupção, como destacamos em sublinhado:

Delator acusa Temer e outros 22 políticos de pedirem propina

(O Globo, 16.06.16)

Delatores citam Temer, Renan, Maia, Padilha, Moreira, Alckmin, Serra...

(O Globo, 10.12.16)

Temer quer ministro que não seja ‘metido com nada’

(Jornal do Commercio, 26.11.16)

As amostras acima são referentes a dois períodos do ano de 2016: o início do Governo Temer e o final do ano. Percebemos discursivamente sempre a recorrência de um léxico característico de crise do governo, assim como ocorreu nos momentos M1 e M2, com a crise no Governo Dilma. Há entre essas e outras palavras do universo da corrupção uma espécie de amálgama discursivo que, através da conexão semântica entre os enunciados no plano da coesão, gera entre estes uma interação comunicativa por meio da língua, no plano da coerência.

‘É uma guerra’, diz Temer após um mês de governo

(Folha de S. Paulo, 12.06.16)

Na manchete acima, apesar de ter sido usado aspas reproduzindo parte da fala do presidente Temer, o que, geralmente, pode configurar prestígio do discurso de quem está sendo focalizado, nesse caso coloca o agente do discurso em uma posição de passividade. Reforça essa característica de aparente vulnerabilidade quando o enunciado é finalizado com uma informação de temporalidade: “após um mês de governo”.

Essa temporalidade diz muito mais do que uma informação na manchete sobre o período do governo. Mostra que, em apenas um mês, já há uma nova (ou velha) instabilidade no plano político do país. Poucos dias antes dessa manchete, outro jornal já trazia, de forma diferente, essa recorrente instabilidade:

Pesquisa mostra Michel Temer igual a Dilma

(Jornal do Commercio, 9.06.16)

Em junho de 2016, os enunciados sobre os reflexos do vazamento das gravações que comprometeram a cúpula emedebista já estavam sendo amplamente divulgados pela mídia. O início dos escândalos ocorreu em maio e, no início de junho, já havia pesquisa igualando Temer e Dilma negativamente.

O uso do termo literal “igual” na manchete do Jornal do Commercio parece associar à figura de um governo em crise com sua baixa popularidade. No segundo semestre de 2016, a mídia também substanciou parte do seu noticiário principal com episódios negativos em relação ao presidente Lula. Nesse período, o léxico usado contra Lula também está situado no campo da corrupção. No entanto, percebemos uma diferença nos efeitos discursivos e ideológicos desse tratamento midiático em relação a Temer e a Lula. Vejamos os enunciados abaixo sobre o ex-presidente:

AMOSTRAS DE MANCHETES COM LULA AGOSTO A DEZEMBRO DE 2016		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
Lula se torna réu sob acusação de tentar sabotar a Lava Jato (30.07.16)	PF indicia Lula por tríplex (26.08.16)	Lula atribuiu interesse no tríplex a Marisa (11.05.16)
Lula era comandante máximo da propinocracia, diz Lava Jato (15.09.16)	Lava-Jato: Lula era ‘comandante máximo’ de esquema criminoso (15.09.16)	Lula era comandante máximo do Petrolão, diz MPF (15.09.16)

O discurso trabalha ideologicamente através da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001). Esta atua por meio dos eventos. No caso desse estudo, os eventos são os fatos jornalísticos que noticiam sobre os resultados das investigações da Lava Jato, e das estruturas, ou seja, dos meios oficiais

relativamente hegemônicos que são parte dominante nas ações: Polícia Federal, Ministério Público Federal etc.

Esses organismos operam ideologicamente e também sofrem rearticulações, que podem quebrar seus paradigmas. Estão propensos a reações de grupos, mesmo hegemonicamente mais fracos, que estabelecem uma relação de pressão a ponto de fazer com que os meios oficiais de poder rearticulem suas rotas para a manutenção do *status* hegemônico. É a arena de lutas.

No caso do noticiário referente ao ex-presidente Lula, não houve um contraponto ideológico que provocasse uma mudança de direção dos acontecimentos, ou seja, da denúncia percorreu-se um caminho para a prisão. No entanto, durante esse intervalo, foi articulada pela mídia uma série de enunciados reflexos das atuações dos meios hegemônicos – no caso a Polícia Federal -, que obedeceram a um roteiro de desidratação discursiva observada a partir da superfície linguística, culminando, em um primeiro grande ponto dos acontecimentos, na prisão do petista.

Os enunciados ao longo do final do primeiro semestre e segundo semestre de 2016 sobre o ex-presidente trazem uma recorrência linguística de termos ligados ao discurso da corrupção, da subversão à lei como: “réu”, “sabotar”, “corrupção”, “comandante máximo”, “esquema criminoso”. A partir do momento em que o petista tornou-se réu na Lava Jato, em julho de 2016, o desenrolar dos acontecimentos midiáticos reproduziu o roteiro dos organismos hegemônicos que não foi interrompido e nem estacionado. Pelo contrário, culminou, em abril de 2018, na prisão do ex-presidente.

Quando o Ministério Público Federal apresentou o resultado das investigações de corrupção na Petrobras, em setembro de 2016, a apresentação do Power Point elaborado pelos procuradores foi reproduzida pela mídia centrado no termo “comandante máximo” da organização criminosa. O assunto foi manchete em praticamente todos os jornais do País. Nos jornais do *corpus*, observamos que os veículos aderiram linguisticamente aos termos utilizados pelo MPF, embora tenham creditado ainda nos enunciados a origem da afirmação aos procuradores. Vejamos:

Manchetes sobre a denúncia contra o ex-presidente Lula feita pela força-tarefa da Lava Jato, no dia 15 de setembro de 2016 e publicada no dia 15:

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
DIÁRIO DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA DE 1.100.000
ANO 111 • QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2016 • Nº 31.342
EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23:06 • R\$ 4,00
folha.com.br

Temer afirma não ser idiota de retirar direitos do trabalhador **Lula era comandante máximo de propinocracia, diz Lava Jato**

Ex-presidente é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro; petista nega ter cometido crimes

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciado pela força-tarefa da Operação Lava Jato sob acusação de ser o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras.

Segundo o investigado, o governo do petista teria usado a propinocracia, que flexibiliza cargos entre aliados do PT, para garantir a continuidade de seu partido no poder.

Tudo, porém, foi denunciado sob acusação de corrupção pessoal e lavagem de dinheiro especificamente no caso do triplex em Guarujá. O imóvel teria sido comprado de forma ilegal pelo empresário OAS para beneficiar o ex-presidente e familiares.

Marisa Leticia, mulher do petista, e outros seis pessoas foram alvos da denúncia.

A reportagem diz que, durante a investigação, o ex-presidente Lula teria sido o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, que teria gerado prejuízos de R\$ 2,7 bilhões para a estatal.

Segundo o relatório, o esquema de corrupção teria sido iniciado em 2009, quando o então presidente Lula criou o "Programa Integridade" para combater a corrupção na Petrobras. No entanto, o relatório afirma que o esquema teria sido desmontado por Lula em 2011.

Além disso, o relatório afirma que Lula teria usado o cargo de presidente para garantir a continuidade de seu partido no poder.

Marisa Leticia, mulher do petista, e outros seis pessoas foram alvos da denúncia.

A reportagem diz que, durante a investigação, o ex-presidente Lula teria sido o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, que teria gerado prejuízos de R\$ 2,7 bilhões para a estatal.



O GLOBO

'PROPINOGRACIA'

Lava-Jato: Lula era 'comandante máximo' de esquema criminoso

Petista, dona Marisa e mais 6 são denunciados no caso do triplex | Defesa do ex-presidente diz que acusação é 'deplorável espetáculo'

Uma investigação realizada pela força-tarefa da Operação Lava Jato revelou que o ex-presidente Lula foi o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, que gerou prejuízos de R\$ 2,7 bilhões para a estatal.

Segundo o relatório, o esquema de corrupção teria sido iniciado em 2009, quando o então presidente Lula criou o "Programa Integridade" para combater a corrupção na Petrobras. No entanto, o relatório afirma que o esquema teria sido desmontado por Lula em 2011.

Além disso, o relatório afirma que Lula teria usado o cargo de presidente para garantir a continuidade de seu partido no poder.

Marisa Leticia, mulher do petista, e outros seis pessoas foram alvos da denúncia.

A reportagem diz que, durante a investigação, o ex-presidente Lula teria sido o "comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, que teria gerado prejuízos de R\$ 2,7 bilhões para a estatal.

Jornal do Comercio

QUINTA-FEIRA 15 de Setembro de 2016

Suspeito de estupro é preso em Limoeiro

Um homem de 34 anos foi preso em Limoeiro, no Rio de Janeiro, acusado de estupro. O crime ocorreu em um apartamento no bairro.

Lula era o comandante máximo do Petrolão, diz MPF

Força-tarefa de Operação Lava Jato afirma que Lula é responsável pelos crimes de corrupção na Petrobras e denuncia ex-presidente e sua mulher por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex.

- Defesa diz que Ministério Público alega Lula como "instaurador de uma organização criminosa", mas esquema de montar provas.
- Presidente do Instituto Lula, ex-presidente da OAS Luiz Felfel e mais quatro executivos da empreiteira também foram denunciados.
- No Rio de Janeiro, candidatos à prefeitura acreditam que denúncia pode ter repercussão junto a eleitores, e financiando no resultado das urnas.

Há um grau de aderência ao discurso oficial, com o uso de termos das fontes oficiais e a reprodução da imagem de parte da apresentação do Power Point feita pelas autoridades do MPF, além do uso linguístico de neologismos adotados por aquele universo judiciário. Vejamos a análise das amostras acima:

Os três jornais creditaram, expondo linguisticamente nos enunciados, que a afirmação sobre Lula ser o comandante de esquema criminoso é da Lava Jato/Ministério Público Federal. O

Jornal do Commercio e a Folha de S. Paulo usaram a expressão “diz MPF” e “diz Lava Jato”, respectivamente. O recurso trata-se do uso do verbo dicendi, através do qual o enunciador, no caso os jornais, supostamente estão atribuindo o teor e a intenção da fala à fonte da notícia. No entanto, esse modo de afastamento é, como diz Charaudeau (2006), uma tentativa de, ao mesmo tempo, chamar o foco do leitor para o ativo discursivo de credibilidade jornalística sem se comprometer com o que está sendo afirmado.

Na manchete da Folha de S. Paulo, (Lula era comandante máximo de *propinocracia*, diz Lava Jato), há uma aderência lexical, através do uso linguístico, do termo *propinocracia*. O termo não está dicionarizado. Deriva de um neologismo discursivo que une semanticamente os termos *propina* – que significa suborno, recompensa ilegal por algo – à ideia geral de *democracia*. Este último termo trata-se, segundo os dicionários, de um governo para o povo, o sentido de ser uma forma de governo. E, nesse caso, constrói discursivamente *propinocracia* como sendo um governo movido a propina, a corrupção.

Esse mesmo raciocínio podemos aplicar ao termo “Petrolão”, usado na manchete do Jornal do Commercio. A origem discursiva de “Petrolão” vem de “Mensalão”⁹⁵, cujo verbete já está dicionarizado e significa, segundo o Houaiss, “procedimento ilícito de pagamentos feitos a congressistas para cooptação de votos de apoio em votações e que abrangeu outros crimes, segundo o Supremo Tribunal Federal”. Associando “Petrolão” a “Mensalão”, portanto, associa-se discursivamente um esquema ilícito de pagamentos de propina específico do negócio do petróleo, representado pela estatal Petrobras.

Ao compararmos imagetivamente as manchetes anteriores, observamos que os três jornais utilizaram praticamente a mesma parte da apresentação preparada pelo Ministério Público Federal, com variações mínimas de enquadramento, que coloca o ex-presidente no centro, orbitando em torno do nome dele termos que caracterizam o seu comprometimento. Vejamos na página seguinte a imagem da apresentação feita por Power Point:

95 Escândalo de compra de votos de congressistas que ocorreu entre 2005 e 2006, durante o governo do então presidente Lula.



Termos utilizados para caracterizar o comprometimento do ex-presidente:

- Reação de Lula
- Depoimentos
- Petrolão + propinocracia
- Mensalão, José Dirceu

O Jornal do Comercio faz uma associação a mais também utilizando a imagem do ex-presidente cabisbaixo:



O mesmo recurso de associação discursiva com palavras derivadas de outras também foi observado em três episódios pontuais da crise política e econômica, ocorrido em duas ocasiões:

- a) PRIMEIRA DENÚNCIA CONTRA TEMER - O presidente Michel Temer foi denunciado pela primeira vez por suspeita de ter sido beneficiado com propina negociada pelo ex-deputado federal e ex-assessor Rodrigo Rocha Loures.

- b) SEGUNDA DENÚNCIA CONTRA TEMER - O presidente Michel Temer foi alvo da segunda denúncia por suspeita de organização criminosa.

A seguir, vamos analisar como esses episódios foram tratados na mídia e fazendo, na sequência, uma análise comparativo-discursiva ao tratamento realizado na época da denúncia contra o ex-presidente Lula, já discutido anteriormente:

A) PRIMEIRA DENÚNCIA CONTRA TEMER		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
<p>Janot acusa Temer de corrupção (27.06.17)</p>	<p>TEMER É DENUNCIADO ‘Não há dúvida da corrupção’ (27.06.17)</p>	<p>Denúncia contra Temer nas mãos do STF e da Câmara (27.06.17)</p>

O procurador-geral da República na época, Rodrigo Janot, denunciou o presidente Temer e o ex-assessor dele, Rodrigo Rocha Loures, por corrupção passiva. Para lembrar o episódio, Loures foi filmado, em uma ação controlada pela Polícia Federal, carregando uma mala com R\$ 500 mil em propina entregue por um executivo da J&F.

A operação da PF ocorreu no dia 28 de abril de 2017 e o assunto veio à tona na mídia a partir do dia 18 de maio. No entanto, o *episódio da mala*, como ficou conhecido, não foi manchete principal dos jornais e, sim, integrou a edição como parte do escândalo que mostra gravações de Temer e Joesley Batista nas quais o empresário compartilha com o emedebista como tentou obstruir as investigações da Lava Jato.

Cerca de dois meses depois da entrega da mala de dinheiro a Rocha Loures, o procurador Rodrigo Janot faz a denúncia contra o presidente. Os enunciados sobre esse episódio tratados pelos jornais em estudo mostram uma associação explícita no plano linguístico da ação ao seu agente principal, no caso o procurador Janot.

Na Folha de S. Paulo, a manchete mostra isso de forma objetiva, com um enunciado canônico – sujeito + verbo + predicado + complemento: “Janot acusa Temer de corrupção”. O Globo traz a informação dividindo a manchete em duas partes. Na primeira, usa a voz passiva, sendo Temer paciente da ação: “TEMER É DENUNCIADO”. E na segunda parte utiliza-se do discurso direto com uma citação do procurador Janot: “Não há dúvida da corrupção”.

Em relação à primeira parte, embora o enunciado tenha vindo em letras todas maiúsculas, evidenciando a relevância jornalística do assunto, o sujeito principal está passivo, ou seja, sendo alvo da ação. O que não ocorreu na denúncia contra o ex-presidente Lula: “Lula era o comandante máximo da ação”, cujo enunciado traz um sentido de conclusão final, de certeza. Já O Globo não utiliza essa certeza ao deixar para o agente da denúncia a afirmação aparentemente categórica: “Não há dúvida da corrupção”.

Esses aspectos linguísticos nos levam a interpretar um afastamento discursivo maior em relação a Temer e seu suposto crime do que referente a Lula e seu suposto crime. Corrobora essa avaliação a manchete do Jornal do Commercio, que coloca a notícia da denúncia contra Temer em segundo plano para estabelecer uma ligação temporal com o que vem depois disso, ou seja, apreciação no Supremo Tribunal Federal e no Senado: “Denúncia contra Temer nas mãos do STF e da Câmara”. Seria, no ciclo discursivo, uma deixa para a abertura de um novo processo de impeachment, mas o Congresso não acatou a denúncia. Vejamos, na próxima página, a análise sobre a segunda denúncia contra Temer.

B) SEGUNDA DENÚNCIA CONTRA TEMER		
FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO	JORNAL DO COMMERCIO
<p>Janot acusa Temer de obstruir a Justiça; presidente ataca denúncia (15.09.17)</p>	<p>Em nova denúncia, Temer é acusado de chefiar organização criminosa (15.09.17)</p>	<p>Janot lança a última flecha contra Temer e aliados (15.09.17)</p>

Na segunda denúncia contra o presidente Temer, o procurador-geral da Justiça, Rodrigo Janot, acusa o chefe de estado de obstrução de Justiça e de integrar organização criminosa. Para Janot, Temer e mais seis membros do partido⁹⁶ – o então PMDB, hoje MDB – desviaram recursos de órgãos públicos, cuja soma de propinas, segundo a peça de Janot, orça em R\$ 587 milhões. O caso também ficou conhecido como *Quadrilhão do PMDB*.

Assim como nos enunciados referentes à primeira denúncia, houve certo afastamento discursivo nos enunciados deste outro fato. A Folha de S. Paulo utilizou a estrutura canônica, atribuindo voz ativa ao próprio agente da ação: “Janot acusa Temer de obstruir a Justiça; presidente ataca denúncia”. O Globo recorreu, assim como fez na ocasião anterior, à voz passiva: “Temer é acusado...”.

O Jornal do Commercio focou o fato em si, mas atribuiu-lhe sentidos discursivos que trazem certa ambiguidade quanto à natureza dos atores. Ao enunciar “Janot lança a última flecha contra Temer e aliados”, o procurador é colocado como agente, mas com uma conotação agressiva. O verbo “lançar” e o substantivo “flecha” referem-se a uma situação de ataque, na qual o alvo a ser atacado é o presidente, que está sendo na verdade acusado de empreender uma ação criminosa. Essa estrutura também cria um afastamento discursivo entre os crimes e o seu suposto autor, o presidente da República.

Assim como na primeira denúncia, as estruturas linguísticas e discursivas em relação a Temer e Lula são diferentes. Convergem na acusação de crimes, mas divergem na construção discursiva sob a qual os atores dos fatos são submetidos. Há, sob esse entendimento, a situacionalidade passiva de Temer e ativa de Lula em episódios semelhantes, no caso em questão a

96 Eduardo Cunha, Henrique Alves, Geddel Vieira Lima, Rodrigo Rocha Loures, Eliseu Padilha e Moreira Franco. Além deles, também integram a denúncia Joesley Batista, dono da J%F, e Ricardo Saud, executivo da empresa.

acusação de crimes. Essa tendência de orientação discursiva em relação aos enunciados envolvendo o ex-presidente Lula e o presidente Temer também foi observada em outros episódios nos jornais analisados. Seleccionamos algumas amostras da tabela abaixo, a partir da coleta das manchetes do corpus relativo ao ano de 2017, sobre as quais faremos comentários sob o ponto de vista linguístico e discursivo de forma geral, uma vez que a análise uma a uma iria tornar a discussão redundante.

AMOSTRAS DE MANCHETES COM LULA E TEMER - 2017	
LULA	TEMER
<p style="text-align: center;">Lula pediu destruição de provas, diz sócio da OAS (Folha de S. Paulo, 21.04.17)</p> <p style="text-align: center;">‘SE TIVER, DESTRUA’ Sócio da OAS diz que Lula o instruiu a dar fim a provas de pagamento de propina ao PT (O Globo, 21.04.17)</p> <p style="text-align: center;">Lula tinha pleno conhecimento e comandava esquema, diz Duque (O Globo, 6.05.17)</p> <p style="text-align: center;">Lula dava aval para ‘caixa dois’, afirma marqueteiro (Folha de S. Paulo) 12.05.17)</p> <p style="text-align: center;">Lula dava a ‘palavra final’ sobre caixa 2, diz Santana (O Globo, 12.05.17)</p> <p style="text-align: center;">LULA É O PRIMEIRO EX-PRESIDENTE CONDENADO (O Globo, 13.07.17)</p> <p style="text-align: center;">Primeira vez na história desse País (Jornal do Commercio, 13.07.17)</p> <p style="text-align: center;">Lula e Odebrecht fizeram pacto de sangue, diz Palocci (Folha de S. Paulo, 7.09.17)</p>	<p style="text-align: center;">Temer diz que não recua (Jornal do Commercio, 28.04.17)</p> <p style="text-align: center;">Temer afirma que não renuncia; áudio sobre Cunha é inconclusivo (Folha de S. Paulo, 12.05.17)</p> <p style="text-align: center;">Mesmo sob pressão, Temer reage (Jornal do Commercio, 26.05.17)</p> <p style="text-align: center;">Defesa do presidente teme novas gravações (O Globo, 5.06.17)</p> <p style="text-align: center;">Principal aliado de Temer, PSDB fica e mira reformas (Jornal do Commercio, 13.06.17)</p> <p style="text-align: center;">Temer ataca Janot e diz que denúncia é ficção (Folha de S. Paulo, 28.06.17)</p> <p style="text-align: center;">PF prende o ex-ministro Geddel, amigo de Temer (Folha de S. Paulo, 4.07.17)</p> <p style="text-align: center;">Temer se articula para barrar denúncia (Jornal do Commercio, 10.07.17)</p> <p style="text-align: center;">Temer usa máquina, demonstra força e barra denúncia na Câmara (Folha de S. Paulo, 3.08.17)</p>

AMOSTRAS DE MANCHETES COM LULA E TEMER – 2017 (continuação da tabela anterior)	
LULA	TEMER
<p>Lula e Dilma acusados de organização criminosa (Jornal do Commercio, 6.09.17)</p>	<p>Temer se livra de denúncia com maioria (Jornal do Commercio, 3.08.17)</p>
<p>Palocci: Lula fez ‘pacto de sangue’ com Odebrecht sobre propinas (O Globo, 7.09.17)</p>	<p>PT, Temer e Gilmar se unem contra STF por afastar Aécio (O Globo, 28.09.17)</p>
<p>Lula e Temer na Justiça (O Globo, 14.09.17)</p>	<p>Com ajuda de Temer, Aécio reassume mandato no Senado (O Globo, 18.10.17)</p>
<p>Voto em Lula resiste a escândalos e condenação (Folha de S. Paulo, 1.10.17)</p>	<p>Temer pronto para retaliar os “infiéis” (Jornal do Commercio, 23.10.17)</p>
	<p>Temer escapa de investigação e vai tentar aprovar reformas (O Globo, 26.10.17)</p>
	<p>Temer faz ofensiva para derrubar denúncia já amanhã (O Globo, 1.08.17)</p>
	<p>Dodge diz não ter dúvida de repasse a ministro de Temer (Folha de S. Paulo, 2.11.17)</p>
	<p>O paradoxo Temer (Jornal do Commercio, 31.12.17)</p>

Fazendo alguns recortes da tabela anterior para ilustrar a análise, observamos que as manchetes de 2017 relativas a Lula e Temer mostram um efeito ideológico com resultados diferentes para o ex-presidente petista e o presidente emedebista. No caso de Lula, os enunciados conduzem a uma interpretação discursiva de que cada vez mais o ex-presidente está incriminado, como vemos na página seguinte:

Lula pediu destruição de provas, diz sócio da OAS

(Folha de S. Paulo, 21.04.17)

Lula dava a ‘palavra final’ sobre caixa 2, diz Santana

(O Globo, 12.05.17)

Palocci: Lula fez ‘pacto de sangue’ com Odebrecht sobre propinas

(O Globo, 7.09.17)

Já em relação a Temer, os enunciados mostram o comprometimento do presidente, mas os enunciados repetem entre si um quadro de reação do presidente, mesmo implicado em gravações, culminando, como no terceiro enunciado destacado abaixo, na vitória de Temer ao barrar a segunda denúncia, livrando-o de enfrentar um processo de impeachment:

Temer diz que não recua

(Jornal do Commercio, 28.04.17)

Mesmo sob pressão, Temer reage

(Jornal do Commercio, 26.05.17)

Temer usa máquina, demonstra força e barra denúncia na Câmara

(Folha de S. Paulo, 3.08.17)

Identificamos nos enunciados relativos a Lula e Temer, em 2017, aspectos ideológicos que funcionaram de modo inverso entre os protagonistas. Através dos planos linguístico e discursivo, a legitimação ideológica de Lula e Temer operou inversamente. Em relação a Lula, o personagem foi construído no plano ideológico como um ser nocivo ao país, cuja eliminação política atenderia ao interesse de todos. Já Temer, em que pesem as denúncias contra ele, gravações comprometedoras, o plano discursivo remete ideologicamente a um presidente suspeito de envolvimento em crimes, mas referendado pelos pares políticos, no caso, o Congresso Nacional.

Houve um mascaramento de vilanização que operou na polaridade real para Lula, com a adjetivação de “comandante máximo” de esquema criminoso, por exemplo. E na polaridade de resistência de Temer, que, apesar de envolvido em corrupção, conseguiu contornar a crise política e escapar de um novo impeachment.

Houve, em relação a Temer, atenuantes discursivos das credenciais de corrupto como vemos em:

Temer se livra de denúncia com maioria

(Jornal do Commercio, 3.08.17)

O enunciado acima mostra que, apesar de envolvido, o presidente conseguiu escapar da primeira denúncia e, na sequência, a construção discursiva continua estabelecendo uma aparente vilanização de Temer, que na realidade opera com certa atividade política de influência, amparado pelo Congresso, ao qual beneficiou com liberação de verbas para os deputados utilizarem em suas bases eleitorais. As chamadas emendas parlamentares. Esse protagonismo do “vilão que divide entre os seus” pôde ser observado em vários momentos, dos quais extraímos essas manchetes:

Influência de Temer:

Com ajuda de Temer, Aécio reassume mandato no Senado

(O Globo, 18.10.17)

Temer escapa de investigação e vai tentar aprovar reformas

(O Globo, 26.10.17)

O contexto político dessas duas manchetes reforça a tese de que há um atenuante discursivo em relação a Temer reproduzido pela mídia. A ajuda que Temer dá para Aécio reassumir o mandato é dias antes da votação da segunda denúncia, que ocorreu no dia 25.10.17, conforme segunda manchete acima de O Globo. O que ressalta no enunciado não é nem mais a investigação e, sim, o passo adiante que o presidente dará: “vai tentar aprovar reformas”. Ou seja, um presidente que, aparentemente, é suspeito de crimes, foi inocentado e continuará no poder, com o apoio dos seus pares.

Já em relação a Lula, essa vilanização aproximou-se do seu real significado arquetípico daquele que é ligado ao mal, que é, segundo o Houaiss, indigno, desprezível. Essa atribuição da característica de Lula estabeleceu um vínculo ideológico que conduz à ideia dominante de que o petista está essencialmente atrelado à corrupção e, por isso, precisa ser combatido. Observamos que em muitas manchetes Lula orbitava nos enunciados como paciente da ação, mas isso não arrefecia essa associação ideológica de culpado, como vemos a seguir:

Lula e Odebrecht fizeram pacto de sangue, diz Palocci
(Folha de S. Paulo, 7.09.17)

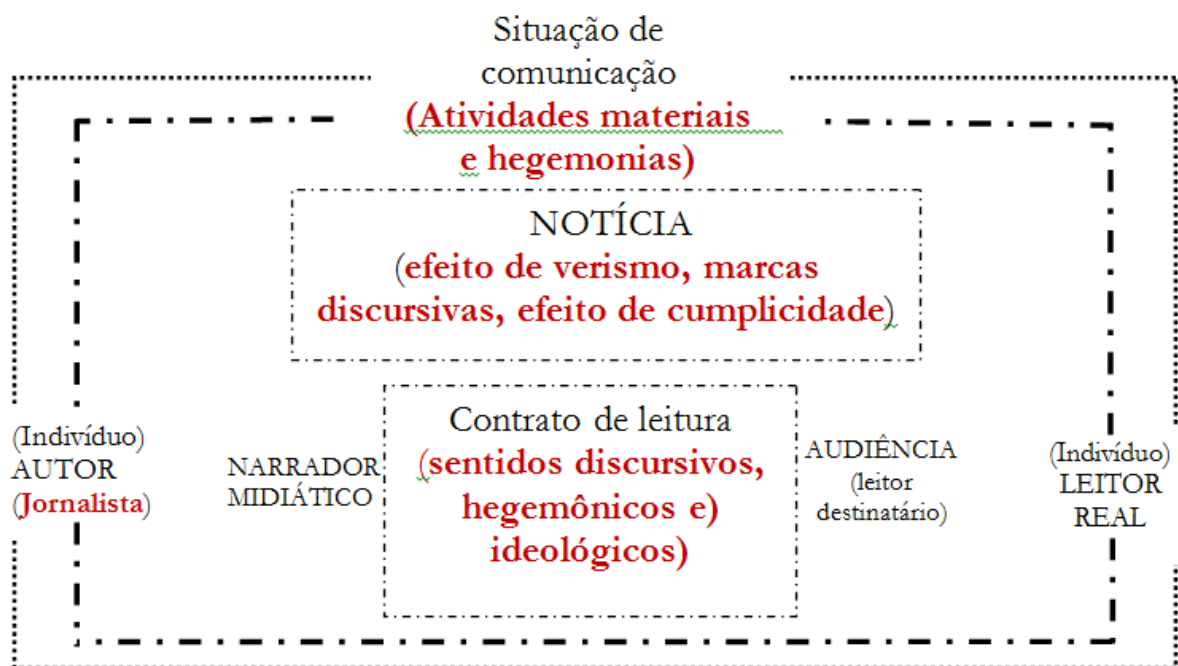
Lula e Dilma acusados de organização criminosa
(Jornal do Commercio, 6.09.17)

Os enunciados acima representam uma tendência de associar a Lula – e de tabela Dilma – a condução de um esquema criminoso. Nos enunciados com Lula e Dilma em relação a Temer há uma aparente similaridade discursiva de que todos estão envolvidos em corrupção. No entanto, quando se trata dos petistas, essa fragmentação unifica a eles o real sentido de inimigos que podem ameaçar o país. Não observamos isso em relação a Temer que, apesar dos escândalos, permaneceu, graças às articulações com o Congresso, no cargo de presidente.

Houve um apagamento da culpabilidade de Temer, a partir da anistia dos parlamentares e reprodução desses discursos na mídia; e uma acentuação da culpabilidade de Lula e Dilma, que não obtiveram o mesmo tratamento político no Congresso – no caso de Dilma – e na mídia, no caso de ambos. A partir da rejeição da segunda denúncia contra Temer, o foco em Lula continuou, conduzido a partir das etapas judiciais que o petista protagonizou, culminando na sua prisão, em 7 de abril de 2018.

O julgamento do ex-presidente Lula no TRF 4 e a prisão abasteceram a pauta midiática que, desta vez, passou a aderir a uma prática social da corrida eleitoral de 2018, que estava latente nos momentos anteriores, mas ganhou terreno a partir da execução de pena contra o líder petista. Como veremos da análise desse momento a partir da observação da prática social e do dispositivo de encenação narrativa.

Prática social: crises política e econômica, entre 2015 e 2018 (adaptação nossa)				
Atividades materiais: - Operação Lava Jato - Governo Dilma x Congresso x Eduardo Cunha - Investigação contra Lula - Impeachment de Dilma - Governo Temer - Prisão de Lula	Discursos: - Discurso jornalístico - Discurso de combate à corrupção - Discurso dos movimentos de rua contra e a favor do governo petista - Discurso da moralidade	Hegemonias: - Governo Federal - Polícia Federal - Poder Judiciário - Congresso Nacional - Mídia - Redes sociais	Ideologias: - Democratização, comodificação e tecnologização do discurso - Essencialização e singularização - Persuasão e convencimento	Teorias: - Modelo tridimensional da ACD * Intertextualidade * Transitividade * Formas e vozes verbais * Coesão e coerência, léxico * Prática social - <i>Encenação narrativa</i> - <i>Formas de atuação ideológica</i> (THOMPSON, 2011)



(Adaptação do dispositivo de encenação narrativa. CHARAUDEAU, 2010, p. 184)

O momento M4 é constituído por dois atores principais: um Lula em derrocada midiática e um Temer sob anistia parlamentar. Esses dois posicionamentos ideológicos, observados a partir das análises das manchetes desse período, podem ser compreendidos sob o

prisma de um contrato de leitura estabelecido pela mídia com sua audiência em que a situação de comunicação é composta pelas seguintes atividades materiais: desidratação discursiva de Lula e sustentação discursiva do apoio de Temer pelo Congresso.

Essas atividades materiais são sustentadas por hegemonias que, nesse caso, destacaram o poder Judiciário – no caso de Lula – e o Congresso Nacional – em relação à manutenção de Temer (conforme quadro da prática social das crises política e econômica). A atividade do NARRADOR MIDIÁTICO estabeleceu no contrato de leitura sentidos discursivos hegemônicos que naturalizaram os sentidos de que Lula deveria ser preso e Temer, absolvido pelo Congresso.

Houve, no campo da persuasão, a utilização de meios irracionais para a convergência desses sentidos através de recursos linguísticos. Foram utilizadas palavras cujo significado se inscreve no campo da reação, no caso de Temer, e na seara da culpa, em relação a Lula. Para observarmos de forma mais didática esse raciocínio, recorreremos à tabela “Amostras de manchetes com Lula e Temer – 2017” e relacionamos algumas estruturas para analisar em que tipo de ação ambos os personagens estão discursivamente situados:

Trechos relativos às manchetes com Lula:	Trechos relativos às manchetes com Temer:
Lula <u>pediu destruição</u> ...	Temer [...] <u>não recua</u>
Lula o <u>instruiu a dar fim</u> a provas	Temer [...] <u>não renuncia</u>
Lula tinha pleno conhecimento... [...] (Lula) <u>comandava esquema</u>	[...] Temer <u>reage</u>
Lula <u>dava aval para ‘caixa dois’</u>	Temer <u>ataca Janot</u> ...
Lula <u>dava a ‘palavra final’</u> ...	Temer <u>se articula</u> para...
LULA É ... [...] CONDENADO	Temer usa [...], <u>demonstra</u> [...] e <u>barra</u> [...]
Lula e Odebrecht <u>fizeram pacto</u> ...	Temer <u>se livra</u> [...]
Lula e Dilma <u>acusados</u> ...	PT, Temer e Gilmar <u>se unem</u> [...]
Lula fez <u>‘pacto de sangue’</u> ...	Com <u>ajuda de Temer</u> [...]
Lula e Temer <u>na Justiça</u>	Temer pronto para <u>retaliar</u> [...]
Voto em Lula <u>resiste a escândalos</u> ...	Temer <u>escapa</u> [...] e vai [...] <u>aprovar</u> ...
	Temer <u>faz ofensiva</u> [...]

Os trechos sublinhados na tabela da página anterior situam Lula e Temer em campos opostos de significação, embora ambos sejam suspeitos de atos inscritos na prática da corrupção. As manchetes relativas a Lula trazem sempre trechos negativos em que o ex-presidente é situado como autor de uma ação negativa ou responsável por determinada atitude ilícita: “pediu destruição”, “dava aval”, “dava a palavra final”, “pacto de sangue”.

Até mesmo na manchete que trata sobre uma pesquisa de intenção de voto, na qual o petista aparece na frente, a associação do substantivo “escândalos” abre um campo de interpretação ambíguo no enunciado, em que, dependendo da preferência da audiência, pode ser negativo ou positivo para o ex-presidente. O enunciado completo é:

Voto em Lula resiste a escândalos e condenação

(Folha de S. Paulo, 1.10.17)

Em relação a Temer, o presidente é situado em enunciados que, apesar da suspeita do envolvimento do presidente em corrupção, imprimem à figura do emedebista atitudes de ação positiva, de reação: “não recua”, “não renuncia”, “reage”, “ataca”, “faz ofensiva” etc. O que analisamos nesse momento não é o mérito da questão de Temer e Lula serem ou não culpados dos crimes, mas os amálgamas discursivo e ideológico que foram impressos em ambas as figuras: Lula em culpabilidade e Temer em reatividade.

Aplicando essa análise linguística ao campo NOTÍCIA, podemos interpretar que houve em relação ao ex-presidente e presidente associações discursivas que proporcionaram um efeito de verismo de culpa, no caso de Lula, e de reação ou aparente invencibilidade, no caso de Temer. Esses efeitos geraram uma cumplicidade de significação oposta entre os dois personagens, sendo parte determinante e integrante do contrato de leitura que o NARRADOR MIDIÁTICO estabeleceu com a AUDIÊNCIA (leitor destinatário).

No plano das ideologias, o “Lula culpado” e o “Temer combativo” tornaram-se uma espécie de commodities, democratizando essa polarização de características, que foram essencializadas – evitando a multiplicação de ideias outras sobre os personagens – e singularizadas – fixando as ideias sobre as características de ambos. Tratou-se de um processo manipulatório e persuasivo, uma vez que o primeiro levou a interpretações preestabelecidas, atribuindo a Lula a ideia subliminar de “maior culpado” e a Temer a interpretação de “suspeito, mas não há provas contra ele, que é o presidente e está conseguindo aprovar reformas”.

Essa regularidade observada completa um quebra-cabeça discursivo da análise da conjuntura política e social entre 2015 e abril de 2018, que nos confere, baseados na discussão sobre a Análise Crítica do Discurso⁹⁷, propor uma análise da prática midiática em relação aos enunciados do corpus. Análise essa que constitui os resultados que serão apresentados e discutidos no capítulo Considerações finais, a seguir.

⁹⁷ Ver capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2015, o Brasil assistia ao início do mandato da presidente Dilma Rousseff e, em poucos meses, também iria não só presenciar, mas vivenciar um momento peculiar de crises política e econômica. Ao olharmos para esse cenário e a sucessão de acontecimentos no plano midiático, observamos alguns ciclos de significações nos enunciados de capa de jornal sobre o assunto.

Avaliamos que: I) os jornais analisados reproduziram os discursos dos fatos ocorridos, criando entre esses fatos uma “intertextualidade temporal”, que anexa discursivamente eventos mesmo que não estejam diretamente ligados; II) mesmo temporalmente ligados, houve uma diferenciação do tratamento discursivo midiático a Dilma Rousseff/Lula e Temer, sendo os dois primeiros vilanizados e o segundo, em que pese estar envolvido em corrupção, foi minimizado discursivamente quanto às acusações; III) os veículos também alimentaram uma narrativa discursiva que orbitou homogeneamente em determinados assuntos “do momento”: as crises política e econômica, a Lava Jato – que catapultou o discurso anticorrupção –, o impeachment, os escândalos do Governo Temer e as denúncias contra o ex-presidente Lula.

Constituíram, portanto, ostensivamente o palco midiático informações que dialogaram com o universo discursivo de uma crise política, que em seguida foi composta pela consequente crise econômica e, paralelamente a isso, atores dessas crises foram operados no campo midiático com efeitos de sentido pendulares. Em quase quatro anos, vimos um ex-presidente da república ser desconstruído no plano político, mas não no social, uma vez que a popularidade funcionou como um colchão que amorteceu a queda política, em 2018, quando foi preso.

Apona para esse raciocínio a liderança do petista nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, mesmo preso em Curitiba. Segundo pesquisa do Ibope divulgada no dia 20 de agosto de 2018, antes da impugnação da candidatura de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o petista estava à frente dos outros candidatos, com 37%. Jair Bolsonaro PSL) vinha em segundo, com 18%⁹⁸.

98 Pontuação dos outros candidatos: Marina Silva (Rede): 6% / Ciro Gomes (PDT): 5% / Alckmin (PSDB): 5% / Alvaro Dias (Podemos): 3% / Eymael (DC): 1% / Guilherme Boulos (PSOL): 1% / Henrique Meirelles (MDB): 1% / João Amoêdo (Novo): 1% / Cabo Daciolo (Patriota): 0 / Vera (PSTU): 0 / João Goulart Filho (PPL): 0 / Branco/nulos: 16% / Não sabe/não respondeu: 6%. Fonte: Ibope. Número de registro: BR01665/2018. Disponível em: <https://goo.gl/bZ2xq8>.

Essa desconstrução não teve movimentos diretos, mas indiretos. Primeiro, o desgaste político da petista sua sucessora, Dilma Rousseff; os efeitos da Operação Lava Jato e as inúmeras denúncias e prisões de parlamentares e empresários integrantes da cadeia da corrupção. O que chamou nossa atenção para a pesquisa foi entender como funcionaram, através da construção linguística e discursiva, esses acontecimentos. Quais efeitos de sentido foram operados pela mídia a partir da prática social das crises política e econômica e como esses efeitos foram articulados nos vários momentos entre a posse da presidente Dilma, passando pelo seu impeachment até a prisão do ex-presidente Lula.

A partir de uma observação triangular: textual, discursiva e social via Análise Crítica do Discurso (ACD), caminhamos nessa direção para investigar como, a partir do material linguístico, os efeitos de sentido ideológicos e discursivos foram articulados em manchetes políticas das capas de jornais.

Propomos que a mídia, apesar de não proporcionar uma postura crítica de mudança, gera ciclos de significação cujas pistas ideológicas e discursivas não resistem a um exame mais acurado dos sentidos ocultos nos enunciados. Nos momentos da prática social que, para fins didáticos, dividimos em quatro partes nesse trabalho, defendemos que houve dois grandes movimentos, que, em um mesmo conjunto de ciclos de significação, atuaram de forma contrária.

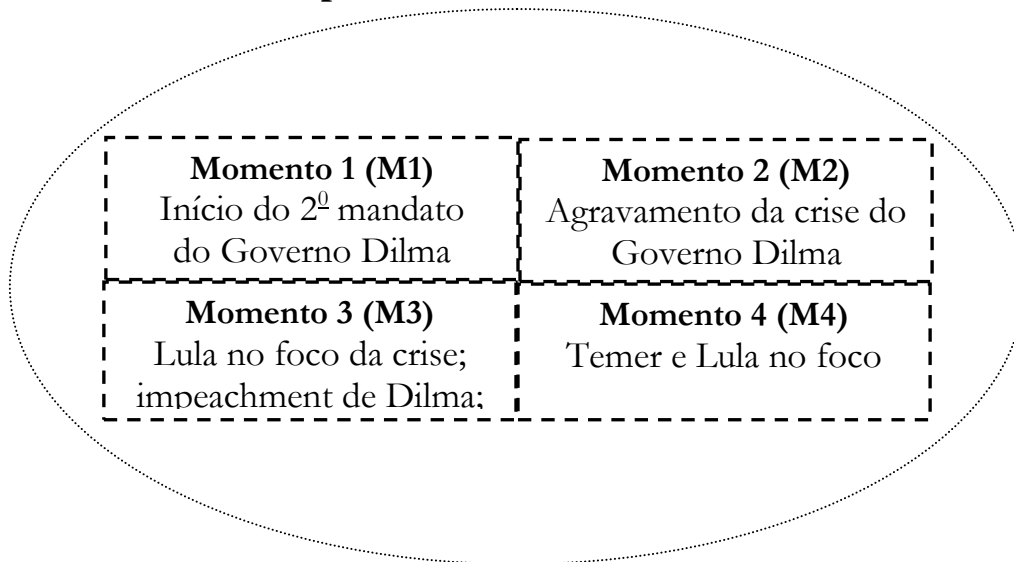
O primeiro mostra uma ligação dos acontecimentos relativos a Dilma e a Lula com uma aproximação linguístico-discursiva que gera uma intertextualidade temporal entre ambos os personagens. Isso fez com que as figuras políticas de Lula e Dilma estivessem tão próximas que os crimes imputados a um também seriam de certa forma do outro, tamanha a aproximação discursiva no plano midiático aplicada a esses personagens.

O segundo movimento é que, apesar de também inscrito na seara da suspeita de corrupção, o presidente Temer, que assumiu o governo após o impeachment de Dilma, não integrou essa ligação temporal entre Lula e Dilma, apesar de ter feito parte do Governo Dilma, sendo o vice-presidente. Não só não fez parte desse movimento discursivo, como também foi constituído, apesar das denúncias, a um caminho contrário, de reação às investigações. Vamos retomar o esquema dos momentos e apresentar essa constatação, construída com base nas análises feitas no capítulo anterior:

Momentos da conjuntura político-econômica do Brasil entre 2015 e 2018

Prática social (P)

Crises política e econômica do Brasil



O momento M1 (Início do segundo mandato do Governo Dilma) é marcado pela intensificação dos trabalhos da Operação Lava Jato, colocando em foco a Petrobras e a gestão petista. Através dos enunciados midiáticos, a então presidente Dilma é desconstruída linguística e discursivamente no plano político devido aos efeitos da Operação Lava Jato e à crise econômica que se agravava no País. Esse momento foi construído midiaticamente pelo discurso de defesa por parte do governo petista, da negativa de envolvimento em corrupção e da tentativa de sustentar a governabilidade.

Houve uma prática discursiva que recorreu constantemente aos aspectos lexicais para caracterizar um governo que estava por ruir. Enunciados negativos foram comuns, como apresentamos na análise: “corrupção”, “ladrões”, “propina” etc. Esse contexto liga-se no plano temporal ao Momento M2 (Agravamento da crise do Governo Dilma), com a atuação de um personagem determinante, que foi o então deputado Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara Federal na época. O parlamentar acatou o pedido de impeachment contra a ex-presidente, gerando, na mídia, enunciados que apontaram para a guerra que a Câmara Federal, então, declarava à então presidente petista.

Somaram-se ao léxico de significações negativas a divulgação pela mídia de pesquisa de impopularidade da ex-presidente, a constância da associação da então presidente à criminalização do ex-presidente Lula, do vazamento irregular da suposta tentativa de proteção

da petista ao seu tutor político, enfim, enunciados que naturalizaram ideologicamente no plano discursivo o impeachment da petista como inevitável. A natureza negativa dos enunciados relacionados aos petistas e a ligação entre eles no plano simbólico formam uma prática ideológica de reificação, eternalizando a essência intertextual dos acontecimentos: a crise no Governo Dilma e as acusações contra o ex-presidente Lula.

Houve, ainda, uma interligação de ambos, através das denúncias e aspectos negativos que foram ligados ostensivamente aos petistas, fruto das investigações da Operação Lava Jato. Apesar da presidente Dilma não ter sido denunciada no âmbito da corrupção na Petrobras, pesou sobre a presidente o fato de ter sido presidente do Conselho de Administração da estatal, quando era ministra Chefe da Casa Civil no governo do seu antecessor, e não ter apontado irregularidades de desvios de recursos.

A dinâmica da narrativa midiática que associou Dilma a Lula continuou no momento M3 (Lula no foco da crise; impeachment de Dilma), construindo enunciados que desenhavam o caminho do impedimento de Dilma Rousseff, que, para correntes favoráveis à petista, foi um golpe disfarçado de impeachment. O léxico dos enunciados relativos a Lula também desfavorecia Dilma, com manchetes desfavoráveis ao ex-presidente no âmbito da corrupção e à presidente, no âmbito da crise econômica, como mostramos na análise.

A partir do impeachment, no início do Governo Temer, observamos uma operacionalidade discursiva diferente do que vinha sendo mostrada até agora pelos enunciados midiáticos. O Momento M4 (Temer e Lula no foco) teve dois protagonistas que funcionaram no plano do discurso com vieses opostos. O ex-presidente Lula foi alvo de uma profusão de enunciados negativos, que acabaram por culminar na sua condenação em segunda instância e prisão, em abril de 2018. Já o presidente Temer, apesar das denúncias que mancharam o seu governo, acabou favorecido discursivamente em dois aspectos.

O primeiro aspecto pró-Temer refere-se à necessidade dos organismos relativamente hegemônicos em mantê-lo no poder, afinal, não havia disposição do Congresso e nem espaço político para mais um processo de impeachment. A mídia, então, reproduziu linguisticamente e discursivamente as ações necessárias do governo e aliados para acalmar a situação política, chegando a atribuir como “vitória” de Temer a rejeição das duas denúncias contra ele, que poderiam culminar em um novo processo de impedimento.

O segundo aspecto é concernente à outra discussão que já germinava no meio político desde a condenação do ex-presidente Lula: as eleições presidenciais de 2018. O próximo presidente da República passou a ser o tema central das discussões, principalmente após a

prisão do petista. Esse segundo aspecto, avaliamos, já era construído desde o segundo mandato da presidente Dilma, quando começou uma série de acontecimentos no Congresso Nacional que impediram a aprovação de medidas para o país.

A desidratação política da petista refletiu no plano midiático não da mesma forma que a imputada ao presidente Michel Temer. Mesmo com índices historicamente baixos de popularidade, o emedebista manteve-se no poder, sendo construído narrativamente com enunciados reativos, de quem age e gera resultados apesar das acusações, como analisamos no capítulo anterior, no Momento 4 (M4).

Os veículos midiáticos, portanto, alimentaram e se retroalimentaram de uma narrativa discursiva que orbitou homogeneamente em determinados assuntos “do momento”: as crises política e econômica, a Lava Jato, o impeachment, os escândalos do Governo Temer e as denúncias contra o ex-presidente Lula. Quando dizemos “homogeneamente”, é porque a narrativa circundou os mesmos temas, mas, dentro das abordagens, foram empreendidos pesos discursivos e ideológicos diferentes aos atores principais dessa epopeia política.

A vilanização discursiva de Lula e Dilma e a relativa necessidade da presença de Temer até o fim do mandato da chapa vencedora das eleições de 2014 constituíram dois movimentos que, aparentemente, unificaram os personagens, construindo-os no plano das acusações de corrupção, mas, na verdade, essa aparente homogeneidade dialoga com referenciais simbólicos de manutenção da relação de dominação (THOMPSON, 2011).

A necessidade de manutenção da dominação favoreceu o presidente Temer, que funcionou discursivamente como um elemento necessário para estabilizar momentaneamente a disputa política no País, em prol de um projeto maior, que era a definição de quem iria assumir a Presidência da República a partir de 1º de janeiro de 2019.

Essa operação ideológica de manutenção das relações de poder pode também ser percebida na estratégia midiática de estabelecer um contrato de informação (CHARAUDEAU, 2010), no qual em uma mesma SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, constituída pelas acusações de corrupção e vários itens que as sequenciaram, os veículos de comunicação analisados, ao entrarem em contato com os cenários (a) Lula e Dilma e (b) Temer, obedeceram a uma narrativa linear, de causa e consequência pré-determinadas por estruturas relativamente hegemônicas, como o Congresso Nacional e a Polícia Federal, sem anexar a reflexão sobre que outros caminhos poderiam ser seguidos.

A essa prática, juntam-se os *efeitos de verismo* de que a sucessão de fatos percorreu inevitavelmente esse caminho e não outro, que resultou no impeachment de Dilma, na prisão

de Lula e na anistia política do Governo Temer por conta dos interesses envolvidos em prol da reorganização de forças e alinhamento de metas, mirando o novo governo a partir de 2019. Esse agir das organizações de relativa hegemonia, principalmente o Congresso Nacional, contribui para o convencimento (PERELMAN; TYTECA, 2005), no plano do discurso, de que os acontecimentos tinham que ser de uma forma e não de outra para a estabilidade política do País.

Apesar de a mídia ser determinada fortemente pela concorrência de mercado e a uma conjuntura econômica de negócio, sua sobrevivência está também alicerçada na necessidade de credibilidade. E esse ativo ainda é visto, segundo as pesquisas de opinião sobre a mídia apresentadas no capítulo 3 (Os pilares da Análise Crítica do Discurso), com forte presença nos veículos tradicionais, em detrimento das redes sociais digitais.

Os enunciados analisados nesse estudo não escaparam aos ciclos de significação que a mídia obedece, em prol da sua busca pela credibilidade, atendo-se ao noticiar fatos e não correlacioná-los a projetos de dominação, e de sobrevivência no mercado. A prática social das crises política e econômica e, agora se desenhando, a prática social da corrida eleitoral de 2018 funciona como um receptáculo de possibilidades de narrativas midiáticas, tendo em vista objetivos que se encontram: a sobrevivência econômica da mídia e a sobrevivência política dos parlamentares.

Há nessa relação mais do que uma similaridade e, sim, uma reciprocidade que transpõe os limites da ética, mas escondendo-se sob uma aparente neutralidade e credibilidade de ambas as classes. O capítulo da história do impeachment de 2016 ainda está sendo escrito. Assim como os acontecimentos políticos no Brasil desde o tempo do império, sua interpretação histórica ainda é uma incógnita.

Sabemos que esse caráter inacabado de uma pesquisa no campo das relações sociais abre um leque para outros trabalhos, mas o que nos importa, no momento de agora, é estabelecer uma contribuição no campo de interpretação da mídia. Não basta entender a relação contextual dos enunciados de determinado acontecimento, é preciso compreender que tipo de contato os enunciados estabelecem entre si ao longo de um determinado período.

As crises política e econômica do Brasil desde a posse de Dilma até o Governo Temer e a prisão do ex-presidente Lula não parecem ter tido um ponto crítico e, sim, um desenrolar de acontecimentos formados por momentos que se sucederam temporalmente, construindo discursivamente no plano midiático a impressão de que o país estaria no meio do caminho de

uma resolução final. Mas os acontecimentos parecem não ter mudado o rumo do que estava porvir: mais crise e nova disputa pelo poder da Presidência da República.

Consideramos que a pesquisa realizada tem um caráter inacabado quando olhamos para prospecções de análises em um futuro próximo, mais precisamente sobre a relação entre o comportamento midiático frente ao novo comando da República a partir de 2019 e o passado recente de crises, escândalos e impeachment. Todavia, o estudo também é condutor de um caminho de análise de mídia, a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), considerando a relevância e necessidade de uma relação interdisciplinar para dar conta de complexidades inerentes a determinadas peculiaridades do objeto de estudo.

Esse trabalho oferece um apanágio de análise linguística que pode embasar pesquisas na seara jurídica, como a legalidade ou não do impeachment, por exemplo. Ou a legalidade ou não da manutenção e paralisação das investigações sobre o presidente Michel Temer. Acentuamos, também, que não integra o escopo do nosso estudo verificar, no plano linguístico, esses fatores, uma vez que isso requer ferramentas outras, no âmbito do Direito outras ciências, que não estão inscritas no cabedal teórico dessa tese.

No entanto, podemos perceber, através do discurso e dos elementos que integram o campo da linguagem, uma espécie de paralisia, por parte da mídia, de movimentar outras significações sobre os acontecimentos políticos do país. Entre os elementos que nos levaram a esse raciocínio está a incidência, entre 2015 e 2018, de palavras ligadas ao universo da corrupção, da propina, da investigação e também da crise econômica, como desemprego e queda no PIB.

Caminhando no campo midiático, o novo ciclo político do Brasil, que se desenha nesse final de década, nos traz um desafio de entender os processos discursivos e ideológicos que operam nas significações. Continuando a partir do momento M4, o que estaria por vir na prática social que agora entra em uma composição complexa de crises política e econômica e as eleições de 2018?

Qualquer apresentação de possibilidades futuras estaria em risco frente à indefinição, nesse momento da pesquisa, do cenário político de 2019. Por ora, nos cabe o prognóstico de olhar um pouco o passado para avaliar o que o futuro pode reservar. Em 31 de março de 1964, ocorreu o golpe militar, com forte apoio de setores conservadores da sociedade civil, depondo o então presidente João Goulart. Em 31 de agosto de 2016, encerrou o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, com a cassação definitiva do mandato, sem a perda dos direitos políticos.

Após o golpe, Goulart exilou-se no Uruguai. Após o impeachment, Dilma iniciou um périplo internacional denunciando o que chamou de golpe, esteve presente nas redes sociais digitais, mas depois, afastada do radar da grande imprensa, aderiu a uma rotina fora dos holofotes. Só no segundo semestre de 2018, voltou à mídia com as movimentações na campanha eleitoral para o Senado, em Minas Gerais, que perdeu, ficando em quarto lugar entre os postulantes à Casa Alta, com 15,5% dos votos válidos, segundo totalização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar de estarem em contextos diferentes, ao afastamento de Goulart e Dilma da Presidência da República, sucederam períodos políticos conturbados. Em 64, as práticas de tortura e cassação de direitos em um regime que era para ser temporário e, com o tempo, tornou-se ditatorial. Em 2016, sucessivos escândalos políticos rumaram para um panorama que colocou o Brasil em uma situação de fragilização das instituições, que travaram no palco midiático uma luta pela hegemonia de ser o último bastião da legalidade.

A partir de 2019, teremos um novo personagem no comando da república, o capitão da reserva do Exército, Jair Bolsonaro (PSL). Eleito com 55,54% dos votos válidos em 28 de outubro de 2019, Bolsonaro é uma figura controversa. Sua defesa explícita, em várias ocasiões, da Ditadura Militar, além de declarações polêmicas relativas aos negros, população LGBT, mulheres, além da sua posição de flexibilizar regras para armar a população gerou muitas discussões na campanha eleitoral.

A polarização política que se viu na corrida presidencial, principalmente no segundo turno, tomou conta das redes sociais digitais. Defensores de Bolsonaro trocavam farpas com os apoiadores do segundo colocado, Fernando Haddad (PT)⁹⁹, que acabou aglutinando para si o antipetismo, fator que, além de outros, contribuiu para a sua derrota no segundo turno. Um aspecto que chamou nossa atenção foram a nominalização e os discursos que orbitaram durante as eleições.

Bolsonaristas e petistas se enfrentaram em uma arena de luta que conferiu às redes sociais uma hegemonia sobre a mídia tradicional. Ainda no dia da eleição, após a divulgação do resultado, esse confronto parecia não sair do plano de foco dos postulantes à presidência. Após a confirmação de vitória, Bolsonaro fez um pronunciamento, mas não se referiu, em nenhum momento naquele dia, 28 de outubro de 2018, aos que não votaram nele. Também ressaltou novamente o ataque à esquerda, com no seguinte trecho: “Não podemos continuar flertando com o socialismo, o comunismo, o populismo e o extremismo de esquerda”.

⁹⁹ O petista teve 44,46% dos votos válidos no segundo turno, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O candidato derrotado, Fernando Haddad (PT), também não incluiu em sua fala no mesmo dia 28 os que não cancelaram a sua candidatura e destacou a manutenção da democracia, tema bastante forte durante a campanha presidencial: "Daqui a quatro anos teremos uma nova eleição. Temos que garantir as instituições e não vamos deixar de exercer nossa cidadania".

Ambos mostraram que a polarização política não iria arrefecer, pelo menos até aquele momento da nossa pesquisa, mas isso chamou-nos atenção para o fato de que o discurso da ameaça à ordem democrática, atribuído pelos críticos de Bolsonaro, estava vivo em confronto ao também ativo discurso antipetista, que associa o Partido dos Trabalhadores (PT) à corrupção.

Ao longo do nosso estudo, mostramos que desde 2013 cresciam movimentos contra a classe política tradicional e, na sequência dos acontecimentos, também ganhava corpo, mesmo que de forma não tão contundente, o discurso do conservadorismo. O esquema de corrupção exposto em detalhes pela Operação Lava Jato, que dominou o foco midiático entre 2014 e meados de 2018, favoreceu o discurso antipetista do deputado federal Jair Bolsonaro, que se colocou como o "novo" durante a campanha, feita massivamente pelas redes sociais digitais.

As suas declarações polêmicas, ao contrário de arrefecer sua força, impulsionaram sua popularidade, que se consolidou após a impugnação da candidatura do ex-presidente Lula, que até então liderava com folga as pesquisas de intenção de votos. A partir dali, Bolsonaro passou a liderar as pesquisas de opinião no primeiro turno, perdia em algumas simulações de segundo turno, mas derrotou o PT após uma intensa campanha nas redes sociais digitais.

Uma das declarações polêmicas, ainda na votação do controverso impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), foi o elogio ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, considerado, pela Comissão Nacional da Verdade, um torturador durante o período da ditadura de 1964. A mídia tradicional não explorou esse lado de defesa da ditadura, assim como a associação do capitão da reserva, que encarnou o discurso anticorrupção e antipetismo, à extrema direita. Essa tarefa foi desempenhada, no entanto, pela mídia estrangeira tradicional. Como mostramos abaixo nesses exemplos, sobre as manchetes no dia da vitória do então candidato do PSL:

COMO PRINCIPAIS JORNAIS NOTICIARAM A VITÓRIA DE BOLSONARO¹⁰⁰	
MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA	MÍDIA TRADICIONAL ESTRANGEIRA
<p>BOLSONARO PRESIDENTE (Folha de S. Paulo, 29.10.17, versão impressa)</p>	<p>Jair Bolsonaro, Far-Right Populist, Elected President of Brazil (Jair Bolsonaro, populista de extrema direita, eleito presidente do Brasil, The New York Times, 28.10.17, versão online¹⁰¹, em tradução livre)</p>
<p>BOLSONARO É ELEITO PRESIDENTE (o Globo, 29.10.17, versão impressa)</p>	<p>Bolsonaro leva a extrema-direita ao poder (El Pais Brasil, 28.10.17, versão online¹⁰²)</p>
<p>BOLSONARO É ELEITO E PROMETE DEFENDER REFORMAS, LIBERDADES E DEMOCRACIA (O Estado de S. Paulo, 29.10.17, versão impressa)</p>	<p>Populista de extrema direita vence corrida eleitoral no Brasil (The Wall Street Journal, 28.10.17, versão online¹⁰³)</p>

Um estudo mais aprofundado sobre a comparação discursiva entre os enunciados das mídias tradicionais brasileira e estrangeira daria outro estudo, mas esse não é o objetivo. Trouxemos para essas considerações finais esse aspecto para corroborar a nossa reflexão de que há, a partir da eleição de Jair Bolsonaro, uma prática social latente: a democracia. Como o vencedor do pleito presidencial é saudosos dos tempos da Ditadura, como afirmou em várias ocasiões em entrevistas, e suas declarações sobre o combate a ativismos, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, põem em dúvida a sua disposição de governar realmente calcado nas instituições democráticas e nos preceitos dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

Mesmo ainda sob a expectativa sobre o que será o Governo Bolsonaro, podemos raciocinar, com base no nosso estudo, que há uma tendência de as práticas sociais das crises política e econômica perderem seu domínio ideológico para o embate entre os discursos da democracia e da ditadura. Os anos entre 2019 e 2022 serão o esteio temporal de construção dessas novas atividades materiais e hegemonias. E é com vistas a esse novo governo e os posteriores que propomos nesse estudo um mecanismo de reflexão e promoção de mudanças.

¹⁰⁰ Selecionamos sites de jornais estrangeiros e os três jornais brasileiros de maior representatividade nacional.

¹⁰¹ Disponível em: <https://goo.gl/FHapQz>

¹⁰² Disponível em: <https://goo.gl/ucZAG8>

¹⁰³ Disponível em: <https://goo.gl/spPNEz>

Como diz Fairclough (2001), a Análise Crítica do Discurso (ACD) tem como um de seus pilares a reação a hegemonias vigentes para uma mudança discursiva e social. Deixamos como contribuição também a proposta de criação de um Observatório Crítico da Mídia (OBC), cujo objetivo é analisar, sob um prisma multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar o comportamento midiático tradicional – nas versões online, impressa, radiofônica e televisiva – frente aos assuntos de natureza política.

A necessidade dos prismas multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar deve-se a importância de o observatório trabalhar sob essas três práticas para garantir uma base sólida nas análises. A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade asseguram as características das disciplinas, ao passo que a transdisciplinaridade vai além das disciplinas e atua como um mecanismo catalisador de pontos de vista teórico entre várias disciplinas.

O Observatório Crítico da Mídia reuniria, para atender a essa proposta de ampliação interpretativa, especialistas em diferentes áreas do conhecimento. Pensamos inicialmente, para deixar registrado nesse estudo, profissionais de Linguística, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Tecnologia da Informação e Jornalismo. O OBC traria, via plataformas web, análises, conjuntas ou não, dos seus membros sobre os conteúdos midiáticos de natureza política.

No processo de finalização desse estudo, identificamos sites de crítica não diretamente à mídia, mas aos partidos e políticos protagonistas da cena midiática, com O Antagonista¹⁰⁴ e Conversa Afiada¹⁰⁵. Visualizamos também o site Manchetômetro¹⁰⁶, que faz análises qualitativas e quantitativas sobre as manchetes dos jornais. Essa última proposta tem um escopo mais próximo do OBC, embora este vise à focalização, de maneira mais sistemática, às opiniões de especialistas dos diversos ramos sobre os conteúdos midiáticos.

Acreditamos na importância e defendemos a necessidade de sites de análise da mídia para questionar a hegemonia de determinados conteúdos, oferecendo uma visão alternativa à que é construída pela mídia tradicional nas suas diferentes plataformas. A pulverização de conteúdos nas redes sociais digitais é um elemento que favorece a inserção dessa proposta sob um viés científico, mas convergindo na democratização do conhecimento. Ação crucial em uma época em que os valores morais são ressignificados, sob o pano opaco da ordem e do progresso.

¹⁰⁴ www.oantagonista.com

¹⁰⁵ www.conversaafiada.com.br

¹⁰⁶ www.manchetometro.com.br

7. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas para uma investigação. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970. Disponível em <https://goo.gl/Pckzg6>.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2001.

ANDRADE, Maria do Carmo. Padre Henrique. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/PmUHJe>.

ANTUNES, Irlandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, v. 13, 2005. (Na ponta da língua).

ASKEHAVE, Inger.; SWALES, John. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, Benedito; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 221-247.

AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, jul/dez 1990. p. 25-42. Disponível em: <https://goo.gl/xJmk1W>.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BHASKAR, R. **A realist theory of science**. London; New York: Taylor & Francis e-Library, [1978] 2008.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da Criação Verbal**. 5 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1979] 2010. p. 261-306.

BATHIA, Vijay. A análise de gêneros hoje. Tradução de Benedito Gomes Bezerra e Bernadete Biasi-Rodrigues. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1/2, n. 23, jan/dez 2001. p. 102-115. Disponível em: <https://goo.gl/TXbVvM>.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMANN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAUGRANDE, Robert. **New Foundations for a Science of Text and discourse**: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to knowledge and Society. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2009.

CADENA, Nelson. De como o telégrafo revolucionou a imprensa. **Portal Imprensa**, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/w46eNu>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CATOZZO, Franceslly. BARCELLOS, Zanei. A Influência Da Mídia Nos Protestos Brasileiros de Junho de 2013 e Março de 2015. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 17., 2016, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/VsAFfq>. Acesso em: 27 abr. 2016

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Linguagem e discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, NOAM. **Estruturas sintáticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, [1957] 2015.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DIJK, Teun. **Discurso e poder**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, [2005] 2012. p. 307 – 329. Disponível em <https://goo.gl/DHtwBy>. Acesso em: 12 mar. 2016

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. 2. ed. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2004. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/8KoTam>.

_____. **Critical Discourse Analysis**. Londres: Longman, 1995.

_____. Discourse and Text: Linguistic and Intertextual Analysis within Discourse Analysis. **Discourse & Society**, Londres, vol. 3, n. 2, 1992. p. 193–217. Disponível em: <https://goo.gl/cnCxtZ>.

_____. **Discurso e mudança social**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FILHO, Sérgio. Padre Henrique na pauta da verdade. **Partido Comunista Brasileiro**, Brasília, 2012. Disponível em: zip.net/bftd2r. Acesso em: 04 mai. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2009.

FOWLER, Roger. Sobre a Linguística Crítica. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 4, n.esp, 2004. p. 207-222. Disponível em: <http://zip.net/brtHwM>. Acesso em: 11 abr. 2017.

GARCIA, Nelson. **Propaganda: ideologia e manipulação**. 1. ed. [S.I.]: Rocket Edition, 1999. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/S2cRKc>.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5. reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1991. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/T6TUyJ>.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/B5kUyU>.

HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**. 1. ed. Londres: Edward Arnold, 1985. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/x5VsWt>.

_____. **Language as Social Semiotic**. 1. ed. Londres: Edward Arnold, 1978. **Livro eletrônico**. Disponível em: <https://goo.gl/8AtchV>.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KOCH, Ingedore et al. **Introdução à linguística textual**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KRISTEVA, Julia. A palavra, o diálogo e o romance. In: _____. **Introdução à semanálise**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, [1969] 2005. p. 65-68. Disponível em: <https://goo.gl/QCzzyk>. **Livro eletrônico**.

LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar: a revolta dos marinheiros. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: zip.net/brtfBx. Acesso em: 06.05.2016.

LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINS, Camila. **Impeachment de 2016: uma análise crítica discursiva dos jornais de Pernambuco**. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2Fw1kW>.

LINS DA SILVA, Carlos. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional entre trabalhadores**. São Paulo, Summus, 1985.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1950] 2009.

MACIEL, Laura. Cultura e Tecnologia: a Constituição do Serviço Telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. p. 127-144. Disponível em: <https://goo.gl/kr757N>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 21, n. especial, 2005. p. 1-9. Disponível em: <https://goo.gl/4V49M9>.

MARCUSCHI, Luiz. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

McLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

MOTA, Urariano. Soledad, a mulher do Cabo Anselmo. **Portal Carta Maior**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: zip.net/brtfBB. Acesso em: 06 jun. 2016.

MURPHY, Priscilla. Books are dead, long live books! **MIT Communications Forum**, Massachusetts, 2003. Disponível em: zip.net/bmtqs2. Acesso em: 03 ago. 2016.

PEDROSA, Cleide. Análise Crítica do Discurso, uma proposta para análise crítica da linguagem. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, Rio de Janeiro, 2008. **Não paginado**. Disponível em: <http://migre.me/8tSqV>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PERELMAN, Chaim; TYTECA; Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 11-208.

PINHEIRO, pe. José. “Queriam calar Igreja e estudantes”, diz assessor da CNBB. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo (RS), 2012. Disponível em: <https://goo.gl/cQpAUo>. Acesso em: 05 mai. 2016.

PINTO, Célia. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, Porto Alegre, n. 100, jan. 2017. p. 119-153. Disponível em: <https://goo.gl/kSJUNJ>. Acesso em: 27 abr. 2018.

POZOBON, Rejane; PRATES, Andressa. A crise no governo Dilma: enquadramentos propostos pela Revista Veja. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 17, n. 42, jan./abr. 2016. p. 04-22. Disponível em: <https://goo.gl/j2X4kb>. Acesso em: 28 abr. 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n.1, jul./dez. 2004. p. 185-207. Disponível em: <https://goo.gl/RqDojf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

ROZOWYKWIAT, Tereza. Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo. **Revista de Pesquisa Histórica (UFPE)**, Recife, n. 22, 2004. p. 63-83. Disponível em: <https://goo.gl/iJr1Ne>.

SALAVERRÍA, Ramón; NEGREDO, Samuel. **Periodismo integrado: convergencia de medios y reorganización de redacciolnes**. 1. ed. Barcelona: Sol90 Media, 2008.

SANTOS, Leusa. Dona Isáíras, uma mãe-coragem. **Folha de Pernambuco**, Recife, ano 2, n. 143, p. 10, 23 de maio de 1999.

SANTOS, Maria do Rosário. **Exame vestibular: um estudo sobre a voz da Escola na Imprensa**. 2008. 203p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, 2008. Disponível em: <http://zip.net/bctKXq>.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOLEDO, Caio. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. p. 13-28. Disponível em: zip.net/btttdJh. Acesso em: 29 abr. 2016.

TRAQUINA, Nelson. Estruturas da notícia na imprensa. In: _____. **Cognição, discurso e interação**. [1. ed.]. São Paulo: Contexto. 1992. p. 122-157.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. v. II. 2. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. v. I. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili, 1983. Disponível em: <https://goo.gl/FW2bBE>. **Livro eletrônico**.

VIEIRA, Pe. Sermão da Visitação de Nossa Senhora. **Literatura Digital: Biblioteca de Literaturas de Língua Portuguesa**, Santa Catarina, cap. VI, 1679. Disponível em: <https://goo.gl/FeV6LJ>. Acesso em: 15 abr. 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. especial, 2004. p. 223-246. Disponível em: <https://goo.gl/tajPYX>. Acesso em: 15 abr. 2017

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 7. ed. Lisboa: Presença, 2002.